



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE
AS AMÉRICAS - CEPPAC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS

ESPAÇOS INTERACIONAIS E DISCURSIVIDADES SOBRE
GÊNERO E DESENVOLVIMENTO
NO
PROGRAMA TRABALHO E EMPREENDEDORISMO DA MULHER
E NO
PROJETO COM LICENÇA, EU VOU À LUTA
NO DISTRITO FEDERAL.

Autora: Hairam Machado

Dissertação apresentada ao Centro de Pesquisa e
Pós-Graduação Sobre as Américas como parte dos
requisitos para obtenção do Título de Mestra.

Brasília, dezembro de 2012



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE
AS AMÉRICAS - CEPPAC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ESPAÇOS INTERACIONAIS E DISCURSIVIDADES SOBRE
GÊNERO E DESENVOLVIMENTO
NO
PROGRAMA TRABALHO E EMPREENDEDORISMO DA MULHER
E NO
PROJETO COM LICENÇA, EU VOU À LUTA
NO DISTRITO FEDERAL.

Autora: Hairam Machado

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Flávia Lessa de Barros

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Flávia Lessa de Barros
Presidente – CEPPAC/ UnB

Prof^ª Dr^ª Lia Zanotta Machado
Membro interno – DAN/ CEPPAC/ UnB

Prof^ª Dr^ª Lourdes Maria Bandeira
Membro externo – SOL/ UnB

Prof. Dr. Sullivan Charles Barros
Membro suplente - CEPPAC/ UnB

Brasília, dezembro de 2012

Para Fabiano de Souza Carvalho.

À memória de Carolina Maria de Jesus.

À memória de Sérgio Sampaio.

“*E como é forte o feminino coração de Deus*”.
Sérgio Sampaio”

Agradecimentos

Dirijo-me, inicialmente, à orientadora Prof^{ra}. Dr^a Flávia Lessa de Barros com sincera gratidão.

Minha vó Maria Rosa, que deixou o plano material/ racional em 2011, foi uma forte incentivadora de todos os meus possíveis aprimoramentos. Registro este agradecimento a ela, convicta de que, de alguma maneira, aquela Maria-do-Maranhão capte meus sentimentos.

Sou profundamente agradecida, à Áurea Machado, pelo apoio.

E mais:

A meu tio Raimundo (Dudu, como prefere), que é meu conterrâneo muito bem humorado. Quero saber valorizar uma boa anedota tanto quanto ele e com seu estilo elegante. A minha tia Angelina, que é minha *musa-afrontosa*. A minha tia Aveline e seu marido Evangelista, por sua generosa hospitalidade e apoio que se refletem até hoje.

Ao Fabianito, que, surpreendentemente há mais de metade de uma década, é quem mais me ampara. Fico em estado de graça ao ver nossas fotos e perceber o quanto nossos cabelos mudaram ao longo desses anos. Tomara que permaneçamos perdid@s, nesta nossa “*Terra-do-Nunca*” pelos séculos dos séculos (amém!), ouvindo Bethânia, Madonna e Odair José, imitando a “*alucicrazy*” Renata Sorrah (“*toca um mambo aí, disc jockey!*”), teimando em acreditar numa felicidade possível ainda que tardia.

À Livia, minha amiga, por ser quem é e por estar no mundo; ao querido Cleiton, por sua leveza; ao Jorge Avelino, pelo “eterno retorno”; ao Jorge Gustavo e ao Jeferson, por terem sido os melhores companheiros de CEU; ao Tarcísio, pelo período mais musical e dançante que vivi até agora; à Maria Inês e Eni, mestras na arte do riso, sábias moças; ao Kermerson, pela ironia deliciosa; ao Hugo, camará; à Prof^{ra} Nídia, que me abriu a porta para a docência e é uma divertida provocadora; à Prof^{ra} Tânia Mara, por suas considerações que ainda ecoam; às

examinadoras do projeto de dissertação, Prof^a Lourdes Bandeira e Prof^a Lia Zanotta, por suas contribuições; ao Prof. Cristhian, por ser uma simpática fonte de inspiração; ao corpo docente e equipe técnico-administrativa do CEPPAC pelo empenho, em especial ao Helciclever; à turma de 2010, pelo prazer de ter vivido os dois últimos anos em comunidade, `a Emiko e ao Brian com ênfase; ao André Filgueira, pelas gargalhadas rasgadas; e à Juliana Mendes, minha querida colega, minha amiga engraçada e generosa que trouxe de volta, pra minha vida, a alegria das descobertas compartilhadas da época do jardim-da-infância.

Às moças e rapazes que, desde fevereiro de 2012, me chamam de professora e me encantam.

Agradeço pela confiança depositada em mim pelas interlocutoras e pelos interlocutores durante a pesquisa de campo. Geni, Raidalva, Rivalda, Anita, Carmen, Deisy, Josefa, Graça, Maria, Beth, Thanandra, Tatiane, Silmara, Caroline, Ilka, Delma, Ivani, Geralmira, Daniela, Eunice e todas/os as/os demais, muito obrigada!

Finalmente, pergunto: quando nos dirigimos a alguém que habita, somente a nossa memória, estamos em solilóquio, é só uma reverberação do desespero diante da *finitude* da vida? Acredito que não. Prefiro pensar que seja um esforço de conexão com o tempo que nos transcende e que é mistério. Portanto, agradeço ao meu pai, Francisco Ferreira da Silva, pelas lembranças musicais agora enevoadas... sei que, na minha casa de criança, tinha sempre Roberto Carlos e Fagner.

À Rita Alves Machado, digo internamente “obrigada, mamãe!” a cada novo traço de maturidade que percebo esculpido em meu rosto e que me torna um pouco mais parecida com ela. Ainda são dela e sempre serão, o maior amor do mundo e os meus melhores sorrisos.

Este trabalho foi realizado com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Sumário

Lista de Siglas e Abreviações.....	iii
Lista de quadros	iv
Lista de figuras.....	v
Resumo/ Abstract.....	6
Introdução.....	8
i – Objetivo, temática, objeto de análise e problema.....	8
ii – Contribuições da pesquisa com a proposta de interdisciplinaridade e estudos comparados sobre as Américas do CEPPAC.....	13
iii - Referencial teórico.....	15
iv – Metodologia.....	19
v – O trabalho de campo como prática artesanal	25
vi – Estrutura do trabalho.....	28
Capítulo 1 – Articulações teóricas entre gênero e desenvolvimento.....	31
1.1. Conceito(s) de desenvolvimento	31
1.2. Discursos <i>Women in Development</i> - WID e <i>Gender and Development</i> - GAD: focalização e transversalização das “especificidades” de gênero no campo das ações de desenvolvimento.....	34
1.3. Divisão Sexual do Trabalho e a lógica por trás da desigualdade de gênero no mundo do trabalho.....	36
Capítulo 2 - Arregimentação dos <i>interesses femininos</i>, relacionados com o mundo do trabalho, no espaço da política institucional no Brasil.....	43
2.1. Mulheres no espaço político institucional brasileiro anterior ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM.....	44
2.2 - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).....	49
2.3 – Eixos e áreas temáticas no âmbito do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.....	50
2.4. Projeto Mulher Empreendedora e <i>Programa Rio</i> como preâmbulo do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (PTEM).....	51
2.5. Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (PTEM) e sua expansão para as demais regiões do país.....	53
2.6 - A perspectiva da SPM e o embate entre universalismo e diferença nas ações do Estado.....	57
Capítulo 3 – Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher e Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta no Distrito Federal.....	65
3.1 – Dados oficiais do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher no Distrito Federal.....	65
3.2 – Divisão de papéis e condições de atuação dos parceiros institucionais locais.....	67
3.3 - Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta	70
Capítulo 4 - Articulações de gênero e trabalho no espaço institucional do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher e do Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta no Distrito Federal.....	77
4.1 - Orientação do PTEM para o trabalho em rede nos discursos e ações do Governo do Distrito Federal.....	78

4.2 - Órgãos estratégicos do GDF na implementação do PTEM e do <i>Com Licença</i>	79
4.2.1 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda e suas articulações políticas locais como espaço interacional segmentado - SEDEST.....	79
A) SEDEST e a diferenciação entre Programa Trabalho Empreendedorismo da Mulher e Com Licença, Eu Vou à Luta.....	80
B) PTEM e a sensibilização das/os agentes públicas/os locais	83
C) SEDEST e os espaços interditados no âmbito de sua atuação.....	84
4.2.2 - SETRAB e o foco “no artesão”.....	85
A) Atendimento universalizado “dos trabalhadores” do artesanato.....	88
4.2.3 - Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e o acompanhamento das beneficiárias.....	92
A) Surgimento e encaminhamento dos programas na pauta das unidades do CRAS.....	95
B) Autonomia das unidades do CRAS na operacionalização dos programas.....	97
C) Programa Com Licença, Eu Vou à Luta e seu objetivo de “valorização do papel da mulher na sociedade e na família”.....	99
D) Posições equivalentes e interações distintas entre as unidades do CRAS.....	100
4.3 - Entidades da sociedade civil.....	105
4.3.1 - Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais (Business Professional Women) - BPW e o incentivo ao empreendedorismo como ação pedagógica.....	106
4.3.2 - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e a justaposição empreendedorismo/desenvolvimento	113
a) SEBRAE e o olhar sobre mulheres, “suas características” e a capacitação para o empreendedorismo.....	115
4.3.3 - Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e a perspectiva de desenvolvimento como base conceitual e como finalidade.....	119

Capítulo 5 – Perspectivas das beneficiárias do PTEM e do *Com Licença* e o caso do Projeto Mulher Artesã

Capítulo 5 – Perspectivas das beneficiárias do PTEM e do <i>Com Licença</i> e o caso do Projeto Mulher Artesã	123
5.1 - Participantes do PTEM e do <i>Com Licença</i> e as implicações na vida familiar e profissional.....	124
5.2 - Percepção das participantes sobre capacitação e concessão de crédito como experiências distintas e independentes no contexto do PTEM e do <i>Com Licença</i>	130
5.3 - O caso do Projeto Mulher Artesã como espaço público informal.....	134
5.4 - Trabalhadoras do Projeto Mulher Artesã e suas interações com o Estado em comparação com as participantes do PTEM e do <i>Com Licença</i>	145

6 - Considerações Finais.....

6 - Considerações Finais.....	153
6.1 - Espaços interacionais constituídos pelo PTEM e pelo <i>Com Licença</i> e sua dinâmica de enclave.....	154
6.2 - Perspectivas e desafios decorrentes da articulação de gênero e desenvolvimento.....	162
6.3. Apontamentos para futuras agendas de pesquisa a partir deste trabalho.....	165

Referências.....

Referências.....	168
-------------------------	------------

Anexos	177
---------------------	------------

Lista de Siglas e Abreviações

AMEAS - Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema
BM-Rio – Banco da Mulher do Rio de Janeiro
BPW - Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais (Business Professional Women)
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
CNDM – Conselho Nacional de Direitos da Mulher
CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
FAO - Food and Agriculture Organization
GAD – Gênero e Desenvolvimento (Gender and Development)
GDF – Governo do Distrito Federal
GEM - Global Entrepreneurship Monitor
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
Paif - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PlanTeQs - Planos Territoriais de Qualificação
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNQ – Plano Nacional de Qualificação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PTM – Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEASDH/RJ - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro
SEDEST - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda
SETRAB - Secretaria de Estado do Trabalho
SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres
UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (ONU Mulheres desde 1 de janeiro de 2011)
USAID - United States Agency for International Development
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Nacional
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
WID – Mulheres no Desenvolvimento (*Women in Development*)

Lista de Quadros

Quadro 1 - Mapa de Implementação PTEM 2008 - 2012.....	54
Quadro - 2 - Cronograma do PTEM - DF.....	66
Quadro - 3- Perfil das Participantes do PTEM – Características Predominantes.....	67
Quadro - 4 - Síntese de Apresentação do Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta - DF.....	70
Quadro 5 – Distribuição de empreendedoras/es por gênero.....	114
Quadro 6 – Distribuição de empreendedoras/es por gênero segundo motivação (oportunidade x necessidade).....	114
Quadro 7 - Estrutura temática das edições I e II do PNPM Quadro 8 - Mapa de Implementação PTEM 2008 - 2012.....	178
Quadro 8- Distribuição de responsabilidades no âmbito do <i>Programa Rio</i>	179
Quadro – 9 - Plano de Atividades <i>Programa Rio</i>	179
Quadro -10- Perfil das participantes do <i>Programa Rio</i> – dados referentes aos seminários realizados em 2008: 6 seminários/ 941 participantes	180
Quadro -11 – <i>Programa Rio</i> - Resultados alcançados pelas beneficiárias na percepção dos agentes institucionais.....	181
Quadro - 12 - Autopercepção das beneficiárias do <i>Programa Rio</i> sobre os resultados de sua experiência.....	182
Quadro -13- Síntese Procedimentos e Resultados no âmbito do <i>Programa Rio</i>	183

Lista de Figuras

Figura nº 1 – ilustração do bastidor e sua função.....	25
Figura nº2 - logomarca (reprodução do original)	51
Figura nº 3 - logomarca do Programa (reprodução do original).....	53
Figura nº 4 logomarca do PTEM no DF.....	65
Figura nº5 Lançamento do Com Licença, Eu Vou à Luta no Dia Internacional da Mulher de 2010.....	73
Figura nº 6 - Turmas dos cursos BPW.....	76
Figura 7 - Publicidade SEBRAE.....	113
Figura nº 8 – Projeto Mulher Artesã em Planaltina – DF.....	134
Figura nº 9 - Bordado de Labirinto.....	155
Figura 10 - Perfil das participantes do <i>Programa Rio</i>	180
Figura nº 11 Organograma PTEM – Estrutura Nacional.....	186

Resumo

Este trabalho aborda duas iniciativas de governo, direcionadas às mulheres no Distrito Federal, no período de 2009 a 2011: o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher - PTEM e o Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta. O primeiro resultou de parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR, entidades da sociedade civil e governos locais. O Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta foi implementado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento social e Transferência de Renda do Distrito Federal – SEDEST. O planejamento das ações, tanto de um quanto de outro, fundamentou-se no discurso de promoção da autonomia das mulheres por meio de fomento ao empreendedorismo e capacitação para o mercado de trabalho. A análise do objeto empírico adota o pressuposto de que ambos os Programas de Trabalho constituíram espaços políticos interacionais decorrentes de uma articulação discursiva mais ampla e por vezes permeada por contradição, qual seja a de gênero e desenvolvimento. A questão central da pesquisa tem como ponto de partida o modo de inclusão das mulheres nas políticas públicas de trabalho que visam ao desenvolvimento, em última instância, e as implicações disso nas relações familiares. Em outras palavras, no contexto da execução dos Programas selecionados, busca-se compreender os interesses das/os agentes envolvidas/os, os significados referentes às ações que, oficialmente, visam à emancipação feminina. Nesse sentido, são confrontados os discursos mantidos pelo Estado, seus parceiros institucionais e as mulheres a quem se destinam as iniciativas. Em face dessas considerações, a proposta de explicação/interpretação desses espaços de interação política, formais e informais, tem como base teórica os conceitos de gênero (SCOTT, 1990); desenvolvimento/ mulheres no desenvolvimento – WID e gênero e desenvolvimento - GAD (HETTNE, 1992; ESTEVA, 2000; PIETERSE, 2000; BARRETO FILHO, 2006; ALVAREZ *et al.*, 2009; LAUTIER, 2009; RATHGEBER, 1990; ESCOBAR, 1995; MACHADO, L.M.V., 1997; SIMIÃO, 1999; PARPART *et al.*, 2000; FERREIRA, 2004); divisão sexual do trabalho (KERGOAT, D., 2009; 2010; HIRATA & ZARIFIAN, 2009) e espaço público (FRASER, 1992, 2002; PAOLI & TELLES, 2000; STRATHER, 2006; PINTO, 2010). A pesquisa exploratória (com base em fontes documentais e entrevistas com representantes das instituições e com participantes e não-participantes dos Programas) foi realizada em três níveis: i) Governo Federal/ Secretaria de Políticas para as Mulheres; ii) entidades da sociedade civil e Governo do Distrito Federal/ Secretaria de Trabalho – SETRAB; Secretaria de Estado de Desenvolvimento social e Transferência de Renda – SEDEST e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (as unidades localizadas nas cidades-satélites Gama, Planaltina, Samambaia e Taguatinga); e iii) mulheres beneficiárias no âmbito dos Programas (moradoras das cidades-satélites Ceilândia, Gama, Samambaia e Taguatinga). No terceiro nível, considerou-se, a título de comparação e *contradito*, a perspectiva de integrantes do Projeto Mulher Artesã na cidade-satélite Planaltina. A partir de um olhar feminista, a análise verifica como os Programas incidiram sobre a lógica dicotômica de dominação/subordinação, vigente nos domínios público e privado. Considerando-se a implementação do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher e do Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta, esses espaços interacionais são caracterizados pela tensão de interesses que ora desembocam no reforço de atribuições tradicionais de gênero, ora convergem para a ressignificação das relações de gênero.

Palavras-chave: gênero e desenvolvimento, gênero e trabalho, mulheres e desenvolvimento, políticas para mulheres no Distrito Federal, divisão sexual do trabalho, mulheres empreendedoras.

Abstract

This study examines two governmental initiatives aimed at women who live in the Federal District during the period from 2009 to 2011: the Program *Trabalho e Empreendedorismo da Mulher - PTEM* (Work and Entrepreneurship for Women) and the Project *Com Licença, Eu Vou à Luta* (Excuse me, I'm up for the challenge). The first one resulted from a partnership between the Secretariat of Policies for Women of the Presidency - SPM/PR, civil society organizations and local governments. The Project *Com Licença, Eu Vou à Luta* was implemented by the State Department of Social Development and Income Transfer of the Federal District - SEDEST. The action planning of both initiatives was based on women's empowerment approach through the promotion of entrepreneurship and capacity building for labor market. The analysis of the empirical object is based in the perspective that both programs to foster work and entrepreneurship constituted political interactional spaces arising from a broader discursive articulation and sometimes penetrated by contradiction from gender and development categories. The main research question starts from the analysis of how women are included in work policies aimed ultimately at the development and their implications on family relationships. In other words, in the context of implementation of the selected programs, we seek to understand women's interests in the initiatives, and the meanings of those actions aimed officially at female emancipation. Accordingly, the discourses maintained by the State, by its institutional partners and by women who are the beneficiaries of the initiatives are confronted. Given these considerations, the proposed explanation /interpretation of these formal and informal spaces of political interaction is based in the underpinning theoretical concepts of gender (SCOTT, 1990); development /women in development –WID and gender and development- GAD (HETTNE, 1992; ESTEVA, 2000; PIETERSE, 2000; BARRETO FILHO, 2006; ALVAREZ *et al.*, 2009; LAUTIER, 2009; RATHGEBER, 1990; ESCOBAR, 1995; MACHADO, L.M.V., 1997; SIMIÃO, 1999; PARPART *et al.*, 2000; FERREIRA, 2004); labor sexual division (KERGOAT, D., 2009; 2010; HIRATA & ZARIFIAN, 2009) and public space (FRASER, 1992, 2002; PAOLI & TELLES, 2000; PINTO, 2010). The exploratory research (based in documentation sources and interviews with representatives of institutions and non-participants and participants of the programs) was conducted at three levels: i) the Federal Government/ Secretariat of Policies for Women, ii) civil society organizations and Federal District Government/Department of Labor-SETRAB; State Department of Social Development and Income Transfer-SEDEST and Reference Center for Social Assistance-CRAS (units located in the outlying cities of: Gama, Planaltina, Samambaia and Taguatinga) and iii) programs beneficiary women (living in the outlying cities of Ceilândia, Gama, Samambaia and Taguatinga). At the third level, it was considered, for comparison and contradiction purpose, the perspective of participants from the Project *Mulher Artesã* in the outlying city of Planaltina. From a feminist view point, the analysis examines how these programs focused on a dichotomous logic of domination/subordination, prevailing in public and private spheres. Considering the implementation of the Program *Trabalho e Empreendedorismo da Mulher* and of the Project *Com Licença, Eu Vou à Luta*, these interactional spaces are characterized by the tension of interests that, on one hand, culminate in the enforcement of traditional gender assignments and, on the other hand, converge to the redefinition of gender relations.

Keywords: gender and development, women in development, gender and labor, policies for women in the Federal District, labor sexual division, women entrepreneurs.

Introdução

i – Objetivo, temática, objeto de análise e problema

Este trabalho tem como objetivo analisar a articulação dos discursos e as interações atinentes a duas ações políticas direcionadas às mulheres no Distrito Federal: o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher - PTEM (2009 – 2010) e o Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta (2009 – 2011). O contexto desses dois programas é tratado como um espaço político constituído com a finalidade expressa de integrar os interesses mantidos pelas partes envolvidas, que vem a ser o Estado e segmentos da sociedade civil. Como pressupostos, os discursos em questão remetem aos objetivos de crescimento/desenvolvimento do Estado e de emancipação das mulheres. Isto posto, o enfoque dessa realidade social fundamenta-se nos conceitos de gênero (SCOTT, 1990) e desenvolvimento (HETTNE, 1992; ESTEVA, 2000; PIETERSE, 2000; BARRETO FILHO, 2006; PARPART, 2008; ALVAREZ *et al.*, 2009; LAUTIER, 2009).

É importante salientar que a temática de interface entre gênero e desenvolvimento operacionaliza categorias originárias de campos teóricos distintos, de modo que, novamente como pressuposto, ambos os conceitos tornam-se estratégias ideológicas e políticas que ora entram em confronto, ora direcionam-se para um ponto comum. Em vista da *interrelação* entre gênero e desenvolvimento, no campo de produção de conhecimento, e da sua *intercalação* de conflito e convergência no espaço político, este estudo buscou respostas acerca da aproximação e/ou distanciamento entre os discursos assumidos, de um lado, por quem elaborou e conduziu as políticas dirigidas às mulheres empreendedoras e, de outro, pelas trabalhadoras que participaram dos dois Programas destacados.

Esta pesquisa foi impulsionada pela constatação de que, ao instituir o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), em 2004, o Estado brasileiro oficializou uma terminologia que realça a coexistência, ou para além disso, o entrelaçamento das dimensões referentes à vida familiar e ao exercício profissional das mulheres¹. Inicialmente, o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (PTEM, a sigla tem a variação PNTEM em algumas fontes), implementado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM em

¹ O PNPM foi analisado em minha monografia de graduação em ciências sociais: “PSEG, substantivo comum de dois gêneros: uma análise da implementação do Programa de Equidade de Gênero no Serviço Federal de Processamento de Dados”.

parceria com outras entidades, desde 2009² no Distrito Federal, foi selecionado como recorte da realidade social que se pretendia compreender. Durante o trabalho de campo, o Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta (ou, simplesmente, *Com Licença* como as servidoras públicas e as beneficiárias se referiam a ele), executado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) e pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), desde 2009, foi apontado por algumas agentes entrevistadas como um possível, mas também controverso, desdobramento do PTEM no DF. Desta maneira, o objeto de análise foi composto pelas duas iniciativas políticas, PTEM e *Com Licença* dirigidas a mulheres trabalhadoras usuárias dos serviços de assistência social, no período de 2009 a 2011, no Distrito Federal.

A inquietação despertada pela linguagem adotada pelo governo, referente à condição das mulheres no mundo do trabalho, contribuiu diretamente para a elaboração das duas principais questões norteadoras, isto é, o problema deste estudo:

- a) Como se constituiu o espaço político de elaboração e execução daqueles dois programas de trabalho dirigidos às mulheres? Quais teriam sido os seus termos de funcionamento?
- b) A relação de diálogo mantida entre o Estado e a sociedade civil, na instância do governo federal, manteve-se preservada até as operações realizadas em nível local (estadual, distrital, comunitário)?

Oficialmente, o PTEM e o *Com Licença* teriam sido estratégias de “governabilidade democrática e inclusiva”³, contudo, as perguntas supracitadas expressam a busca de entendimento que ultrapassa a aparência imediata e formal do processo político institucionalizado. Logo, a pesquisa caracterizou-se como uma abordagem qualitativa sobre como agentes diversos/as alinham seus interesses, dando substância às duas ações políticas mencionadas.

Outras questões que se agregaram às duas anteriores decorreram da temática abrangente de gênero e desenvolvimento: de onde emanaram as vozes que se materializaram no discurso oficial de desenvolvimento atravessado pelo gênero? A parcela da sociedade a que esse discurso se destinou na forma do Programa Trabalho e Empreendedorismo da

² Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW; Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, governos distrital e estaduais. Haverá maior detalhamento adiante.

³ Ver ambas as edições do PNPM citadas.

Mulher, seguido pelo Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta, reconheceu-se no perfil pré-estabelecido? Poderíamos afirmar que tais programas contribuíram com o processo de construção do *status* de cidadania daquelas trabalhadoras, reforçando a ideia de emancipação e autonomia das mulheres defendida pelo Estado?

Em suma, esta pesquisa buscou descrever, compreender e explicar a conjugação de discursos e interesses concernentes às relações de gênero no espaço político materializado mediante a implementação do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PTEM e do Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta. Cumpre ressaltar que, quando evoca os interesses das beneficiárias dos Programas, o ponto de vista aqui mantido inclui a dimensão das relações familiares dessas mulheres.

Como contraponto às dinâmicas institucionalizadas do PTEM e do *Com Licença*, incluiu-se um grupo de trabalhadoras/empreendedoras autônomas de Planaltina nesta abordagem. O Projeto Mulher Artesã contava com cerca de trinta e cinco participantes e tinha como principal atividade a promoção de uma feira semanal no centro daquela cidade-satélite. Nenhuma das suas integrantes participou dos programas de trabalho aqui analisados, mas desenvolviam iniciativas em prol da melhoria das condições de vida da comunidade. Apesar de não estar inserido no espaço político oficial, o grupo instaurou um espaço *alternativo/informal* como estratégia de fortalecimento e de conquista de visibilidade.

O Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (doravante, PTEM) teve início no Rio de Janeiro em 2007. A iniciativa foi conduzida em parceria entre a então Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM⁴, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE⁵; Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW⁶; Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH e Banco da

⁴ “Associação civil sem fins lucrativos, criada em 1º de outubro de 1952, com sede no Rio de Janeiro”. Sua missão expressa-se nos seguintes termos: a promoção ética, suprapartidária e transparente do “desenvolvimento institucional” e autônomo dos municípios. O enfoque do IBAM está posto sobre a formulação de políticas, a prestação de serviços e o fomento do desenvolvimento local.

Disponível em: <http://www.ibam.org.br/info/institucional/16>.

⁵ “Entidade privada sem fins lucrativos” fundada em 1972. Afirma ter como missão a promoção de “competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte”. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/sebrae>.

⁶ “Organização Não-Governamental sem fins lucrativos, apolítica, e não assistencial”. Foi criada, em 1930 na Suíça, e está presente, no Brasil, desde 1987. Sua missão consiste em “agregar mulheres de negócios e profissionais, orientando e coordenando seu desenvolvimento pleno nas esferas de poder público e de mercado.” Disponível em: <http://www.bpwbrasil.org/principal/50.html>

Mulher⁷.

A partir de 2009, o programa estendeu-se até os estados de Santa Catarina, Pernambuco, Pará e o Distrito Federal, relacionando uma noção específica de empreendedorismo⁸ com a perspectiva das relações de gênero. Nos documentos operacionais, o PTEM apresentava o empreendedorismo como uma alternativa que poderia tornar rentáveis diversas atividades desempenhadas por mulheres, mas desvalorizadas tradicionalmente, diminuindo a desigualdade de poder exercido por homens e mulheres na vida pública e, também, nas relações familiares. Agregada a esse primeiro uso do termo, estava a ideia de empreendedorismo como estratégia de desenvolvimento, uma vez que ao ser adequadamente incentivado, culminaria com o crescimento da economia e com a diminuição dos índices de pobreza na localidade. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁹, serviu como base para a elaboração das diretrizes do PTEM e como indicador na seleção das localidades onde o Programa seria implantado (IBAM, 2011).

O principal marco legal referente ao PTEM foi a Constituição Federal de 1988 com a validação da igualdade entre homens e mulheres. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres com autoridade equivalente a de ministério, em 2003, representou um avanço ao institucionalizar, por meio do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, os esforços mantidos pelos movimentos de mulheres – sendo o feminista uma de suas facetas mais significativas - em prol da emancipação feminina e de maior envolvimento do Estado e de outros setores da sociedade com essa causa (que pode ser flexionada no plural sem prejuízo para o seu significado). Em nível internacional, em 2010, no âmbito dos Objetivos do Milênio (ODMs)¹⁰, projeto de caráter supranacional coordenado pelo PNUD, o PTEM foi enumerado

⁷ O Banco da Mulher atua por meio de rede de afiliadas, no Brasil, desde 1984. O BM se autodefine como instituição de microcrédito, sem fins lucrativos. Está qualificada como OSCIP voltada ao “desenvolvimento humano e financeiro das mulheres com poucos rendimentos”.

Disponível em: https://sistema.planalto.gov.br/spmulheres/textos/BC%2520MULHER/Jornal_novdez.pdf

⁸ O conceito de empreendedorismo não compõe o marco teórico desta pesquisa cuja preocupação central são as relações entre instituições e trabalhadoras e entre trabalho (significado amplo) e família. De toda maneira, nos documentos do PTEM, foi apresentada a seguinte definição: “O empreendedorismo é acima de tudo uma atitude mental que engloba a motivação e a capacidade de um indivíduo, isolado ou integrado numa organização, para identificar uma oportunidade e para concretizar com o objetivo de produzir um determinado valor ou resultado econômico.” FONTES, Angela M. Diversidade, igualdade entre os sexos e valorização da mulher. Seminário COEP – COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2008.

⁹ O IDH foi concebido na década de 1990 em oposição à centralidade ocupada pelo aspecto econômico na noção de desenvolvimento vinculada ao PIB. Ver <http://www.pnud.org.br/idh/>.

¹⁰ Ver Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento – Brasília: Ipea, 2010.

como uma entre as principais iniciativas brasileiras com vistas ao cumprimento do objetivo 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres (IPEA, 2010).

De forma esquemática, a construção do objeto de pesquisa contemplou os seguintes aspectos relacionados com o desenvolvimento do PTEM:

- a) Os níveis de articulação referentes ao espaço político em que ocorreram a elaboração e implementação do programa: o primeiro com abrangência nacional (o diálogo entre governo federal, governos estaduais/ distrital e organizações da sociedade civil); o segundo, local que diz respeito aos processos realizados entre técnicas/os responsáveis pelo acompanhamento do programa e as beneficiárias das ações.
- b) a necessária seleção de um caso entre as localidades onde o PTEM foi implementado, visando a uma análise mais aprofundada principalmente acerca das articulações observadas no segundo nível indicado acima. Neste sentido, o Distrito Federal - DF foi definido como *locus* empírico.
- c) a delimitação temporal, iniciando-se com a instituição nacional do programa em 2007, passando pelo ciclo das atividades no Distrito Federal (março de 2009 a junho de 2010) e estendendo-se até 2011 com o prosseguimento de uma política do governo distrital – GDF, em moldes semelhantes ao PTEM, o Programa “Com Licença, Eu Vou à Luta”, lançado em 2010 pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST.

ii – Contribuições mútuas entre esta pesquisa e a proposta interdisciplinar do CEPPAC

De forma geral, o esforço analítico empreendido neste trabalho alinha-se com os princípios básicos da sociologia compreensiva e da antropologia interpretativa. Conquanto não utilize a tipologia da ação social proposta Weber (2004), é possível afirmar semelhanças entre o escopo deste estudo e o objetivo apresentado por aquele autor quanto à compreensão das motivações que orientam as ações dos indivíduos. No âmbito do PTEM e do *Com Licença*, foram considerados/as agentes individuais e institucionais.

Quanto à interpretação dos elementos que integram determinado contexto cultural, a minha proposta buscou aproximar o contexto de análise dos dois programas selecionados com a perspectiva de Geertz (1989) sobre a vocação antropológica de “iluminar respostas dadas por outros”. A via de obtenção dessas respostas seria, segundo o autor, a “aproximação com

os nativos, em conversas com eles, pensando de forma criativa e imaginativamente com eles”. Desta maneira, se confirmaria, como objetivo da antropologia, o alargamento do universo do discurso humano.

Com relação ao PTEM e ao *Com Licença*, a análise dos processos desencadeados por ambas as iniciativas foi realizada como uma decifração de códigos, em uma aproximação com a crítica literária, pois tratava-se de discursos em jogo no contexto dos programas analisados.

Tal proposta de abordagem situada em duas áreas de conhecimento das ciências sociais remete à perspectiva interdisciplinar adotada pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC que, por sua vez, ofereceu aporte teórico de fundamental importância para a construção do objeto investigado, bem como para a possibilidade de combinação de procedimentos metodológicos variados. Refiro-me, especificamente, aos estudos sobre o paradigma hermenêutico¹¹ (CARDOSO DE OLIVEIRA, R., 1988; TEDLOCK, 1986) e sua validação a partir de intensos questionamentos e críticas dirigidas às bases do conhecimento moderno (racionalidade e universalidade). A ideia de “desordem” ocorrida na matriz disciplinar das ciências sociais (da antropologia mais estritamente), na metade do século XX, iluminou as discursividades como um possível elo entre os campos teóricos do desenvolvimento e do gênero.

Ainda a esse respeito, Santos (2007)¹², afirma que a modalidade interdisciplinar teria surgido em face das contingências contemporâneas que não são abarcadas pelas categorias clássicas. A título de exemplificação, a autora alude aos estudos feministas como uma construção epistemológica viabilizada pela aproximação e/ou integração de aparato teórico e metodológico de diversas áreas, dado o caráter do objeto, qual seja, relações de poder que envolvem dimensões múltiplas, inclusive a de desqualificação no interior do campo científico. A interdisciplinaridade feminista se configuraria, portanto, enquanto via de conhecimento a respeito do objeto investigado, mas também do sujeito que pesquisa, bem como do campo em que a prática científica ocorre.

Esta pesquisa pode ser descrita como o esforço de captar, através da incursão no campo, o conjunto de interesses, valores e, em alguma medida, sentimentos que impulsionou as dinâmicas do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PTEM. Em outras

¹¹ Um dos módulos da disciplina Paradigmas em Ciências Sociais ministrada no 1º semestre de 2010.

¹² Uma das referências no programa da disciplina Teoria e Métodos ministrada, no 2º semestre de 2010.

palavras, o objetivo foi alcançar o contexto segundo as “categorias nativas”¹³ e analisá-lo à luz do quadro referencial teórico constituído para este fim e detalhado adiante.

O trabalho manteve-se vinculado à linha de pesquisa “Processos de Desenvolvimento” (existente até 2011), sendo consequente o ajustamento da categoria “desenvolvimento” à elaboração do problema, à construção do objeto e seleção do referencial teórico empregado. Com este alinhamento teórico-metodológico, buscou-se ressaltar a mudança social (ou o seu potencial) presente como diretriz nas ações institucionais relacionadas com o PTEM e o *Com Licença*, observando-se o espaço político que se constitui como cenário.

A despeito de esta não ser uma proposta de estudos comparados sobre as Américas, pois o objeto investigado esteve circunscrito ao contexto sociocultural e político do Brasil, a realização desta pesquisa no CEPPAC produziu subsídios para que o cenário internacional latino-americano das políticas públicas de trabalho, com viés de gênero, seja compreendido. Sobre essa possibilidade, no capítulo 2, são apresentadas as expectativas da Secretaria de Políticas para as Mulheres de que as suas iniciativas referentes ao mundo do trabalho (a exemplo do PTEM) componham, a partir de 2012, um conjunto de ações no âmbito da cooperação técnica entre Brasil e Organização Internacional do Trabalho (OIT), efetivando a temática de gênero na Agenda Nacional de Trabalho Decente¹⁴.

Cumprе esclarecer que, na América Latina e Caribe, desde 2006, encontra-se em vigor a Agenda Hemisférica de Trabalho Decente, reunindo os países em bloco e suscitando interações que tocam, além das coalizões entre os Estados nacionais, a Organização das

¹³ Dois trabalhos em que o paradigma hermenêutico é objeto de reflexão acerca das suas contribuições para a vertente dialógica da antropologia: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1988; TEDLOCK, 1986.

Para Roberto Cardoso de Oliveira (*ibid.*), das relações dialógicas no campo, entre pesquisador/a e pesquisado/a, resultaria “um saber negociado”, polifônico em que o ponto de vista do/a pesquisador/a não prevaleceria como soberano, antes integrando-se com a perspectiva do/a nativo/a de tal modo que os horizontes, mediante a articulação ou confrontação discursiva, fundiriam-se.

Dennis Tedlock (*ibid.*) critica a ausência da fala nativa na narrativa etnográfica, lançando a indagação sobre qual seria o lugar de fala do nativo na produção antropológica. Para o autor, o que distinguiria as ciências sociais das exatas seria o momento de conversa, sobre a realidade observada, entre observador/a e os/as que dela tomam parte.

A interação entre observador/a e nativo/a é sugerida por Tedlock, com vistas a solucionar o “silenciamento nativo” na antropologia, seria a “intersubjetividade humana”, que também pode ser chamada de território da “interobjetividade humana” (BENETTA, 1975 apud TEDLOCK, *ibid.*) no sentido de “um repertório de conhecimentos e expectativas, ou cultura comum, que foi compartilhado com os participantes e foi criado a partir da interação com os mesmos”.

¹⁴ A definição de trabalho decente consiste em “trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna” (OIT, 2006a; 2006b). Apesar de sua oficialização em 2003, ações da Agenda Nacional de Trabalho Decente relacionadas com a temática do gênero não haviam sido efetivadas até 2011.

Nações Unidas (ONU), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e a Sociedade Civil.

iii - Referencial teórico

À medida que planejava a investigação dos discursos e interações relacionados à questão de gênero, no contexto das políticas públicas, procurei o apoio dos estudos feministas. Foi fundamental, para este trabalho, a teorização crítica feminista dirigida aos saberes estabelecidos como neutros e às políticas elaboradas sob a alegação de que as mulheres estariam obrigatoriamente incluídas na ideia de “todo”/ universal.

Julgo oportuno o esclarecimento de que, durante este exercício científico, houve um empenho permanente no sentido de evitar o embaraço acarretado pelo que Ruth Cardoso (2004) chama de “pragmatismo”, isto é, o frequente “engajamento” de cientistas sociais com o tema estudado, algo como uma contaminação do objeto com os afetos do/a pesquisador/a ou como a ofuscação da realidade pela subjetividade incontida do/a cientista militante¹⁵. Entendo que a identificação entre posição social do/a pesquisador/a e a investigação realizada por este/a não se coloca como impedimento ao alcance da objetividade. Ao contrário disso, a identificação explícita consiste em elemento fundamental para uma abordagem que pretenda compreender determinado fenômeno social através da interpretação. Sobre a inevitável relação entre valores e investigação social, Goldenberg (2004) destaca a noção de “objetivação”, a partir de sua leitura de autores como Weber, W. Mills, Bourdieu e Becker, como um estado de constante (auto)vigilância mantido pelo/a cientista social.

A tarefa do pesquisador é reconhecer o *bias* para poder prevenir sua interferência nas conclusões. Para os autores citados, não existe outra forma para excluir o *bias* nas ciências sociais do que enfrentar as valorações [...]

Outra maneira de evitar o *bias* é assumir, também conscientemente, "de que lado o pesquisador está", explicitando esta escolha nas conclusões da pesquisa. (GOLDENBERG, 2004: 45 e 48).

No que tange à confrontação analítica de desenvolvimento (seus processos sociais e econômicos de indução ao crescimento e ao progresso) e gênero, este trabalho aproximou-se de uma linha de reflexão consolidada a partir do final dos anos 1960 que tem como marco o trabalho de Ester Boserup¹⁶, precursora das discussões em torno da inclusão das mulheres no

¹⁵ O espaço que cabe à subjetividade, no campo das ciências sociais, tem sido uma questão epistemológica desde, pelo menos, as reflexões sobre objetividade e juízo de valor apresentadas por Weber (2001). Em seu ponto de vista, a ciência se caracterizaria como ordenamento conceitual dos fatos, diferentemente da atividade política, dedicada a exposição de ideais e juízos de valor.

¹⁶ *Woman's role in economic development* publicado em 1970.

desenvolvimento. Atualmente, o debate teórico e político centraliza a transversalização de gênero no planejamento do desenvolvimento e da instrumentalização das mulheres sob alegação de incluí-las nas políticas de desenvolvimento (RATHGEBER, 1990; ESCOBAR, 1995; MACHADO, L.M.V., 1997; SIMIÃO, 1999; PARPART *et al*, 2000; FERREIRA, 2004).

O pensamento feminista, segundo Machado, L.Z. (1994), caracteriza-se como “crítica ao poder masculino e saber dominante” e ao “acesso privilegiado do masculino à ideia de neutro”. Com esse argumento, justifico a seleção de autoras/es com quem este trabalho se alinha. Além disso, considere a afinidade entre feminismo, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade percebida por Santos (2007) no que diz respeito à influência recíproca entre contexto/ posição social e a construção do conhecimento.

Também neste trabalho, o emprego do conceito de gênero ocorre em conformidade com a proposta de Scott (1990), remontando a distribuição desigual de poder nas relações sociais em razão das noções de masculino e feminino. Dito de outra forma, a ideia de gênero evoca o ordenamento social das relações entre homens e mulheres e de seus atributos. No campo feminista, esse conceito é utilizado com vistas a realçar o “caráter social das distinções baseadas no sexo”, que se refletem na hierarquização dos papéis sociais desempenhados por mulheres e homens, cabendo a esses últimos a maior parcela de prestígio e poder. Ou seja, aquilo que se designa feminino ou masculino é entendido como uma espécie de marca percebida nos indivíduos por meio dos valores e representações culturais. O gênero vincula-se, frequentemente, a justificativas de cunho biológico porque a cultura é naturalizada no meio social, deixando de ser questionada quanto à relatividade de seus valores e prescrições.

Optei pela utilização da categoria “divisão sexual do trabalho” (HIRATA & ZARIFIAN, 2009; KERGOAT, D., 2009), no contexto das relações sociais de gênero¹⁷, em virtude da sua incidência sobre noções como tradição e papéis sociais. Ao integrar conceitos filiados a propostas distintas, esta reflexão pretendeu avançar rumo à superação do modelo de organização binária do trabalho na forma de homens circunscritos à esfera pública e atividades produtivas enquanto às mulheres caberiam a esfera privada e atividades reprodutivas. No contexto específico do PTEM e do *Com Licença*, buscou-se o

¹⁷Ciente das divergências conceituais entre as escolas anglo-americana e francesa referentes ao gênero e às relações sociais de sexo, encaminhei as análises deste estudo no sentido de conciliar as contribuições de ambas as perspectivas feministas.

esclarecimento de aspectos referentes à tendência de mudança na atribuição de responsabilidades, por gênero, no tocante ao sustento da família e aos cuidados domésticos.

Nas formulações de Kergoat, D. (*ibid.*), o trabalho é a “base material das relações sociais de sexo”/ gênero. Já Hirata & Zarifian (*ibid.*) destacam as concepções de trabalho como ação humana genérica e como reflexo da capacidade individual de transformação. Oficialmente, o PTEM e o *Com Licença* surgiram como incentivo das habilidades produtivas das mulheres que, por falta de capacitação adequada, não conseguiriam convertê-las em rendimento. As beneficiárias dos programas possuíam perfis diversificados, sendo que algumas delas já participavam de associações, enquanto outras jamais haviam comercializado qualquer item de sua “arte”. A categoria trabalho, associada à ideia de atribuição de tarefas por gênero, serviu para desvelar as implicações do trânsito daquelas mulheres entre os domínios da vida doméstica (não-trabalho/ não rentável) e da vida pública (trabalho/ rentável).

A ideia de espaço público (FRASER, 1999; 2002) viabilizou a abordagem dos programas a partir da ocorrência de interações e discursos. A reflexão de Fraser (*ibid.*) acerca do acesso desigual das coletividades às instâncias de tomada de decisão foi central neste estudo. Com esse enfoque, “interação comunicativa” e “interesses coletivos” surgiram como noções hegemônicas (patriarcal e burguesa), de maneira que os interesses de segmentos sociais não dominantes permaneciam negligenciados.

Ainda sobre o espaço público, outra base teórica foi a perspectiva de Strathern (2006) com a argumentação de que as atividades desempenhadas pelas mulheres são obscurecidas mediante uma avaliação que utiliza “critérios de importância pública”. A autora destaca o aspecto da incorporação, por via da subordinação, do espaço privado pelo público. O público, conforme seu entendimento, nada mais é do que uma construção simbólica que resulta da mesma classificação cultural que elabora, diferencia e hierarquiza os gêneros masculino e feminino. Pensar sobre o espaço público serviu para facilitar o entendimento das posições assumidas pelas trabalhadoras, a partir/ durante/ após o processo de implementação do PTEM e do *Com Licença*, no espaço público - político oficial - e junto à família.

O conceito de espaço público informal de Paoli e Telles (2000) relaciona-se com estratégias e ações perpetradas pelos segmentos sociais com vistas a se inscreverem como sujeitos coletivos de fala e de direitos. Segundo as autoras, o espaço público informal não teria um formato pré-estabelecido, moldando-se a interesses e necessidades circunstanciais.

Essa ideia auxiliou na compreensão da realidade social das participantes e das não-participantes dos programas no contexto relativo à família e à comunidade. Em ambos os grupos, diante da ausência ou limitação das políticas públicas e da dificuldade de interlocução com as instituições, as trabalhadoras passaram a compartilhar suas histórias de vida e dificuldades referentes às condições de trabalho; desenvolveram uma rede de solidariedade, prestando auxílio umas às outras; iniciaram discussões sobre como se aproximar do governo e das entidades parceiras, de maneira a obter o apoio necessário.

Sobre a concepção de desenvolvimento, na literatura revisada (HETTNE, 1992; ESTEVA, 2000; PIETERSE, 2000; BARRETO FILHO, 2006; ALVAREZ *et al.*, 2009; LAUTIER, 2009), pelo menos um consenso foi identificado: não há quem se disponha, entre esses/as autores/as a defender a validade de uma única definição para o termo. Ciente dessa polissemia, este trabalho realça a categoria desenvolvimento no sentido de “contínua transformação de condições, padrões ou situações culturais, políticas, sociais e econômicas de uma região, sociedade ou país considerado subdesenvolvido” (ALVAREZ *et al.*, *ibid.* p. 89), que se manifesta em escala global, é conduzida pelos Estados nacionais e envolve processos de naturezas diversificadas (LAUTIER, *ibid.*).

Há que se atentar, também, para os possíveis usos da noção de desenvolvimento nas formas de teoria, estratégia e ideologia (HETTNE, *ibid.*) e, em decorrência desse valor instrumental, devem ser considerados os agentes que se apropriam de seu significado, adaptando-o de acordo com seus interesses (PIETERSE, *ibid.*; BARRETO FILHO, *ibid.*). Segundo tal orientação teórica, este estudo buscou esclarecer como processos de ordem política, cultural e econômica, na esfera de ação do Estado brasileiro, se aproximaram da questão da autonomia da mulher, elegendo o trabalho e, mais especificamente, a capacitação para o empreendedorismo como uma das principais iniciativas em sua agenda.

iv – Metodologia

No esforço de conciliar perspectiva feminista e sociologia do desenvolvimento, esta pesquisa combinou elementos abstratos, isto é, a maneira de pensar das/os agentes pesquisadas/os (significados atribuídos as suas ações) com a abordagem empírica da realidade mediante levantamento documental e entrevistas em profundidade. Becker (2007) defende o cruzamento de métodos, mesmo quando diversos, com vistas a beneficiar a investigação social. Para o autor, diante de um contexto peculiar, cabe a improvisação metodológica com o emprego de técnicas variadas. Em face dessas considerações, este estudo qualitativo e

interpretativo (hermenêutico) manteve-se alinhado com a ideia de “metanarrativas” proposta por Barret (1999), de (inter)relação entre sujeito e objeto na pesquisa de campo defendida por Dias (1992) e de imbricação de aspectos do contexto social na construção do conhecimento apresentada por Dias (*ibid.*), Barret (*ibid.*) e Parpart (2008).

Houve, portanto, o esforço em compreender qual foi o ponto de vista assumido pelo Estado e suas parcerias quanto à promoção dos direitos das mulheres. Ou seja, tentou-se esclarecer como a perspectiva de gênero tem sido assimilada na agenda de políticas públicas que, cumpre enfatizar, visa ao desenvolvimento. Também, considerou-se a percepção das beneficiárias dos programas de trabalho sobre sua experiência, ou ainda, sobre a adequação das diretrizes dos programas a sua realidade; sobre a satisfação de suas expectativas, necessidades e objetivos; sobre como experimentaram a implementação desses programas: perceberam-se como usuárias apenas? Avaliaram sua participação como co-responsabilidade durante a execução da política?

Os termos “interpretação”, “perspectiva”, “ponto de vista” e “discurso”, neste texto, expressam aquilo que Barrett (1999) denomina de “movimento das ‘coisas’ para as ‘palavras’”, nas teorias sociais, em alusão, segundo afirma, a Foucault. Esse teria sido o momento em que a “abordagem tradicional 'canônica' foi desestabilizada”, sendo substituída pelas teorias pós-modernas. A autora utiliza a ideia de pós-modernidade como referência às teorias sociais contemporâneas e sua crítica ao “falso” universalismo científico e à razão iluminista.

Acerca do feminismo, um projeto ao mesmo tempo teórico e político, Barrett (*ibid.*) entende que, com o “deslocamento paradigmático” pós-moderno, a reflexão se redirecionou das questões estruturais para a representação e a simbolização. A autora esclarece que, como resultado dessa mudança, o pensamento feminista passou a utilizar a “ficcionalização metafórica”, de maneira a se contrapor às “pretensões objetivistas da racionalidade” herdadas do iluminismo. Os artifícios literários adotados pela teoria feminista, simultaneamente, viabilizariam e refletiriam uma modificação radical dos modelos explicativos da sociedade. A esse respeito, a autora declara: “É interessante notar, também, que os comentários e as discussões culturais feministas tendem a se inspirar nos prazeres da ficção: as coisas que queremos escrever e ler a respeito são romance, crime, melodrama etc”(BARRETT, 1999: 112). E mais: “linguagem tem o poder de construir, não apenas de expressar, significados”. Ao dialogar com campos disciplinares institucionalizados, portanto delimitados, os estudos

feministas, segundo Barrett (*ibid.*), têm a permanente “ambição de transcender” esses limites.

Dias (1992) explica que o pensamento feminista enfatiza a realidade como experiência subjetiva, baseando-se em tradições metodológicas como a “fenomenologia, hermenêutica e a sociologia subjetivista”. A autora define a teoria feminista como uma “perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”, como um “domínio inóspito para quem sofre de ansiedade cartesiana” e como um campo “de estudos renovadores”, “necessariamente polêmicos”, “delimitados pela vanguarda do conhecimento contemporâneo”. E, no tocante aos procedimentos de pesquisa, afirma: “Há que recorrer a tipos de conhecimento em que sujeito e objeto estejam diluídos um no outro, pois o engajamento faz parte da crítica feminista” (DIAS, *ibid.*: 41).

Em consonância com as considerações de Barrett (*ibid.*), Dias (*ibid.*) entende a construção do campo intelectual feminista como alternativa ao modelo epistemológico fundamentado nas diretrizes modernas de “sujeito universal”, “verdade” e “razão”. Antecipando-se à perplexidade que tais apontamentos eventualmente suscitem, Dias (*ibid.*) atenta a que os estudos das mulheres criticaram, exaustivamente durante o século XX, os valores ideológicos que impregnariam a concepção tradicional de um sujeito cognoscente universal, invariavelmente burguês, branco e homem. As teorias feministas explicitaram (e ainda fazem-no) a existência de um “sistema de dominação cultural” (de classe, de raça e de gênero) como norteador da organização do conhecimento científico.

O dilema com que se defrontam os estudos feministas, conforme Dias (*ibid.*) e (BARRETT, *ibid.*), diz respeito à necessidade destes de tratar o tema da exclusão das mulheres, nos espaços *visíveis*, a partir de categorias de análise atravessadas pela lógica da dominação. Para Dias (*ibid.*), a reformulação da linguagem científica impõe-se como necessidade, de forma a viabilizar o alcance e a compreensão dos significados envolvidos nas experiências concretas das mulheres. Haveria, portanto, um forte interesse no campo intelectual feminista de “desconstruir valores ideológicos” nos quais se estabeleceriam os ditames científicos apresentados, falsamente, como totalidades universais.

Documentar o atípico não quer dizer apontar o excepcional, no sentido de episódico ou anedótico, mas justamente encontrar um caminho de interpretação que desvende um processo importante até ali invisível, por força da tonalidade restrita das perguntas formuladas tendo em vista o estritamente normativo.

[...]

Ao contrário de construir área de saber restrita e marginal, os estudos da mulher têm se revelado capazes de contribuir para a renovação de mananciais importantes das Ciências Humanas como um todo (DIAS, 1992: 40).

Ao abordar a interseção gênero/ desenvolvimento, em escala global, Parpart (2008) mantém um ponto de vista em sintonia com as duas críticas feministas da ciência *tradicional* apresentadas acima (BARRETT, *ibid*; DIAS, *ibid.*). Também para essa terceira estudiosa, as teorias sociais contemporâneas, aquelas denominadas pós-modernas, desafiam a noção de verdade universal como pressuposto científico. Segundo sua reflexão, tanto o iluminismo quanto o pensamento marxista consistiriam em “metanarrativas hegemônicas” impregnadas de valores sociais e políticos de um tempo determinado. Em vez de explicar de maneira neutra uma pretensa realidade universal, essas “metanarrativas” se caracterizariam como “discursos privilegiados que negaram e silenciaram discursos concorrentes”.

Parpart (*ibid.*) diz concordar com a proposta de Lyotard de tornar a teoria social “pragmática, ad hoc, contextual e local”, distanciando-se da pretensão dos esquemas explicativos universalizantes. Assim como Barrett (1999), Parpart (*ibid.*) afirma que feminismo, em suas múltiplas vertentes teóricas, propõe “uma nova abordagem, uma diferença que reconhece e aceita a necessidade de explorar o concreto, as experiências vividas por mulheres em diferentes culturas”.

Ao referir-se a desenvolvimento, no sentido de ideologia e estratégias políticas, essa autora observa que antes do fortalecimento da perspectiva de gênero naquele espaço, “desenvolvimento para as mulheres do ‘Terceiro Mundo’ significava torná-las mais ocidentais, mais modernas”. Antes de haver uma efetiva articulação teórica entre desenvolvimento e gênero, o planejamento político focalizava uma pressuposta necessidade de modernização das mulheres do Terceiro Mundo, sem tentar compreender os seus hábitos, as suas maneiras de conduzir a vida (PARPART, *ibid.*).

As reflexões sintetizadas acima tornam-se semelhantes quando propõem uma produção teórica centralizada na experiência das mulheres em determinado contexto. As perspectivas de Barret (*ibid.*), Dias (*ibid.*) e Parpart (*ibid.*) foram a base da metodologia utilizada nesta pesquisa. Segundo as próprias estudiosas, as suas considerações metodológicas mantêm-se em sintonia com a hermenêutica¹⁸ que permeia a antropologia interpretativa, a sociologia subjetivista e a análise de discursos da crítica literária.

¹⁸ Nas páginas 12 a 14, esclareci quão decisivos foram, para este trabalho, os estudos sobre o paradigma hermenêutico, no âmbito das ciências sociais, no tocante à interpretação dos sentidos atribuídos por agentes pesquisados/as as suas ações, bem como à possibilidade do/a pesquisador/a estabelecer efetivo diálogo com os grupos “nativos”.

Os procedimentos de investigação consistiram na identificação dos discursos circulantes no *locus* empírico e na interpretação desses à luz dos conceitos de gênero, desenvolvimento, divisão sexual do trabalho, espaço público e espaço político informal. Para além disso (ou a partir daí), a narrativa da pesquisa foi elaborada de maneira que a perspectiva das trabalhadoras, em questão, além de ser referência dos processos analisados, fornecesse figuras de linguagem (metáforas para as interações entre os/as agentes no espaço selecionado). Isto é, alguns termos aqui utilizados para explicar e ilustrar etapas da pesquisa foram tomados de empréstimo da realidade vivida, especialmente, por trabalhadoras que lidam com o artesanato. Esta opção expressa a utilidade construtiva e performativa do discurso, superando sua função meramente denotativa. Dito de outra forma, busquei atribuir maior visibilidade ao contexto analisado, utilizando algumas metáforas referentes às experiências das mulheres participantes e também das não-participantes dos dois programas selecionados.

Caracterizo, portanto, este trabalho como um conjunto de interpretações resultantes de um contato dialógico entre uma perspectiva interdisciplinar das ciências sociais e a(s) perspectiva(s) das/os agentes posicionadas/os no espaço das interações de ambos os programas. Quanto ao ponto de vista da pesquisadora, fui ao encontro delas (e dos dois trabalhadores ouvidos) munida de pressupostos extraídos de teorias sobre relações de gênero e trabalho, sobre gênero e desenvolvimento, sobre interações no espaço público. Elas (as beneficiárias, as não-beneficiárias, as técnicas da SPM e do GDF e a representante da BPW), por sua vez, na condição de interlocutoras, relataram a sua experiência a partir da assimilação de um discurso a respeito de como aquelas iniciativas resultariam na emancipação das mulheres.

Na investigação, foram empregadas as técnicas de análise documental e entrevista em profundidade orientada por *roteiro semi-estruturado*. A primeira técnica possibilitou o mapeamento das interações atinentes ao PTEM e ao *Com Licença* e o cruzamento de discursos, especialmente, no nível mais amplo de relações institucionais. Também nos documentos produzidos pelos parceiros responsáveis pelas iniciativas, foram identificados os aspectos que inspiraram a pauta tratada nos encontros com as representantes das instituições e com as/os trabalhadoras/es. As entrevistas não foram conduzidas com base em perguntas fechadas, mas a partir de questões mais amplas com as quais, pressupostamente, cada

segmento de agentes teria maior familiaridade. Foram observados os seguintes direcionamentos:

a) beneficiárias: rotina anterior, durante e posterior a sua participação nos programas (organização do tempo e tarefas, convívio familiar); autopercepção: suas perspectivas e desejos (motivaram a participação nos programas ou surgiram como resultado da experiência); avaliação dos programas: atuação dos parceiros institucionais e de sua própria atuação como agente.

b) instituições: contextualização da interlocução de cada entidade com a SPM e demais envolvidos; incorporação da perspectiva de gênero; condições de atuação (autoavaliação das dificuldades, êxitos e desafios); avaliação dos programas e da atuação dos parceiros.

Esta pesquisa não se realizaria sem o auxílio das técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Elas executavam as ações dos programas na base e foram as responsáveis pela liberação dos dados das participantes. Basicamente, a seleção das cidades-satélites (Gama, Planaltina, Samambaia e Taguatinga) foi determinada pela viabilidade de comunicação com as unidades do CRAS.

Também foram imprescindíveis os relatos fornecidos pelas beneficiárias do PTEM e do *Com Licença* sobre a sua experiência. O contato travado com as trabalhadoras, nas suas comunidades, viabilizou uma análise não restrita à versão oficial e unívoca dos parceiros institucionais.

No total, foram entrevistadas vinte e oito pessoas distribuídas da seguinte forma:

- a) Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) – a responsável pela coordenação nacional do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher mais duas técnicas;
- b) Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais/ Business Professional Women (BPW) – a presidente da entidade;
- c) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) - uma técnica ligada à Subsecretaria de Assistência Social e uma técnica vinculada à Assessoria de Comunicação;
- d) Secretaria do Estado de Trabalho do Distrito Federal (SETRAB)/ Casa do Artesão - uma técnica;
- e) Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – Gama/ uma técnica; Planaltina/ uma técnica; Samambaia/ uma técnica; Taguatinga/ uma técnica;

- f) Beneficiárias – Ceilândia/ uma; Gama/ três; Samambaia/ três; Taguatinga/ três;
- g) Projeto Mulher Artesã de Planaltina que não participou das iniciativas/ cinco mulheres e dois homens.

Ocorreram dez entrevistas com participantes do PTEM e do *Com Licença* entre os meses de outubro e dezembro de 2011. A duração média do tempo de conversa foi de quarenta minutos, variando entre vinte minutos (a mais curta, em uma feira no centro de Taguatinga) e duas horas (a mais longa, no Gama). Nesse grupo, uma entrevistada participou do PTEM, mas não do *Com Licença*; duas participavam do *Com Licença*, mas não do PTEM; as demais (sete) participaram de ambas as iniciativas.

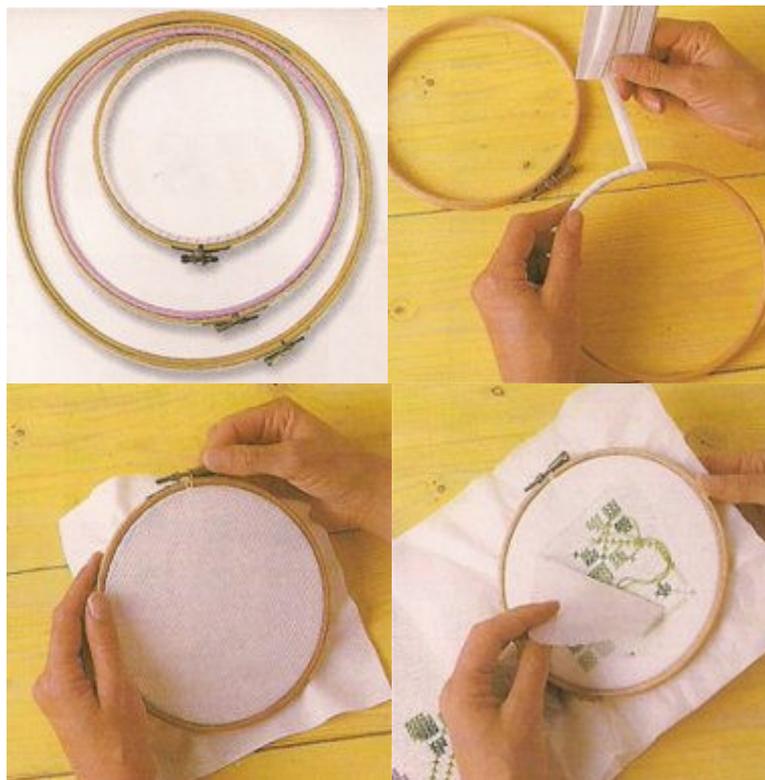
Em Planaltina, a partir da indicação de uma colega pesquisadora, descobri a existência do Projeto Mulher Artesã que reunia mulheres e homens em uma feira semanal. O grupo não contava com a assistência de nenhuma entidade e, naquele período (novembro de 2011), tentava oficializar-se como associação. Com as/os trabalhadoras/es desse projeto, a duração média das entrevistas foi de trinta minutos, porém há que se considerar uma grande variação: com os homens, conversei por dez minutos, com um, e treze minutos com outro; a entrevista mais longa durou uma hora e dez minutos (com a idealizadora da feira). Por ocasião dos dois encontros com o grupo, as conversas perpassaram o histórico de formação do grupo; o espaço doméstico/ organização familiar anterior ao Projeto Mulher Artesã; eventuais mudanças na família decorrentes do trabalho delas/es na feira; e (a existência ou a ausência de) interesse de aproximação do grupo com o Estado, bem como as estratégias utilizadas com tal propósito.

Na próxima seção, utilizo uma metáfora baseada na rotina das trabalhadoras entrevistadas com o objetivo de facilitar o entendimento de como a perspectiva científica aproximou-se do contexto em análise.

v – O trabalho de campo como prática artesanal

Bastidor é o instrumento utilizado, no bordado, para dar sustentação à peça que será confeccionada. São aros com tamanhos diferentes que, encaixados um por dentro do outro, mantêm o tecido esticado, facilitando o traçado, com linha e agulha, dos pontos riscados previamente a lápis.

Figura nº 1 – ilustração do bastidor e sua função



Fonte: <http://www.euamobiscuit.com.br/bordados/Imagens/bordado8.jpg> (reprodução)

Esta descoberta singela e bastante inspiradora aconteceu enquanto entrevistava as artesãs usuárias dos serviços prestados pelos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS no Distrito Federal.

Foi a partir e à medida da interlocução estabelecida com as/os agentes do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher - PTEM, nos âmbitos da coordenação nacional e execução local no DF, que o campo em que este trabalho se situa assumiu os contornos definitivos conforme descrito anteriormente. Os pressupostos e o mapeamento prévio das interações entre Estado e sociedade civil davam conta, apenas, parcialmente da realidade inerente ao objeto de investigação. Isso posto, menciono o artesanato, mais especificamente o bordado, como representação simbólica, aproximando o contexto de realização do trabalho científico do contexto observado como objeto.

Na etapa de levantamento da documentação e sistematização dos primeiros dados, esboçou-se o PTEM: sua origem, como funcionou, quem participou e quais as foram as atribuições de cada envolvida/o. Essa foi a “fase do bastidor”, isto é, o momento de delimitar a área de tecido sobre a qual a trama se desenvolveria; de riscar os traços, não sabendo, porém, quais e quantas seriam as cores dos fios utilizados, quais as texturas das linhas e se, no momento da costura, as formas desenhadas corresponderiam ao que foi pontilhado inicialmente.

A “fase do alinhavo” correspondeu à análise do contexto social à luz da teoria produzida pelos campos de gênero e desenvolvimento. Nesta etapa, foram perseguidos os significados intrínsecos à experiência de cada agente e transmitidos em seus relatos. As considerações feitas pelas/os envolvidas/os com os programas conferiram formas nítidas e multicores à trama constituída pelo PTEM e seus desdobramentos no DF (o *Com Licença*, cuja existência foi “descoberta” depois). Dessa maneira, o espaço de interação entre instituições responsáveis pelos programas e as beneficiárias apresentou uma aparência inicial de descontinuidade em razão das múltiplas maneiras de atuar de suas e seus agentes. Tal impressão surgiu ao serem confrontadas as diretrizes constantes nos documentos com a avaliação pessoal das/os entrevistadas/os.

Além da descontinuidade observada no nível dos discursos, o cenário local (composto pelas cidades-satélites Gama, Planaltina, Samambaia e Taguatinga) introduziu o Projeto *Com Licença, Eu Vou à Luta* como componente da realidade investigada. Em determinados momentos, ambas as iniciativas foram mencionadas indistintamente como “Mulheres Empreendedoras”.

Na cidade-satélite Planaltina, foi possível comparar o discurso oficial de estímulo à autonomia econômica das mulheres, mantido pelo Estado e suas parcerias, com as percepções do grupo de empreendedoras/es do Projeto Mulher Artesã que, por sua vez, contestavam as ações do governo local direcionadas às mulheres trabalhadoras.

Ao dirigir-me às entidades parceiras, esclareci que o objetivo da pesquisa era entender as dinâmicas que davam forma ao PTEM. Disse-lhes que tal intento seria possível de realizar mediante o cruzamento das falas das partes envolvidas: instituições e mulheres atendidas. Concederam entrevistas as representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM; Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal – SEDEST/GDF;

Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal – SETRAB/GDF e do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Quanto ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, as suas declarações relacionadas com o PTEM foram extraídas de documentos e notícias.

“E o que eu vou ganhar com isso?”
‘Bethânia’, Cabeleireira, Taguatinga.

Essa indagação tão breve, mas contundente e impregnada do contexto de vivência daquela mulher, como soube depois, marcou o momento em que este trabalho assumiu a pretensão de caracterizar-se como um exercício de interlocução, também, durante a coleta de dados empíricos. Portanto, além do esforço por contribuir com a produção teórico-metodológica seja dos estudos de gênero, seja dos estudos sobre desenvolvimento, a minha inserção no campo e a exploração dos elementos da realidade consistiram, em vários momentos, numa tentativa de problematização conjunta com entrevistadas *incomodadas* como “Bethânia”. Diante disso, seria insuficiente referir-me a *informantes*, tendo em vista que, naqueles encontros, entender como as ações políticas afetavam a vida das mulheres revelou-se um interesse comum desta pesquisadora e daquelas pessoas observadas.

É oportuno ressaltar que ao considerar a interação vivenciada, no campo, como interlocução e problematização conjunta, não ignoro que as motivações das partes eram de naturezas distintas. Trata-se de realçar a necessidade de compreensão, como objetivo comum, tanto para o projeto científico de captar fenômenos sociais quanto para quem tem curiosidade sobre as próprias experiências.

Quando da aproximação com as trabalhadoras, enfatizei a importância das percepções de cada uma acerca de suas atividades e de como essas foram tocadas por sua participação no PTEM e/ou no *Com Licença* (exceto o caso de Planaltina). Disse-lhes que, por meio de sua visão expressa, os efeitos das políticas sobre a vida das mulheres poderiam ser entendidos com maior profundidade. Ou seja, argumentei com elas (e eles) que casos como o PTEM e o *Com Licença* fazem parte de um quadro sociopolítico mais amplo cuja compreensão dá-se, aos poucos, por meio da narrativa das experiências, isto é, a partir de fragmentos discursivos que vão sendo agrupados.

Mas me diz pra que é que você tá fazendo essas visitas mesmo? [...] E você vai ficar só ouvindo? [...] Vixe, é tipo padre? (risos) Pois olha, você não vai visitar mais ninguém, vai ficar tarde pra você ir procurar as outras (risos, pede pra irmã fazer um suco) ‘Simone’ – artesã, Gama.

No tocante à condução das entrevistas, o *roteiro semi-estruturado* foi utilizado de maneira mais próxima de uma conversa espontânea, relacionando respostas sobre episódios específicos dos cursos, oficinas e reuniões com o cotidiano doméstico das/os entrevistadas/os. O campo se *impôs* à maneira de proceder a investigação, de modo que restringir aqueles encontros a indagações fixas dentro de limite numérico não pareceu adequado. Havia ali uma disponibilidade para *conversar* manifestada pelas/os entrevistadas/os. Essa forma de interação mostrou-se eficaz na medida em que o caráter enrijecido, *oficioso*, do que dizia respeito ao PTEM e ao *Com Licença*, dava lugar a depoimentos, frequentemente em tom confessional, sobre aspectos da vida que se confundiam entre si e se influenciavam mutuamente. A partir desses relatos, a intimidade (na forma das relações familiares ou outras também afetivas) tornou-se uma importante dimensão a ser acrescentada ao conjunto de características atribuídas à identidade das potenciais empreendedoras pelas entidades encarregadas do planejamento e execução das ações de capacitação para o trabalho.

vi – Estrutura do trabalho

Esta dissertação foi estruturada em sete partes:

Introdução: apresenta um panorama do trabalho como se verifica até o momento.

Capítulo 1: O aporte teórico-conceitual é apresentado e operacionalizado no contexto das políticas públicas voltadas para as mulheres. Os conceitos de gênero, desenvolvimento, divisão sexual do trabalho e espaço público (“contrapúblicos” e “espaços políticos informais”) são revisados, de maneira a promover o entendimento da pressuposta interrelação das discursividades de gênero e desenvolvimento nas duas iniciativas de governo selecionadas para a análise.

Capítulo 2: São contextualizadas as relações da sociedade civil (movimentos de mulheres e feministas) com o Estado com vistas à elaboração de uma agenda de políticas públicas sensíveis à desigualdade de gênero e subordinação das mulheres.

Neste capítulo, o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PTEM é apresentado no âmbito do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM. A primeira experiência de implementação do Programa no Rio é mencionada, bem como a sua ampliação para as demais unidades da federação.

Também no capítulo 2, o discurso da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM é analisado, enfatizando-se as diferenças de conduta entre a própria SPM e o Ministério do

Trabalho e Emprego – MTE no que diz respeito à elaboração de ações dirigidas ao mundo do trabalho.

Capítulo 3: O Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PTEM no Distrito Federal é descrito. A dificuldade encontrada na etapa de levantamento de dados oficiais referentes à implementação do PTEM/ DF contribui para a apresentação das primeiras análises relacionadas com a constituição do espaço de interações entre as/os diferentes agentes envolvidas/os com o programa. Também, é neste capítulo que a organização do Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta é apresentado no que tocante as suas diretrizes.

Capítulo 4: Os discursos coletados no nível de interação institucional do Governo do Distrito Federal/GDF, bem como das entidades da sociedade civil são analisados em dois blocos. No primeiro, são enfatizadas as perspectivas e ações da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST, do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e da Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB. No segundo bloco, o foco são os aspectos atinentes aos parceiros institucionais Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais (Business Professional Women) – BPW, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM.

Capítulo 5: Esse capítulo divide-se em duas partes. A primeira dedica-se à experiência das participantes dos programas. Nela, são realçadas as percepções das trabalhadoras acerca da relação entre as atividades remuneradas e as responsabilidades familiares no seu cotidiano. O objetivo é que, no nível das (micro)interações comunitárias, a incidência das ações dos programas na relação trabalho/família seja destacada, de modo a viabilizar algumas inferências a respeito da articulação discursiva entre gênero e desenvolvimento na agenda política do Brasil.

Na segunda parte, a perspectiva de um grupo de artesãs (e artesãos) moradoras/es de Planaltina, que não participaram das iniciativas pesquisadas, é abordada de modo a problematizar a relação de uma iniciativa política informal com a rotina de trabalho das/os envolvidas/os. Por fim, são feitas algumas considerações referentes ao contraponto entre espaços políticos formais e informais a partir da experiência das trabalhadoras participantes e das não-participantes dos programas investigados.

Considerações Finais: As análises apresentadas, ao longo do trabalho, são sistematizadas, visando à compreensão de como ocorreu a incorporação da perspectiva de gênero no espaço

de interação do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher e do Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta.

Além disso, há uma reflexão a respeito da proposta de inscrição deste trabalho na interface entre os campos feminista e sobre desenvolvimento: as dificuldades na articulação dessas linhas de pensamento e a perspectiva de encaminhamentos a partir dos resultados aqui apresentados.

Capítulo 1 – Articulações teóricas entre gênero e desenvolvimento

A reflexão aqui apresentada corrobora a “função” das ciências sociais expressa, nos termos de Ruth Cardoso (2004), como “capacidade de fotografar a realidade vivida”. No caso deste trabalho, a realidade abordada diz respeito a sujeitos que eram pouco visíveis até a consolidação concomitante e interdependente das vertentes científica e política do feminismo. Outro marco dessa realidade são as políticas de desenvolvimento referentes ao fortalecimento das atividades consideradas trabalho feminino. Esse foi um direcionamento relevante, especialmente quando enfatizadas as particularidades, tanto da abordagem das relações de gênero quanto dos processos de desenvolvimento, nem sempre fáceis de ser intercambiadas entre um campo de conhecimento e outro¹.

Diante da eventual necessidade de introduzir o tema gênero para um segmento pouco familiarizado com o pensamento feminista, como pressuponho existir na área de estudos sobre desenvolvimento, recorro à Corrêa (2001). A autora esclarece que “compreender a realidade social” era o objetivo da militância feminista que permanece no campo de pesquisas voltada para mulheres e gênero. Ainda segundo ela, seria impossível conceber a existência de estudos de gênero que não tenham uma dimensão política devido à história desse campo científico. Conforme Machado, L. Z. (1994), independentemente da autoidentificação do/a pesquisador/a como feminista, há que se reconhecer que o campo dos estudos feministas se consolidou como proposta de modificação da epistemologia tradicional e, também, que por via do ativismo dos movimentos sociais (feministas e de “liberação das mulheres”), houve a introdução de novas perspectivas em disciplinas que se dedicam à investigação dos fenômenos sociais.

Este capítulo também resulta da preocupação com o debate estabelecido entre o campo das ideias e o espaço das ações. A opção por conjugar o discurso de grupos organizados de mulheres com a produção teórica não é novidade no âmbito dos estudos de gênero, sendo um procedimento que evidencia o caráter transdisciplinar da proposta epistemológica feminista. A esse respeito, Heilborn & Sorj (1999) esclarecem que os estudos de gênero convergem para a construção de um discurso científico “permeado e reformulado” por conhecimentos extrínsecos à academia.

¹ No sentido das considerações de Kuhn (1975) e Bourdieu (2003) a respeito de comunidade e campo científico respectivamente.

1.1. Conceito(s) de desenvolvimento

Este tópico tem como finalidade explanar importantes enfoques acerca do desenvolvimento, sob um ponto de vista geral, de modo a facilitar o entendimento de como o termo é operacionalizado, em prol da implementação das políticas para as mulheres, nas seções posteriores.

Enquanto conceito e fenômeno empírico no âmbito das ciências sociais, desenvolvimento constitui-se como termo polissêmico, relacionando-se com múltiplas dimensões da realidade (RIBEIRO, 1992; ESTEVA, 2000; PIETERSE, 2000; BARRETO FILHO, 2006).

No campo teórico, Hettne (1992) destaca a coexistência de correntes dominantes e contrapontos que se reflete nos significados diversos assumidos pelo conceito. Quanto a sua utilização, desenvolvimento mantém-se como teoria, estratégia e ideologia, influenciando os processos de mudança social através de intervenção política e imposição de princípios, valores e ideologias (HETTNE, *ibid.*).

A respeito da diversidade conceitual do desenvolvimento, Lautier (2009) pondera que “o mundo tem milhares de especialistas em desenvolvimento; nenhum deles jamais propôs uma definição clara, aceita coletivamente”. Na concepção do autor, apesar das divergências que tocam o tema, a noção de desenvolvimento é necessária para que sejam compreendidas as disposições manifestadas pelo Estado, principalmente, quanto a conduzir-se de maneira mais ou menos sensível às questões de cidadania diante das demandas pelo crescimento econômico nacional.

O conceito elaborado por Alvarez; Spicker e Gordon (2009) define desenvolvimento como a “contínua transformação de condições, padrões ou situações culturais, políticas, sociais e econômicas de uma região, sociedade ou país considerado subdesenvolvido” (p. 89). Lautier (2009) atenta que o surgimento do(s) conceito(s) de desenvolvimento, nos anos 1950, foi(foram) precedido(s) pela ideia de “subdesenvolvimento”, estando relacionado com o pensamento (neo)colonialista/imperialista ainda em voga, naquele período, entre os países europeus e os Estados Unidos. O emprego da expressão “subdesenvolvido teria o intuito de promover mudanças naqueles países assim classificados, de maneira que alcançassem as nações promotoras dessas mudanças. Isso posto, Lautier (*ibid.*) apresenta, então, o seu conceito de desenvolvimento como “uma mudança social global, gerada pela economia e

conduzida pelo Estado, envolvendo uma multiplicidade de processos —econômicos, culturais, sociais, demográficos — cuja articulação é sempre única”.

Para alcançar os possíveis significados dessa “contínua transformação” de múltiplas dimensões sociais, ou em outras palavras, dessa “mudança” originalmente econômica, mas que abrange processos sociais outros, tanto Alvarez *et al* (*id.*) como Lautier (*ibid.*) mencionam categorias consideradas conexas e que são perpassadas pelo desenvolvimento: “crescimento econômico”, “modernização”, relações sociais” e modos de vida”. Considero que ao adotarmos a ideia de desenvolvimento como ramificações conceituais, dispomos de uma categoria de análise polivalente com a qual é possível iluminar justaposições ou superposições ideológicas em momentos estratégicos na articulação das políticas que se dirigem tanto à economia quanto à inclusão social.

Exemplificando um desses momentos, Escobar (1995) chama a atenção para o encadeamento de ações que, na metade do século passado, em face da necessidade de recuperação das economias devastadas pela 2ª Guerra Mundial, ocasionou as diretrizes de um desenvolvimento que se auto-sustentasse, que acima de tudo garantisse o retorno rentável dos investimentos em tecnologia da época. Essa nova concepção resultou da coalizão de variados interesses, isto é, a partir do momento em que segmentos sociais diferentes aproximaram-se estimulados por uma complexa combinação de fatores socioculturais, políticos e econômicos. Como condicionantes da reformulação conceitual e estratégica do desenvolvimento, o autor enumera: a defasagem econômica (crise energética, no sistema monetário, no modelo de produção fordista, na sociedade de consumo e no Estado-de-estar-social); a racionalização da exploração dos recursos ambientais; o acirramento de guerras locais como desdobramentos da guerra-fria; a intensificação das mobilizações sociais promovidas por grupos identitários (as mulheres inclusive) que se percebiam à margem do centro de decisões políticas.

As políticas de desenvolvimento passaram a ser direcionadas a “grupos-alvos” identificados segundo princípios de inclusão social e ecológicos. Escobar (1995) cita como exemplos desses “grupos-alvos” os “camponeses do terceiro mundo” e “as fazendeiras invisíveis” que experimentaram ações do Banco Mundial, Food and Agriculture Organization (FAO) e United States Agency for International Development (USAID) nos anos 1970. O desenvolvimento passa a denominar-se como sustentado e/ou sustentável, nos anos 1980/90, defendendo o argumento de que as estratégias de crescimento econômico e inclusão social

não poderiam comprometer a disponibilidade de recursos naturais para as gerações futuras (ESCOBAR, 1995; RIBERO, 1992; 2005; BARRETO FILHO, 2006).

Temos, dessa forma, no bojo do desenvolvimento, segundo os conceitos de Alvarez *et al* (*ibid.*) e Lautier (*ibid.*) e de acordo com a descrição histórica de Escobar (*ibid.*):

a) a articulação de dinâmicas que se referiam à necessidade de uma nova configuração econômica e que confluíram para os ajustes neoliberais das décadas seguintes;

b) com o fim da bipartição mundial E.U.A./ U.R.S.S. e a ofensiva neoliberal, o reordenamento das relações de poder econômico e político em um nível que, para além de internacional, passa a ser pensado como global;

c) as demandas por democratização e em prol de reconhecimento e legitimidade identitária de setores sociais que, diante das circunstâncias resultantes da política e economia internacional, se difundem entre países e blocos.

Lautier (*ibid.*) caracteriza o desenvolvimento, no século XX, em dois estágios: até os anos 1970, direcionado à agricultura, industrialização e urbanização; a partir dessa década, enfatizando a preservação ambiental, a redução da pobreza e a democratização. A incorporação das mulheres nos processos de desenvolvimento, como agentes, ocorre nessa segunda fase, entretanto, esse tem sido mais um aspecto de discórdia nas análises do tema: Escobar (*ibid.*) entende que a incorporação dessas reflete o caráter mutável do desenvolvimento. Logo, seria possível identificar uma transformação na tendência inicial de instrumentalização dessas agentes para as dinâmicas atuais em que as mulheres são efetivamente responsáveis por demandar e conduzir ações de desenvolvimento. Lautier (*ibid.*), por sua vez e por fim, tece uma reflexão não muito positiva acerca do cruzamento de desenvolvimento e gênero, enxergando nesse encontro “um tipo de anexo obrigatório em nome do ‘politicamente correto’ nos discursos sobre desenvolvimento” (*ibid.*: 58).

1.2. Discursos *Women in Development* - WID e *Gender and Development* - GAD: focalização e transversalização das “especificidades” de gênero no campo das ações de desenvolvimento

O conceito de gênero de Scott (1996) realça a questão do poder nas relações entre homens e mulheres a partir dos papéis que lhes são atribuídos. Pensando na interseção dos discursos oficiais no espaço de implementação do PTEM e do *Com Licença*, o enfoque teórico proposto Scott (*ibid.*) abre uma via de debate sobre a hierarquização dos gêneros (dominação masculina/ subordinação feminina) que comporta a divisão sexual do trabalho,

bem como as demandas por inclusão social de alguns segmentos da sociedade civil nos processos de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento de Alvarez *et al* (2009) prioriza “padrões ou situações culturais, políticas, sociais” referentes ao modelo de crescimento adotado por determinada região. Aproximando esse conceito ao de desenvolvimento como ideologia, formulado por Hettne (1992), conseguimos compreender como, a partir das ações dos movimentos feministas e das estratégias adotadas pelas agências (Banco Mundial, FAO e USAID), passaram a coexistir o discurso de “inclusão de mulheres” (WID) e o campo de reflexão teórica sobre o papel das mulheres no desenvolvimento.

A proposta inicial de integração daquele grupo-alvo reconhecido como um dentre os mais vulneráveis, no planejamento político do desenvolvimento, resultou na consolidação do discurso *Women in Development* (WID). Desde o final da década de 1960, as políticas WID, implementadas por agências multilaterais, recaíram sobre a feminização da pobreza observada na América do Sul e na África. As estratégias eram elaboradas a partir das necessidades caracterizadas como “especificamente femininas”, assumindo a forma de técnicas agrícolas para o cultivo doméstico, capacitação em atividades que não afastassem as mulheres do lar como artesanato são exemplos disso (ESCOBAR, 1995; SIMIÃO, 1999).

Desde os anos 1970, as críticas feministas ao discurso e políticas WID apontam a insuficiência da utilização da categoria “mulheres” como o grupo de sujeitos sociais a ser atendido com políticas específicas. Tais políticas reificariam o lugar tradicional de atuação feminina ao espaço doméstico, bem como da subordinação das mulheres (PARPART *et al*, 2000; PARPART, 2008; SIMIÃO, 1999).

Relacionando-se tanto com o campo de estudos feministas como com os movimentos sociais², entre as décadas de 1980 e 90, o discurso *Gender and Development* (GAD) surgiu no espaço político internacional. Desde então, a estratégia defendida consiste em que haja uma percepção relacional das desigualdades experimentadas por homens e mulheres, em razão do gênero, nos processos que visam ao desenvolvimento. Essa abordagem relacional superaria, segundo suas/seus defensoras/es, a distinção das mulheres, mantida pelo discurso WID, como

² É oportuno lembrar que, no campo dos estudos feministas das relações de gênero, a produção teórica mantém uma vocação transdisciplinar. Com isso enfatizo, por um lado, que a condição de subordinação das mulheres tem-se refletido como influência da “posição social” na construção do conhecimento e, por outro, que os movimentos feministas contribuem (para) e apropriam-se das produções teóricas relacionadas a gênero continuamente (HARDING, 1996; SANTOS, 2007).

grupo com necessidades específicas correspondentes à função desempenhada na organização social (RATHGEBER, 1990; ESCOBAR, 1995; SIMIÃO, 1999; PARPART, 2008).

Proveniente do contraponto estabelecido entre discursos WID e GAD, a presença simultânea das perspectivas de “inclusão” das mulheres e “transversalização” do gênero, no espaço político, constituem a problemática desta pesquisa. Buscou-se, diante disso, uma via de reflexão que destacasse a constante tensão ideológica entre os/as agentes envolvidos/as com as políticas destinadas às mulheres. Isso significa que, no contexto da implementação de ações como o PTEM e o *Com Licença*, não seria coerente pensar na superação do discurso WID (e atitudes implicadas) pelo discurso GAD, mas sim em ambiguidades e contradições produzidos pela permanência dos dois discursos no campo intelectual e no espaço político de gênero e desenvolvimento. Um exemplo disso encontra-se na análise de Simião (*ibid.*) quando se refere ao discurso de “transversalidade”/GAD como estratégia para a obtenção de autoridade e prestígios no âmbito das agências promotoras de desenvolvimento. Entretanto, o autor destaca que, não, necessariamente o discurso se concretiza em ações de desenvolvimento.

1.3. Divisão Sexual do Trabalho e a lógica por trás da desigualdade de gênero no mundo do trabalho

É consensual para Durham (1983); Bandeira (1997); Yuval-Davis (1997); Fraser (1999; 2002); Hirata (2001; 2007); Hirata e Zarifian (2009); Cappellin (2005); Strathern (2006); Sarti (2009); Kergoat, D. (2009) que o patriarcado se mantém como substrato da lógica de dominação masculina/ subordinação feminina no mundo do trabalho. As autoras observam a ocorrência de conflito entre a tradição patriarcal e as normas modernas de trabalho que visam ao estabelecimento da igualdade entre homens e mulheres. Do confronto entre tradição e modernidade, isto é, entre referências culturais à autoridade maior exercida pelo pai/ líder idealizado de cada unidade familiar e as demandas por igualdade, surge a seguinte situação: ou o acesso ao mundo do trabalho permanece interdito às mulheres ou, quando elas ingressam nesse espaço, as posições que ocupam são inferiores às ocupadas pelos homens, confirmando-se a prevalência da dicotomia produção (trabalho masculino)/ reprodução (trabalho feminino) relativa às incumbências tradicionais do gênero.

Kergoat, D. (*ibid.*) define divisão sexual do trabalho como a tradução, no mundo do trabalho, do poder que permeia as relações sociais de sexo/ gênero, ou ainda, da desigualdade que se origina na lógica do patriarcado ou da dominação masculina. Superando o conceito

clássico, nos termos de complementaridade de papéis sociais masculino e feminino, a concepção dessa forma de ordenamento das relações de trabalho, segundo o viés feminista, inspira-se nos princípios de “separação e hierarquização” de atribuições legitimados pelo que a autora denomina “ideologia naturalista”. Essa ideologia sedimentaria, nos costumes, a visão acerca do trabalho como prática que surge das aptidões existentes, que são categorizadas a partir do sexo/gênero, para o seu desempenho. Dessa maneira, seria traçada a fronteira entre atividades produtivas masculinas e reprodutivas femininas.

Os esforços analíticos referentes à divisão sexual do trabalho, para além da constatação de desigualdades e descrição do estado das coisas, segundo Hirata & Zarifian (*ibid.*) e Kergoat, D. (*ibid.*), tem contribuído para ressignificações das esferas pública e privada. A título de exemplo, mencionam as demandas por visibilidade e o debate acerca de uma nova concepção para o trabalho doméstico (uma atividade produtiva específica), até então, considerado um reflexo natural dos característicos zelo, amor e dever maternal.

Revigorado nas últimas quatro décadas do século XX, o conceito de divisão sexual do trabalho, segundo Saffioti (2008), passou a ser utilizado como crítica dirigida, principalmente, à indiferença marxista quanto ao sexo e suas implicações para o entendimento da exploração dos/as trabalhadores/as (“*sex blind*”).

Em a “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”³ (SAFFIOTI, 1969), vemos uma investigação do modo como sexo e raça, considerados “fatores naturais”, foram instrumentalizados pelo capitalismo, desde o seu alvorecer, com a finalidade de operacionalizar a organização do trabalho. Em linhas gerais, procedeu-se a hierarquização da força de trabalho através da identificação das características sexo e raça, cabendo aos homens negros e às mulheres brancas e negras a formação do chamado “exército de reserva” devido às suas *capacidades limitadas pela natureza*. Esse mecanismo teria garantido a manutenção do controle capitalista sobre a produção, justificando, segundo as concepções acerca da constituição da família e das diferenças entre as raças, a incapacidade do sistema de absorver todo o contingente disponível de trabalhadores/as.

Saffioti (*ibid.*) reforça que, embora o capitalismo tenha surgido como fenômeno econômico-social moderno, portanto calcado na racionalidade, no que diz respeito ao trabalho

³ Permito-me a utilização do termo gênero na revisão desse trabalho, esclarecendo, todavia, que originalmente trata-se de sexo. Heleieth Saffioti atualiza sua terminologia em estudos posteriores. Ver SAFFIOTI, H. I. B. . A ontogênese do gênero. In: Stevens, Cristina, Swain, Tania Navarro. (Org.). A construção dos corpos: perspectivas feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008, v. , p. 149-181.

exercido pelas mulheres, não houve um rompimento total com a tradição mantida pelas sociedades pré-capitalistas. Assim, a autora esquematiza um movimento circular em que a oferta capitalista de integração social estendida às mulheres permaneceria ancorada em uma representação de menor relevância do trabalho realizado por elas que, por sua vez, favoreceria a regulação dos salários de todos/as os/as trabalhadores/as empregados/as. Em outras palavras, conforme esse raciocínio, desde o seu princípio, o modo de produção capitalista manteve uma relação de beneficiamento mútuo com a tradição patriarcal androcêntrica. O resultado do emparelhamento capitalismo/ patriarcado, para Saffioti (*ibid.*), assume a forma de desvantagem social com dimensão duplicada: a tradição que mitifica o lugar ocupado pelas mulheres, no espaço familiar, e a sua marginalização nas funções produtivas.

A combinação de aspectos materiais e simbólicos, relacionados com a hierarquização de gênero no mundo do trabalho, é uma alusão presente nas abordagens de Durham (1983); Hirata (2001; 2007) e Cappellin (2005; 2008). As considerações apresentadas pelas autoras dão conta de que, com a expansão dos processos de globalização, a crescente participação feminina verificada no mercado de trabalho tem sido associada à precarização das relações trabalhistas, ausência de regulação legal e aumento da informalidade. Quanto às inovações tecnológicas, essas não implicariam, necessariamente, em mudanças drásticas na divisão dos afazeres domésticos, sendo as mulheres as principais responsáveis pelos cuidados do lar. Diante dessa constatação, os argumentos defendidos pelas autoras assentam nos padrões de conduta fornecidos pela cultura que é elaborada coletivamente como processo contínuo e, frequentemente, contraditório.

Ainda sobre o imaginário referente aos papéis de gênero desempenhados no mundo do trabalho, Strathern (2006), ao comparar a cultura Hagen com a ocidental, chama a atenção para o fato de que, em ambos os contextos, o reconhecimento do trabalho realizado por mulheres é equivocado, sendo concebido como “algo menos que trabalho”. E, também, afirma que a relevância reduzida concedida ao trabalho feminino culmina na invisibilidade das ocupações femininas e/ou algum grau de visibilidade de determinadas ocupações que não agregam as mesmas oportunidades de que os homens desfrutam. O gênero, como “tipo de diferenciação” das categorias básicas a que pertencem os indivíduos, por se constituir também como instrumento de controle e dominação, estabelece a correspondência dos gêneros masculino e feminino aos espaços público e privado respectivamente.

Para Saffioti (1969) e Strathern (*ibid.*), a racionalidade contida na divisão do trabalho a partir da distinção de gênero, especialmente no período em que o capitalismo se consolidava, gerou um paradoxo referente ao seu pressuposto igualitarismo e sua articulação com as relações familiares mediadas pela presumida reciprocidade entre cônjuges. A igualdade, de acordo com Strathern (*ibid.*) é definida como capacidade de controle individual sobre recursos materiais e simbólicos. A ênfase na capacidade de controle de cada indivíduo sobre seu próprio trabalho remete à ideia de agência, de responsabilidade.

Sucintamente, para Strathern (*ibid.*), no espaço público, a igualdade decorreria do fato de que os agentes, sendo individualmente responsáveis, cada um por seu trabalho exercido, contribuiriam em alguma medida com a produção de recursos que viriam a ser utilizados coletivamente. A responsabilidade seria a garantia do direito de compartilhar decisões no espaço público. A apropriação de recursos, viabilizada pelo trabalho nesse mesmo espaço, geraria prestígio que, por sua vez, legitimaria o controle sobre o trabalho doméstico. Por causa do seu caráter exclusivamente particular (“compromisso de alimentar a família”), o trabalho exercido no espaço privado não adquiriria valor social, de modo a justificar a participação de quem o executa no espaço público.

No ponto de vista de Fraser (2001; 2002), a igualdade, como valor essencial da esfera pública, ocorre de maneira incompleta, impedindo a plena participação da sociedade no debate dos interesses públicos. As mulheres são identificadas como um dos diversos “contrapúblicos subalternos” gerados pela noção distorcida de igualdade nas sociedades modernas. Esses grupos desfavorecidos, segundo a autora, apresentam-se como as coletividades (a flexão no plural realça a estratificação) desprestigiadas socialmente e submetidas a condições desfavoráveis de acesso a recursos materiais. Essas características resultam de seu não-reconhecimento, na esfera pública, constituindo-se, ao mesmo tempo, na razão de seu alijamento deste espaço de poder e decisão.

Desde o fim do século XX, de modo mais acentuado após a Guerra-Fria, a luta por reconhecimento constitui-se como paradigma de conflito político, ainda segundo a autora. Desta maneira, diversas demandas por “reconhecimento das diferenças” têm nutrido a mobilização de grupos agregados em torno de questões como nacionalidade, etnicidade, raça, gênero, sexualidade, sendo caracterizados como conflitos pós-socialistas. Fraser (*ibid.*) afirma que, nesse novo cenário político, as identidades grupais substituem os interesses de classe como principal incentivo para a mobilização organizada, de forma que a questão da

exploração perde visibilidade para a dominação cultural no sentido de injustiça fundamental a ser combatida.

No que tange às desigualdades de gênero e mobilizações coletivas em prol de sua eliminação, nesta proposta teórica (*ibid.*), são apontados alguns empecilhos para a adoção de estratégias eficazes:

- a) Em um campo onde as reivindicações de ordem material/redistribuição e simbólica/reconhecimento ocorrem, concomitante e indistintamente, resultam lutas sobrepostas e por vezes conflitantes. Por conseguinte, tornam o campo pouco coerente, não muito pragmático e desarticulado.
- b) Adotadas de forma isolada, as reivindicações por redistribuição tendem a homogeneizar os grupos (ou “contrapúblicos”), abolindo especificidades, no caso das mulheres, que se constituem como justificativa estrutural para a desigualdade social e sua posição de subordinação. As reivindicações por reconhecimento enfatizam as especificidades de modo a garantir especial atenção para diferentes vivências entre homens e mulheres nas relações sociais, bem como às desvantagens geradas (a divisão sexual do trabalho é um exemplo). Todavia, a demanda por reconhecimento pode gerar ressentimentos a partir do momento em que passa a ser interpretada como tentativa de burlar o compromisso legal do Estado com o valor moral igual das pessoas.

Fraser (*ibid.*), enfatiza o quão problemático é definir a melhor estratégia em prol da conquista de condições equânimes para homens e mulheres, não obstante, sugere uma possibilidade que consiste na combinação de uma “redistribuição transformativa” com “reconhecimento transformativo”. Este tipo de redistribuição seria balizado pelo feminismo com orientação socialista, ou mesmo democracia social feminista, incidindo diretamente na economia. No caso do “reconhecimento transformativo”, este assumiria a forma de desconstrução, desnaturalização e problematização fundamentadas na perspectiva feminista dirigidas à ordem social ainda calcada numa lógica androcêntrica.

A concretização do projeto de ajustamento redistribuição/reconhecimento transformativos, concernente ao *modus operandi* do espaço político institucionalizado, segundo avaliação de Fraser (*ibid.*), mantém-se atrelada à promoção de coalizões entre os diferentes “contrapúblicos”, ou seja, as associações de negros, homossexuais, sindicais etc. Através da articulação das demandas dos movimentos organizados e a partir do debate entre

estes, as suas divergências podem ser atenuadas, de maneira que se faça prevalecer uma representação diversificada, na esfera pública, como objetivo comum.

Capítulo 2 - Arregimentação dos *interesses femininos*, relacionados com o mundo do trabalho, no espaço da política institucional no Brasil

Inicialmente, cumpre esclarecer que a utilização da nomenclatura “interesses femininos” não presume uma subjetividade única e homogênea típica de mulheres. Ou seja, nesta abordagem, não se trata de corroborar um modo único e natural de ser que comporte todas as características, atitudes e sentimentos de indivíduos diferenciados pelo gênero. A expressão “interesses femininos” serve, apenas, para dar relevo às condições de vida provenientes das posições ocupadas pelas mulheres, hierarquicamente inferiores às dos homens, na organização da vida social.

O Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (PTM) foi capitaneado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) no âmbito do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM). Com a finalidade de contextualizar a incorporação do tema gênero na agenda do governo federal, são recuperados, neste capítulo, aspectos pontuais da constituição desse amplo e multifacetado *locus* de formulação de estratégias e de ação concernentes às trabalhadoras entre outros segmentos²². Também, são perpassadas dinâmicas alusivas à fundação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e à influência dessa entidade na configuração desse espaço institucional composto pelo Estado e a sociedade civil.

²² Dentre os documentos publicados periodicamente pela Secretaria, os relatórios dos PNPM I e II fornecem dados sobre os programas implantados, esquadriando temas e discussões que culminaram com a diagramação dos seus capítulos. Nessas publicações, também, é possível verificar a correspondência do PNPM com as ações do Plano Plurianual (PPA).

Além dos documentos disponibilizados na página eletrônica da SPM, o Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SAPNPM), desde 2005, funciona como importante ferramenta de comunicação entre os órgãos responsáveis pela execução das ações e como canal que propicia à sociedade civil, em alguma medida, a percepção nítida dos atos governamentais.

O sistema está acessível nos endereços:

I PNPM - <http://sistema2.planalto.gov.br/sapnpm/web/indexExterno.php> e

II PNPM - <http://www.sigspm.spmulheres.gov.br/>

Os relatórios podem ser acessados no endereço: <http://www.sigspm.spmulheres.gov.br/relatorios.php> .

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de Implementação – 2005. Brasília: SPM, 2009/2006.

_____. Relatório Final de Implementação: I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – 2005 - 2007. Brasília: SPM, 2009.

Relatório do Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – 2008/ 2009 (atualizado pela SPM em 06/07/2011)

2.1. Mulheres no espaço político institucional brasileiro anterior ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)

Esta pesquisa utilizou como pressuposto a declaração da SPM de que as negociações entre os movimentos de mulheres e o Estado têm garantido a implementação de políticas públicas como as que compõem o PNPM e seus desdobramentos. A secretaria ressalta que essa efetiva participação da sociedade civil foi favorecida com a presença, em sua estrutura, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) desde 2003 (SPM, 2006; 2009).

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/conselho> .

Para Sarti (1998), Pinto (2003) e Costa (2005; 2009), o CNDM, em seus primeiros dezoito anos de existência, enfrentou mudanças provocadas pela combinação de circunstâncias sociopolíticas com posturas assumidas pelos governos da época e, também, com a heterogeneidade do movimento²³ feminista no Brasil.

Os fatores econômicos, referentes à recessão das décadas de 1980 e 1990, e os aspectos políticos, relativos à redemocratização iniciada com a Anistia em 1979, são destacados, na análise proposta pelas autoras, para explicar o contexto em que ocorreu a instituição do Conselho e a relevância desse momento para reforçar as reivindicações das mulheres por direitos até então inexistentes. Corrêa (2001) e Soares (2003; 2004) contribuem com a memória de sua experiência pessoal como feministas, naquele período, reconstituindo um quadro de engajamento político de múltiplas dimensões.

Corrêa (*ibid.*) alude à “euforia participativa” expressa pelos movimentos de mulheres, simultaneamente, nas ruas e nas universidades: na história do feminismo no Brasil, a participação política e a produção teórica consubstanciaram uma à outra, acarretando, segundo a autora, maior visibilidade às questões defendidas pelos movimentos de mulheres e ampliando o debate em torno da legitimidade da ocupação feminina dos espaços públicos. Soares (*ibid.*), por sua vez, atenta à influência dos movimentos contestatórios²⁴ da ordem hegemônica até metade do século XX, nos Estados Unidos e Europa Ocidental, assimilada pelas feministas, no Brasil, para justificar as conquistas simbólicas do feminismo brasileiro

²³ A referência ao movimento feminista no singular carrega, implicitamente, o conhecimento sobre a existência de suas múltiplas vertentes. Enquanto isso, a denominação “movimentos de mulheres” diz respeito aos agrupamentos autoidentificados como feministas e aos outros que não se identificam como tal.

²⁴ A autora cita: movimentos de mulheres, de negros/as, de *hippies* e de pacifistas.

como respaldo para as demais direitos construídos. Isto é, em sua perspectiva, a autora afirma que formar e difundir a “consciência dos direitos e da igualdade” viabilizou a reflexão e o questionamento acerca da situação das mulheres na sociedade, abrindo espaços para o debate com o Estado e consolidando o feminismo brasileiro como movimento faccionário e agente articulador da agenda nacional de direitos humanos (concepção multifacetada que abarca os direitos políticos, sociais e econômicos).

No que tange à noção de feminismo, sem ignorar a coexistência de seus variados e ocasionalmente conflitantes segmentos ou mesmo a existência dos movimentos de mulheres que não se reconhecem como feministas, a proposta deste trabalho aproxima-se da concepção de Soares, logo:

O conceito de feminismo aqui utilizado parte do princípio de que ele é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. [...] O feminismo se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais, na arte, na teoria, na política (SOARES, 2004: 162).

A fundação do CNDM²⁵, em 1985, estabeleceu a forma de articulação política precursora da transversalidade de gênero trazida pelo PNPM quase vinte anos depois. Quanto à cidadania, um valor-baluarto do plano elaborado em 2004²⁶, já circulava no âmbito do conselho nacional, em meados dos anos 1980, o firme ideal de cidadania como a autopercepção/ o autorreconhecimento individual de pertencimento à vida pública e, além disso, como “orientação de princípios” segundo a qual o espaço das relações coletivas funciona (SOARES, 2003).

É indispensável frisar que, embora a estruturação de conselhos resulte da mobilização de múltiplos segmentos de mulheres, a institucionalização do feminismo, no Brasil, não se colocou como questão unívoca. A esse respeito, Sarti (*ibid.*), Pinto (*ibid.*), Costa (*ibid.*) observam que, na mesma década de 1980, repleta de conquistas referentes aos direitos das mulheres, surgiram novos dilemas para o movimento feminista. As autoras aprofundam essa discussão, argumentando que, se nos anos 1970, os esforços mantiveram-se em torno da organização do movimento, da luta contra o patriarcado e a consequente subordinação

²⁵ No início da década de 1980, os conselhos da esfera estadual direcionados às “questões da mulher” – Conselhos da Condição Feminina Estadual - foram criados no Brasil. São Paulo foi o estado pioneiro, instituindo, em 1983, o Conselho da Condição Feminina de São Paulo (SARTI, 1998; CORRÊA, 2001; PINTO, 2003; SOARES, 2004).

²⁶ [...] o Estado assume a responsabilidade de implementar políticas públicas que tenham como foco as mulheres, a consolidação da cidadania e a igualdade de gênero, com vistas a romper com essa lógica injusta. Extraído do I PNPM (SPM, 2004):

feminina que se refletia nos diversos espaços sociais. No decênio seguinte, as diretrizes feministas tornaram-se alvo do interesse de partidos políticos,²⁷ de tal modo que algumas reivindicações históricas dos movimentos de mulheres passaram a compor programas e plataformas eleitorais²⁸.

Acerca do mundo do trabalho (e as questões “relações trabalhistas” ou “condições de trabalho das mulheres”), no decênio 1980 - 1989, o tema manteve-se basicamente restrito às discussões no espaço acadêmico (PINTO, *ibid.*). Bruschini (1998) afirma que até mesmo as creches, equipamentos imprescindíveis para liberar as trabalhadoras mães do cuidado com os/as filhos/as em tempo integral, tornando-as disponíveis para o mercado de trabalho, no ano de 1985 existiam em quantidade ínfima, atendendo a apenas 23% das crianças de até seis anos nas áreas metropolitanas. Situação que se agrava, em 1989²⁹, quando os índices davam conta de que somente 16,9% das crianças de até seis freqüentavam creches ou pré-escolas.

O CNDM, segundo Pinto (*ibid.*) e Pitanguy (2003), na segunda metade dos anos 1980, firmou-se como o mais contundente interlocutor do Estado a respeito de questões como creches, sexualidade, direitos reprodutivos, ampliação do número de DEAM's. Nesse período,

²⁷ Pinto (2003) afirma que parte significativa do movimento feminista distribuiu-se entre PMDB e PT, com a reforma partidária (eleições diretas exceto para presidente da república), em 1982.

²⁸ Corrêa (*ibid.*) esclarece que houve um clima de tensão experimentado pelo movimento durante o processo de redemocratização. Houve, de acordo com ela, um “encontro festivo” (de grupos diversos) no qual as diferenças políticas não pareciam tão importantes. A *camaradagem* refletia, segundo a autora, a volta dos/as exilados/as anistiados/as e a restauração de alguns setores do espaço político institucional.

Já em 1980, ano seguinte à promulgação da anistia, durante o II Congresso da Mulher Paulista, em que participavam aproximadamente quatro mil mulheres, os segmentos políticos presentes entraram em conflito. A divisão efetiva do movimento aconteceu, em 1981, com a criação da Federação das Mulheres do Brasil por militantes comunistas.

Como causa das divergências da época, Pinto (*ibid.*) e Costa (*ibid.*) apontam o impasse referente à institucionalização do feminismo e suas possíveis consequências: a consolidação de um fórum autônomo de interlocução ou, em vez disso, a mera instrumentalização do movimento pelo Estado. Depois de assimilado o impacto inicial resultante das divisões internas no movimento, vários dentre os novos grupos feministas passaram a atuar segundo uma perspectiva de complementaridade. Sobre isso, Corrêa (*ibid.*) e Pinto (*ibid.*) citam os temas saúde da mulher (saúde reprodutiva) e violência contra a mulher como aqueles que mais repercutiram em meados da década. Pinto (2003) cita o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) implantado em 1983; O primeiro Conselho da Condição Feminina (paulista), em 1983; a primeira Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres (DEAM), em 1985; o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), como informado outrora, também em 1985, mais exatamente, no dia 29 de agosto. Quanto a sua composição, definiu-se que as integrantes do Conselho seriam propostas pelos movimentos de mulheres e designadas pelo Presidente da República, incluindo-se a sua presidente, cargo equivalente ao de título de ministra.

²⁹ Cumpre atentar para a promulgação, em 1988, do principal marco legal relacionado a igualdade entre homens e mulheres em quaisquer espaços sociais: A Constituição Federal artigo 5º, *caput* inciso I: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”; E artigo 7º inciso XXX: “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.

o Conselho encaminhou demandas e pressionou a Assembleia Nacional Constituinte³⁰ quanto à apreciação da aposentadoria das donas de casa; saúde da mulher, igualdade na sociedade conjugal; assistência médica e psicológica à mulher vítima de violência sexual; liberdade de planejamento familiar; direito de posse e propriedade de terra para a mulher; defesa dos direitos individuais e da comunidade. Essa coalizão de interesses oriundos de setores tão diversos ficou conhecida como *lobby do batom*. Costa (2005) descreve

A partir daí, as mulheres invadiram (literalmente) o Congresso Nacional: brancas, negras, índias, mestiças, intelectuais, operárias, professoras, artistas, camponesas, empregadas domésticas, patroas [...]. Através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificada na imprensa como o *lobby do batom*, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero” (COSTA, *ibid.* p. 18).

Pitanguy (*ibid.*) entende que o CNDM inovou ao implantar um estilo político em que a sociedade civil desempenhou “um grande papel de protagonista”, deixando de ser mera espectadora da ação estatal ou de cliente dos serviços públicos. Segundo a autora, o Conselho alinhou suas incumbências com o poder público (assessoria, fiscalização, promoção de intercâmbios e convênios, encaminhamento de denúncias, etc), mantendo permanente diálogo com os movimentos de mulheres. Essa conduta serviu como base para o debate, anos depois, a respeito da adoção da “estratégia de transversalização de gênero” em substituição das políticas setoriais.

No âmbito de coalizões internacionais, o Conselho, conforme Pitanguy (*ibid.*), o CNDM deu encaminhamento às recomendações das Conferências³¹ do México (1975), em

³⁰ Costa (*ibid.*) argumenta que, no contexto da Assembleia Constituinte, tão importante quanto os pontos que se pretendia agregar à nova Constituição Federal foi a campanha arregimentada pelo CNDM, ou seja a manifestação em si, a participação conjunta daquelas mulheres para além de suas filiações ideológicas/partidárias com o objetivo de articular as demandas originadas na condição de gênero. Em resumo, realizaram-se encontros regionais em que foram deliberadas as propostas encaminhadas para o encontro nacional com a participação de duas mil mulheres. Nesse encontro nacional, as demandas foram sistematizadas e apresentadas, em seguida, à toda a sociedade civil e aos constituintes através da Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte.

³¹ 1975 - Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher realizada no México: destaque para a aprovação, no âmbito da CEPAL, de Plano de Ação Regional voltado para gênero, desenvolvimento e participação política; 1985 - Conferência Mundial sobre a Mulher em Nairóbi: *Estratégias de Nairóbi Orientadas para o Futuro para o Avanço da Mulher até o Ano 2000*;

que pela primeira vez tratou-se da necessidade de integração da mulher ao desenvolvimento aliada ao incentivo da participação política destas; e de Nairóbi (1985)³².

Há que se esclarecer, conforme lembra Pitanguy (2002), que o resultado de cada conferência da ONU não exerceu influência equivalente às leis, mas sim representou a intensificação da capacidade de mobilização da sociedade civil, aspecto fundamental no sentido de modificar a configuração do acesso aos direitos. As definições constantes dos documentos finais das conferências, para a autora, serviram, principalmente, para embutir legitimidade aos protestos referentes às diferenças às “diferenças de sexo, raça e etnia, idade, orientação sexual e situação social e econômica”. Isto é, os Planos e Declarações produzidos por esta série de conferências formalizaram questões relativas à afirmação de sujeitos de direitos que, até aquele momento, não usufruíam da condição de cidadania plena.

Ainda de acordo com a perspectiva de Alvarez (*ibid.*) e Barsted & Pitanguy (*ibid.*) e, novamente, Pitanguy (2002; 2003), Pinto (2003) e Costa (2005; 2009), o contexto brasileiro situado nesse período, confirma a instauração (ou restauração) do espaço político como ambiente favorável à articulação de interesses diversos. Os prosseguimentos da abertura política com as eleições diretas, bem como a sensibilização aos direitos das mulheres promovida pela articulação entre movimentos sociais e organismos internacionais junto ao Estado contribuíram para que a esfera pública assumisse, efetivamente e com ênfase, os contornos de zona de interação entre públicos diferenciados hierarquicamente, ou seja, públicos “hegemônicos” e “subalternos” se adotarmos a terminologia proposta por Fraser (1999; 2002). Por conseguinte, a noção de diferença passou a ser traduzida como

³² 1992 – Conferência Rio de Janeiro; 1993 – Conferência Viena; 1994 – Conferência Cairo; 1994 - Conferência de Mar Del Plata; 1995 – Cúpula Social na Dinamarca; 1995 – Conferência da Mulher Beijing; 1996 – Conferência sobre o Habitat.

Alvarez *et al* (2003) e Barsted & Pitanguy (2011) referem-se ao ciclo das conferências realizadas pelas Nações Unidas”, no intervalo de 1992 a 1996, como fenômeno catalisador de novos significados que ampliaram a noção de direitos humanos e o seu poder de alcance. As condições de vida das mulheres, aliadas às questões levantadas por outras parcelas da sociedade excluídas dos processos decisórios, repercutiram na agenda política dos Estados membros da ONU por ocasião desses eventos. Dito de outra forma, as reivindicações da sociedade civil que até aquele momento eram predominantemente segmentadas (preservação do meio ambiente; erradicação da pobreza; igualdade racial; integração das mulheres são alguns exemplos) passaram a contar com pontos de “fricção”, compondo uma plataforma abrangente, plural e, por isso, frequentemente, contraditória. As Conferências da ONU – sobre população e desenvolvimento no Cairo, em 1994, e a quarta conferência mundial para as mulheres, em Pequim, em 1995 - aliadas aos Encontros Regionais, no âmbito da CEPAL, teriam contribuído, segundo Alvarez *et al* (2003), durante a última década do século XX, para a articulação da pluralidade ética, identitária, tanto no interior do movimento feminista brasileiro como na relação deste com os demais movimentos latino-americanos, confirmando sua vocação transnacional, no plano discursivo e da prática, aumentando seu poder de influência de modo que houve uma reaproximação com a esfera política estatal.

complementaridade em potencial nos discursos mantidos por agentes envolvidos com a definição da agenda política nacional. Nesse cenário, a diversidade consolidou-se como valor positivo, pelo menos em termos de declarações formais, refletindo e ao mesmo tempo fomentado novas parcerias entre os segmentos aí posicionados. A título de exemplo desses arranjos, podemos pensar no caso das organizações feministas de mulheres negras que, segundo Costa (2005), foram responsáveis pela multiplicação de enfoques e prioridades estratégicas defendidas pelo movimento, inserindo pontos de vista decorrentes da identidade de raça/ etnia³³.

O crescimento do feminismo popular teve como consequência fundamental para o movimento amplo de mulheres a diluição das barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo. Essa diversidade que assumiu o feminismo brasileiro esteve muito presente nos preparativos do movimento para sua intervenção na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995, em Beijing, na China, ao incorporar amplos setores do movimento de mulheres.

No início dos anos 2000, durante, o segundo Fórum Social Mundial, foi elaborada uma proposta de ação conjunta entre fóruns internacionais, entidades populares, ONGs e representantes do movimento na esfera estatal no sentido de avaliar as políticas públicas implementadas até aquele momento e pressionar a elaboração de uma agenda que correspondesse à realidade das mulheres no novo milênio, suas necessidades que muito refletiam as desiguais de posições, em função do gênero, na estrutura social (ALVAREZ, *ibid.*; COSTA, *ibid.*). Durante a campanha presidencial de 2002, o movimento articulado

³³ Para Costa (*ibid.*) e Pitanguy (2002; 2003), os fóruns locais de debate com vistas à preparação para a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing/1995, ofereceram condições para que o feminismo brasileiro mapeasse seus posicionamentos internos, identificando seus agrupamentos a que Alvarez *et al* (2003) denominam “redes de identidade e solidariedade”. Corrêa (2001) corrobora essas considerações e descreve a realidade da época, classificando os movimentos de mulheres como “grupos com lealdades muito diversificadas”.

No curso dos anos 1990, a articulação das reivindicações ligadas aos direitos das mulheres ficou a cargo de organizações não-governamentais – ONGs, das associações de bairro, dos departamentos femininos dos sindicatos e das centrais sindicais (COSTA, 2005). A esse respeito, Pinto (*ibid.*) destaca a habilidade expressa pelo movimento feminista de arregimentar a diversidade de interesses, em seu interior, fortalecendo o caráter multifacetado de sua plataforma política, ampliando a sua zona de alcance, o conjunto de identidades representadas. No caso das ONGs, Pinto (*ibid.*) percebe a atuação dessas entidades, por meio de *advocacy*, como forte evidência do fenômeno de “especialização” e “profissionalização” da luta feminista: as organizações passaram a advogar políticas em benefício de determinada clientela. Essa modalidade de representação vem sendo legitimada, segundo a autora, à medida do êxito alcançado, ou seja, conforme as demandas do público/clientela são atendidas por meio da implementação de projetos e programas decorrentes da interlocução entre as ONGs feministas, o Estado, o mercado e os organismos internacionais.

pressionou o compromisso de todos os candidatos com a execução da “Plataforma Política Feminista”.

A avaliação do movimento feminista quanto aos primeiros anos do governo do Partido dos Trabalhadores, ainda com base nas considerações de Alvarez *et al (ibid.)* e Costa (*ibid.*), teria sido a de que essa gestão, conquanto haja instituído a Secretaria (Especial) de Políticas para Mulheres de Políticas para as Mulheres com status de ministério, em 2003; realizado uma conferência nacional, em 2004; elaborado um plano interministerial de políticas públicas direcionadas às demandas das mulheres, que constavam da plataforma feminista de 2002, em 2005; e sido signatário de convenções internacionais acerca da proteção de direitos no mercado de trabalho e direitos humanos, o espaço político ainda se caracterizaria como conservador na implementação de ações que visam à erradicação das desigualdades em um nível estrutural. Segundo afirmação das autoras, o movimento feminista, em meados da primeira década do século XXI, julgaria necessário o enfrentamento das resistências de origem oligárquica, fundamentalista religiosa e misógina ao empoderamento feminino na forma do aprimoramento da execução das ações já elaboradas como cotas eleitorais, legislação contra a violência sofrida pelas mulheres, programas de equidade de gênero no mundo do trabalho com vistas ao pleno exercício de cidadania por todos e todas.

2.2 - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)

Embora no centro deste trabalho esteja a execução do PTEM e do *Com Licença*, é fundamental tratar de alguns aspectos referentes ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Tal contextualização pode facilitar o entendimento da constituição e do funcionamento do campo político institucional em que gênero e desenvolvimento se entrecruzam. No ponto de vista de Pinheiro (2011), transcorrida quase uma década desde sua elaboração, o Plano consolidou-se como o principal instrumento organizador multissetorial de estratégias e ações com perspectiva de gênero coordenado pela SPM³⁴.

O PNPM (edição I - ver anexo I) foi organizado em quatro áreas estratégicas: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e, enfrentamento à violência

³⁴ Em 2004, “Ano da Mulher no Brasil”, o PNPM foi apresentado à sociedade, pelo governo federal, como a materialização das “diretrizes definidas na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres” (SPM, 2004). Ainda de acordo com os registros oficiais, aproximadamente 2.500 (duas mil e quinhentas) mulheres (delegadas e observadoras) participaram da I Conferência, e o processo de preparação do evento mobilizou 120.000 (cento e vinte mil) mulheres nas plenárias municipais e regionais e nas conferências.

contra as mulheres. Para cada área, foram elencadas as políticas e ações necessárias, segundo as assembleias, para produzir “mudanças qualitativas e quantitativas” no cotidiano vivenciado pelas brasileiras e, por conseguinte, por toda a população (SPM, 2004.).

Em 2005, o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM³⁵, em sintonia com a perspectiva de transversalidade e igualdade de gênero, iniciou suas atividades, abrangendo: apoio e incentivo aos estados e municípios na implementação local do Plano; monitoramento e avaliação da execução do PNPM; ajustes de metas, prioridades e ações do Plano; atualização do SAPNPM; elaboração de relatório anual de acompanhamento; e encaminhamento do relatório ao CNDM e à Câmara de Políticas Sociais³⁶ (SPM, 2004; 2006; 2009).

2.3 – Eixos e áreas temáticas no âmbito do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

A formulação do PNPM (edições I e II) favoreceu a instauração de iniciativas complementares em torno de um tema comum. Os capítulos do PNPM evidenciaram reivindicações mantidas pelas mulheres em diversos setores da sociedade, de forma que, o capítulo 1 do Plano concentra as ações relativas ao mundo do trabalho. Dito de outra forma, a criação da SPM, a realização das CNPMs (I e II até 2007) e também a vigência do PNPM (I e II) foram e tem sido fatores determinantes para o encadeamento de ações políticas que se consubstanciam nas áreas da saúde, participação nos espaços de poder, educação, erradicação da violência doméstica, habitação, justiça ambiental, promoção da igualdade racial, diversidade sexual entre outras.

Há que se deixar claro que o escopo desta pesquisa restringe-se aos eixos “Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania” e “Autonomia econômica e igualdade no mundo

³⁵ Instituído pelo Decreto nº5390/2005.

Quanto a sua composição, o comitê conta com membros representantes dos seguintes órgãos e CNDM: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (coordenação); Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Cultura; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Fundação Nacional do Índio; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e Caixa Econômica Federal. Participam como convidados/as permanentes, um/a representante de cada Subsecretaria da SPM, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Unifem³⁵ e da Organização Internacional do Trabalho - OIT. De acordo com Art 2º da Portaria nº 62 de 24 de setembro de 2008.

³⁶ Expresso no Art. 5º do Decreto nº5390/2005 e no Art. 3º da Portaria nº 62 de 24 de setembro de 2008.

do trabalho, com inclusão social” integrantes de ambas as edições do PNPM. Os demais eixos temáticos do Plano são mencionados no sentido de atestar os esforços travados pela SPM e demais responsáveis em prol da incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas de diferentes áreas.

O Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, desde a sua concepção, tem sido incumbência da Coordenação-Geral de Programas e Ações de Trabalho da SPM que é subordinada à Subsecretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas do órgão³⁷.

2.4. Projeto Mulher Empreendedora e *Programa Rio* como preâmbulo do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (PTEM)



Figura nº2 - logomarca (reprodução do original)

Fonte: Sítio do PTEM (<http://www.pntem.org.br/logo/ptem.gif>)

A “implementação progressiva” do PTEM começou, em 2004, quando SPM, SEBRAE e BPW assinaram acordo de cooperação técnica com o propósito de fomentar empreendimentos liderados por mulheres nos ramos de artesanato, comércio, turismo, serviços e cultura. O Projeto Mulher Empreendedora incluía premiação para experiências bem-sucedidas e cursos de capacitação (IBAM/ SPM, 2008)³⁸.

Em 2007, o Projeto Mulher Empreendedora foi substituído pelo Programa Rio: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, dispondo de uma estrutura mais consistente em termos de metodologia e operacionalidade. Os Relatórios de Atividades 2007 a 2010 (IBAM, 2008; 2009; 2010; 2011) enfatizam que a configuração desse programa fundamentou-se no

³⁷ Informações sobre a estrutura da SPM disponíveis em http://www.sepm.gov.br/sobre/quem_e_quem .

³⁸ De acordo com o histórico do PTEM (BPW, 2009; IBAM/ SPM, *ibid.*; IBAM, 2009) e o depoimento da representante da SPM, algumas moradoras de Saquarema/RJ, após participarem de cursos de “estímulo ao espírito empreendedor”, oferecidos entre 2005 e 2006, formaram a Associação das Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema (AMEAS), destacando-se como caso exemplar de êxito. A avaliação final dessa experiência, apresentada pelas instituições envolvidas, frisa que, para além da capacidade de gerir seus próprios negócios, as *Mulheres de Saquarema* passaram a influenciar nas decisões políticas relativas ao desenvolvimento econômico municipal. No Relatório de Atividades do Programa Rio (SEBRAE, 2008), destaca-se a candidatura ao cargo de vereadora de Saquarema de uma associada da AMEAS em 2008. Embora não tenha sido eleita, essa mesma representante das *Mulheres de Saquarema*, Layla Garrido, tornou-se presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, em janeiro de 2012. (Notícia disponível em: <http://www.osaqua.com.br/2012/01/18/posse-no-conselho-municipal-de-assistencia-social/>).

compartilhamento de responsabilidades³⁹. Essa diretriz, denominada “trabalho em rede” nos documentos, permaneceu como valor básico quando o Programa alcançou a estatura federal.

A incidência das ações, no Rio, foi definida segundo dois eixos estratégicos: a) incentivo às iniciativas empreendedoras; b) promoção da inclusão social por meio de inserção no mundo do trabalho. Aliaram-se aos parceiros encarregados da condução do Programa, o IBAM, que assumiu a coordenação geral; a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH/RJ); e a Associação para o Desenvolvimento da Mulher do Rio de Janeiro, também e preferencialmente denominada Banco da Mulher (BM-Rio)⁴⁰ (IBAM, 2008).

O *Programa Rio* foi concluído em junho de 2009. No evento de encerramento, os resultados obtidos naquele Estado foram avaliados em conjunto pelos/as agentes envolvidos/as. A oportunidade de diálogo, também, foi planejada a fim de que se discutisse a incorporação dos procedimentos e indicadores utilizados, durante a experiência fluminense, à metodologia do PTEM nacional. O discurso adotado pelos/as promotores/as do PTEM atrelou a sua sustentabilidade, como política pública, à disseminação de conhecimento relativo à “participação das mulheres na formação da riqueza mundial” e à capacitação de suas beneficiárias como agentes multiplicadoras dessa compreensão e influentes na “dinâmica econômica, social, cultural e ambiental local”. Esse argumento encontra-se nos relatórios finais produzidos por todas as entidades parceiras da SPM e corresponsáveis pela implementação do Programa (BM-RIO, 2009; BPW, 2009; IBAM, 2009; SEBRAE, 2009; SPM, 2009)⁴¹.

³⁹ Em vários trechos dos documentos citados, são repetidas expressões como “ação conjunta”, “execução responsável de cada instituição”, “atividades interdependentes”, “estabelecer fio conector entre as instituições”, “construção coletiva”; “construção conjunta” e “definição de ações comuns” (BPW, 2009); “alinhamento constante”; “estratégias conjuntas” e “conjunção de esforços” (BM-RIO, 2009; IBAM, 2009; SEBRAE, 2009).

⁴⁰ A vigência do *Programa Rio* estendeu-se por vinte e quatro meses (junho de 2007 a junho de 2009), tornando-se um parâmetro para a implementação em outras localidades. Além do estabelecimento do período de duração de dois anos, a experiência fluminense, caracterizada como “projeto demonstração”, respaldou a adoção do cronograma constituído por três etapas: 1ª Planejamento - 4 meses; 2ª Execução - 16 meses; 3ª Avaliação e encerramento - 4 meses (IBAM, 2009).

⁴¹ Documentos disponíveis em:

http://www.pntem.org.br/docs/sebrae_25_1_8.pdf ;

<http://www.pntem.org.br/docs/apresentacao-bpwrj-jan2008.pdf> ; <http://www.pntem.org.br/docs/vfimmapea.pdf> ;

<http://www.pntem.org.br/docs/relatorio%20final%20para%20o%20desenvolvimento%20da%20mulher%20...pdf>

2.5. Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (PTEM) e sua expansão para as demais regiões do país



Figura nº 3 - logomarca do Programa (reprodução do original)
Fonte: Sítio do PTEM (<http://www.pntem.org.br/logo/pTEM.gif>)

Em 2008, o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (PTEM) tornou-se uma política nacional, ampliando as metas constantes do capítulo “Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social” do II PNPM (SPM, 2009). Nas publicações da época, o objetivo do Programa conta com mais de uma versão oficial igualmente válidas:

- i) SPM: “Oportunizar a autonomia econômica e financeira das mulheres e a igualdade de gênero/raça no mercado de trabalho formal e informal”⁴². “Estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios” (SPM, 2009). “Estimular a geração de novos negócios e apoiar o desenvolvimento do empreendedorismo das mulheres” (SPM, 2010).
- ii) IBAM: “Alterar de modo significativo a interrelação presente nos processos de desenvolvimento local e as condições de vida das mulheres no que diz respeito à ambiência produtiva, à autonomia econômica e financeira e à posição ocupada por elas no mercado de trabalho quanto à tomada de decisões”⁴³. Ou ainda: “contribuir para o planejamento e implementação de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais e de gênero, objetivando a autonomia e melhoria da condição feminina” (IBAM, 2009; 2010).

O PTEM utilizou como “instrumento orientador” de sua implementação, tal como ocorreu durante a experiência fluminense, os Acordos de Cooperação Técnica com o SEBRAE, a BPW e o IBAM. As unidades da federação selecionadas para o prosseguimento das ações de fomento ao empreendedorismo feminino e capacitação de mulheres para o mercado de trabalho foram o estado de Santa Catarina e o Distrito Federal⁴⁴. Nesse ano, a Paraíba havia sido definida como o estado da região Nordeste onde o Programa seria implantado; no entanto, tal decisão foi modificada e Pernambuco iniciou suas atividades, no

⁴² Matéria disponível no sítio da SPM:

http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2008/07/not_aut_eco_das_mulheres_ganha_ref_no_df_e_sc/?searchterm=santa%20catarina%20encerramento

⁴³ Disponível em: <http://www2.ibam.org.br/pntem/>

âmbito do PTEM, em 2010. Completando o quadro de UFs participantes do Programa, a adesão do estado do Pará marcou o envolvimento da região Norte, também, em 2010.

Quadro 1 - Mapa de Implementação PTEM 2008 - 2012

UF - Período de Vigência	Polos de Execução	Parcerias Locais	Meta (número de participantes)	Resultado (número de participantes)
Distrito Federal 2008 – 2010	Taguatinga (Brazlândia, Ceilândia, Estrutural e Vila São José); Samambaia (Riacho Fundo I e II, Gama e Santa Maria); Paranoá (Itapoã e São Sebastião); Sobradinho (Planaltina e Arapoanga).	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Distrito Federal <ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST/DF; - Secretaria de Estado Trabalho - SETRAB/DF. • Centros de Referência de Assistência Social - CRAS⁴⁵, integrantes da Rede SUAS⁴⁶; • Organismos institucionais de políticas para as mulheres. 	1.600 mulheres	1.398 mulheres - Seminários sobre empreendedorismo, trabalho e ocupação; 340 mulheres - Cursos de formação. (Dados referentes ao ciclo 2008 – 2010, não desagregados por estado)
Santa Catarina 2008 – 2012	Florianópolis, São José, Palhoça, Tijucas, Urubici, Urupema e Bom Jardim.	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Estado de Santa Catarina <ul style="list-style-type: none"> - Coordenadoria Estadual da Mulher; - Secretaria de Estado de Assistência Social Trabalho e Habitação – SST 	1.300 mulheres	Total de participantes no DF e em SC: 1.738.
Pará 2010 – 2012	Ananindeua; Belém; Capanema; Marabá; Parauapebas; Santarém; Soure.	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Estado do Pará <ul style="list-style-type: none"> - Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda (SETER); - Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEDES); - Coordenadoria da Mulher do Pará/ Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). 	2.200 mulheres (Dados referentes ao ciclo 2010 – 2012, não desagregados por estado)	Dados não foram disponibilizados até o momento.
Pernambuco 2010 – 2012	Recife; Jaboatão/ Moreno; Paulista/ Olinda; Cabo/ Ipojuca;	<ul style="list-style-type: none"> • Governo do Estado de Pernambuco <ul style="list-style-type: none"> - Secretária da Mulher. 		

⁴⁵ “Unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de [Proteção e Atendimento Integral à Família \(Paif\)](http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protECAobasica/cras), de caráter continuado cuja finalidade é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida”. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protECAobasica/cras>

⁴⁶ Iniciativa da Secretaria Nacional de Assistência Social que atua em sintonia com as diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, “visando proporcionar condições para o atendimento dos objetivos da Política Nacional de Assistência Social”.

Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas>

	Camaragibe/ São Lourenço; Igarassu/ Abreu; Lima/ Itamaracá/ Itapissuma/ Araçoiaba.			
--	--	--	--	--

Fonte: Informes publicados no período de outubro de 2007 a abril de 2012 no sítio do PTEM.

<http://www.pntem.org.br/informes.asp>

Os documentos analisados realçaram semelhanças entre a terminologia utilizada pelos responsáveis pelo PTEM e o discurso mantido por organismos internacionais ligados com as questões do desenvolvimento (as agências do sistema ONU, mais especificamente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No roteiro de apresentação do Programa, adotado nos seminários regionais de sensibilização, esclarecia-se que a adesão provocada dos municípios e cidades-satélites foi “orientada pelos critérios de densidade demográfica e baixo índice de desenvolvimento humano (IDH)⁴⁷, ou melhor, IDH-M/ municipal (IBAM, 2008c; 2009c; 2010c). Por sua vez, no Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio - 2010 (IPEA, 2010), o PTEM consta entre as “principais iniciativas do governo federal” no sentido de concretizar o ODM 3 – promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

Na solenidade de lançamento do PTEM, ocorrida em julho de 2008⁴⁸, representantes das instituições parceiras trataram de aspectos variados que constituem a histórica plataforma política de ações dirigidas às mulheres, portanto dirigida à desigualdade de gênero. Temas como a divisão sexual do trabalho, fenômeno persistente até o fim daquela primeira década do século XXI, foram relacionados às demandas nacionais e internacionais-globais por estratégias de crescimento econômico que priorizem o desenvolvimento local de modo sustentável. Na ocasião, a ministra da SPM declarou “está em curso um novo conceito”, referindo-se à (re)formulação dos módulos de capacitação para o empreendedorismo do SEBRAE em conformidade com a perspectiva de gênero. Além disso, explicitou que a linha de atuação atribuída ao CRAS cumpriu, no estado do Rio de Janeiro, e deveria cumprir, nas

⁴⁷ O índice de desenvolvimento humano (IDH) diz respeito à “média de metas alcançadas num país em três dimensões básicas de desenvolvimento humano: vida longa e saudável, acesso à educação e condições de vida condignas” (PNUD, 2007). Quanto à classificação referente ao IDH, existem “três grupos: desenvolvimento humano elevado (com um IDH de 0,800 ou superior), desenvolvimento humano médio (IDH de 0,500 -0,799) e desenvolvimento humano baixo (IDH inferior a 0,500)” (PNUD, *idem*).

⁴⁸ Matéria disponível no sítio da SPM:

http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2008/07/not_aut_eco_das_mulheres_ganha_ref_no_df_e_sc/?searchterm=santa%20catarina%20encerramento

demais regiões, a função de alcançar o público constituído pelas mulheres em situação de violência.

Ao citar um caso de violência doméstica contra a idealizadora de uma cooperativa de flores na Paraíba, a ministra considerou que é fundamental capacitar as mulheres [empreendedoras] em gênero. “Não basta dar instrumentos ou fazer capacitações, se não estiver presente a perspectiva libertária e de direitos”, afirmou.

[...]

Relacionando o combate à violência com oportunidades de trabalho para as mulheres, a subsecretária completou: “A mulher ganha autoestima porque tem autonomia financeira e mantém a relação com o mundo através do trabalho. Começar ou recomeçar a trabalhar significa a possibilidade de reestabelecer relações sociais, ter capacidade de ter interlocutores, ver a sociedade. O empreendedorismo, o empoderamento e a autonomia são fundamentais não só colocar por colocar as mulheres no mercado de trabalho, mas para que as pessoas vejam as mulheres [...]”⁴⁹.

Grifo da mestrandia.

O representante do SEBRAE destacou as dificuldades, especialmente acentuadas no Brasil, de se conseguir financiamento para empreendimentos classificados como pequenos e/ou micro. As mulheres, por serem as “principais responsáveis pelas microfinanças”, seriam mais prejudicadas em suas iniciativas empreendedoras no contexto brasileiro. Como alternativa para essa realidade desfavorável, o SEBRAE sugeriu, como intervenção na estrutura do sistema financeiro, o aumento da presença de agentes de crédito sensíveis ao tema de gênero (ver nota 27).

Quanto à metodologia do Programa, manteve-se a divisão de fases (ver quadro 9 – anexo I) na elaboração do cronograma estadual/distrital:

- i) levantamento de dados acerca dos perfis das participantes (eixo fomento ao empreendedorismo e eixo trabalho e ocupação) e das redes de desenvolvimento local (inclusive, potencial para a comercialização); formação de consultoras/es e instrutoras/es com temas de empreendedorismo e gênero.
- ii) Promoção de cursos, seminários e oficinas de trabalho (beneficiárias, corpo técnico do governo estadual (e municipal)/ distrital e demais agentes da rede de desenvolvimento local.
- iii) Monitoramento e avaliação dos resultados e viabilidade de implementação do programa em outras UFs (replicação e sustentabilidade do PTEM).

⁴⁹ Conforme nota anterior.

2.6 - A perspectiva da SPM e o embate entre universalismo e diferença nas ações do Estado

Em setembro de 2011, a então coordenadora-geral das programas de trabalho e sua equipe receberam-me, na sede da Secretaria, para uma *conversa* que perpassou aspectos referentes às inspirações para o *desenho* do PTEM. Além disso, foram levantadas questões mais específicas acerca da articulação da SPM com seus parceiros IBAM, SEBRAE e BPW no espaço de ação política que se estendeu desde a instância federal, alcançando as cinco regiões do país, mediante acordos estaduais, e se fazendo presente em municípios/cidades-satélites.

A elaboração do PTEM surgiu como ideia de ampliação do foco da área temática de trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, de maneira a alcançar as trabalhadoras autônomas. Foi-me relatado que as primeiras articulações institucionais que culminaram no formato do novo programa foram conduzidas por iniciativa da coordenadora da área entre os anos de 2004 e 2007. A experiência anterior, daquela coordenadora, no IBAM, em projetos similares ao PTEM, teria sido um fator importante para o início das discussões sobre as bases do Programa.

“Surgiu aqui dentro mesmo, com a Angela Fontes⁵⁰ com aquela mesma ideia que o município de Saquarema (RJ) tinha iniciado lá: o empoderamento das mulheres com alguma coisa de empreendedorismo. Aí se juntaram o SEBRAE que já tinha essa prática, o Banco da Mulher e a BPW pra iniciar essa formação que foi o primeiro convênio”. **Coordenadora dos Programas e Ações de Trabalho/SPM.**

Há que esclarecer que não se caracterizou determinado indivíduo como responsável exclusivo pelo direcionamento do Programa. Apenas, considerou-se relevante a combinação do conhecimento produzido pelo IBAM, relacionado com a noção de desenvolvimento local, com as circunstâncias políticas que ocasionaram a aproximação dessa entidade com a SPM.

Ao analisar a conduta assumida pela SPM, a experiência acumulada pelas pessoas designadas para conduzir os projetos e programas evidenciou-se como um fator de influência sobre o direcionamento dado pelo órgão as suas ações. Isso, também, teria acontecido com a coordenadora dos programas de trabalho/SPM até 2012. Antes de assumir o posto na

⁵⁰ Subsecretária de Planejamento e coordenadora-geral das ações da SPM voltadas para o mundo do trabalho em 2004 – 2007. No período de 2000 a 2004, foi superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. Em 2008 a 2009, novamente vinculada ao IBAM, exerceu o cargo de coordenadora nacional do PTEM. Informações disponíveis em: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=831831> .

Secretaria, ela participou, também como coordenadora⁵¹, na elaboração do Plano Nacional de Qualificação/PNQ⁵² do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. A par dessa informação, solicitei-lhe que comparasse as perspectivas do MTE e da SPM quanto à incorporação das questões de gênero pelo governo federal, especialmente, no tocante às políticas públicas que atravessam as relações de trabalho. O intuito era examinar se havia acontecido um diálogo entre os dois órgãos com vistas à criação do PTEM. Conforme afirmou a entrevistada, o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, desde a sua concepção, esteve restrito aos limites da SPM que, ao selecionar os seus parceiros institucionais, não cogitou incluir o MTE.

A decisão da SPM em manter a responsabilidade exclusiva sobre o PTEM não expressaria nenhuma divergência com o Ministério do Trabalho. Algo que a entrevistada assegurou, destacando que o convite dirigido a ela pela ministra da SPM, à época, sinalizava a intenção de coadunar os estilos de atuação das duas pastas. Nesse sentido, o seu conhecimento pessoal acerca do PNQ seria um elemento fundamental. Contudo, uma “possível diferença entre os procedimentos” empregados pelos dois órgãos foi identificada nas dinâmicas de “formação de formadores” dos seus programas. Nesse ponto, a coordenadora afirmou que a atuação da SPM ocorria de modo mais contundente no que diz respeito à elaboração do conteúdo de gênero do material utilizado nos programas. No MTE, essa seria uma preocupação *diluída* no objetivo geral de promover justiça social para “todos”, dessa maneira, a igualdade de gênero seria mais um dentre outros aspectos abarcados na visão do MTE.

“Então, nós temos lá (MTE) o PLANTEQ. Tem o PLANTEQ do trabalho doméstico, o PLANTEQ pro público afrodescendente. A Resolução dá a prioridade: os públicos são esses. A Resolução está dada. O Ministério abre edital, igual ao que se faz aqui (SPM), para os Estados, municípios e ONGs, que são esses que executam. Agora, o que a gente discute é a formação de formadores, os conteúdos que pedimos.

Agora, se me perguntares se aquela entidade está, lá na ponta, fazendo de acordo com a Resolução, não sei. Nem lá (MTE), e olha que lá não é pouco dinheiro, são milhões e milhões, nem aqui (SPM) dá pra dizer. As orientações estão na Resolução. O governo federal estabelece convênio com o estado e o estado abre licitação pra selecionar instituição. Não é o estado que dá o curso, mas alguma instituição habilitada, ou do sistema S ou alguma ONG. [...]

⁵¹ Eunice Lea de Moraes atuou como Coordenadora Geral de Qualificação, nos anos de 2003 a 2007, no Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/6306913447085185>.

⁵² Em linhas gerais, o PNQ tem como objetivo fomentar a inserção de “todos os cidadãos no mundo do trabalho”. Para a execução das ações de “qualificação social e profissional”, o Plano conta com recursos previstos no Fundo de Amparo ao Trabalhador. Por meio dos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, as ações são implementadas de forma descentralizada, ou seja, mediante convênios firmados com municípios e/os estados (MTE, 2005).

Agora, a nossa discussão aqui (SPM), e que ainda não conseguimos fechar com eles lá (MTE), é ter material com conteúdo de gênero. Como está previsto que, em todos os nossos programas, tenham oficinas, webcursos, seja lá o que for, com conteúdo de gênero, a gente fez com o Trabalho e Empreendedorismo que tem uma grade.”

Coordenadora dos Programas e Ações de Trabalho/SPM.

Essa “possível diferença”, entre o MTE e a SPM no posicionamento em torno da preparação dos conteúdos programáticos de gênero, registrada pela coordenadora é compreendida, neste estudo, a partir da abordagem teórica da tensão entre os valores de universalismo e individualismo nos termos de Soares (2003) e Varikas (2009). A crítica dirigida pela segunda autora à ideia de universalismo será tratada mais a fundo quando a perspectiva da Secretaria de Trabalho do GDF esteve sob enfoque. Porém, é possível antecipar que, para Varikas (*ibid.*), a noção de universalismo incorreria em uma distorção da realidade quando não atenta ao fato de que a caracterização do universal decorreria de relações sociais de força. Portanto, universais seriam os interesses dos segmentos sociais dominantes estabelecidos como válidos para “todos”. O universalismo, por esse viés, daria vazão a práticas excludentes que sustentariam disparidades diversas como as de gênero.

Soares (2003), por sua vez, trata da noção de universalismo como um *mascamamento* das hierarquias sociais e políticas assentadas no discurso de mérito e empenho social. Isto é, mais uma vez, o valor universalista não se concretizaria, nas relações entre os indivíduos e agrupamentos, como garantia da igualdade de todos, mas sim como um “dispositivo cultural de exclusão”. Os efeitos do universalismo em voga no mundo do trabalho, para a autora, assumiriam a forma dos diferentes *status* dos/as trabalhadores/as no que diz respeito à remuneração e à ascensão na carreira. Por não acatar especificidades como as de gênero, cujas raízes aprofundam-se na cultura, por vezes incontestada, aceita como natural e perene, o discurso universal se caracterizaria como esteio da lógica de dominação masculina. Logo, a “possível diferença” entre SPM e MTE, no tocante a preparar ou não conteúdo específico sobre gênero, nos programas de trabalho, teria consequências mais significativas do que considerava a entrevistada.

Acerca dos perfis das beneficiárias da PTEM, as características e atributos definidos para diferenciar as mulheres empreendedoras daquelas que receberiam capacitação visando ao mercado de trabalho, o discurso da SPM revelou-se unívoco. Ou seja, tanto na apresentação escrita quanto nas declarações orais, a divisão de responsabilidades esquematizada pela coordenação da Secretaria foi defendida como medida suficiente de garantir que cada segmento recebesse a capacitação mais adequada aos seus interesses.

“O Programa tem dois eixos e o IBAM faz a coordenação. O eixo do SEBRAE é pras mulheres já empreendedoras. O eixo da BPW é pras mulheres em situação de vulnerabilidade social, que não trabalham, estão sem nenhuma ocupação, pra tentar inseri-las de alguma forma no mercado.[...]

Então, é feito um seminário e as interessadas preenchem uma ficha de inscrição e, com isso, é feita a triagem. As perguntas da ficha são: elas já são empreendedoras? Em que áreas elas atuam? Em que tipo de ocupação? E o nível educacional. Aí, se vê quais mulheres se encaixam no eixo SEBRAE e quais mulheres se encaixam no eixo BPW. [...]

Os cursos tem conteúdo diferente. [...]

O foco do SEBRAE é o empreendedorismo. As mulheres que participam dos cursos SEBRAE aprendem sobre planejamento estratégico e microcrédito. [...]

Os cursos da BPW tratam de conteúdo de gênero, políticas voltadas pras mulheres, tem um pouco de autoestima também e tem a inclusão digital.” **Técnica SPM 1**

A respeito da familiaridade das/os professoras/es dos cursos SEBRAE e BPW com o tema gênero e sua articulação com noções como empreendedorismo, autonomia econômica e desenvolvimento, as entrevistadas da SPM garantiram que aquela preocupação que perpassava a formulação dos conteúdos se estendia à seleção das/os professoras/es. Deste modo, os processos licitatórios para a contratação de professoras/es, tutoras/es e/ou instrutoras/es contavam com requisitos referentes ao domínio do tema.

“Pras oficinas de gênero, são contratados especialistas e tem as pessoas que participaram desde o começo, no Rio de Janeiro, que deram capacitação de gênero, nos estados, e, no local, também fazem uma licitação e avaliam quem tem condições de dar essa capacitação.

O SEBRAE já tem os próprios instrutores, então eles aproveitam esses consultores que recebem, antes, uma preparação que vão trabalhar com mulheres de baixa renda, que precisam ter compreensão de uma linguagem não sexista. Tem todo um trabalho de conscientização de que eles não vão lidar com o que já é comum no SEBRAE, que é um programa mais específico, que é só pra mulheres.” **Técnica SPM 1**

A interação entre os agentes institucionais parceiros, prevista no plano de atividades padrão, deveria constituir-se de, pelo menos, duas reuniões de avaliação semestrais no último ano de implementação. De acordo, com uma das técnicas ouvidas, além das reuniões semestrais de avaliação, houve a orientação de que se realizassem reuniões mensais de monitoramento entre os parceiros. Não coube, à Secretaria, a obrigação de estar presente em todos os encontros, mas os parceiros lhe encaminhavam relatórios mensais de suas atividades (aos quais não tive acesso). Ainda sobre o relacionamento das entidades responsáveis pela execução do PTEM, relataram-me que o IBAM, embora subordinado à autoridade máxima da SPM, exerceu a coordenação geral do Programa com considerável autonomia. As intervenções da Secretaria ocorreram, basicamente, no âmbito político, no sentido de que os acordos de cooperação firmados com os governos estaduais e municipais fossem efetivados.

“O objetivo era que o Programa se tornasse uma política pública nesses estados. A SPM daria o primeiro passo e os próprios governos dos estados continuariam com a capacitação, mas... (a entrevistada suspira) ainda, não chegamos lá.” **Técnica SPM 1**

No que tange à interlocução da SPM, no âmbito do PTEM, com outras entidades, além dos parceiros IBAM, SEBRAE e BPW, foram encontradas duas citações do Programa em documentos referentes ao Trabalho Decente e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁵³. Diante desses registros, a coordenadora e a sua equipe afirmaram não ter havido nenhuma intervenção ou qualquer participação (direta ou indireta) das agências de cooperação internacionais na implementação do Programa. Diferentemente do Pró-Equidade de Gênero e Raça e das ações relativas ao trabalho doméstico, a OIT, parceria internacional de maior destaque da SPM nas iniciativas voltadas para o trabalho, não desempenhou nenhuma função no âmbito do PTEM. O cenário foi composto, apenas, pelos agentes repetidamente enumerados e, também, pelos governos estaduais e municipais, instituições locais (ONGs e outras entidades designadas para ministrar as capacitações).

Segundo a coordenadora/SPM, a perspectiva de atuação direta da OIT e de assimilação efetiva do conceito de trabalho decente, na pauta do empreendedorismo da mulher, decorrerá do pleno exercício do Subcomitê da Igualdade de Gênero que, no momento de realização desta entrevista, encontrava-se em vias de ser oficializado⁵⁴.

“Faço parte desse subcomitê tripartite onde a gente faz toda a discussão. [...] Aí, dentro desse Comitê (Executivo da Agenda Nacional do Trabalho Decente), foi criado o subcomitê da juventude, o subcomitê da igualdade racial e, mas, só agora, a gente criou o subcomitê de gênero. Essa é a relação com o Trabalho Decente. Não são os Programas em si, mas é nesse sentido, dentro da igualdade de gênero e raça, a geração de oportunidades.

[...]

Um dos itens desses que a gente colocou, que estava no Plano (Nacional de Políticas para as Mulheres) e agora a gente colocou no Documento da Conferência (Nacional do Trabalho Decente), é o empreendedorismo, a microempreendedora, as empresas microempreendedoras, a economia informal e a economia solidária”.

Coordenadora dos Programas e Ações de Trabalho/SPM.

Quanto à implementação do PTEM, no Distrito Federal, a técnica entrevistada destacou que o período de turbulência política, instaurado entre 2009 e 2010, prejudicou o

⁵³ Referências

Empreendedorismo e Trabalho Decente: OIT (2006a; 2010);

Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Ipea (2010).

⁵⁴ O Subcomitê foi instituído, ainda em 2011, pela PORTARIA MTE Nº 2.426, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011 - DOU DE 30/11/2011 (Disponível em

<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/MTE/2011/2426.htm>).

desenvolvimento do Programa, impedindo a continuidade das ações destinadas a encaminhar as mulheres para o mercado de trabalho e a fortalecer as iniciativas empreendedoras encabeçadas também por mulheres. A crise política referida originou-se em denúncias de corrupção envolvendo a cúpula da gestão do GDF e culminou na cassação do mandato do governador em 2010. A entrevistada afirmou que, nesse período, houve uma intensa movimentação nos quadros das secretarias do governo do Distrito Federal, inclusive na SEDEST que era a principal parceria local. A mudança frequente de gestores/as responsáveis pela condução das políticas de assistência social, nicho do PTEM, ocasionou alguma medida de confusão, prejudicando o cronograma local e dificultando um contato continuado da SPM com o GDF com vistas a garantir a sustentabilidade do Programa como política de Estado.

“A gente teve muito problema aqui (no DF). No começo, estava indo tudo bem, a gente tinha bastante participação até que começou problema com o Arruda. [...] Aí, muda governador, muda secretário. Todo mês, era um governador diferente. Aí mudou várias vezes, aí atrapalhou bastante a mobilização das secretárias. [...] No início, a SEDEST fazia o transporte das participantes, aí suspendeu de repente. Então, o SEBRAE e a BPW acabaram sendo os mais atuantes aqui.” **Técnica SPM**
1

Diante da previsão de conclusão total do Programa, em Pernambuco e no Pará, em 2012, a coordenadora afirmou que, no Planejamento Estratégico da SPM para 2012, definiu-se como prioridade a qualificação das trabalhadoras/empreendedoras nas cidades onde acontecerão os jogos da Copa em 2014. As iniciativas seriam desenvolvidas na modalidade de convênio⁵⁵ com estados, municípios ou entidades da sociedade civil, não permanecendo o arranjo de múltiplas parcerias (IBAM, SEBRAE e BPW) do PTEM. Ademais, a questão do empreendedorismo das mulheres, ainda segundo a coordenadora, alcançaria maior visibilidade e se tornaria uma política efetiva, na medida em que as diretrizes do governo federal, para além da instância da SPM, referentes à concessão de microcrédito⁵⁶, fossem postas em prática. Algo que, em sua avaliação, escapou à implementação do PTEM.

“Nós estamos montando um programa nacional de autonomia para as Mulheres. Esse é nosso grande programa da gestão atual. [...]

⁵⁵ EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2012 – SPM/PR de 29 de março de 2012 (disponível em http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/02-12-edital-planejamento-articulacao-2012-iii-versao-finalissima)

⁵⁶ Crescer – Programa Nacional de Microcrédito que se destina a microempreendedoras/es individuais e microempresas com receita de até R\$ 120 mil por ano. A meta do programa é que sejam atendidas/os, até o final de 2013, 3,4 milhões de clientes. Entre as condições do *Crescer*, constam a redução da taxa de juros (de até 60% ao ano para 8% ao ano) e, também, a redução da Taxa de Abertura de Crédito (de 3% para 1% sobre o valor do crédito). Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/08/24/programa-crescer-pode-transformar-sonho-de-er-renda-e-independencia-em-realidade-diz-dilma>.

Nós fizemos um convênio com a Caixa Econômica, vamos beneficiar 50 municípios. Então, nós estamos trabalhando em conjunto e aliados com o Programa Nacional de Microcrédito que a presidente está fazendo e que é ação da Secretaria de Micro e Pequenas Empresas e o próprio Brasil Sem Miséria que tem o Programa do Crédito. [...]

Então, nós estamos com a proposta do governo que é isso, é a autonomia. Então, dentro da autonomia, um dos programas ou, não diria programa, uma das ações, um dos cuidados é com o empreendedorismo e com o crédito.[...]

Nós estamos tratando com a questão do trabalho informal, fazendo com que essas mulheres sejam formalizadas. Então, tem todo um Programa de governo, a contribuição para a aposentadoria, os benefícios do INSS. O governo diminuiu a alíquota pra que elas possam entrar”. **Coordenadora dos Programas e Ações de Trabalho/SPM.**

Na perspectiva da SPM, expressa pelas entrevistadas, a inclusão das mulheres no planejamento político, sob a justificativa de crescimento, teria como indicio mais recente a realização da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres⁵⁷. O compromisso público com a promoção da autonomia das mulheres, a ser acordado com os segmentos de mulheres presentes na Conferência, de acordo com a coordenadora, demonstraria a intenção do governo federal, especificamente da SPM, de manter a questão da desigualdade entre homens e mulheres em constante questionamento.

Em vista da argumentação da SPM, no nível do governo federal, o espaço interacional e discursivo constituído em torno das políticas direcionadas às mulheres e, mais especificamente, das ações que incidem no mundo do trabalho caracteriza-se pela interlocução plena entre Estado e sociedade civil (entidades parceiras e mulheres beneficiárias).

No início deste capítulo, os dados históricos referentes aos conflitos e convergências vivenciados pelos movimentos de mulheres, especialmente o movimento feminista, e as instituições governamentais, no Brasil, desde a redemocratização, dizem muito sobre o processo de construção desse espaço mais amplo e mais aberto à participação da sociedade civil. Pinto (2010) ao abordar a realidade política brasileira, concernente à presença feminina nos espaços de poder, realça a influência exercida pelo movimento feminista no sentido de pressionar a incorporação das demandas femininas historicamente menosprezadas. Na perspectiva da autora, mediante as dinâmicas de avanços e recuos, as mulheres organizadas em torno de interesses os mais diversos teriam conseguido atenuar desacordos internos em prol do seu estabelecimento como sujeitos de fala no espaço político oficial.

⁵⁷ A 3ª CNPM aconteceu em dezembro de 2011, tendo como principal tema a autonomia das mulheres, isto é, o “fortalecimento da autonomia econômica, cultural e política das mulheres, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para o exercício da cidadania das mulheres no Brasil” (SPM, 2011).

O que se conclui, a respeito da atuação do governo federal, é que a Secretaria de Políticas para as Mulheres evidencia a tendência de consolidação, nesse espaço oficial, de valores como emancipação das mulheres no sentido de expressão dos seus interesses e necessidades. Essa percepção sustenta-se nos registros históricos, apresentados no início do capítulo, de luta dos movimentos sociais (feministas/ de mulheres) e intercalação dos momentos de conflito e distanciamento e de aproximação e convergência entre sociedade civil e Estado. Também, ecoa a reflexão de Fraser (1999, 2002) sobre as estratégias de confrontação da ordem social adotadas por parcelas da sociedade impedidas de interagir no espaço público. A criação do CNDM, a instituição da SPM, a formulação do PNPM (I e II) e a implementação de ações como o PTEM exemplificam a subversão da lógica de dominação (masculina/patriarcal) e exclusão praticada pelos segmentos de mulheres, até então, “contrapúblicos” em situação de subalternidade.

Todavia, há que se pensar no espaço político no plural. Pensar em diferentes níveis e setores. A distinção entre as perspectivas da SPM (que enfatiza diferenças e desigualdades nas relações de gênero) e do MTE (que mantém um discurso calcado na ideia de universalidade) quanto ao conteúdo de gênero, nos programas sob sua responsabilidade, exemplifica essa multiplicidade/segmentação de instâncias. Portanto, a relativa facilidade de interlocução experimentada pelas mulheres no âmbito da SPM e das áreas temáticas de suas ações não necessariamente, corresponde à realidade de outros órgãos de governo federal ou locais. Essa seria uma explicação plausível para as diferenças de estilo identificadas entre os parceiros institucionais responsáveis pelo PTEM.

Capítulo 3 – Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher e Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta no Distrito Federal

Os próximos tópicos são referentes ao contexto de execução das ações de capacitação das beneficiárias dos programas para o mundo do trabalho e do empreendedorismo no Distrito Federal. Trata-se de um capítulo com caráter mais descritivo cuja função é situar a análise relativa aos discursos de desenvolvimento e gênero. Com esse propósito, foram utilizados dados extraídos de vasta documentação oficial. Eventualmente, também foram utilizadas outras fontes, tais como matérias jornalísticas, informes eletrônicos e, pelo menos, um vídeo.

Lembro que o Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta foi criado durante o período de implementação do PTEM, envolvendo os mesmos agentes institucionais locais (SEDEST e CRAS) e, frequentemente, as mesmas beneficiárias. Aliás, para algumas das entrevistadas, a diferença entre uma e outra iniciativa referia-se, apenas, à concessão da bolsa no caso do *Com Licença*.

3.1 – Dados oficiais do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher no Distrito Federal



Figura nº 4 logomarca do PTEM no DF (reprodução do original)

Fonte: Página do PTEM (disponível em <http://www.pntem.org.br/default.asp?uf=DF>)

Com a instituição do PTEM/DF, o governo local comprometeu-se como parceiro da SPM e demais entidades envolvidas, designando duas secretarias para lidarem com o planejamento e execução das ações do Programa. Importa esclarecer que as pessoas responsáveis pelo Governo do Distrito Federal (GDF), à época, e interlocutoras das demais instituições envolvidas com o PTEM eram o governador José Roberto Arruda; a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST e deputada, Eliana Pedrosa; o Secretário de Estado de Trabalho e Renda - SETRAB e deputado, Robson Rodvalho. Esse último representou o GDF na solenidade de lançamento do Programa em julho de 2008 (ver nota 27 do capítulo 2).

De acordo com o Relatório de Mapeamento de Iniciativas¹, as três fases de execução do PTEM, no DF, transcorreram em conformidade com as diretrizes advindas da coordenação nacional. Segue, portanto, a síntese das etapas do processo desenvolvido na forma padrão validada pelos agentes institucionais.

Quadro - 2 - Cronograma do PTEM - DF

Fase I – Reconhecimento do universo do Programa: dezembro de 2008 a março de 2009.	Reuniões preparatórias ; mapeamento de iniciativas de inclusão produtiva das mulheres capitaneadas pela SEDEST e pela SETRAB. <u>Foram identificadas 28 programas e projetos conduzidos por ambas as secretarias; 22% desse total foram classificados como ações dirigidas às mulheres.</u>
Fase II –Ações de mobilização, sensibilização, capacitação e assistência técnica nos dois eixos de atuação: março de 2009 a julho de 2010.	- Oficina de sensibilização de gestoras/es distritais: <u>32 técnicas/os da SEDEST e da SETRAB.</u> - Oficina de capacitação do corpo técnico para multiplicação de conhecimento: <u>22 técnicas/os da SEDEST e da SETRAB.</u> - Oficinas de sensibilização e cursos de capacitação SEBRAE: <u>719 mulheres.</u> - Oficinas de sensibilização e cursos de capacitação BPW: <u>63 mulheres.</u> <u>Observação: O número de participantes aqui apresentado não expressa a realidade. Trata-se, apenas, do registro dos dados disponíveis nos documentos consultados e que estão aquém da totalidade de participantes informada nos relatórios da SPM. Exceto o caso do Programa Rio, durante esta pesquisa, não foi possível acessar os indicadores desagregados por UF.</u>
Fase III –Consolidação, sustentabilidade e replicação: concluída em outubro de 2010.	Evento de Culminância com a participação dos agentes institucionais, gestoras/es públicas/os e grupos formados no decorrer do Programa. Foram avaliadas as atividades realizadas durante o período de vigência do PTEM.

Fontes:

Relatório de Mapeamento de Iniciativas. IBAM, 2009; Relatório SEBRAE. Brasília, 2010; Notícias divulgadas pela SEDEST; Informes do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher².

Acerca das características das mulheres capacitadas por meio das ações do SEBRAE e da BPW, no DF, os dados disponíveis não alcançam o nível de detalhamento observado no *Programa Rio*. Por esse motivo, optei por cruzar as informações apresentadas nos relatórios referentes às atividades com as notícias divulgadas nos sítios do PTEM e da SEDEST. A coordenação do PTEM, considerando todas as UFs onde o Programa foi desenvolvido, retrata as participantes como, majoritariamente, negras, jovens, com escolaridade de mediana à precária, com companheiro/a, trabalhadoras autônomas, pobres e bastante integradas ao seu

¹ <http://www.pntem.org.br/docs/relatorio-mapeamento.site.pdf>;

² Disponíveis em <http://www.pntem.org.br/docs/relatorio-mapeamento.site.pdf>;
<http://www.pntem.org.br/docs/relatorio%202009%20-%20programa%20df.doc>;
http://www.sedest.df.gov.br/003/00301015.asp?ttCD_CHAVE=87443;
http://www.sedest.df.gov.br/003/00301015.asp?ttCD_CHAVE=87982;
<http://www.pntem.org.br/informes.asp>;

meio social. Uma parcela significativa dessas mulheres, ainda segundo o IBAM, é composta por trabalhadoras artesãs e mães.

**Quadro - 3- Perfil das Participantes do PTEM – Características Predominantes
(dados não desagregados por UF)**

Raça/ Cor	65% Negras (pretas e/ou pardas)	
Faixa Etária	70% entre 21 e 50 anos	
Escolaridade	40% Nível médio	30% Nível fundamental incompleto
Estado Civil	55% Casadas ou em união estável	
Filhas/os	35% 2 filhas/os	
Sustento da Família	30% Provedoras	
Rendimentos	45% até ½ salário mínimo	
Ocupação (formal ou informal)	55% Autônomas	
Tipo de Atividade	33,33% Artesanato	
Beneficiárias de outros programas de governo	35% Programas de transferência de renda como o Bolsa-Família	
Interação comunitária	40% fazem parte de grupos constituídos no âmbito de programas sociais e/ou grupos religiosos	

Fonte: Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – Entrevista com a Coordenadora³

3.2 – Divisão de papéis e condições de atuação dos parceiros institucionais locais

a) GDF/ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda

A SEDEST preserva memória razoável de suas contribuições para a execução das ações do Programa: em seu domínio na internet,⁴ esclarece que o órgão ofereceu transporte gratuito às participantes; o CRAS (unidades vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e que, no DF, são subordinadas à Secretaria) procedeu à divulgação do Programa nas cidades-satélites e, além disso, realizou a seleção e o encaminhamento das interessadas em participar; a estrutura física do CRAS, também, esteve à disposição das executoras para sediar reuniões ou outros eventos.

³ Disponível em: <http://www.ibam.org.br/noticia/17>

⁴ Mulheres ganham oportunidade de negócios (2008). Disponível em: http://www.sedest.df.gov.br/003/00301015.asp?ttCD_CHAVE=63980

Mulheres Empreendedoras participam da 1ª Feira do Artesanato de Taguatinga (2009). Disponível em: http://www.sedest.df.gov.br/003/00301015.asp?ttCD_CHAVE=88063

Mulheres Empreendedoras participaram da Finnar (2009). Disponível em: http://www.sedest.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=83595

Solenidade de Formatura do Curso Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (2010). Disponível em: http://www.sedest.df.gov.br/003/00301015.asp?ttCD_CHAVE=87982

SEDEST participa da Formatura do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (2010). Disponível em: http://www.sedest.df.gov.br/003/00301015.asp?ttCD_CHAVE=87443

A par dessas informações, foi possível esboçar o perfil das beneficiárias do PTEM: mulheres usuárias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif). Elas vivenciavam, em muitos casos, uma realidade de vulnerabilidade financeira e social, frequentemente, relacionada com episódios de violência exercida contra elas. Algumas delas lidavam com episódios de violência envolvendo suas/seus filhas/os (formação de gangues, tráfico/consumo de drogas, agressões na escola entre outras possibilidades).

b) GDF/ Secretaria de Estado do Trabalho

A SETRAB consta dos relatórios e outras publicações como um dos *braços* do GDF designados para colaborar com a condução do PTEM, todavia, durante esta pesquisa, não foi encontrado nenhum documento em que estivessem detalhadas as suas ações referentes ao Programa. Esse *silêncio* inspirou as questões que dirigi à representante da Casa do Artesão, instituição vinculada à Secretaria, na etapa de entrevistas, e que são analisadas posteriormente.

c) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

No Relatório de Atividades 2009, o SEBRAE classificou como satisfatório o número de participantes nos quatro cursos (Mulher Empreendedora, Juntas somos Fortes, Aprender a Empreender, Determinação Empreendedora), com aulas semanais, ministrados sob sua responsabilidade. Um fato bastante mencionado, no documento, foi o transporte das participantes. Essa necessidade foi apontada como aspecto determinante para a desistência de várias mulheres em Taguatinga e Samambaia, as duas primeiras cidades-satélites onde a capacitação aconteceu. A dificuldade alegada pelas beneficiárias resultou em diminuição expressiva das turmas até que, mediante intervenção da SEDEST, com ônibus gratuito, o problema foi contornado, possibilitando a recuperação de algumas desistentes. No Paranoá e em Sobradinho, o SEBRAE deteve-se na importância dos *laços* comunitários observados na colaboração de comerciantes locais, divulgando o Programa entre moradoras/es, e, também, na divulgação realizada pelas próprias participantes, ocasionando a chegada de mais mulheres interessadas pela capacitação empresarial.

A despeito da avaliação final positiva acerca dos cursos, o SEBRAE atenta para a significativa marca de 20% de desistentes ao final de todo o processo. Os motivos declarados

pelas ex-participantes foram “problemas particulares, empregos indiretos e atestados médicos”, algo sobre o qual as oficinas de sensibilização não conseguiram incidir.

A incumbência do SEBRAE e da BPW de ministrar os cursos e as oficinas previa a contratação de consultoras/es externas/os para esse fim. A utilização de serviços terceirizados (profissionais e/ou estudiosas/os especialistas na temática de gênero) foi uma prática comum para ambos os parceiros.

d) Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais (Business Professional Women)

A BPW promoveu os cursos Questão de Gênero, Educação Financeira e Alfabetização Digital em Taguatinga (abrangendo as moradoras de Brazlândia, Vila São José, Estrutural e Ceilândia), Samambaia (moradoras do Riacho Fundo I e II, Gama, Recanto das Emas e Santa Maria), Paranoá (moradoras de Itapoã, São Sebastião e Varjão) e Sobradinho (moradoras de Planaltina e Arapoanga).

Os registros das atividades a cargo da entidade⁵, revelam que os módulos estritamente dirigidos às relações sociais de gênero – Curso Questão de Gênero - foram desenvolvidos, basicamente, por psicólogas. No contexto dessa capacitação/ sensibilização, as participantes do PTEM assistiram a exposições temáticas acerca da:

- i) Família – conciliação das atividades profissionais com os papéis de mãe e esposa.
- ii) “Essência” feminina – “noções sobre o autocuidado, enquanto ferramenta para resgatar a essência de cada mulher”;
- iii) Saúde da mulher – responsabilidade das mulheres sobre seu corpo e a conservação de sua saúde. Enfoque da prevenção dos cânceres de mama e colo do útero;
- iv) Autoestima – estímulo da socialização entre as participantes (compartilhamento de vivências/ “conversa sobre a história de vida”) e da capacidade de superação das dificuldades cotidianas.

O relatório do curso de alfabetização digital⁶ alude a uma variedade de sentimentos apresentados pelas participantes diante dos computadores: “medo”, “receio”, “entusiasmo”. Os módulos foram conduzidos de maneira a promover o reconhecimento da informática/ internet como ferramenta capaz de expandir suas redes de negócios.

⁵ Curso Questão de Gênero – Instituto Agilitá. Disponível em: <http://www.pntem.org.br/docs/site%20bpw%20e%20ibam.doc>

⁶ Curso BPW. Disponível em: <http://www.pntem.org.br/docs/relatorio%20informatica.doc>

Quanto ao curso de microcrédito e educação financeira⁷, foram introduzidos “aspectos teórico-conceituais e práticas sobre planejamento”, visando à promover a compreensão das participantes sobre a respeito de técnicas tais como elaboração de “plano de negócios, plano de marketing e plano operacional”. Em suma, esse curso tinha como objetivo a capacitação para a rotina do mercado concernente ao controle de gastos, atribuição de preços e relacionamento com a clientela, fornecedores/as e instituições financeiras. Por fim, o relatório informa que as participantes preencheram um questionário de modo que a BPW pudesse identificar as mulheres com “perfil empreendedor” e, oportunamente, iniciar projetos em parcerias.

3.3 - Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta

Em 2009, foi instituído, no Distrito Federal, o “Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva denominado Com Licença, Eu Vou à Luta”⁸. A Portaria que trata da implantação do projeto apresenta-o como “ação de resgate e inclusão social das mulheres” que se traduziria no “aumento da renda familiar e valorização do papel da mulher na sociedade e na família”. A SEDEST esteve à frente tanto da elaboração quanto da operacionalização dessa iniciativa.

Quadro - 4 - Síntese de Apresentação do Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta - DF

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver capacidades, habilidades e talentos visando ao aumento do potencial de geração de renda da mulher e sua família, - Viabilizar o pleno exercício da cidadania das mulheres e de suas famílias, qualificando-as e inserindo-as no mercado de trabalho; - Orientar o desenvolvimento comunitário nos princípios do empreendedorismo, economia solidária, geração de renda e sustentabilidade; - Supervisionar, monitorar e avaliar as ações das participantes, sistematizar o conhecimento acumulado.
Critérios	<ul style="list-style-type: none"> - Mulheres na faixa etária de 35 a 60 anos; - Renda familiar mensal de até um salário mínimo; - Que esteja fora do mercado de trabalho formal.
Benefícios	- Bolsa mensal no valor de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) pela participação em oficinas de talento e convivência.
Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> - Ações de educação socioprofissional; - Melhoria de autoestima; - Convivência comunitária e troca de experiências; - Incentivo à presença das usuárias do Serviço em eventos, como feiras e bazares, de maneira que alcancem visibilidade, aumentem suas possibilidades de vendas e exercitem o processo de participação social.

⁷ Relatório das Aulas de Microcrédito e Educação Financeira. Disponível em: <http://www.pntem.org.br/docs/programa%20trabalho%20e%20empreendedorismo%20da%20mulher%20-%20micro-credito%20e%20educacao%20financeira.doc>

⁸ PORTARIA Nº 124, DE 17 DE AGOSTO DE 2009. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 169 de 1 de setembro de 2009.

Processo de Seleção	- Entrevista com mulheres pré-selecionadas realizada por comissão técnica (03 membros designados pelo titular da SEDEST); - Seleção composta por fases eliminatórias (cadastro CRAS e seleção). Havendo empate, a prioridade é concedida à candidata com menor nível de capacitação, e menor renda familiar.
Patrocínio	- Orçamento próprio da SEDEST.

Fonte: PORTARIA Nº 124, DE 17 DE AGOSTO DE 2009. DODF de 1 de setembro de 2009.

Embora tenha sido criado com objetivos e estratégias semelhantes aos do PTEM, pois trata da capacitação de mulheres em situação de pobreza e da sua inserção no mercado de trabalho, o *Com Licença* define-se ora como serviço, ora como projeto, mas não como programa. Essa diferença, segundo a perspectiva da gestão de políticas públicas, remete ao tempo de vigência das ações em um e noutro caso. Geralmente, um programa possui caráter contínuo, enquanto um serviço pode ser suspenso ou revogado mais facilmente. Sobre essa terminologia, a literatura relacionada com a gestão pública nos esclarece que programas e projetos materializam as orientações políticas adotadas. Ou seja, “Projetos e programas são a tradução operacional das políticas sociais” (COUTINHO *et al*, 2006). As seguintes definições sucintas e simplificadas atendem ao escopo deste trabalho em sua necessidade de diferenciação dos instrumentos políticos. Vejam-se:

Programa

Um programa social é um conjunto de projetos. [...] **Os programas, em geral, envolvem horizontes de tempo mais longos que os projetos.** Pode-se, portanto, analisar um programa por meio do estudo dos projetos que o compõem (COUTINHO *et al*, 2006: 767).

Política Social

[...] **uma política social, por sua vez, é um conjunto de programas** (COUTINHO *et al*, *ibid.*).

Projeto

Um projeto envolve **ações concretas a serem desenvolvidas em um horizonte de tempo e espaço determinados, restritas pelos recursos disponíveis para tal** (COUTINHO *et al*, *ibid.*).

Serviço:

Um serviço é uma **atividade ou uma série de atividades de natureza mais ou menos intangível** – que normalmente, mas não necessariamente, acontece durante interações entre clientes e empregados de serviço e/ou recursos físicos ou bens e/ou sistemas do fornecedor de serviços – **que é fornecida como solução ao(s) problema(s) do(s) cliente(s)** (GRÖNROOS, 1995:36).

Devo reiterar o registro presente na introdução de que, somente na etapa da pesquisa de campo e coleta de dados, ocorreu a descoberta da existência do *Com Licença*. Quando

solicitei a lista de contatos das participantes do PTEM, no CRAS de Taguatinga, fui surpreendida com a sugestão de incluir as mulheres dessa segunda iniciativa. Descrevo esse episódio e suas consequências adiante. Por enquanto, esclareço que diversas beneficiárias do PTEM foram encaminhadas, em 2010, para o *Com Licença* e que a bolsa concedida, no valor de R\$ 415,00, passou a ser um diferencial entre as integrantes do grupo “mulheres empreendedoras”, que persistiu após o encerramento do PTEM, e as integrantes “com bolsa”. O benefício financeiro substituiu, pelo menos na percepção de algumas mulheres com quem conversei, o nome daquele Serviço. Essa substituição poderia indicar a sobreposição de alguma prioridade das participantes (a de ter renda, a de complementar a renda) ao objetivo de capacitação do GDF.

Uma limitação importante às investigações relacionadas com o processo de implementação e dinâmicas atinentes ao *Com Licença* decorreu da inviabilidade de acesso a documentos específicos. O rastreamento de dados, via internet, e as entrevistas realizadas com as técnicas do CRAS e da SEDEST supriram em grande medida a necessidade de subsídios da pesquisa. As informações foram levantadas a partir de notícias e documentos sobre dotação orçamentária e atividades variadas mantidas no sítio daquela secretaria⁹; notícias publicadas em jornais locais¹⁰; informes disponibilizados pela então secretária da SEDEST, em sua página eletrônica pessoal, e um vídeo também produzido por esta.¹¹

⁹<http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000519.pdf>

<http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000520.pdf>

¹⁰ <http://www.jbronline.com.br/site/noticia.php?id=270317>

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/03/08/interna_cidadesdf,178130/index.shtml

¹¹ http://www.elianapedrosa.com.br/carinho/carinho_sobradinho_fercal.pdf

www.elianapedrosa.com.br/carinho/carinho_santa_maria.pdf

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:WXwg41obL_4J:www.elianapedrosa.com.br/com-licenca-eu-vou-a-luta-2/+com+licen%C3%A7a+eu+vou+a+luta+eliana+pedrosa&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

<http://www.youtube.com/watch?v=W2xb8eoQEb0>

Figura nº5 Lançamento do Com Licença, Eu Vou à Luta no Dia Internacional da Mulher de 2010.



Fonte: **Sítio da SEDEST** (disponível em <http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00001118.JPG>)
(reprodução do original)

O Serviço iniciou as atividades com as usuárias em março de 2010¹². As participantes podiam escolher a modalidade e, durante período de até seis meses, receberiam o benefício financeiro¹³.

Em entrevista¹⁴, a representante da Subsecretaria de Assistência Social da SEDEST atentou que houve modificações na operacionalização do Projeto justificadas pelo convênio estabelecido entre GDF e SEBRAE, em 2009, e pela ampliação de recursos oriundos de emendas em 2010¹⁵. Diante disso, o tempo de permanência das participantes passou a ser

¹² www.sedest.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=96447

¹³ <http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000627.pdf>

¹⁴ A entrevista realizada, em dezembro de 2011, com duas técnicas da SEDEST é tratada com maiores detalhes no próximo capítulo.

¹⁵ Em dezembro de 2009, a Secretaria de Estado do Governo do Distrito Federal – SEG e o SEBRAE/DF firmaram o CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 01/2009, visando a, entre outras ações, disseminar conhecimento no âmbito da implementação do Microempreendedor Individual – MEI. O montante destinado ao convênio totalizou R\$ 3.129.400,00 (três milhões, cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais). Disponível em:

http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2009/09_Setembro/DODF%20171%2003-09-09/Se%C3%A7%C3%A3o03-%20171.pdf

Notícia publicada, em 20/09/2010, trata da suplementação orçamentária da Assistência Social na ordem de R\$ 9,5 milhões. Os recursos seriam resultantes de emendas propostas pelas deputadas Erika Kokay (PT), Eliana Pedrosa (DEM) e pelo deputado Raimundo Ribeiro (PSDB). Disponível em:

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/09/20/interna_cidadesdf,213907/index.shtml.

condicionado a sua frequência às reuniões e a outros critérios estabelecidos, no nível do CRAS, podendo ultrapassar aquele período de seis meses outrora definido. Outra mudança, segundo a entrevistada, consistiu na oferta dos cursos. Antes do incremento orçamentário, as próprias usuárias encarregavam-se de buscar a capacitação em quaisquer instituições, devendo apresentar, no CRAS, os comprovantes de gastos com matrícula, mensalidade, material didático. A partir do segundo semestre de 2010, os cursos passaram a ser oferecidos pelo SEBRAE e outras instituições conveniadas à Secretaria¹⁶. A capacitação contemplou áreas como artesanato (bordado, crochê, tapeçaria etc), culinária, telemarketing (operadora), costura industrial, hotelaria (camareira), beleza (cabeleireira e química capilar), informática e serviços administrativos.¹⁷

Antes da publicação da Portaria nº 124/2009 que instituiu o *Com Licença*, no “Detalhamento dos Créditos Orçamentários 2009” da SEDEST¹⁸, previa-se o atendimento de 500 (quinhentas) mulheres. O número de participantes, em 2010, superou aquela expectativa, sendo anunciadas 900 (novecentas) selecionadas nesse primeiro ano¹⁹. De acordo com Balanço Social do Banco de Brasília - BRB²⁰, do total de pagamentos executados em 2011, 2.601 corresponderam aos benefícios concedidos no âmbito do *Com Licença, Eu Vou à Luta*, implicando um número estimado de 217 usuárias assistidas. Durante entrevista, ocorrida em dezembro de 2011, duas representantes da SEDEST informaram que, em virtude da intensa preparação do órgão para a implementação do Plano DF Sem Miséria²¹, o *Com Licença, Eu Vou à Luta* seria encerrado no final do ano.

A partir de 2012, o Mapa da Pobreza no DF, elaborado a partir do Cadastro Único, que se encontrava em construção naquele momento, seria, ainda segundo as entrevistadas, a base de dados utilizada para proceder o encaminhamento das mulheres às novas ações de capacitação para o mercado de trabalho promovidas pelo GDF²².

¹⁶ Centro Cenequista de Educação Profissional Felipe Tiago Gomes – CNEC e Fundação Pró-Cerrado, conforme informações das entrevistadas.

¹⁷ Listas de cursos obtidas nos CRAS de Taguatinga e Gama.

¹⁸ <http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000519.pdf>

¹⁹ www.sedest.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=96447

²⁰ http://portal.brb.com.br/images/stories/DOCS_PDFS_OUTROS/BalancoSocial/6_governo.pdf

²¹ Instituído pela Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011, cujas propostas se assentam na unificação das bases de dados até então em voga. Os eixos estruturantes do DF Sem Miséria são a garantia de renda; o acesso aos serviços públicos; a inclusão produtiva e a geração de renda e emprego. (Disponível em: <http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00002275.pdf>)

²² A Lei 4.737, de 29 de dezembro de 2011, determina a convergência de Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta e outros benefícios existentes para a suplementação de renda das famílias beneficiárias do Bolsa-Família. A medida, segundo esclarece o Projeto de Lei, deu-se no âmbito do Programa DF Sem Miséria.

O Serviço/Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta passou a compor o objeto de pesquisa deste trabalho à medida que foram verificadas as similaridades dos seus objetivos com os do PTEM. Além disso, o público prioritário foi o mesmo: mulheres em situação de pobreza atendidas pela rede de assistência social do DF. E mais, algumas beneficiárias da primeira iniciativa migraram, por intermédio das/os agentes publicas/os locais, para o *Com Licença* sem que isso implicasse qualquer modificação na sua rotina de atividades, pois continuaram frequentando reuniões no Centro e participando de cursos de capacitação.

No momento de descoberta de sua existência, a implementação do *Com Licença* surgiu como elemento empírico, cuja investigação poderia contribuir para a análise das interações entre os agentes executores do PTEM e o governo local. Uma entre as diversas versões oficiais de apresentação do PTEM o define como “uma janela de oportunidades no sentido de formulação de políticas” que melhorem as condições de vida das mulheres (IBAM/SPM, 2008). Isto posto, não poderia ignorar a possibilidade de pesquisar o *Com Licença* como um desdobramento da proposta de desenvolvimento local, a partir do fomento ao empreendedorismo das mulheres e inserção destas no mundo do trabalho, introduzida pelo PTEM.

**Figura nº 6 - Turmas dos cursos BPW
(reprodução dos originais)**



Fonte: Sítios da SEDEST e do PTEM; Blog “Por um lugar melhor”/ Feira das mulheres empreendedoras do Gama²³

²³ Disponíveis em:

<http://www.pntem.org.br/docs/programa%20trabalho%20e%20empreendedorismo%20da%20mulher%20-%20micro-credito%20e%20educacao%20financeira.doc>

<http://1.bp.blogspot.com/-http://porumgamamelhor.blogspot.com.br/2011/05/iii-feira-das-mulheres-empendedoras.html>

http://www.sedest.df.gov.br/003/00301015.asp?ttCD_CHAVE=88063

Capítulo 4 - Articulações de gênero e trabalho no espaço institucional do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher e do Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta no Distrito Federal

Neste capítulo, as narrativas dos agentes institucionais parceiros da SPM são analisadas em dois blocos. Justifico esta decisão, nas considerações finais, quando caracterizo o espaço político, construído a partir da implementação dos dois programas, em suas dimensões. Recapitulando, foram considerados três níveis de amplitude relativos à circulação de discursos e interação de agentes: o nacional – SPM (descrito e analisado no capítulo 2); o regional/distrital/local – BPW, IBAM, SEBRAE, SEDEST, SETRAB e CRAS (nas seções a seguir); o comunitário – grupos formalizados e informais, trabalhadoras autônomas (tratado no próximo capítulo). O intuito foi identificar as características que as noções de gênero, trabalho e desenvolvimento assumiam de acordo com a percepção de cada agente situado nesses distintos níveis de interação.

A sistematização dos dados revelou um discurso oficial apresentado como unívoco, nos documentos do PTEM, enquanto na documentação do Com Licença havia variações. Todavia, ao cruzar declarações¹ feitas por representantes das instituições e, além disso, declarações das trabalhadoras beneficiárias, evidenciaram-se algumas contradições. Portanto, delimitar os discursos consistiu em tentar compreender como as condutas das instituições determinaram o formato do processo de capacitação das mulheres para o empreendedorismo e para o mundo do trabalho.

¹ Quando transcrevo trechos das entrevistas, não divulgo os nomes de quem as concedeu, exceto no caso da coordenadora/SPM e da presidente BPW/DF. Quanto ao IBAM, cuja entrevista foi extraída do sítio do PTEM, também revelo tratar-se da coordenadora por acreditar que esse é um dado importante para a contextualização do Programa.

O motivo de resguardar a identidade das demais entrevistadas não se deve ao teor de seus depoimentos. Não há absolutamente nada que as pudesse constranger. Todavia, esse foi um acerto anterior aos nossos encontros. Portanto, apenas cumpro o que foi prometido. Os pseudônimos atribuídos a cada uma delas (ou deles, no caso dos dois homens entrevistados em Planaltina) foram escolhidos aleatoriamente.

4.1 - Orientação do PTEM para o trabalho em rede nos discursos e ações do Governo do Distrito Federal (GDF)

A investigação das posições assumidas pelos agentes responsáveis pelo PTEM no DF, a partir das discursividades articuladas, desvendou um espaço interacional permeado por ambiguidade. Observei, em uma mesma entidade, a intenção de convergência para os objetivos do Programa, coexistindo com atitudes ou apenas opiniões em desacordo com as suas diretrizes. Constatei que, quando havia discordâncias, estas não se manifestavam oficialmente, resultando em um discurso público homogêneo, mas não, necessariamente, na condução uniforme das ações.

A reflexão elaborada a partir das evidências empíricas é apresentada em seções como tentativa de realçar as particularidades de cada perspectiva institucional. Desse modo, busco facilitar a visualização dos indícios de convergência e/ou conflito de interesses nos quais se baseia o argumento de que

- a) Dado que programas de trabalho direcionados às mulheres, como o PTEM e o *Com Licença*, são procedentes das articulações políticas de gênero e desenvolvimento;
- b) As interações das/os agentes envolvidas/os com as ações dos Programas teriam decorrido de diretrizes estabelecidas a partir da perspectiva de inclusão das mulheres nos processos de desenvolvimento;
- c) Os estudos de gênero e desenvolvimento tratam de dois tipos de inclusão dos segmentos femininos nas políticas públicas: o discurso *Women in Development* (WID) e o discurso *Gender and Development* (GAD). Não havendo esgotamento de nenhuma dessas possíveis formas de acesso das mulheres ao desenvolvimento, uma ou outra poderia ter condicionado mais substantivamente as interações relacionadas com os programas.

4.2 - Órgãos estratégicos do GDF na implementação do PTEM e do *Com Licença*

4.2.1 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDEST) e suas articulações políticas locais como espaço interacional segmentado

Percorri um caminho ascendente, na hierarquia da política local, quando colhi os depoimentos das agentes públicas envolvidas (ou não como no caso da SETRAB) com a execução do PTEM e do *Com Licença*. Este procedimento deu-se, circunstancialmente, devido às dificuldades de acesso aos nomes das participantes do Programa², todavia revelou-se uma decisão interessante dadas as inúmeras discordâncias verificadas no campo. Refiro-me ao discurso do *Buriti* (a entrevista com as representantes da SEDEST foi concedida no edifício anexo à sede do governo) quando confrontado com as quatro unidades do CRAS visitadas e, também, com as quinze mulheres e dois homens, entre participantes e não-participantes das ações de capacitação, ouvidas/os em cinco cidades-satélites. Ademais, foi em visita ao CRAS de Taguatinga que a existência do *Com Licença* veio à tona, incrementando o objeto de pesquisa em curso até aquele momento.

Chegar à Subsecretaria de Assistência Social da SEDEST, que foi o setor responsável pela implementação de ambas as iniciativas de interesse deste trabalho, exigiu um grau de formalidade inexistente no caso das satélites. Se por um lado compreendo a necessidade de cumprimento do protocolo do governo quanto a solicitações de dados oficiais, por outro verifiquei como, em um espaço com posições *não tão bem definidas* quanto aos encargos assumidos, os trâmites burocráticos podem ser um importante obstáculo. Dito isto, resalto quão benéfica resultou a *trilha às avessas*, partindo das cidades-satélites, quando ouvi técnicas responsáveis pelo atendimento direto à comunidade e as participantes do PTEM e do *Com Licença*, para alcançar, finalmente, as responsáveis pelo planejamento das ações.

A ordem na coleta das informações, tal como ocorreu, permitiu a exploração do discurso da SEDEST para além da mera confirmação oral do texto oficial. Nesta rápida incursão pela Secretaria, a “negociação de gabinete” irrompeu como fator decisivo para a descontinuidade de percepção entre a própria SEDEST, as técnicas do CRAS e as participantes das ações promovidas pelo governo.

² Conforme registro na introdução, consegui acessar os dados pessoais de algumas participantes dos programas por intermédio das técnicas das unidades do CRAS.

A) SEDEST e a diferenciação entre Programa Trabalho Empreendedorismo da Mulher e Com Licença, Eu Vou à Luta

Por mais de uma vez, em suas respostas, a representante do órgão que acompanhou a implementação de ambas as iniciativas atentou para as diferentes características de uma e outra. Segundo ela, no caso do PTEM, o GDF atuou, apenas, na operacionalização do plano de ações advindo do governo federal. Enquanto isso, o *Com Licença* teria emanado de um planejamento circunscrito aos e pelos interesses locais. Todavia, dadas as semelhanças concernentes ao perfil das beneficiárias e à temática que revestiu o objetivo do PTEM e do Projeto local, insisti a respeito da implementação quase simultânea de ações distintas, porém igualmente voltadas para o mundo do trabalho e dos negócios.

“Eu não posso te dizer com propriedade porque, na época, era outro governo. Na verdade, as portarias eram criadas e nós, aqui na gerência, tínhamos que executar. Eu não sei como foi a negociação, como surgiu a história do Programa [*Com Licença*]. O que eu sei é que a portaria veio com o Programa que se chamaria Com Licença, Eu Vou à Luta e que faria mobilização das mulheres pra que elas ganhassem uma bolsa.

Era isso que estava na portaria: que as mulheres fossem selecionadas, no CRAS, que elas ganhariam uma bolsa e que... (pensa um pouco) praticamente, era isso.

O que nós da gerência fizemos mediante a portaria? Criamos o Programa. A metodologia e operacionalização desse Programa.

Na verdade, a portaria não dizia, salvo engano, que tinha que vincular trabalho ou qualquer coisa pra ganhar essa bolsa. Tinha uma coisa de inclusão produtiva, socioeducativa...(silêncio) Eu me lembro que o perfil das mulheres era que tinham que comprovar, na Carteira de Trabalho, que há muito tempo não tinham esse vínculo de trabalho. Acho que era basicamente isso”. **Representante SEDEST 1.**
Grifos meus.

Com base em sua narrativa, tive a impressão de que, naquele período, os dois programas³ foram conduzidos de modo mais intuitivo, tendo em vista o seu ineditismo no âmbito daquele órgão. Também em razão desse caráter original, apenas a competência imbricada à gestão pública, talvez, não tenha se mostrado suficiente para dar conta das particularidades do tema (entrelaçamento de gênero e trabalho/ empreendedorismo) e do público-alvo (mulheres/ trabalhadoras/ empreendedoras). Este pensamento foi corroborado com a apresentação das incumbências da Subsecretaria de Assistência Social da SEDEST⁴

³ Neste contexto, o significado estrito de programa (PTEM), projeto e serviço (Com Licença, Eu Vou à Luta) é menos importante do que a falta de familiaridade com as duas iniciativas aparente no meio.

⁴ Conforme se verifica no sítio da SEDEST, a atuação da Subsecretaria de Assistência Social divide-se em: Serviços de Proteção Social Básica; Serviços de Proteção Social Especial (Média Complexidade) e Serviços de Proteção Social Especial (Alta Complexidade). Dentro de cada categoria de serviço, são citadas a família, a situação socioeconômica (“pobreza”); questão geracional (“crianças”, “jovens”, “adultos”, “idosos”), “indivíduos sem referência” e pessoas com deficiência.

Disponível em: http://www.sedest.df.gov.br/003/00318002.asp?ttCD_CHAVE=6883

que, mesmo depois da implementação dos programas, não declarava, naquele momento, a igualdade de gênero como valor transversal nos seus serviços, nem mantém um *ramo* ou grupo de trabalho ou núcleo para lidar com a questão, sequer menciona as mulheres como público-prioritário.

Quanto à bolsa vinculada à participação no Com Licença, segundo a representante SEDEST 1, a instrução normativa não estabelecia critérios para o controle da utilização daquela quantia. Coube ao corpo técnico responsável pela operacionalização do projeto formular a metodologia de acompanhamento das beneficiárias bolsistas, visando à efetiva aplicação daquele recurso como investimento em capacitação e/ou aquisição de equipamentos e matérias-primas. Entretanto, considerando-se que a assistência social é a área temática com que a SEDEST sempre se ocupou prioritariamente, o controle do uso da bolsa com a finalidade de capacitação e aparelhamento não se deu sem alguma tensão interna. Isto, também, foi evidenciado no depoimento da entrevistada.

“Aí, a gente criou um caderno de orientação técnica porque pensou: Bom, se ela vai receber essa bolsa, ela precisa ter alguma coisa pra fazer pra justificar. A gente fez meio que uma contrapartida. E aí, isso já foi na gerência e não que ‘tava’ na portaria. Tinham só essas palavrinhas-chave socioeducativa, inclusão produtiva (...)

Num primeiro momento, a gente não tinha parceria nenhuma. A gente ainda não tinha o SEBRAE, que só veio depois de uma negociação, e o que a gente imaginava? Que elas deveriam usar o dinheiro que elas iriam ganhar não pras coisas materiais que elas necessitam, eram mulheres com vulnerabilidades, com famílias com vulnerabilidades, mas que elas usassem o dinheiro de acordo com o que estava na portaria, com coisas voltadas pra inclusão produtiva. Que elas pagassem cursos de capacitação ou que elas pudessem usar o dinheiro, por exemplo, se ela faz um brigadeiro, que pudesse já comprar um maquinário pra fazer uma produção de grande escala.

(...)

Aí, no final, veio uma parceria do SEBRAE por meio de uma emenda parlamentar que acabou chegando até nós (...)

Aí, que a gente vinculou que elas, então, deveriam ganhar a bolsa e fazer o curso do SEBRAE.

(...)

Elas teriam que usar o recurso pra pagar algum curso de capacitação e apresentar a nota no CRAS que, com o cadastro socioassistencial ia fazendo a evolução (...)

Porque por mais que eu ensinasse a ela que aquele dinheiro não era pra comprar o arroz e o feijão, ela acaba comprando. E como condená-la?”

Representante SEDEST 1. *Grifos meus.*

Acerca do perfil das participantes dos dois programas, a percepção, a partir das considerações feitas pelas duas técnicas entrevistadas, foi que a condição sociocultural

Por sua vez, a Secretaria de Estado da Mulher do Governo do Distrito Federal - SEM/DF, foi criada com a missão de formular políticas especificamente direcionadas para as necessidades desse segmento, mediante o Decreto nº. 32.716, em 1º de janeiro de 2011.

Disponível em: <http://www.mulher.df.gov.br/a-semdf/institucional.html>

daquelas mulheres manteve-se sobreposta ao fator gênero para a SEDEST. Dito de outra forma, a “vulnerabilidade” socioeconômica referida, no discurso da Secretaria de Assistência Social, aparentemente era visada antes da desigualdade de gênero. Por vezes, nos relatos de suas representantes, o gênero foi mencionado como uma *questão anexa* seja no enfoque dado pela SEDEST à família, seja à pobreza.

Como consequência dessa articulação temática gênero/pobreza não constituída nos moldes de transversalidade, a mensagem transmitida pelo discurso da Secretaria foi que se as participantes eram pobres, seus companheiros também eram e o problema estaria encerrado nessa verificação. Tratava-se, portanto, de uma perspectiva segundo a qual bastaria a constatação de que a pobreza estende-se a todos/as e, nesses termos, o gênero seria uma questão acessória. Daí, que o encaminhamento das mulheres tanto para o PTEM e para o *Com Licença* quanto para as iniciativas posteriores, a exemplo dos Programas Brasil/ DF Sem Miséria, ocorreria a partir da expectativa sobrevalorizada de que a família fosse (venha a ser) a beneficiada em última instância. Veja-se o momento de diálogo entre as entrevistadas a respeito das imbricações pobreza, família e gênero no âmbito dos programas de trabalho (todos os grifos são meus).

“[sobre os critérios de seleção das participantes, dirigindo-se à outra representante] Me corrija se eu estiver errada, mas nesse caso, não é condição de gênero que une, mas a condição de pobreza”. **Representante SEDEST 2.**

“Porque isso não se aplica só pra mulher, isso se aplica, também, pro companheiro dela” (...) **Representante SEDEST 1.**

“Tem que adaptar o curso a esse público e não o contrário. Exigir que um homem assim, uma mulher dessa fique sentada ouvindo. O professor tem que sensibilizado antes de tudo. E a evasão, também, é muito grande”. **Representante SEDEST 2**

“A evasão é muito grande. E na época do Trabalho e Empreendedorismo da Mulher e do próprio Com Licença, Eu Vou à Luta também. Eu acho que o *Com Licença* não teve muita evasão por conta da bolsa”. **Representante SEDEST 1**

(...)

“Por isso a preocupação de se fazer, agora, o cadastramento das famílias pobres e extremamente pobres em todo o Distrito Federal, o Cadastro Único, nos moldes do governo federal. Aí, a gente vai ter essas famílias cadastradas, vai saber o endereço, que mora ali e, assim, poder direcionar todas as políticas de Estado e evitar o que vinha acontecendo anteriormente. A gente tinha vários cursos que não tinham acompanhamento, avaliação, não tinha planejamento”(…) **Representante SEDEST 2**

“E ele não é voltado só pra mulher [Cadastro Único]. Ele é voltado pra família, que é a perspectiva que a gente também trabalha, dentro da proteção social básica, dentro do CRAS. Não tem mais atendimento individualizado, mas tem que olhar a família como um todo (...)

A gente falava em capacitação, mas, naquele momento[referindo-se à implementação do PTEM e do *Com Licença*], a gente tinha 4 bases de Cadastro Único, não tinha o Mapa da Pobreza, a gente não sabia quem de fato eram as

famílias beneficiárias de transferência de renda e que seriam o público a ser trabalhado.”(…)

Eu, por exemplo, não tive um retorno pra saber se elas mulheres permaneceram mesmo no SEBRAE e avaliar se o IBAM conseguiu preparar o SEBRAE pra lidar com essas mulheres. Por que não era só uma questão de gênero, era uma questão de pobreza. O SEBRAE não está preparado pra atender o público pobre. Não é uma questão de gênero. Nem o SEBRAE, nem o SENAC, o SENAI, nenhuma dessas grandes escolas. O SINE, os cursos do SINE, do PlaNteQ. Não é uma questão de gênero. Eles não estão preparados pra atender o pobre”. (…)
Representante SEDEST 1.

(…)

“Tem tantas outras questões que precisam ser trabalhadas antes de empreendedorismo, antes de umas palavras muito complicadas. Letramento inicial, fazer a pessoa saber que pode perguntar.” **Representante SEDEST 2.**

“É, você diz pra uma turma com esse perfil ‘você está numa aula de empreendedorismo da mulher’. E elas ‘hã?’ Porque são mulheres com pouca escolaridade, com três filhos, que moram num barraco de madeirite, não tem onde deixar as crianças.” **Representante SEDEST 1.**

B) PTEM e a sensibilização das/os agentes públicas/os locais

Há que se lembrar que além da capacitação das mulheres para o empreendedorismo e para o mercado de trabalho, o PTEM previa a formação de uma rede local que garantisse a continuidade das ações. A concretização desse objetivo seria facilitada com a capacitação para o tratamento das questões de gênero das/os servidoras/es públicas/os municipais, estaduais/distritais (IBAM/SPM, 2008).

De acordo uma das representantes do órgão, a sensibilização da SEDEST para a questão do gênero, restringiu-se à execução do PTEM. Por conseguinte, mesmo que a portaria de instituição do *Com Licença* tenha se referido expressamente à capacitação de mulheres e incentivo à criação de negócios por estas, a SEDEST não identificou essa iniciativa como um desdobramento do PTEM. Também, não enxergou, nesse momento, a oportunidade de *aplicar* o conhecimento acumulado com a experiência anterior.

“O IBAM [parceiro responsável pela capacitação das/os agentes públicas/os] não é aquele lá do Rio de Janeiro? Então, eles tentaram fazer isso [referindo-se às oficinas de sensibilização] com o SEBRAE, de preparar o SEBRAE pra lidar com aquele público que não é o do *Com Licença*, era o público da Mulher Empreendedora que foi organizado pelo CRAS e que chegou até o SEBRAE.(…)

(…)

Lá [referindo-se ao PTEM] existiam as reuniões macro e eu participava. Lembrando no *Com Licença* foi diferente, não teve IBAM, não teve ninguém mais. Éramos nós e só (…).

Naquele momento [instituição do *Com Licença*], a gente não estava pensando em nada relacionado com o Trabalho e Empreendedorismo da Mulher.” **Representante SEDEST 1.**

Ciente de que havia ocorrido o encaminhamento de participantes do PTEM para o *Com Licença*, insisti na possibilidade do perfil comum dos públicos de ambos os programas

haver influenciado uma aproximação das perspectivas mantidas quando da implementação de um e outro.

“É meio que foi isso: elas saíram do ‘mulheres empreendedoras’ e entraram no Com Licença mediante a portaria, mas não foi um movimento que a gente falou ‘é assim’.

(...)

Eu acho que porque o CRAS já tinha essas mulheres do Trabalho e Empreendedorismo mapeadas e vinculadas a ele, e era um momento de tanta turbulência que, talvez, eles acharam, vou usar uma palavra pobre, mas é isso, talvez, eles acharam mais fácil. Eu já tenho um grupo vinculado a mim, e que encaixam nos critérios da portaria, deixa eu mobilizá-lo pra cá(...).

(...)

Isso tudo era negociação de gabinete dentro do gabinete da secretária à época (...)

Ela chegava com a articulação pronta e dizendo ‘executa!’.

Então no *Com Licença*, naquilo que chegava, a gente tentava fazer rearranjo”.

(...)

Quando chegou a emenda parlamentar, foi aquela coisa: toma esse dinheiro e executa. E ainda era uma emenda que chegou assim: a gente tinha prazo pra iniciar senão o dinheiro iria ser devolvido. E era, tipo assim, final do ano. Uma loucura foi isso aqui”. **Representante SEDEST 1.**

C) SEDEST e os espaços interditados no âmbito de sua atuação

Nogueira (2001, p. 99) define o ato de governar como “deter uma posição de força a partir da qual seja possível desempenhar uma função imediatamente associada ao poder de decidir e implementar decisões ou, ainda, de comandar e mandar nas pessoas”. Quanto ao espaço político oficial, este se reconfigura, continuamente, à medida da interação de interesses públicos, provenientes tanto dos segmentos historicamente estabelecidos no exercício do poder quanto dos subalternos insurgentes (FRASER, 1999; 2001; ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000). Seguindo por essa linha de raciocínio, cabe salientar que o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, os programas que o integram, bem como seus desdobramentos resultam da convergência de múltiplos esforços travados, entre os quais estão aqueles dos movimentos de mulheres no Brasil. Em outras palavras, o PNPM representa a efetiva incorporação política de ressignificações atinentes às relações sociais de gênero e também à democracia, tendo em vista a influência exercida, nesse processo, pela participação da sociedade civil. Em vista disso, podemos afirmar que a perspectiva de gênero tem-se institucionalizado, no Brasil, na proporção em que o espaço político se abre à participação democrática e emancipatória das mulheres (PINTO, 2010).

Se for confrontado com o esquema explicativo disposto acima, o quadro político local, descrito pelas representantes da SEDEST, realça a complexidade existente na articulação do discurso oficial com as práticas de governo. Diante desses indícios, arrisco a análise de que os

interesses públicos, oficialmente incorporados na plataforma política, em última instância, podem deparar com entraves significativos concernentes ao estilo (subjetividade) de gestão de quem circunstancialmente governa.

As entrevistadas aludiram às características da gestão da época quando tentaram explicar aspectos não muito claros sobre como aqueles dois programas semelhantes, em seus objetivos e direcionamentos, não tiveram nenhuma ligação direta dentro da SEDEST.

“O Com Licença foi criado num gabinete e posto pra gente operacionalizar e não tem nada a ver, por mais que pareça, mas, naquele momento não tinha nada a ver com o Trabalho e Empreendedorismo da Mulher.

(...)

E tudo isso tinha prazo. Tinha prazo pra iniciar, prazo porque a secretária, à época, gostava de grandes eventos (...) Então, assim, precisava ter o evento do lançamento, precisava ter o evento da conclusão do curso. Então, tinham essas coisas por trás, vamos dizer assim, da coisa em si.

(...)

Esse foi um ‘programa de frente’. Numa mesma época, apareceram vários programas parecidos, era o Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, era o Com Licença, eu Vou à Luta, era o Lares de Cuidadoras, eram Mestres de Saber dirigidos a esses públicos específicos: mulheres, crianças, idosos. Foram vários programas”.

Representante SEDEST 1.

“A ideia era assim ‘vamos mostrar que estamos fazendo’ e ‘fazendo para todos os públicos’ sem nos preocuparmos com a efetividade dos programas (...) tinha a imagem de que estava trabalhando com o idoso, a questão geracional, com a questão de gênero. Firula! Tudo pra ficar bem na fita”.

Representante SEDEST 2.

Em suma, entendo que a SEDEST atuou de maneira *intuitiva* diante das circunstâncias que exigiam uma *expertise* de que o órgão não dispunha. Dito de outra forma, se durante a sua participação no PTEM, a SEDEST sobrepôs a condição de pobreza à de gênero de suas beneficiárias, com o *Com Licença*, houve um embotamento quase que total da questão de gênero. Isto é, o surgimento desse projeto assume a aparência de aleatoriedade, um produto circunstancial que escapava à compreensão de quem foi designada/o para operacionalizá-lo. Evidenciou-se, um descontínuo entre as etapas de formulação, definição de como operacionalizar as ações e de execução propriamente dita.

4.2.2 - SETRAB e o foco “no artesanato”

Embora conste dos registros oficiais como órgão do GDF designado, em parêntese com a SEDEST, para a execução do PTEM, o levantamento de dados não localizou documentos públicos acerca da participação da Secretaria de Estado do Trabalho e Renda do Distrito Federal. A respeito dessa *lacuna*, as declarações da SPM sobre a cooperação com o GDF foram pouco elucidativas, focalizando apenas a participação da SEDEST. Nessa última e nas unidades do CRAS visitadas, a Secretaria de Trabalho foi mencionada como parceira

fundamental no tocante ao acompanhamento das artesãs, contudo não se tratando de uma ação específica do PTEM ou do *Com Licença*.

Em dezembro de 2011, uma representante da Diretoria de Inserção Produtiva, vinculada à Subsecretaria de Ocupação e Renda da SETRAB, relatou como, entre 2009 e 2010, a Secretaria de Trabalho concentrou esforços, objetivando adequar-se às regras do Programa do Artesanato Brasileiro⁵ que regulamentaria a sua base conceitual naquele período.

“(…) nessa época (refere-se a 2009/2010), uma das prioridades da SETRAB era preparar a coordenação do PAB. As mulheres foram beneficiadas porque nesse público (contemplado pelo Programa), era grande o número de artesãs(…)”

Representante SETRAB.

A entrevista pouco acrescentou aos dados relativos à participação da SETRAB no PTEM ou no *Com Licença*. Contudo, merece realce como o *silêncio*, em termos da escassez de registros referentes às duas iniciativas que compõem o objeto aqui pesquisado, deu lugar a um depoimento mais encorpado sobre como o governo local, mediante atuação daquela secretaria, buscou atender “aos artesãos” de todo o DF. Nesse ponto, houve uma primeira menção a algo próximo do que poderíamos considerar parceria entre SETRAB e SEDEST.

“Muitas artesãs que foram cadastradas vieram encaminhadas pelos CRAS. Então, essas mulheres já tinham demonstrado por lá (suas comunidades de origem) seu talento com artes manuais, fazer bonecas, tinham objetos... esculturas feitas com jornal, crochê, coisas que elas faziam no seu dia-a-dia pra passar o tempo e até ganhar dinheiro na vizinhança. Então, fazendo a Carteira (Carteira “do Artesão”), elas entravam pro cadastro do PAB e podiam participar dos eventos promovidos pelo GDF ou começar algum curso de aperfeiçoamento”. **Representante SETRAB.**

Os cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Secretaria de Trabalho e destinados às/aos artesãs/aos, a partir de 2011⁶, segundo a Portaria, passaram a condicionar o acesso dessas/es profissionais e seus produtos às feiras e demais eventos realizados pelo governo. As

⁵ O Programa do Artesanato Brasileiro - PAB foi instituído, por meio do Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995, tornando-se responsabilidade do então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1508.htm

Em 2009, a Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil- Cnarts foi criada, defendendo um discurso pró- revitalização do PAB. A Cnarts apoiava suas declarações na percepção da “lentidão com que caminham os projetos de lei voltados à regulamentação da profissão e reconhecimento do artesanato como atividade relevante para a economia nacional”. Disponível em: <http://www.sebrae-rs.com.br/central-noticias/agencia-noticias/em-data-comemorativa-artesaos-cobram-regulamentacao/1530.aspx>

Em 2006, O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC iniciou um processo de articulação com as Coordenações Estaduais de Artesanato com vistas a estabelecer diretrizes para a *retomada* do Programa. Em 2010, foi publicada a PORTARIA No- 29, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010 que caracteriza as atividades de artesanato, bem como a profissão *do artesão*. O PAB, nos termos de fomento ao setor de artesanato, foi incrementado com a criação de uma base conceitual única (o que é artesanato? Quem é *artesão*?) adotada pelos estados.

⁶ Portaria nº 37 de 25 de maio de 2011. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/27138243/dodf-secao-01-27-05-2011-pg-49>

ações de capacitação e aperfeiçoamento teriam sido executadas mediante convênios firmados entre a SETRAB e instituições como o SEBRAE e a Universidade de Brasília – UnB/ Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT.⁷

No período de vigência do PTEM (2009/2010) e do *Com Licença* (2010/2011), o SEBRAE já desempenhava a função de parceiro da Secretaria de Trabalho na condução das iniciativas como Programa CredTrabalho, Programa de Microcrédito e ação Geração de Ocupação e Renda / Comercialização de Produtos Artesanais (IBAM, 2009). A par dessas informações, interroguei a representante da SETRAB sobre como as estratégias especificamente dirigidas às mulheres poderiam ter impactado a concessão e acompanhamento do crédito sob a responsabilidade do órgão. Sua resposta, porém, reiterou a percepção anteriormente declarada de que, na instância da Secretaria de Trabalho, não houve uma mobilização significativa com a finalidade de destacar as mulheres como segmento com necessidades diferenciadas. As ações eram (e assim continuam) planejadas em prol do benefício geral *dos trabalhadores* nos variados setores de atuação. Nesse contexto, o atendimento de mulheres, artesãs e outras trabalhadoras (individualmente ou em grupo) seriam uma ocorrência contingente.

“Não tomei ciência de nenhuma ação desses programas, mas é como lhe disse, a SETRAB procura integrar todas as suas frentes de atuação. Então, aumentar a eficiência do atendimento dos trabalhadores assistidos pelos programas existentes, consequentemente significa beneficiar as mulheres nesse perfil de público-alvo(...).
Representante SETRAB.

Quando insisti que, no lançamento do PTEM, o então Secretário formalizou a adesão do órgão como parceiro local com vistas a desenvolver ações que se diferenciavam da política usual, em que homens e mulheres são tratados indistintamente, sua resposta remeteu, assim como aconteceu na SEDEST, ao quadro político da época.

“Houve um rodízio assim muito grande nesses dois últimos anos, aqui na Secretaria; de uma subsecretaria pra outra, que saíram daqui, outros vieram de outros órgãos, então é difícil afirmar o que se passava na cabeça de quem estava na gestão passada(...)
Por exemplo, não é um programa pra mulheres (referindo-se ao PAB), mas é claro que a gente observa que a maioria do pessoal do artesanato que vem se credenciar⁸ é mulher, então não tem como, a forma de tratar, de passar as informações vai ser diferente por causa das características delas. Seria diferente de atender um grupo que a maioria fosse homem (...)”. **Representante SETRAB.**

⁷ <http://www.cdt.unb.br/novoportal/noticias/index/visualizanoticia/noticia/index/encontrocddt/encontrocddt>

⁸ A “Carteira do Artesão” consta da Portaria nº 37 de 25 de maio de 2011 como documento imprescindível para que “os artesãos” garantam seu direito de usufruir das ações do PAB (capacitação, participação em eventos e concessão de microcrédito). É emitida mediante a demonstração de domínio técnico, pelo artesão, a uma comissão da SETRAB, sendo válida por até três anos.

Quando lhe perguntei se a constatação da presença de mais mulheres do que homens, no segmento do artesanato, interessadas pelo credenciamento na SETRAB implicaria em análise diferenciada, no tocante à concessão do microcrédito, sua resposta foi manteve-se restrita à norma que seria neutra. Novamente, segundo seu ponto de vista, as mulheres artesãs seriam beneficiadas em razão da conduta *não-discriminatória* da Secretaria de Trabalho.

“Não necessariamente. O microcrédito tem a sua metodologia⁹ e o objetivo é atender trabalhadores com dificuldades de acesso ao crédito, né. O SEBRAE e a SETRAB atuam juntos, capacitando esses trabalhadores e financiando os negócios deles a partir de critérios válidos pra todos. Agora, é claro que se no artesanato são mais mulheres do que homens, elas vão ‘tar recebendo mais financiamento’.”

Representante SETRAB.

A) Atendimento universalizado “dos trabalhadores” do artesanato

O fato de a SETRAB dispor de poucos dados referentes as suas estratégias direcionadas às mulheres, bem como as considerações de sua representante entrevistada suscitam, segundo entendo, a percepção de uma participação esmaecida do órgão no PTEM. O volume reduzido de informações, quase uma ausência absoluta, causa surpresa em se tratando do parceiro, a secretaria responsável pela área de trabalho, tema que orienta as ações do Programa.

A incursão pelo campo mostrou que a secretaria da área de assistência social assumiu posição central no sentido de desenvolver ações de capacitação e suporte das trabalhadoras em situação de pobreza. Trata-se de uma contraposição, se considerarmos que ambas as secretarias foram designadas, como *braços* do GDF, para concretizar o PTEM nos pólos locais.

A pergunta que guia a análise relacionada com a atuação da SETRAB é simples: Qual seria a razão do comportamento do órgão? Ou o que esse comportamento revela sobre o posicionamento do órgão quanto às relações de gênero?

Se a respeito do PTEM, o *silêncio* predomina, quanto ao Programa Brasileiro do Artesanato - PAB, a Secretaria é quase pródiga na disponibilidade de insumos para a análise. Diante disso, considerando-se que o artesanato foi indicado, nos registros e relatos da SPM e SEDEST, como uma das modalidades de trabalho principais das beneficiárias do PTEM e do

⁹ A seguinte síntese atende às necessidades deste trabalho sobre o assunto: O microcrédito é concedido a empreendedoras/es de pequeno porte que, por não disporem de bens para apresentarem como garantia às instituições financeiras, não conseguem aprovação. A metodologia utilizada, pelo GDF considera como requisitos às/aos candidatas/os ao empréstimo: residir no DF há mais de três anos, ter experiência na atividade executada há mais de seis meses, não ter restrição no Sistema de Proteção ao Crédito (SPC) e apresentar avalista com renda superior a três vezes o valor da parcela. Disponível em:

www.ceasa.df.gov.br/042/04299003.asp?ttCD_CHAVE=94113

Com Licença, verifiquei quais poderiam ter sido as relações entre a atuação da SETRAB, no âmbito das iniciativas aqui analisadas, e as ações voltadas para as/os profissionais artesãs/ãos.

No tange à base conceitual do PAB, desperta imediata curiosidade o fato de a linguagem oficial não flexionar o gênero (a referência é, invariavelmente, “o artesão”). Ademais, quando a entrevistada afirmou que a maioria das pessoas afetadas pelo programa, até aquela ocasião, eram mulheres, pareceu haver um descontínuo entre o processo de planejamento do PAB e o perfil do público a que se volta. Dito de outra forma, os indícios são de que, na elaboração da base conceitual do Programa não se conseguiu perceber ou consistiu fato irrelevante que, no conjunto de profissionais do artesanato, o número de mulheres sobressaísse. Outra possível interpretação é que, embora reconhecidas como maioria no grupo de profissionais do artesanato, as mulheres constituiriam, no ponto de vista do planejamento político dos órgãos envolvidos com o PAB, apenas um segmento particular incluído em um *todo* capaz de abarcar os interesses de *toda* a coletividade.

Acerca do sentido de universalidade e das suas práticas sobre as desigualdades entre homens e mulheres, Varikas (2009) aborda a questão do “binômio universalismo-particularismo”. A autora atenta a que, quando da instauração dos valores modernos de igualdade e liberdade, a noção de “universal” vinculava-se à idealização do “homem” como indivíduo abstrato, livre e igual aos demais. A perspectiva moderna seria a de que a universalidade abarca os interesses de todos na medida da igualdade a todos estendida. Contudo, *sobre-estimar* a qualquer custo o pressuposto de que, obrigatoriamente, o particular participaria do universal, segundo a autora, implica em um reducionismo da realidade em que os direitos não são se efetivam igualmente a todas as pessoas *corporificadas*. A crítica feminista dirigida ao “universalismo”, resumidamente, consiste em ressaltar o seu caráter paradoxal. Isto é, não obstante a ideia tenha surgido com a pretensão de amparar as necessidades de todos/as, o “universal” concretiza-se como “padrão dominante” que resulta de “relações de poder”. Portanto, ainda conforme Varikas (*ibid.*) “universal” nada mais seria do que uma confusão das particularidades concernentes aos grupos mais fortes com a generalidade coletiva, uma distorção do interesse comum. Em última instância, nessa linha de pensamento, universalizar incorreria no risco de exclusão daquilo que se opõe ao padrão, entendendo-se padrão como lógica dos segmentos dominantes.

Ora, enquanto o conceito abstrato de humanidade em geral fazia a sua entrada triunfal como horizonte da universalidade de direitos, os “homens” aos quais se tratava de aplicá-la eram indivíduos concretos, historicamente situados, física, cultural e socialmente diferenciados, que, por suas histórias e oposição nas relações

de sociais, tinham necessidades e interesses diferentes, bem como diferentes formas de expressá-los (VARIKAS, *ibid.*, p.267).

Sabendo-se que o setor do artesanato conta com uma composição majoritariamente feminina, instituir o masculino como termo *neutro* por ser *universal*, ou seja, tomar o masculino como regra, contribui para invisibilizar as artesãs e, conseqüentemente, ignorar eventuais desigualdades entre as condições de trabalho delas e dos seus colegas. O acesso ao crédito figura como desigualdade entre homens e mulheres¹⁰, no mundo do trabalho/empreendedorismo, quando se verifica que essas últimas enfrentam maior dificuldade para apresentar garantias às entidades de financiamento. Entendo que, diante do quadro de desigualdade, não enfatizar o gênero da artesã produziria a ideia de um nivelamento que não condiz com a realidade.

Além disso, a *universalidade masculina* tende àquilo que Saffioti (2008) denomina como “cegueira para o sexo/gênero”. Para uma perspectiva “sex-blind”, não seria questão central investigar a relação da dificuldade de acesso ao crédito, enfrentada pelas artesãs do PAB, com a ausência de experiências profissionais anteriores dessas mulheres, nem aprofundar-se nas razões de sua inexperiência. A neutralidade pretendida com o uso do *masculino universal* ignoraria ou atribuiria pouca relevância ao fato de parte expressiva das profissionais do artesanato se tratar de *donas de casa*. Os objetivos e regras do PAB incidiriam, uniformemente, sobre os artesãos homens habituados com o traquejo das negociações e sobre as artesãs mulheres, eventualmente responsáveis exclusivas pelos *afazeres do lar*, por longo período, que, com alguma habilidade manual, resolveram iniciar uma atividade rentável.

Como tentativa de explicação face à conduta da SETRAB, dentro do PTEM, este estudo propõe um esquema composto por: a) o *silêncio* documental da Secretaria quanto ao Programa; b) a linha de raciocínio expressa por sua representante e c) a exclusividade do gênero masculino nos termos da base conceitual do PAB (Programa que relaciono com a participação da SETRAB no PTEM). Articulo os fatores empíricos ao conceito de divisão

¹⁰ Na perspectiva do Banco Mundial (2011), essa disparidade é observada em várias regiões do mundo: “Um segundo fator que aumenta a segregação no mercado de trabalho e as disparidades salariais são as diferenças em dotações humanas e físicas (incluindo o acesso a bens e crédito)”.

Todavia, cumpre registrar que, de acordo com o Relatório de Acompanhamento do II PNPM (SPM, 2009), o MTE tem executado ações que visam ao aumento do número de empréstimos concedidos às mulheres. Ações 1.2.8 - Conceder crédito especial às mulheres rurais no âmbito do Pronaf Mulher; 1.2.9 - Ampliar o acesso das mulheres empreendedoras no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado do MTE e 1.2.19 - Incentivar o acesso de mulheres às incubadoras e empreendimentos econômicos solidários e fortalecer a rede de mulheres na economia solidária.

sexual do trabalho por entender que este ilumina aspectos relativos à origem e validação social dos pontos enumerados acima. Segundo Kergoat, D. (2009), divisão sexual do trabalho é a desigualdade do valor social do trabalho em razão do gênero de quem o realiza¹¹. Esse ordenamento hierarquizado das relações de gênero seria proveniente da lógica patriarcal e vigoraria de forma a estabelecer uma correspondência invariável das representações masculinas com um pólo de dominação e das femininas com a subordinação.

A minha *aposta* analítica, neste caso, consiste apontar o alinhamento da SETRAB com um ponto de vista, segundo o qual, o mundo do trabalho opera como espaço primordialmente masculino, uma ideia próxima a descaracterização das atividades desempenhadas por mulheres (não-trabalho) proposta por Strathern (2006). A análise não se reduz a uma dicotomia utilizada exaustivamente nos moldes de vinculação do masculino à esfera pública e do feminino à esfera privada. Trata-se de ressaltar que, a despeito de um possível trânsito de homens e mulheres nos espaços doméstico e profissional, tanto compartilhando os *afazeres do lar*, quanto disputando vagas no sistema educacional e postos de trabalho, persiste a expectativa do cuidado como prioridade feminina e do sustento como prioridade masculina.

Quanto ao discurso da SETRAB, no contexto do PAB, este remeteria “ao artesanato” como categoria universal em que as artesãs permaneceriam subsumidas. Sob esse ponto de vista, o órgão poderia presumir que os interesses dessas trabalhadoras estivessem adequadamente contemplados, posto que as ações seriam formuladas com o objetivo de beneficiar a “todos”. Essa orientação limitaria os agentes institucionais que a seguem, como a Secretaria, na sua capacidade de avaliar quão efetivos tem sido os programas de trabalho, visto que a universalidade por si só não revelaria, necessariamente, todos os *matizes*, os fatores mais sutis (ou não tão sutis) de ordem cultural que conformam, em razão do gênero, as dinâmicas de produção.

No que tange ao PTEM, as evidências apontam para um posicionamento *neutro*, mantido pela SETRAB, na medida em que não foi possível observar a problematização do gênero na pauta do órgão. Tal conduta poderia ter implicado na participação dessa Secretaria que, quando comparada a dos outros parceiros, parece tanto mais uma *não-presença*, um espaço não preenchido.

¹¹ Originalmente, a autora trata da desigualdade em termos de “relações sociais de sexo”. Permito-me tal indiferenciação terminológica por entender que, no bojo deste trabalho, as divergências conceituais dessa estatura, provenientes das escolas francesa e anglo-americanas, não comprometem a análise da realidade observada.

Recuperando os ditames do PTEM, desde a sua origem, temos como principais características do Programa a distribuição de responsabilidades os parceiros, na forma de “trabalho em rede”, e a perspectiva de que as ações consistiriam em difusão de conhecimento perpassado pela questão de gênero. Quando comparados, as características oficiais do Programa e a realidade empírica atinente à SETRAB indicam a possibilidade da ocorrência de lacunas, no formato da parceria em rede, e também a não-familiarização de todos os agentes com o conhecimento que, segundo o planejamento estratégico, deveria ser disseminado.

4.2.3 - Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e o acompanhamento das beneficiárias

Enquanto reunia informações sobre o desenvolvimento do *Programa Rio*, chamaram-me a atenção as recorrentes citações, em documentos diversos, ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. A curiosidade surgiu, principalmente, por se tratar da documentação de autoria das cooperativas e associações criadas ou fortalecidas mediante as ações do Programa. Era a escrita das mulheres beneficiárias dos serviços prestados pelo CRAS, elegendo aquele *órgão*¹² de governo como ambiente fundamental para a construção da sua identidade mais recente: trabalhadora/ empreendedora.

A finalidade do Centro, conforme a Política Nacional de Assistência Social – PNAS,¹³ é a prestação de serviços básicos voltados, prioritariamente, para o atendimento de famílias. Mesmo quando se trata de indivíduos, existe como referência o convívio familiar. As unidades de atendimento integram o Sistema Único de Assistência Social – SUAS que vem a ser uma ação conjunta do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Secretaria Nacional de Assistência Nacional – SNAS, Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e os governos estaduais.

Quando chegou o momento de incursionar pelo campo em busca de relatos das/os agentes estratégicas/os, houve tentativas malsucedidas de alcançar as mulheres capacitadas junto a algumas instituições. Não consigo e não chega a ser relevante, por ora, determinar os motivos da interdição dos contatos das beneficiárias. Apenas registro essa dificuldade

¹² Emprego o termo com um sentido mais amplo e imediato por se tratar de uma entidade criada e que atua na instância dos governos federal, estadual/distrital e municipal. Contudo, estritamente, o CRAS não se define como órgão, mas sim com “unidade de atendimento” instituída com o objetivo de fortalecer os serviços de assistência social disponibilizados pelos órgãos gestores locais.

Disponível em: <http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877.pdf>

¹³ São atribuições do CRAS: “Executar serviços de proteção social básica, organizar e coordenar a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social”. PNAS – Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: <http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877.pdf>

circunstancial a fim de destacar a importância da contribuição dada pelo CRAS quando liberou as listas das participantes. Além de viabilizar o prosseguimento das entrevistas, esse gesto revelou traços da perspectiva mantida pelo *órgão* com relação ao Programa. Conforme registrei antes, foi em uma unidade do Centro, em Taguatinga, que o Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta foi mencionado pela primeira vez. A sugestão foi que tentasse conversar com as beneficiárias do *Com Licença* porque algumas das que haviam participado do “Mulheres Empreendedoras” (espécie de diminutivo do nome Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PTEM) teriam sido transferidas para os cursos dessa segunda iniciativa.

Passando a considerar o *Com Licença*,¹⁴ a análise ampliou-se na direção do novo elemento que parecia caracterizar a continuidade das ações do PTEM e a confirmação de que o enfoque de gênero havia sido assimilado pelo GDF. Após passar por quatro unidades do CRAS (Gama, Planaltina, Samambaia e Taguatinga), verifiquei que a ligação entre o PTEM e o *Com Licença* não era percebida da mesma maneira pelas técnicas. As mulheres atendidas, no entanto, fossem elas as remanescentes do “Mulheres Empreendedoras” (permaneceram sendo identificados assim) ou as novas beneficiárias do *Com Licença*, participavam das mesmas dinâmicas direcionadas às trabalhadoras. Dito isto, é preciso esclarecer que, depois da conclusão das atividades do PTEM, as participantes, que compunham o público do CRAS desde antes do Programa, continuaram frequentando as reuniões “socioeducativas” nos Centros. Nesses encontros, segundo informações das técnicas, as participantes eram incentivadas a compartilhar suas histórias, havia exposição de vídeos e palestras sobre variados temas.

Aquilo que foi possível apreender das relações entre as técnicas e as beneficiárias, a partir das ênfases e entonações nos depoimentos, conferiu ao CRAS a aparência de *interações de camaradagem*, diferentes das demais instituições. O envolvimento das servidoras, ocasionalmente, pelo menos no caso de uma das unidades, teria extravasado os limites das funções estabelecidas para o cargo, horário de expediente, local de trabalho. Em meu ponto de vista, houve, portanto, indícios de que o CRAS estaria em uma *zona intermediária* dentro do espaço interacional constituído pelos/as agentes estratégicos/as do PTEM (e, parcial e *coincidentemente*, do *Com Licença*). Refiro-me às evidências de que as unidades do Centro não estariam no mesmo nível de tomada de decisões e articulação de acordos políticos que os

¹⁴ Justifico, na última seção do capítulo 4, a inclusão do *Com Licença* na abordagem deste trabalho.

demais parceiros institucionais. Ao CRAS, teria cabido dar conta das incumbências delegadas pela SEDEST. Todavia, observei que, não obstante estivessem em nível de hierarquia institucional mais básico, as unidades de atendimento conseguiram desenvolver instrumentos de capacitação e de apoio às atividades das beneficiárias, ao meu ver, com contornos nítidos e, com base nos relatos de ambas as partes, facilmente apropriados pelas participantes e aplicados a sua realidade.

A perspectiva que assumo, a partir do cruzamento das considerações das entrevistadas, associa a posição do CRAS, na *zona intermediária*, a uma conduta insurgente e ainda germinal (por isso mesmo passível de contradições) de ressignificação do papel social das mulheres como beneficiárias, do PTEM e do Com Licença, e dentro da família. Refiro-me ao que seria uma tendência do CRAS ao distanciamento do enfoque de sobrevalorização da família em detrimento da subjetividade e da autonomia das mulheres atendidas pelos serviços sociais do Estado.

O familismo ou a sua atualização “neofamilista”, comum no âmbito da assistência social brasileira, segundo a crítica feminista (AMB/CFEMEA, 2011), seria um suporte importante da divisão sexual do trabalho, categoria central nesta análise. A sua capacidade de renovação e prevalência, dentro dos processos políticos, se explicaria com a alegação do bem-estar imediato produzido com eficácia. Contudo, a lógica da dominação ou do patriarcado permearia o planejamento da assistência social na medida do atrelamento do benefício dirigido às mulheres a “condicionalidades que reforcem seu lugar no trabalho reprodutivo” (AMB/CFEMEA, *ibid.*). Assim, as mulheres seriam beneficiadas, por determinadas iniciativas, desde que assumissem compromissos relacionados com *o que se espera que as mulheres façam*. Que permanecessem responsáveis pelas modalidades de trabalho não-remunerado, no domínio da reprodução, exercendo funções de cuidado, sendo agregadoras. Essa é uma reflexão próxima daquela a respeito da instrumentalização das mulheres, sob o discurso WID, quando a inclusão delas nas políticas de desenvolvimento dava-se (ou dá-se) de modo que as suas atividades incidissem prioritariamente sobre o espaço doméstico (ESCOBAR, 1995; MACHADO, L.M.V., 1997; SIMIÃO, 1999; PARPART *et al.*, 2000; FERREIRA, 2004).

Nos tópicos seguintes, tento aprofundar, com elementos empíricos, os aspectos da interpretação proposta acima.

A) Surgimento e encaminhamento dos programas na pauta das unidades do CRAS

No Guia para a Implementação do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (IBAM/SPM, 2008, p. 33), encontra-se destacada a atribuição do corpo técnico do CRAS, que seria “divulgar junto às usuárias da rede de assistência, público prioritário do eixo Trabalho e Ocupação, as ações do *Programa*, assim como articular e viabilizar a participação dessas mulheres nos Seminários”. Nas entrevistas, ao serem lembradas desse encargo, as técnicas ponderaram sobre as dificuldades decorrentes da troca de responsáveis pelo acompanhamento do PTEM, nas unidades, e o seu desconhecimento dos critérios atinentes às etapas seguintes. Esse fato explicaria o conhecimento fragmentado de cada técnica sobre o processo que, somado à inexistência de relatórios referentes às etapas de implementação, reforçam a ideia de que a atuação do CRAS não teria ocorrido no mesmo patamar dos demais parceiros.

De toda maneira, as reuniões regularmente promovidas pelo Centro, aquelas denominadas “socioeducativas”, eram o momento em que as participantes de ambos os eixos do PTEM (“fomento ao empreendedorismo” e “trabalho e ocupação”) e, posteriormente, do *Com Licença* tinham a oportunidade de avaliar, conjuntamente, a experiência nos cursos da BPW e do SEBRAE. Nesse ponto, a ausência de pleno domínio das técnicas das unidades sobre a operacionalidade do Programa poderia ser compensada com a sensibilização dispensada a elas. Há que se recuperar, novamente no *Guia* (IBAM/SPM, 2008), que o corpo técnico dos governos locais caracterizava-se, ao lado das mulheres selecionadas, como público-alvo no sentido de receber capacitação para lidar com os temas abordados pelo PTEM. Entretanto, de acordo com uma das entrevistadas, somente as pessoas designadas para acompanhar as ações do programa passavam por essa preparação. Estratégia que não parece coerente com o quadro de possíveis remanejamentos de responsáveis segundo registraram. Os seminários e oficinas de sensibilização eram ações pontuais, portanto destiná-las apenas a uma parcela das/os servidoras/es, que poderiam ser transferidas/os para outras funções, teria favorecido a fragmentação de conhecimento citada antes.

“(…) Peguei o finalzinho (refere-se ao PTEM) quando, no grupo, tinham 7 mulheres desmotivadas.

Inclusive, acho que a troca de técnico que acompanhava o grupo influenciou nisso, porque uma começa com uma estratégia, aí vem outra e muda, tem uma quebra do trabalho com o grupo (...).

Antes do concurso (ocorreu um processo seletivo para a SEDEST em 2009), eram psicólogos e assistentes sociais contratados que, por não ser concursados e não terem

estabilidade, eles eram muito pressionados de todas as formas. Principalmente, assim, pra ter mais número do que qualidade.

(...)

O meu trabalho com elas foi uma tentativa de organizá-las pra que elas mesmas começassem a produzir todas juntas e começar a comercializar os produtos(...)

Representante CRAS Taguatinga. *Grifos meus.*

“(...) quando comecei a trabalhar com o grupo das ‘Mulheres Empreendedoras’, já era um grupo bem reduzido, eram umas vinte e cinco pessoas e eram de diversas localidades do Gama e também do Entorno. Aí, logo em seguida, veio o Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta que, assim, veio somar.” **Representante CRAS Gama.** *Grifos meus.*

“O ‘Mulheres Empreendedoras’ foi até o finalzinho de 2009, né, mais ou menos, que a gente acompanhou.

Aí, tinha uma outra equipe que acompanhava o Com Licença, Eu Vou à Luta. Aí, como teve o término do ‘Mulheres Empreendedoras’, eu fiquei acompanhando também o Com Licença, Eu Vou à Luta.

Então, assim como era o que a gente chama de projetos especiais, que são ações pontuais envolvidas, ficávamos eu e uma assistente social no direcionamento das ações e tudo.

(...)

Depois que elas terminaram de fazer os cursos, a gente deu continuidade aos grupos, esses dois pequenos grupos”. **Representante CRAS Samambaia.** *Grifos meus.*

“Houve a seleção das mulheres aqui, aí nós fomos para um seminário regionalizado. E nesse seminário, o SEBRAE e a BPW fizeram uma avaliação prévia do perfil dessas mulheres que já tinham sido pré-selecionadas pra ver onde se encaixariam melhor, em quais cursos. Não sei te dizer quais eram os critérios porque nessa parte nós não participávamos.

A parte da organização foi muito boa, a capacitação também. Nós tivemos vários momentos de capacitação e sensibilização, vivências, palestras, mas não era para a equipe toda, era apenas para os técnicos que lidavam diretamente com elas.”

Representante CRAS Planaltina. *Grifos meus.*

Especificamente, no caso do *Com Licença*, a sua portaria de instituição (ver anexo) determinava o acompanhamento nos termos de “supervisionar, monitorar e avaliar as ações desenvolvidas pelas mulheres participantes do Serviço, bem como sistematizar o conhecimento acumulado”. Essa orientação oficial quanto ao conhecimento, a partir daquilo que declararam as entrevistadas, não teria se efetivado. Novamente, a divisão do processo de implementação das ações teria sido um fator com influência substantiva sobre o conhecimento limitado das/os técnicas/os responsáveis pelo Projeto. Neste momento, retomo a perspectiva da SEDEST a respeito da metodologia desenvolvida com vistas ao controle do uso da bolsa. A representante da Secretaria pontuou que cada unidade do CRAS lidou de forma *autônoma* com as instruções oriundas da SEDEST. Segundo disse, não houve comparação entre os procedimentos adotados pelas unidades, tampouco a gerência responsável pelo planejamento dispunha de condições de monitorar a execução do *Com Licença* de forma diferenciada dos demais serviços de assistência social.

“Na época, a gerência criou um caderno que tinha toda uma metodologia de trabalho (...)

Elas teriam que usar o recurso pra pagar algum curso de capacitação e apresentar a nota no CRAS que, com o cadastro socioassistencial ia fazendo a evolução.

(...)

A gerência colocava, nesse caderno, que elas teriam que se reunir com regularidade, acho que a cada quinze dias, no CRAS, dentro da perspectiva do Paif, que é uma reunião socioeducativa. Daí, cada CRAS desenvolvia a sua metodologia numa articulação micro. Daí, a gente da gerência visitava o CRAS, como um todo, e assim monitorava todos os Programas”. **Representante SEDEST 1.** *Grifos meus.*

“Aqui no CRAS de Taguatinga, como eu te disse, eu cheguei já no finalzinho, mas eu não cheguei a ver, dentro da pasta de acompanhamento do Programa nenhum relatório de trabalho, né. Tinham memórias de reunião, que é de praxe mesmo, mas nenhum relatório efetivo. Tanto é que, pra conclusão do Projeto, eu e uma outra técnica que tava aqui, na época, a gente fez um relatório por nossa conta das atividades que a gente tentou fazer junto ao grupo, né, levantando essa questão da desmotivação, da falta de recursos, a gente chegou a emitir esse relatório final.”

Representante CRAS Taguatinga.

“Quando finaliza o projeto, a gente tem que fazer uma avaliação geral. Avaliação eu sempre faço com elas no final de cada reunião. Mas, nessa avaliação final, eu preciso relatar todo o processo, o antes o durante e o depois. Por enquanto, as ações ficam centralizadas em cada CRAS”. **Representante CRAS Gama.** *Grifos meus.*

B) Autonomia das unidades do CRAS na operacionalização dos programas

Na SEDEST, uma das entrevistadas caracterizou a atuação do CRAS como “articulações micro”. Ela referia-se referência à liberdade que as unidades teriam para conduzir as ações do *Com Licença*, também diz respeito ao atendimento das “Mulheres Empreendedoras”, tendo em vista a sua permanência no CRAS. Ao participarem das mesmas dinâmicas “socioeducativas”, a bolsa caracterizou-se como o diferencial entre um grupo e outro.

No conjunto das quatro unidades analisadas, em Taguatinga e no Gama, houve uma percepção de que PTEM e o *Com Licença* estariam relacionados em virtude das participantes transferidas do primeiro para o segundo. Para as técnicas nessas duas cidades-satélites, o *Com Licença*, representou para as “mulheres empreendedoras” a oportunidade de dispor de recursos para iniciar as suas atividades. Enquanto isso, em Samambaia e em Planaltina, o ponto de vista apresentado foi de que se tratava de ações completamente distintas, embora voltadas para o mundo do trabalho e com o objetivo de fomentar microempreendimentos. Há que se frisar que, nas duas primeiras unidades, havia atividades em curso, para além das “reuniões socioeducativas”, quando as entrevistas aconteceram. O CRAS/Gama estava à frente do processo de formalização do grupo interessado em formar uma associação. Em Taguatinga, as participantes recebiam apoio do CRAS para expor seus produtos em uma feira

realizada no centro. Samambaia e Planaltina, por sua vez, tinham dado por encerradas as ações do Projeto.

“Aí, elas (‘Mulheres Empreendedoras’) questionaram o espaço que não tinham pra se reunir. Então, a gente arranhou uma sala aqui no prédio pra elas, mas poucas vinham. Tinha dia que vinham duas, conversavam meia-horinha e iam embora. O resultado final foi que uma delas só que a gente conseguiu acompanhar, que, depois, até entrou pro Com Licença, Eu Vou à Luta e conseguiu abrir sua banca.

Então, no finalzinho desse grupo e já tinha começado a seleção pro Com Licença, Eu Vou à Luta, uma das queixas era que elas não tinham recursos pra comprar material pra produzir. Aí, a maioria já queria mesmo passar pro Com Licença. Tanto é que, das sete mulheres que estavam no grupo, cinco estão no Com Licença.”

Representante CRAS Taguatinga. *Grifos meus.*

“Olha, infelizmente, o sol não nasce pra todos. É um ditado popular que a gente traduz o seguinte: nem todo mundo tem a oportunidade que deveria ter e os recursos são mínimos. Esse recurso da bolsa das mulheres do Com Licença, Eu Vou à Luta era apenas pra um grupo reduzido, não daria pra atender todo mundo (...)

Mesmo que as mulheres empreendedoras não tenham a bolsa, elas continuam no grupo porque, de 2 em 2 meses, nós fazemos uma feira aqui ao lado do CRAS pra elas exporem os seus produtos, aí vem as Mulheres Empreendedoras e as mulheres do Com Licença que nós fizemos a junção dos dois grupos (...). A feira surgiu, em 2010, quando elas disseram que precisavam de um espaço pra expor, foi em reunião nossa mesmo mensal, aí criamos, juntas, esse espaço da feira”. **Representante CRAS Gama.** *Grifos meus.*

“Olha, eu percebo que são programas um pouco distintos. Primeiro, porque, no Com Licença, Eu Vou à Luta, existe uma bolsa social. No ‘Mulheres Empreendedoras’, não existia essa bolsa (...) eu percebo que a questão de ter uma bolsa social é importante, sim, mas é uma coisa um pouco paradoxal (...) A gente percebe que a questão da bolsa ela se tornou uma renda pra família. E aí, às vezes, a gente até fala sobre a possibilidade de que o Projeto termine a qualquer momento e a gente prepara essas mulheres pra isso. Então, ao mesmo tempo, a gente percebe que algumas já não tem mais aquela motivação pra continuar no Projeto, mas, por conta de uma necessidade econômica, por conta dessa bolsa social, elas continuam no Projeto (...).” **Representante CRAS Samambaia.** *Grifos meus.*

“As ‘Mulheres Empreendedoras’ tinham um perfil pré-estabelecido. O *Com Licença* também tinha, mas no *Com Licença* esse perfil era mais aberto, era um perfil mais por idade e por escolaridade.

E, no *Mulheres Empreendedoras*, não, ela já tinha que ter um negócio ou uma qualificação já pré-estabelecida, ser uma cabeleireira, uma doceira, uma salgadeira. Aí, a ideia era que desse qualificação pra ela desenvolver o negócio que ela já tinha conhecimento.

No *Com Licença, Eu Vou à Luta*, era diferente, era para dar a essa mulher uma capacitação.” **Representante CRAS Planaltina.** *Grifos meus.*

A intenção, quando proponho o contraste das unidades com *ações ativas* com as unidades com *ações não-ativas*, por ocasião da pesquisa, tem a ver com a verificação do alcance do objetivo de “continuidade” apresentado tanto pelo PTEM quanto pelo *Com Licença*. Algo que perpassa o caráter estritamente burocrático da elaboração dos Programas, mas não se esgota aí. Neste caso, o exame da relação entre as duas iniciativas com algum grau de semelhança, criadas em períodos próximos como políticas direcionadas para as mulheres

trabalhadoras, se sobrepõe à questão de se tratar de ações idealizadas pelo governo federal ou pelo GDF.

Nas seções anteriores, as circunstâncias políticas na instância do GDF que, segundo a SPM, dificultaram a implementação das ações do PTEM, dadas as mudanças de gestão dos órgãos responsáveis pela execução, também foram ressaltadas pelas técnicas da SEDEST. A avaliação dessas últimas consistiu em destacar a centralização do “gabinete” da Secretaria de Assistência Social, concernente ao poder de decisão no período de implementação do PTEM e de instituição do *Com Licença*, como um aspecto desfavorável. Em seu ponto de vista, o “gabinete” impedia a participação do corpo técnico em todas as etapas de desenvolvimento dos programas, resvalando em uma desarticulação interna. No nível do CRAS, por mais uma vez, a realidade política local foi considerada como um elemento importante para a compreensão dos acontecimentos. Dessa vez, a interferência dos interesses políticos locais, vinculados ao espaço institucional, teria ocasionado a distorção das diretrizes do *Com Licença* no tocante ao perfil das beneficiárias.

“Olha, a seleção pro Com Licença, Eu Vou à Luta, até porque era um período de campanha eleitoral, então foi complicadíssimo. Porque a seleção não foi feita de certa forma aqui pelo CRAS.

A gente fez, né, dentro dos critérios do projeto, a gente tentou trazer uma mulher que a gente já tava acompanhando. Outras, por exemplo, essas que já estavam no ‘Mulheres Empreendedoras’ e que tinham o perfil, a gente passou pro Com Licença (...)

Agora, das fichas que a gente preencheu, teve muitas que vieram sem perfil e que, na época, tinha... (suspiro) uma certa ordem da diretoria, né, pra que a gente preenchesse. Era assim: “Ah, o deputado fulano de tal pediu pra que essa associação de mulheres entre no grupo”. Aí, chegavam aqui de uma vez vinte, trinta mulheres pra gente preencher a ficha. Então, a seleção final não foi feita pelo CRAS, foi passada pra essa diretoria e lá que foi feita essa seleção, a gente só passou os formulários com os dados preenchidos dessas mulheres”. **Representante CRAS Taguatinga.** Grifos meus.

C) Programa Com Licença, Eu Vou à Luta e seu objetivo de “Valorização do papel da mulher na sociedade e na família”

O título deste tópico, extraído da portaria de instituição do Com Licença, eu Vou à Luta, indica o que seria a principal ambivalência presente tanto nesse Projeto quanto no PTEM: eleger as mulheres atendidas pelo CRAS como sujeitos de direitos e público-alvo de políticas públicas, fomentando, simultaneamente, a posição delas na família que, por sua vez, remeteria à subordinação.

Com Licença, Eu Vou à Luta (...) será operacionalizado com vista a desenvolver uma ação de resgate e inclusão social das mulheres, possibilitando deste modo, o aumento da renda familiar e valorização do papel da mulher na sociedade e na família. **Portaria nº 124, de 17 de agosto de 2009 (Anexo I).**

A noção de *zona intermediária* foi apresentada como proposta interpretativa das ações e ponto de vista mantidos pelo CRAS no contexto da execução dos Programas de trabalho aqui analisados. Retomando os esclarecimentos anteriores, adoto essa terminologia no sentido de que, no espaço interacional dos parceiros responsáveis pelo PTEM e pelo *Com Licença*, a experiência do Centro teria se diferenciado das demais instituições. As técnicas encarregadas dos serviços sociais e do acompanhamento das participantes dos Programas não teriam compartilhado o processo de implementação das ações da mesma forma que os demais agentes institucionais envolvidos. Essa realidade poderia ser explicada, parcialmente, pela metodologia, no caso do PTEM, que previa a caracterização do corpo técnico do CRAS como alvo, assim como as beneficiárias, das ações de sensibilização para as questões de gênero. Contudo, tal argumento enfraqueceu diante da revelação das entrevistadas de que a sensibilização não se estendeu a todas/os as/os técnicas/os, bem como das mudanças das/os designadas/os para tocar as ações.

Entendo que, se por um lado, a localização na *zona intermediária* possivelmente tenha influenciado no isolamento das unidades, na medida da autonomia com que teriam utilizado a metodologia dos Programas, por outro, teria favorecido dinâmicas às quais me referi antes como *interações de camaradagem*. No que tange ao embate entre o discurso oficial de promoção da autonomia das mulheres e o possível reforço das posições tradicionais femininas, atrelado à implementação dos Programas de trabalho, O CRAS seria um *locus* de análise consistente devido ao seu contato direto e contínuo com as beneficiárias das ações.

Isto posto, promovo, a seguir, a confrontação entre aspectos dos depoimentos das representantes das unidades do Gama e de Planaltina com vistas a fundamentar empiricamente as considerações acerca da posição do CRAS e de sua atuação. A opção pelas duas cidades-satélites deve-se à descrição pontual de exemplos em ambas as entrevistas. Nas outras duas unidades, os relatos abordaram de forma mais geral a experiência do Centro.

D) Posições equivalentes e interações distintas entre as unidades do CRAS

No caso da unidade do Gama, pareceu *finar a barreira* entre atendimento profissional e solidariedade. A entrevista com a técnica responsável pelas ações dos Programas revelou um depoimento entusiasmado com ênfase sobre uma mobilização conjunta em prol da criação da

“Associação das Mulheres Empreendedoras do Gama”. Sua fala apontou na direção de que as atividades realizadas pelo grupo teriam propiciado ressignificações no tocante ao serviço prestado pelo CRAS e ao referido papel das beneficiárias na sociedade e na família.

“Uma das coisas que eu construí com elas, desde o início, é o seguinte ‘olha, esse Programa vai acabar. Vocês não vão ficar recebendo essa bolsa a vida toda, então o importante é que vocês fiquem um grupo organizado (...). Então, nós começamos a construir com elas a necessidade e a importância de criar a Associação das Mulheres Empreendedoras do Gama (...). Nós juntamos o grupo das ‘Mulheres Empreendedoras’ que já existia com as mulheres do Com Licença. Eu Vou à Luta porque não tinha sentido a gente fazer dois grupos e que era a mesma luta. (...) E com isso, nós estamos, agora no final de novembro, início de dezembro, efetivando a associação porque elas, como mulheres de associação, terão mais autonomia e mais autoridade pra reivindicarem melhores condições pra elas continuarem o trabalho delas (...)

Aí, é isso quando eu pego uma coisa eu levo até o final porque eu sou brigona, brigona no bom sentido, né, de lutar pelos direitos da pessoa humana. Não é a toa que eu sou assistente social. E elas falam umas coisas que eu digo ‘Gente, eu não mereço isso tudo que vocês ‘tão falando. Isso é meu trabalho, eu sou servidora, eu sou paga, eu recebo pra isso.’

(...)

Nós temos exemplos de mulheres aqui que estão com o seu ‘pit-dog’ (quiosque), aqui não fala ‘pit-dog’, né, com o seu espaço pra comercializar montadinho, com geladeira, com fogão, com batedeira, tudo o que precisa. E isso com esse recurso da bolsa porque ela soube investir.

(...)

Ontem, eu fiquei assim muito feliz porque uma delas falou assim: ‘Eu estou trabalhando como gari, mas eu vou deixar. Eu quero trabalhar no meu estabelecimento.’ Isso é muito importante pra gente, sabe, eu fico muito feliz porque ela saiu daquela dependência do marido e conseguiu a sua independência financeira, ela consegue viver com o trabalho dela e com o salário dela.

(...)

Nós tivemos aí o depoimento de uma senhora, ela é negra e ela também é nordestina, chegou aqui, como se diz, como uma mão na frente e outra atrás. Ela vivia debaixo da sombra do marido, ela não podia fazer nada. Aí foi, teve os filhos, os filhos cresceram e ela ali, não podendo fazer o que ela queria fazer.

Ela aprendeu a fazer artesanato, olhando as receitas da televisão, né, inclusive, ela trabalha muito bem com o papel jornal. Aquele papel reciclado, ela faz várias coisas. Ela disse que o marido proibia ela de sair e vender os produtos. Então, ela saía escondida porque ela era muito dependente. Aí, quando foi um dia, ela disse ‘hoje, a minha vida vai mudar’. Ela decidiu e, a partir desse momento, ela nunca mais parou de confeccionar, vender e ter sua clientela. Hoje, quem mantém a família é ela com o trabalho, com o artesanato dela porque o marido tá doente. Ele, até hoje, fala que ela não deveria fazer aquilo, mas ele também não tem poder de proibir porque ela venceu essa dominância, né, dele. E foi uma mudança de vida que ela teve, pessoal e coletiva porque as filhas dela, as noras ajudam ela a fazer o artesanato (...). Então, foi assim uma mulher que saiu daquela dominação familiar, pelo marido machista, e hoje ela tem sua autonomia financeira e que ajuda a manter a casa. Representante CRAS Gama. Grifos meus.

Recorrendo, por mais uma vez, ao debate em torno da inclusão das mulheres no desenvolvimento e das políticas decorrentes da perspectiva adotada a esse respeito, os programas de trabalho direcionados aos segmentos femininos ou convergiriam para a sua autonomia ou desembocariam na sua instrumentalização.

No tocante às políticas de desenvolvimento, a autonomia feminina tem sido focalizada a partir da percepção de que, nas relações sociais entre homens e mulheres, existem desigualdades consequentes da polarização masculino/feminino. Nesse esquema classificatório, as *posições femininas* habitualmente resultam como desvantajosas quando comparadas às masculinas. O discurso GAD, conforme tratado antes, surgiu como esforço de instaurar, nos processos de planejamento estratégico e de execução das políticas do desenvolvimento, a ideia de que relações de gênero consistem em relações de poder. As políticas GAD buscam incidir no fenômeno da dominação/subordinação atrelado às relações de gênero. Portanto, a incorporação dessa perspectiva *atravessada* tudo aquilo que se refere ao desenvolvimento, não apenas como um setor de políticas específicas isoladas da visão global da imbricação dos processos (RATHGEBER, 1990; ESCOBAR, 1995; MACHADO, L.M.V., 1997; SIMIÃO, 1999; PARPART *et al*, 2000; FERREIRA, 2004).

As políticas WID, por sua vez, tendem a se caracterizar como instrumentalizantes na medida em que fomentam os papéis sociais de gênero tradicionais. *Na trilha* do discurso WID, as ações que visam ao benefício da estrutura familiar, em última instância, seriam classificadas como familistas. As mulheres atendidas, sob a orientação do familismo, estariam sendo cooptadas para o bojo de interesses mais amplos, não necessariamente coerentes com a ideia de emancipação. No âmbito de políticas dessa referida ordem, não se poderia afirmar que as mulheres sejam as efetivas beneficiadas, pois o foco não estaria nas suas necessidades individuais/ subjetivas (RATHGEBER, 1990; ESCOBAR, 1995; MACHADO, L.M.V., 1997; SIMIÃO, 1999; PARPART *et al*, 2000; FERREIRA, 2004; AMB/CFEMEA, 2011).

À luz das reflexões sobre como as mulheres são percebidas no âmbito do planejamento e execução política, o exame do quadro composto pelas interações no CRAS Gama aponta aspectos que, em meu ponto de vista, realçariam a possibilidade de subversão do caráter das políticas em curso. Em uma análise fundamentada no esquema explicativo WID – GAD, tanto o PTEM quanto o *Com Licença* apresentariam elementos, no seu discurso oficial e na implementação, que ora parecerem mais próximos da primeira perspectiva, ora parecem se aproximar da segunda. O direcionamento dos cursos de capacitação para atividades que não impliquem no afastamento das beneficiárias das suas responsabilidades domésticas realçaria, *a priori*, uma orientação alinhada com as postulações WID. Contudo, quando a técnica do CRAS Gama descreve as mudanças ocorridas na organização familiar, a partir da experiência das mulheres nos Programas e do desempenho das suas atividades

remuneradas, o PTEM e o *Com Licença* ganhariam contornos do discurso GAD, haja vista a reconfiguração, ou a aparente tendência nesse sentido, das relações familiares, dos significados inerentes às posições assumidas por mulheres e homens no espaço doméstico.

Comparada ao caso do Gama, na unidade de Planaltina, segundo o depoimento da sua representante, os Programas não teriam apresentado desdobramentos tais quais aqueles relatados na primeira cidade-satélite. A entrevistada referiu-se a determinadas responsabilidades familiares que, ao recaírem sobre as beneficiárias, teriam impedido a sua evolução dentro dos Programas. O seu depoimento pareceu evidenciar uma sensibilidade para as atribuições de gênero como fator condicionante do desempenho profissional de homens e mulheres. Todavia, atentou para a incapacidade das ações implementadas de incidir sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres.

Diferentemente do que ocorreu no Gama, no tocante ao envolvimento do corpo técnico com as participantes dos Programas, em Planaltina, a entrevistada mencionou uma situação de “desmobilização”. Em sua perspectiva, não teria havido condições de a equipe da unidade dedicar-se ao acompanhamento das mulheres, especificamente, no que dizia respeito a sua autonomia ou ao possível conflito entre as atividades profissionais e os encargos familiares. A realidade vivenciada, naquela cidade-satélite, não seria a de *interações de camaradagem* entre técnicas e beneficiárias às quais me referi no início desta seção. Não houve alusão a um empenho técnico além do que a norma estabelecia, de maneira que esse poderia ser um fator diferencial entre as duas unidades.

“(…) Eu acompanhava uma senhora, uma jovem senhora, ela tinha dois filhos, uma filha, um companheiro e, assim, ela era cabeleireira. Quando eu a conheci, ela estava com um salão. E durante esse percurso, a filha saiu, foi pra rua, ficou dependente de crack. O filho adolescente matou uma pessoa no Plano Piloto e foi preso. O marido a deixou porque achava que a culpa era dela, então, a agredia. No caso dela, não houve uma agressão física, mas uma agressão, sabe, de culpá-la por tudo o que acontecia na família, de responsabilizá-la por tudo o que aconteceu com os filhos. Então, isso interferiu, ela era uma das mais atuantes e acabou finalizando o curso antes. O que aconteceu foi que o outro filho que ficou, ela quis tirar daqui por causa do envolvimento com as gangues, porque o outro já estava preso e ela acabou indo pro Maranhão, que era o estado de origem dela.

Então, assim, não que a gente pudesse solucionar tudo, mas ver que era uma crescente de vulnerabilidades que ia acontecendo na vida delas que, talvez, se a gente tivesse tido uma equipe maior, tivesse conseguido acompanhar, orientar e tomar as providências, dar um apoio maior. Porque ela era assim muito atuante, muito disposta a mudar a situação dela.

Esse perfil da mulher que a gente acompanha aqui é diferente do homem que quer ser empreendedor, né. Que aí a energia dele, vai toda para o negócio. A mulher, não. Ela tem que se preocupar com isso e também com toda a dinâmica familiar, que é responsabilidade dela e ela é cobrada por isso. Esse caso ficou bem evidente, né, que

ela foi cobrada por tudo o que aconteceu na trajetória da família. Primeiro, era a proteção da família.

(...)

Talvez o resultado final não tenha expressado essa qualidade de capacitação porque houve uma desmobilização das mulheres. Foi tenso entre uma atividade e outra, porque não era direcionado só no DF, tinha um período em que as mulheres ficavam sem esse acompanhamento mais próximo.

Aí, talvez, o erro tenha sido mais nosso, mais da SEDEST porque esse foi um período em que a gente estava envolvida com vários projetos. E a gente nunca teve uma equipe pra dizer assim ‘você vai acompanhar apenas esse projeto’. Então, assim, a pessoa que acompanha um projeto acompanha outro, além de ter que fazer todos os atendimentos da rotina da unidade”. **Representante CRAS Planaltina.**
Grifos meus.

O depoimento da representante do Centro evidenciou um quadro de desarticulação que, nesta análise, também estaria relacionado à *zona intermediária* ocupada pelo CRAS. Isto é, no âmbito das relações institucionais dos parceiros dos Programas, a posição diferenciada do CRAS, nos termos do domínio limitado do conhecimento e da visão dos processos, poderia ter desfavorecido a atuação da unidade Planaltina.

Realçando o envolvimento *para-além-da-norma* experimentado entre técnica e beneficiárias no Gama e a desmobilização em Planaltina, a interpretação aqui proposta tende a identificar, na instância do CRAS, a caracterização final assumida pelo PTEM e pelo Com Licença. Isto é, com referência à tensão entre autonomia e instrumentalização, no bojo dos programas de trabalho para as mulheres, a perspectiva adotada pelas agentes públicas e a sua conduta (“ser brigona”, como no Gama, ou ater-se estritamente às normas como em Planaltina) seriam fatores fundamentais para a deflagração (ou não) de questionamentos e problematização das questões de gênero. A mobilização conjunta entre o corpo técnico e as participantes dos Programas, conforme evidenciado pelo caso do Gama, teria aberto um espaço de interlocução, repercutindo tanto sobre a percepção do Estado (CRAS) acerca das beneficiárias, quanto sobre as beneficiárias e suas próprias vidas. Dito de outra maneira, no caso da Gama, as *interações de camaradagem* teriam contribuído para a ressignificação dos Programas, no nível das unidades, quando as beneficiárias tornaram-se indivíduos com interesses que não refletiriam essencialmente uma função na família. Já em Planaltina, as ações teriam permanecido atreladas ao discurso oficial que, conquanto afirmasse a autonomia como objetivo, não teria sido capaz de articular trabalho e família e solucionar os impedimentos postos às mulheres.

4.3 - Entidades da Sociedade Civil

4.3.1 - Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais/ *Business Professional Women (BPW)* e o incentivo ao empreendedorismo como ação pedagógica

De acordo com a presidenta da BPW/Brasília, o objetivo daquela organização é promover a autonomia das mulheres por via do conhecimento e do trabalho. Com essa afirmação, a representante iniciou a entrevista concedida para esta pesquisa que, em linhas gerais, não acrescentou novidades ao discurso oficial¹⁵ previamente acessado. No seu ponto de vista, a criação da entidade, na Europa, durante os anos 1930, aconteceu como reflexo do ingresso acentuado das mulheres no mercado de trabalho naquele momento.

“Nesse período, entre as duas guerras, a fundadora da associação já incentivava as mulheres a se colocarem à frente dos seus negócios, sempre pensando na questão da igualdade.” **Presidenta BPW/Brasília.**

O fato de a sede da instituição localizar-se em outro país e mesmo a sua *chegada* ao Brasil, ocorrida mais de meio século depois de seu surgimento¹⁶, para a representante, são secundários. A BPW, conforme ressaltou, integra o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM)¹⁷, algo que, no seu ponto de vista, indica uma atuação consistente no que concerne à realidade nacional.

“Como a associação também participa do ‘Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres’ (na verdade, refere-se ao CNDM – Conselho Nacional de Direitos da Mulher), ela fez, também, durante esse período, com que a questão do trabalho fosse mais discutida”. **Presidenta BPW/Brasília.**

Quanto às ações do PTEM, a estratégia adotada teria sido aproximar aspectos da rotina familiar das participantes com a linguagem dos módulos de capacitação. Dessa maneira, conforme explicou sua representante, nos cursos oferecidos pela BPW, a abordagem das noções de economia e planejamento deu-se a partir dos assuntos típicos do ambiente

¹⁵ Um resumo da apresentação institucional da BPW foi apresentado na introdução. O original encontra-se disponível em:

<http://www.bpwbrasil.org/principal/50.html>

¹⁶ A “implantação” da BPW, no Brasil, data de 1987. Inicialmente, apenas três cidades contaram com unidades da organização: São Paulo, Brasília e Joinville. Atualmente, todas as regiões do país integram a rede denominada federação. Disponível em: <http://www.bpwbrasil.org/principal/50.html>

¹⁷ A organização representou a sociedade civil, como membro titular, no Conselho entre 2003 e 2007. Desde 2008 até a atualidade, participa como suplente. Disponível em:

<http://www.sepm.gov.br/conselho/relacao-de-conselheiras-do-cndm-1985-a-2010/relacao-de-conselheiras-do-cndm-2003-a-2005> ;

<http://www.sepm.gov.br/conselho/relacao-de-conselheiras-do-cndm-1985-a-2010/relacao-de-conselheiras-do-cndm-2008-a-2010> ;

<http://www.sepm.gov.br/conselho/composicao> .

doméstico. A reflexão sobre emancipação/ autonomia das mulheres foi conduzida, aludindo-se aos vínculos afetivos como o conjugal (casamento ou união estável), materno e outros familiares. Esse enfoque, ainda com base no relato da entrevistada, teve como finalidade provocar a autoavaliação acerca das atitudes mantidas por elas no contexto de suas interações. Debater, em círculo, assuntos como autoestima, vontade de “se arrumar”, auxílio nas tarefas escolares das/os filhas/os, apoio do companheiro (não houve referência a possíveis uniões homoafetivas) à decisão de trabalhar “fora”, liberdade para tomar decisões, de acordo com a presidenta BPW, era o meio de induzi-las a examinar sua posição na organização da família e pensar sobre seus interesses e soluções para os problemas enfrentados.

“(…) teve uma convergência pra uma questão de educação, seja ela formal ou informal. E outra, nós viamos mulheres que chegavam acanhadas e que, daqui a pouco, já estavam passando batom, se arrumando, se penteando. Então, houve uma mudança. Até na relação delas com os companheiros, algumas diziam que algo estava diferente. Nós tivemos a alegria de alguns homens que vieram nos procurar e agradecer. Nós tivemos caso de mulheres que deram um grito maior e outras também que fizeram denúncia (refere-se à violência doméstica), enfim, nós tivemos mulheres que contaram que a relação com os filhos passou a ter mais respeito, a mãe não era mais uma ignorante.” **Presidenta BPW/Brasília.**

Sabendo que o público do Programa foi subdividido em dois grupos, “mulheres com perfil empreendedor” e “mulheres em situação de vulnerabilidade”/ “pobres e extremamente pobres”, busquei compreender a perspectiva da BPW em relação ao perfil das mulheres encaminhadas para os seus cursos. Isto é, como a BPW teria relacionado a condição socioeconômica de pobreza dessas participantes com o foco do PTEM sobre as desigualdades de gênero? Essa questão adveio na esteira do debate em torno dos discursos WID e GAD (RATHGEBER, 1990; ESCOBAR, 1995; MACHADO, L.M.V., 1997; SIMIÃO, 1999; PARPART *et al*, 2000; PARPART, 2008; FERREIRA, 2004). Lembrando-se que, sob o ponto de vista GAD, a sobrevalorização da pobreza, ou seja, o tratamento dessa questão de forma isolada e em detrimento do gênero implicaria no reforço da subordinação feminina. Dito de outro modo, dirigir políticas de fomento a atividades desempenhadas por mulheres, partindo-se do pressuposto de uma correspondência *natural* entre elas e seus afazeres, desembocaria, de acordo com a perspectiva GAD, em um cerceamento das capacidades individuais dessas mulheres. Tentando ser mais clara e seguindo na linha de argumentação GAD, quando formula programas de trabalho para mulheres, pensando na *competência feminina inata* para determinadas funções, o planejamento político incorreria nas dicotomias masculino/feminino, produção/reprodução, público/privado, dominação/subordinação. Em

face da restrição ao parâmetro da *habilidade feminina* para essa ou aquela função, as iniciativas políticas incidiriam sobre as mulheres mais como *instrumentos* de promoção do desenvolvimento do que como agentes de interlocução sobre as variadas dimensões envolvidas nesse processo.

Ante as considerações dispostas acima, a BPW, no tocante as suas responsabilidades com o PTEM, segundo a sua representante, empenhou-se no sentido de problematizar as relações de gênero para além do desemprego e outros indicativos de pobreza. As ações, conforme afirmou, buscaram abranger elementos da subjetividade das participantes. Isto é, teria havido a tentativa de *mensurar o peso* da autopercepção delas, contextualizada no espaço doméstico, sobre uma eventual ocupação no mercado de trabalho. O depoimento da representante da BPW evidenciou que a entidade buscou justapor a condição de beneficiárias de programas sociais às dificuldades decorrentes das desigualdades de gênero. Em suas palavras, a BPW estava previamente ciente do perfil das participantes que seriam encaminhadas pelo CRAS, portanto, emparelhar gênero e trabalho ou gênero e autonomia consistiu em preocupação que perpassou o planejamento e a execução das ações a cargo da organização.

“Quando nós recebemos o Programa, o Programa tinha uma questão de gênero e aí nós pensamos que conteúdo poderíamos trazer pra essa discussão, né, dentro disso que é tão genérico...(silêncio)

(...)

Dentro da questão de gênero, nós trabalhamos questões familiares, desde a percepção de violência, desde a questão de relacionamento entre pais e filhos.

(...)

A questão da mulher, nós trabalhamos a questão da Lei Maria da Penha. Tinham mulheres que, quando você abordava, você falava, num primeiro momento sobre a Lei Maria da Penha, o que se passava um pouco era que essas mulheres achavam que a gente estava querendo que elas fizessem só denúncia dos seus parceiros. Então, a gente precisou mostrar que tinham outros pontos nessa discussão, que a agente precisava perceber o amor-próprio, do autoconhecimento, que você tinha que estar pronta porque você teria que acabar tomando conta da própria vida, da sua condição econômica. Então, a gente procurou trazer uma discussão muito real. E saber, também, dentro das relações, até que ponto as mulheres estavam permitindo essas agressões. Até que ponto elas, também, não eram um pouco responsáveis. Então, a gente trabalhou muito essa questão da responsabilidade e quando é que dou meu grito de basta e faça o outro perceber que eu existo e que me respeite.

(...)

Nós, também, trabalhamos a questão da saúde da mulher, desde as prevenções, desde as mulheres buscarem fazer exames, as disponibilidades disso no nível de recurso público, nós fizemos um mapa de postos de saúde pra sabermos o que tinha na rede pública. E, aí, nós percebemos que, algumas vezes, o que faltava mesmo era informação.

(...)

Nós buscamos, também, a parte da nutrição como um gancho pro negócio, desde os cuidados que você tem que ter com higiene e tudo e do aproveitamento de alimentos,

daquela coisa de você utilizar as cascas, de fazer um alimento que fosse mais barato e garantisse saúde.

(...)

Quando nós trabalhamos a educação financeira (...) a gente buscou mostrar que, também dentro de casa, quando você controla o consumo de energia, de água, de alimentos, da tua roupa e tudo. Então, a gente mostrou que economia não era aquela coisa muito distante e que cada centavo, dinheiro é dinheiro, então, ele tem valor”.

Presidenta BPW/Brasília.

No meu entendimento, da confrontação daquilo que declara a BPW com os discursos WID e GAD, a perspectiva adotada pela instituição quanto às participantes do PTEM ganha contornos de ambiguidade. Haveria, portanto, na conduta da BPW, elementos que reforçam a ideia de um lugar concebido como essencialmente feminino. Ao mesmo tempo, o discurso institucional, ao lançar mão do gênero, remeteria à necessidade de esquadrihar as disparidades entre homens e mulheres nos múltiplos setores da vida social. Os indícios para esta análise dizem respeito ao que pareceu ser a caracterização da vida doméstica como ponto de referência para a capacitação daquelas mulheres. Desta maneira, ainda que a BPW tenha afirmado utilizar a noção de gênero como base de suas ações, as participantes do Programa teriam entrado, efetivamente, na vida pública/ mundo do trabalho/ mundo dos negócios, com uma *carga* de conhecimento atrelada ao domínio feminino tradicional. Diante dessas colocações, não se trataria de incorporar a temática de gênero no mundo do trabalho, de forma transversal, mas apenas de inserir as participantes do Programa nesse domínio. Essa orientação seria limitada pelo fato de as trabalhadoras ingressarem, no novo espaço, munidas de um “saber-fazer” classificado, segundo a norma androcêntrica e heteronormativa hegemônica¹⁸ no mundo do trabalho, como pouco técnico, não adequado, secundário, desprovido da objetividade necessária pra ser eficiente.

¹⁸ Utilizo, como fundamento, as reflexões de Laís Abramo (2007) acerca do “imaginário social em geral”, do “imaginário empresarial” e do “imaginário dos agentes políticos e formuladores de políticas públicas” como justificativas para a persistência da discriminação de gênero no mundo do trabalho. A autora afirma que a razão de a formação educacional das mulheres, atualmente superior à masculina, não garantir igual acesso às oportunidades de emprego dos homens reside na dimensão cultural da organização do trabalho e da família. Em síntese, para a autora, a “ideia da mulher como força de trabalho secundária” decorre de uma expectativa de que a sociedade se mantenha estruturada em famílias nucleares em que os homens, ainda, surgem como principais responsáveis pelo sustento de todos os membros e as mulheres, como preceptoras. Devido a esse esquema, mesmo com forte inserção, no mundo do trabalho, a presença feminina ainda seria vista como complementar, eventual e instável”.

Prisca Kergoat, Geneviève Picot e Emmanuelle Lada (2009) referem-se à etimologia do termo “ofício”, esmiuçando o substrato cultural que, no alvorecer da industrialização, segmentou trabalhos que requeriam “inteligência prática” e outros que requeriam “inteligência racionada”. Segundo as autoras, os “trabalhos de mulheres”, naquela época, eram considerados “pequeno ofício” por não envolverem a razão, o domínio da técnica, a habilidade com o exercício do poder. A explicação estaria na ausência natural de afeição feminina a esses atributos, ou seja, na dicotomia sexual como fenômeno natural. Na atualidade, a “marginalização” das

De todo modo, há que se ponderar que a proposta do PTEM, desde o seu *prólogo*, o *Programa Rio*, foi inovar e acumular experiências em um espaço cujas interdições são intrincadas. Tal complexidade se explicaria na prevalência da conexão do mundo do trabalho com um modelo de estratificação social tradicional que *naturaliza* determinados pontos de vista (ABRAMO, 2007; KERGOAT, P.; PICOT; LADA, 2009). Uma contradição radical em se considerando as diretrizes da modernidade (razão, autonomia, liberdade, igualdade) como esteio do desenvolvimento das relações de trabalho. Assim sendo, a ambiguidade identificada, no discurso da BPW, poderia ser representada como *lança de gume duplo* com vistas a *cortar caminho e abrir trilhas* para as mulheres em meio às contradições da lógica que rege o mundo do trabalho. A perspectiva da entrevistada aparentemente aponta nessa direção, da referência ao *lar* como um ponto de partida para as beneficiárias do Programa, não como um destino final, uma posição estanque ou superior às demais ocupações que elas viessem a ter. Olhando por esse viés, o espaço doméstico e o trabalho reprodutivo seriam a referência para a capacitação do PTEM, tornando-se, simultaneamente, um *locus* de ressignificações ou de “pequenas revoluções”, usando o depoimento da representante BPW.

“Muitas mulheres que não estavam no mercado de trabalho se sentiam desvalorizadas. Aí, nós fizemos elas entenderem que não, que todas as mulheres, independente da fase em que elas estivessem, se estivessem cuidando dos filhos pequenos que sim, que elas estariam cumprindo um grande papel dentro da casa delas. Que isso era economia, que alguém teria que ter cuidado dentro da casa delas, então isso tinha um valor, que algumas mulheres poderiam virar cuidadoras de outras, né, de outros, de pessoas mais velhas, de crianças, de alguém que esteja enfermo, enfim.

Então, quando a gente trabalhou esse universo de negócio, parece que é estabelecido que sempre você tem que produzir, que você não pode pegar algo que já esteja pronto, como uma venda de algum cosmético ou de roupa e tudo.

É interessante que nós vimos que algumas mulheres despertaram pra fazer alguma coisa que já tinham conhecimento, com negócio de costura, outras descobriram que o negócio dela era mesmo vender.

(...)

A educação digital foi uma pequena revolução. Muitas diziam que não tinham computador e a gente falou das *lan house*. Então, elas descobriram o que era mala-direta, que dava pra economizar, trocando uma ligação que custa caro por um e-mail, quando tivesse que fazer contato com alguma cliente. Elas confeccionaram os cartões delas pra divulgar o seu trabalho, entraram nas redes sociais, nossa, muitas amavam o Orkut.

(...)

Nós tivemos caso de mulheres que deram um grito maior e outras também que fizeram denúncia (refere-se aos casos de violência doméstica), enfim, nós tivemos

profissões que tendem a se “feminilizar” e, também, a flexibilização das relações trabalhistas, na perspectiva das autoras, ainda reproduzem a lógica patriarcal da divisão sexual do trabalho.

mulheres que contaram que a relação com os filhos passou a ter mais respeito, a mãe não era mais uma ignorante.” **Presidenta BPW/Brasília.** *Grifo da mestrand.*

A propósito do microcrédito, o posicionamento da BPW mostrou que a prioridade da instituição estava em preparar as participantes para lidar com a questão, em vez de estimulá-las a buscar financiamento, garantiu a entrevistada. Por isso, somente, introduziu-se o tema, de forma a sensibilizar as participantes a respeito de seus próprios interesses e conscientizá-las da responsabilidade e riscos assumidos quando se inicia um negócio mediante empréstimo. Segundo afirmou, essa atitude conservadora, proporcional à precaução julgada necessária, resultou da concepção do Programa como uma primeira etapa de um processo mais amplo de encaminhamento daquelas mulheres para o mundo do trabalho e dos negócios.

“(…) Quando você encaminha alguém pra busca de microcrédito, quem empresta, tem uma intenção. E o nosso papel era mais de visão, de quais as responsabilidades e com o que você está se comprometendo. Por que você, às vezes, estimula e aí, depois, como essas pessoas vão dar conta? Então, o nosso papel era de alertar e nem tanto de estimular. Então a gente fazia orientação de como os agentes que emprestam atuam, sobre os contratos, sobre juros e aí, ao final, a decisão era pessoal”.

(…)

Esses grupos que foram sensibilizados estão prontos pra uma outra etapa, que é o empreender. E isso precisa de uma discussão mais profunda, mais concreta, porque lidar com os instrumentos é muito complicado e não dá pra só dizer vão buscar o crédito por mais que elas tenham vontade. Pra você viabilizar algum projeto, seriam precisos mais recursos (…)

E você não tem microcrédito pra uma consultoria, pra pesquisa de mercado e isso é tudo é recurso necessário pra começar a empreender (…).” **Presidenta BPW/Brasília.** *Grifos meus.*

A perspectiva cautelosa da BPW em relação ao crédito, bem como a referência feita a etapas seguintes à implementação do PTEM encontram amparo, nos documentos operacionais do Programa, desde a iniciativa no Rio. Quando surgiu, o Programa mencionava o objetivo de estabelecer uma rede de desenvolvimento local que fosse apoiada pelos governos municipais e estadual ou distrital (IBAM/SPM, 2008). Tratava-se, acredito, diante dos postulados oficiais, de provocar a assimilação do tema empreendedorismo feminino, na agenda política local, e de inspirar a formulação de políticas públicas direcionadas ao público do PTEM, mantendo a continuidade daquelas ações.

A capacitação para o crédito oferecida pela BPW, mais ao feitio de advertência sobre os riscos inerentes àquela operação, e a expectativa da reconfiguração do Programa, como política local, foram aspectos a respeito dos quais não houve consenso entre as partes envolvidas com o PTEM. Detalharei os pontos de vista das/os agentes (instituições e mulheres participantes) nas seções seguintes. Cumpre antecipar, contudo, que, enquanto a BPW, por

meio de sua representante, tenha garantido conhecer plenamente as características das participantes encaminhadas aos seus cursos e oficinas, a SEDEST/GDF rebateu essa familiaridade com veemência. Como se verá adiante, a Secretaria de Assistência Social criticou aquilo que as técnicas entrevistadas denominaram “não estar preparado para lidar com a pobreza”. Para a SEDEST, os parceiros executores dos cursos de capacitação, SEBRAE e BPW, não teriam conseguido estabelecer uma linguagem que fosse compreendida pelas participantes. Além disso, as beneficiárias com quem conversei e também as técnicas da *linha de frente*, isto é do CRAS, ressaltaram a expectativa das mulheres capacitadas de que o Programa facilitasse efetivamente a liberação de recursos para as suas atividades.

Com vistas a entender a dinâmica de comunicação dentro do espaço de interações do Programa, questionei a representante da BPW sobre os procedimentos de monitoramento e avaliação das ações. Quanto a isso, suas considerações mantiveram-se em harmonia com o texto operacional do PTEM e também em concordância com a percepção da SEDEST: houve reuniões regulares em que foram apresentados relatórios.

“(…) no Programa, tinha a BPW e o SEBRAE, executando, e a coordenação-geral do IBAM e a SPM como a patrocinadora. Esse grupo se reunia e aí discutia e quem atuou diretamente com os agentes da rede pública, que seriam os nossos parceiros locais, que a gente tinha aquele desejo que, realmente, o governo local tornasse isso uma política pública, foi um trabalho mais do IBAM.

E eles trouxeram, pras discussões, o papel de quem está governando, a visão de uma política pública, as necessidades de que esse grupo tivessem conhecimento do que se passava.

E foi interessante que algumas necessidades nós sempre tínhamos por parte deles, nós chegamos a executar algumas coisas dentro dos espaços do CRAS porque eles tinham esses espaços onde as assistentes sociais se reuniam com as mulheres, né, e nós participamos de algumas (…)”. **Presidenta BPW/ Brasília**

O consenso no nível do discurso oficial faz parecer ter havido, no caso do Distrito Federal, uma *bifurcação* correspondente à vivência *ritual* (técnica e administrativa) das diretrizes do Programa, válidas e uniformes para todas as UFs, e à vivência prática e cotidiana relacionada com as singularidades locais. Na noção de vivência cotidiana, devemos incluir a dimensão da participação ativa, com direito à voz, das beneficiárias. Dessa maneira, as evidências, provenientes do cruzamento das falas (ou do silêncio) das/os agentes, apontam na direção do que insisto em caracterizar como *vivência bipartida*: por um lado, os agentes institucionais, exclusivamente, mantêm-se em concordância na instância do monitoramento prescrito pela norma do PTEM. Por outro lado, longe das reuniões oficiais e dos formulários padronizados, as opiniões, considerando-se aqui a expressão das mulheres capacitadas, apresentam divergências entre si.

A explicação acima veio à tona com o auxílio dos documentos disponíveis sobre o *Programa Rio*. Conquanto não haja explorado o Rio de Janeiro presencialmente, pude perceber o contraste no que tange aos registros referentes às atividades e avanços das beneficiárias produzidos por elas mesmas, algo que não consegui encontrar no DF. Há que se considerar que o tempo de vigência das ações nos municípios daquele estado também foi superior ao que experimentou nas cidades-satélites. Lá, conforme tratado no capítulo 4, o *germe* do Programa surgiu em 2004 com ações efetivas, sendo amadurecido por pelo menos três anos até a instituição oficial do *Programa Rio* em 2007 que se estendeu até 2009. Os parceiros fluminenses dispuseram de condições mais favoráveis, no tocante ao tempo, para consolidar seus vínculos, haja vista que, no DF, o PTEM foi oficializado em julho de 2008, mas apenas em 2009 as ações começaram a ser executadas e foram encerradas em 2010.

Arrisco propor que a *não-continuidade* seja tomada como fator condicionante da dupla realidade (*vivência bipartida/ bifurcada*) verificada na interação dos agentes do DF. Para sustentar tal afirmação, saliento a ausência de um período de maturação das relações entre as entidades anterior à instituição do PTEM. Prosseguindo no mesmo argumento, a *não-continuidade* também pode ser caracterizada como consequência do não estreitamento das relações entre os/as agentes envolvidos/as com o Programa (parceiros institucionais e beneficiárias). Na medida em que a comunicação entre os/as agentes tenha acontecido de acordo com o esquema de duplicidade acima descrito, as articulações de interesses não poderia ser fluida e consistente.

“(…) a BPW entraria com a sensibilização, com a chamada dessas mulheres, né, pra que elas se percebessem e pensassem, também, em negócios.

As aulas aconteciam duas vezes por semana com duração de quatro horas. Nós tivemos pouca evasão, pouquíssima, nem dez por cento.

(…)

Nós passamos essa avaliação: nós conseguimos sensibilizar, conseguimos despertar e agora?” **Presidenta BPW/ Brasília. Grifos meus.**

É interessante que as considerações finais, no depoimento da presidenta da BPW/Brasília, tenham realçado uma expectativa (“e agora?”) em relação a estratégias direcionadas às trabalhadoras/empreendedoras. Quando a entrevista aconteceu, ainda não sabia da existência do Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta que, dadas as semelhanças com o PTEM, poderia ser visto como um resultado da incorporação das propostas do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher na agenda da SEDEST, parceria local. À frente, na seção reservada para a análise da perspectiva da Secretaria de Assistência Social, veremos que não houve essa vinculação. Algo que, encorajada pelos relatos divergentes acerca de um tema

comum, ousou afirmar que reforça a ideia de *não-continuidade* como consequência da *vivência bipartida* no âmbito do PTEM.

4.3.2 - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e a justaposição empreendedorismo/desenvolvimento

Figura 7 - Publicidade SEBRAE¹⁹



Fonte:

(Reprodução do original)

“Sua trajetória pode abrir caminho para milhares de outras mulheres”

(Slogan disponível em <http://www.mulherdenegocios.sebrae.com.br/>)

“Empreendedorismo é um motor do desenvolvimento”²⁰

“Oportunidade” e “Necessidade” são palavras que surgiram, frequentemente, durante o mapeamento de declarações emitidas por representantes do SEBRAE em informes da própria instituição e outras mídias. Dada a sua repetição, ambos os termos foram classificados como palavras-chave no *repertório* do SEBRAE. Também em face de sua recorrência, as duas expressões mereceram ser investigadas, culminando na constatação da parceria do SEBRAE com o Global Entrepreneurship Monitor – GEM²¹.

Dentro do segmento empresarial/empreendedor assessorado pela entidade, as mulheres seriam consideradas um *perfil especial*, o que se confirmaria com a existência de uma

¹⁹ Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/noticia/12009430/agenda-eventos-sebrae/sebrae-premia-mulheres-nesta-quinta-feira-16/>

²⁰ “O empreendedorismo é um motor do desenvolvimento, e este motor é acionado no momento em que as pessoas tem aspirações, sonhos e condições para realizar esse sonho” (IBQP, 2010b: 162).

²¹ Segundo Relatório Empreendedorismo no Brasil 2010 (IBQP, 2010b), o Global Entrepreneurship Monitor – GEM é um instrumento de pesquisa desenvolvido, desde 1997, em parceria pelo *Babson College* e a *London Business School*. Inicialmente, o GEM contou com a participação de 10 países (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido, Dinamarca, Finlândia e Israel). Em 2000, outros 11 países aderiram à pesquisa: Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Coreia, Espanha, Índia, Irlanda, Noruega, Singapura e Suécia. Ainda de acordo com o Relatório, o número de países participantes da Pesquisa, em 2010, totalizava 82.

premiação exclusiva – o Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios²² e também com o seu envolvimento com as duas iniciativas aqui analisadas. No tocante às motivações²³ “empreendimento por oportunidade” e “empreendimento por necessidade”, utilizadas para classificar as atividades no mundo dos negócios, as mulheres seriam a maioria dentro da segunda categoria até 2009 (ver quadro 5).

Quadro 5 – Distribuição de empreendedoras/es por gênero

Gênero	Empreendedores/as Iniciais no Brasil			
	Proporção %			
	2007	2008	2009	2010
Feminino	52,4	47,3	53,0	49,3
Masculino	47,6	52,7	47,0	50,7

Fonte: Empreendedorismo no Brasil 2010b. IBQP.

Quadro 6 – Distribuição de empreendedoras/es por gênero segundo motivação (oportunidade x necessidade)

Gênero	Empreendedores/as Iniciais no Brasil							
	Proporção %							
	2007		2008		2009		2010	
Feminino	Oport.	Neces.	Oport.	Neces.	Oport.	Neces.	Oport.	Neces.
	46	63	48,7	56,4	46,6	52,4	49,6	48,6

²² O Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios existe, desde 2004, como resultado de parceria com a SPM, a BPW e a FNQ - Fundação Nacional da Qualidade. De acordo com o regulamento, as premiações consistem em troféus, viagens nacionais e internacionais para capacitação no tema e, também, a concessão de selo de certificação aos empreendimentos das nove vencedoras selecionadas e todas as UFs. As candidatas são avaliadas com base em relatos escritos que devem ultrapassar os seguintes aspectos:

1. Superação de discriminação à mulher; 2. Visão de Futuro; 3. Ideias inovadoras e adaptação às novas tendências; 4. Atuação democrática, transparente, inspiradora e motivadora; 5. Participação ativa nos negócios, perseverança e superação dos desafios; 6. Ambiente participativo e agradável para quem trabalha no seu negócio; 7. Estabelecimento de relacionamentos duradouros com os clientes; 8. Preocupação com a preservação do meio ambiente e da cultura da sua região; 9. Estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento das atividades; 10. Lições aprendidas (por meio de experimentações, erros cometidos ou compartilhamento de informações); 11. Crescimento dos resultados obtidos; 12. Contribuição para o desenvolvimento de outras empreendedoras.

Disponível em:

<http://fnq-web-02.dualtec.com.br:83/repositorio/documentos/regulamento.pdf>

²³ Importa sublinhar que os termos “oportunidade” e “necessidade” compõem a metodologia da Pesquisa GEM – Global Entrepreneurship Monitor que é aplicada, no Brasil, desde 2000, mediante parceria com o SEBRAE.

Conforme consta de apresentação oficial, o propósito do GEM é avaliar de forma “abrangente o papel do empreendedorismo como principal propulsor do crescimento econômico”. A Pesquisa também desenvolveu um conceito de empreendedorismo a partir do qual seus parceiros criam estratégias de atuação.

Em suma, o GEM indica quais são os fatores favoráveis e aqueles que são limitantes à criação/sustentação de negócios nos países consorciados. Para isso, além de aspectos referentes ao ambiente econômico e condições produtivas de cada país, o perfil dos/as empreendedores/as é objeto de investigação com base nas seguintes categorias: faixa etária, escolaridade, renda familiar, fontes de recursos e gênero (IBQP, 2010b).

Masculino	54	38	51,3	43,6	53,4	47,6	50,4	51,4
------------------	-----------	-----------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Fonte: Empreendedorismo no Brasil 2010. IBQP. 2008; 2009; 2010a; 2010b.

Em resumo, são motivados por necessidade aqueles negócios que surgem como única fonte de renda a empreendedores/as que não encontram, circunstancialmente, outras ocupações no mercado de trabalho. Já a motivação por oportunidade tem a ver com a possibilidade de optar-se por começar um empreendimento, havendo alternativas como as ocupações formais. A Pesquisa vincula a oportunidade à qualificação e ao desejo de autonomia. Quanto à necessidade, estão aí imbricadas as flutuações econômicas nacionais, o nível de desemprego, as desigualdades na distribuição da riqueza do país (IBQP, 2010b). Tendo em vista a maior presença de mulheres, na categoria empreendimento por necessidade, entre 2007 e 2009, estas teriam sofrido maior impacto dos fatores de vulnerabilidade nacional relacionados ao desemprego e acesso aos recursos.

a) SEBRAE e o olhar sobre mulheres, “suas características” e a capacitação para o empreendedorismo

O ponto de vista do SEBRAE a respeito daquilo que o GEM denomina “questão de gênero²⁴” pode ser expresso nos seguintes termos:

- i. A entidade estabelece suas práticas de capacitação [para o] e incentivo ao empreendedorismo, tendo como fundamento a *convicção* de que essa atividade impulsiona o crescimento econômico e ajuda a diminuir desigualdades sociais.
- ii. O argumento de que o empreendedorismo desempenha uma função em prol do desenvolvimento abrange a situação das mulheres no mercado de trabalho e na vida familiar/ comunitária. Por conseguinte, as estratégias de inclusão das mulheres no mundo dos negócios devem levar em conta as peculiaridades desse grupo, isto é, as “características femininas”.

Entretanto, resta saber se a afirmação, à maneira do SEBRAE/GEM, de qualidades exclusivamente femininas não acaba reproduzindo a lógica de *dicotomização* dos gêneros.

²⁴ O Relatório Empreendedorismo no Brasil 2010 (IBQP, 2010b) apresenta um “tópico especial” com título autoexplicativo: “Uma Questão de Gênero”. Nessa seção, o tratamento dado pelo GEM à realidade social das empreendedoras não se afasta da sobreposição de tarefas referentes ao lar e à carreira profissional (“dupla, às vezes tripla jornada” de trabalho); fator amplamente sublinhado em outros espaços de reflexão. Quanto às posições ocupadas por elas, no mercado de trabalho, aí poderiam ser encontradas as razões de sua motivação empreendedora “por necessidade”, haja vista as desigualdades de gênero ainda existentes.

Quando afirma que os empreendimentos gerenciados por mulheres são “pequenos negócios e empresas familiares”, qual a correspondência desse fato com o estilo visto como *homogêneo* das empreendedoras (sensibilidade, conciliação, gerenciamento participativo, preocupação com a comunidade)? Se o ponto de vista consistir em que os negócios tendem a ser pequenos e familiares porque as mulheres, necessariamente, seriam sensíveis, conciliadoras e solidárias, resvala-se na restrição das empreendedoras a determinados tipos de negócios, neste caso, obrigatoriamente menores e familiares. Em última instância, assim como na tradicional divisão público/ privado, a organização hierarquizada do mundo dos negócios confirmaria as diferentes aptidões de homens e mulheres decorrentes do *sexo*, isto é, de sua constituição biológica antes de qualquer conformação cultural.

“Não estão ali apenas como empresárias. Têm várias funções fora do trabalho e dão a elas a mesma importância”.²⁵ **Representante SEBRAE 2.**

"Nos dias de hoje, ser mulher é, mais do que nunca, ser questionadora, afirmativa, potente e equilibrada, conciliando suavidade e força; trabalho e família; razão e emoção; realidade e sonhos."²⁶ **Representante SEBRAE 6.**

Do ponto de vista de trabalhos como os de Durham (1983), a definição de atributos de personalidade e de comportamento femininos pressupostamente válidos para todas as mulheres remetem à naturalização de qualidades que seriam inerentes a cada sexo. A crítica a esse discurso *biologizante* do gênero problematiza algumas possíveis consequências da polarização de homens e mulheres na sociedade, sendo a divisão sexual do trabalho uma delas. Desse modo, é possível compreender como a tendência dos negócios capitaneados por mulheres a ser familiares e pequenos é interpretada como uma derivação do *papel feminino* desempenhado no lar. A aparência imediata de que mulheres conduziriam melhor os micro e pequenos empreendimentos por serem afeitas às tarefas domésticas, eliminaria a necessidade de investigar a efetiva carga de influência do trabalho reprodutivo e não-remunerado sobre essa *habilidade feminina*.

Quando se toma o espaço doméstico por domínio feminino natural, deixa-se de perceber que o trabalho reprodutivo pode representar, a quem o executa, um fator limitante a

²⁵ Disponível em:

http://noticias.admite-se.com.br/empregos_correiobraziliense/template_interna_noticias.id_noticias=46896&id_sessoes=301/template_interna_noticias.shtml

²⁶ Disponível em: <http://www.pntem.org.br/informes.asp>

quaisquer outras aspirações que não estejam situadas dentro de seu raio de ação. Desta maneira, diferentemente de atestar aptidões naturais, começar um negócio que não implique em ruptura com as responsabilidades familiares, previamente assumidas, seria uma estratégia de conciliação de funções por parte das empreendedoras.

Aparentemente, a entidade lida com a questão de gênero, tomando o termo por sinônimo de mulheres. Conseqüentemente, quando se trata das “características femininas”, as ações incidem sobre as mulheres isoladamente. Ou seja, discute-se a entrada dessas aspirantes a empreendedoras no mundo dos negócios à custa de grande esforço, sabendo-se dos entraves comuns ao seu estabelecimento. O discurso do SEBRAE dá a entender que o mundo dos negócios, ainda, é um espaço por onde os homens transitam mais facilmente do que as mulheres. A elas caberia forçar sua passagem, conciliando as novas responsabilidades com as demandas familiares mais antigas. Diante disto, o fator *conciliação de papéis* limitaria o desempenho tanto daquelas empreendedoras que efetivamente tenham família quanto das que não tenham, tendo em vista tratar-se de uma expectativa validada de ordem cultural. Afinal, conforme listado pelo GEM, *a priori*, como “característica feminina”, as mulheres conferem maior valor à família e a sua vida pessoal.

Não percebi, em nenhum dos elementos analisados (documentos, informes e matérias), qualquer proposta de debate acerca do trabalho não-remunerado e reprodutivo de forma a promover o desvencilhamento entre este e sua obrigatória atribuição ao gênero feminino. Face à ausência de problematização sobre o tema, resulta a impressão de que a desnaturalização do mundo público/dos negócios ocorre incompletamente. Dito de outra forma, o desvelamento do espaço de domínio masculino, como elaboração cultural, não tem sido acompanhado de processo análogo no espaço doméstico que permanece predominantemente a cargo das mulheres.

Ademais, o modelo de capacitação de mulheres para o empreendedorismo, elaborado pelo SEBRAE, converge para a disseminação de práticas de gestão. De acordo com o que se observa nas declarações públicas da instituição, a essência das ações direcionadas ao público feminino consiste em que o conhecimento seja compartilhado nas redes de relacionamento das, outrora, aprendizes.

“Ao conhecerem casos de sucesso que muitas vezes são parecidos com a própria história, as mulheres passam a buscar conhecimento para melhorar e se tornarem empreendedoras de destaque.” **Representante SEBRAE 2**²⁷.

“Além disso, as vencedoras [Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios] são reconhecidas no mercado. Elas começam a ministrar palestras, participar de eventos e inspiram outras mulheres a transformar dificuldade em sucesso.” **Representante SEBRAE 2**²⁸

A atuação do SEBRAE, no geral, pode ser entendida como ação pedagógica que educa para a gestão de empreendimentos. Também, pode ser definida como capacitação que visa à integração de segmentos iniciantes, ou pouco afeitos, no mundo dos negócios. Isto posto, levando-se em conta a especificidade do gênero do segmento atendido pelo PTEM, pelo *Com Licença* e por outras iniciativas voltadas para o público feminino, temos que a ação do SEBRAE, junto às mulheres, trata de incorporá-las no mundo do empreendedorismo como agentes (também) de transformação da própria realidade social. Além disso, remetendo ao fundamento conceitual do GEM, a noção de empreendedorismo encontra-se atrelada à promoção de desenvolvimento e de reparação das desigualdades sociais em pequena escala. Do encadeamento dessas ideias, no ponto de vista que defendo, surge como concepção razoável o alinhamento (voluntário ou não) da perspectiva do SEBRAE com o discurso WID – *Women in Development*. Atente-se a que, sucintamente, a perspectiva WID, entre os anos 1970 e 80, consubstanciou políticas que focalizavam as mulheres nas posições que tradicionalmente ocupavam, na organização da vida social, isto é com os cuidados dos/as enfermos/as, da alimentação, das crianças e outros setores na comunidade. A estratégia WID consistia em *arregimentá-las* como operadoras do desenvolvimento local ao mesmo tempo em que estas beneficiavam-se com o investimento na sua produção (também tradicional: agricultura e artesanato basicamente) na forma de crédito e tecnologia (RATHGEBER, 1990; ESCOBAR, 1995; FERREIRA, 2004; SIMIÃO, 1999; PARPART *et al*, 2000).

Adotando-se, portanto, como válida a análise de que a temática de gênero, para o SEBRAE, se expressa em termos semelhantes à de inclusão das mulheres no desenvolvimento do WID, deparamos com uma questão relevante: ou não aconteceu a superação daquele discurso ou ocorreu um retrocesso àquelas propostas.

²⁷Disponível em:

<http://www.df.agenciasebrae.com.br/noticia/13436449/noticias/sebrae-no-df-promove-o-empreendedorismo-feminino/?indice=0>

²⁸ Disponível em:

<http://www.df.agenciasebrae.com.br/noticia/13045201/noticias/mulheres-como-exemplo-de-superacao/>

4.3.3 - Instituto Brasileiro de Administração Municipal -IBAM e a perspectiva de desenvolvimento como base conceitual e como finalidade

Seguindo a trilha construída a partir dos dados oficiais do PTEM, cuja veracidade foi assegurada pela equipe da SPM, o envolvimento do IBAM com o Programa não ocorreu acidentalmente. Quando a coordenadora dos programas de trabalho da SPM, Eunice de Moraes, explica o início do PTEM, afirmando “*Surgiu aqui dentro mesmo, com a Angela Fontes*”, não se trata, propriamente, de responsabilizar a sua antecessora pela concepção e instituição do Programa. A perspectiva aqui assumida é a de que a indicação daquele nome corresponde, para além da pessoa, a articulações institucionais. Isto posto, cumpre esclarecer que, antes de sua passagem pela SPM no período que coincide com a criação do PTEM, Angela Fontes²⁹ ocupou cargos no IBAM relacionados com a temática do desenvolvimento local. E, quando se desvinculou da Secretaria de Políticas para as Mulheres, retornando ao IBAM, essa entidade foi designada como responsável pela coordenação do Programa.

Certamente, o encadeamento dos fatos deu-se de forma mais complexa do que é possível verificar no parágrafo anterior. Todavia, não parece irrelevante, à perspectiva aqui mantida sobre a sensibilidade dos parceiros PTEM ao tema gênero, o fato de a coordenação do Programa, no IBAM, dispor de familiaridade com as diretrizes e procedimentos próprios da SPM. Em outras palavras, considerar os *caminhos* que convergiram para a organização institucional do PTEM pode ser uma maneira de abordar processos inerentes à conformação do espaço político face aos interesses das mulheres. Nesse sentido, a atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, como órgão governamental, revela que a participação de setores da sociedade civil junto ao Estado tem sido uma dinâmica rotineira no que se refere ao desenho e concretização de políticas públicas. Evidentemente, aqui, o governo federal é representado (apenas) pela SPM, não cabendo, por ora, a problematização de eventuais diferenças entre estilos de gestão da Secretaria e outros ministérios. O GDF se coloca, no espaço político, como outro agente estatal em se tratando da implementação do PTEM no Distrito Federal. Quanto à abertura do governo local ao debate em torno dos programas de

²⁹ “Foi subsecretária de Planejamento de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República – SPM/PR, no período de 2004 a 2007; superintendente de Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, de agosto de 2000 a abril de 2004, tendo sido coordenadora do Núcleo de Economia Local – NEL, da Área de Desenvolvimento Econômico e Social do IBAM, 1996 a 2000”. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=831831>

trabalho para as mulheres, a forma da conduta das duas secretarias de governo envolvidas com o PTEM são analisadas nos próximos tópicos.

O IBAM se apresenta, conforme visto no capítulo anterior, como “associação civil sem fins lucrativos”³⁰ que se dedica a

Promover o desenvolvimento institucional do município como esfera autônoma de Governo, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local, tendo como foco uma sociedade democrática e a valorização da cidadania (IBAM, 2010, p. 7).

As políticas de gênero, também, compõem o temário abarcado pela noção de “desenvolvimento local” da entidade (economia municipal sustentável e inclusão econômica e social). Segundo atesta, em 1990, o Instituto criou o Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas como unidade de produção de conhecimento especializado nas questões de (des)igualdade de gênero. E, em 1995, instituiu a área estratégica de Desenvolvimento Econômico e Social, mantendo o Programa Gênero e Políticas Públicas entre outros. No curso de mais de duas décadas, um número significativo de estudos e pesquisas, além de parcerias políticas relacionando gênero, cooperativismo e desenvolvimento foram realizados pela instituição (IBAM, 2011).

Pensando em termos de *expertise*, a escolha do IBAM como responsável pela coordenação do PTEM poderia justificar-se pelo volume de suas ações e parcerias anteriores firmadas com o PNUD, UNIFEM (antes da mudança para ONU Mulheres), SOS Corpo, ELAS - Elizabeth Lobo Assessoria, Rede de Educação Popular entre Mulheres – REPEM, apenas para citar algumas mencionadas pela própria entidade (IBAM, *ibid.*).

Embutida na responsabilidade de coordenar o PTEM, estava a tarefa de promover a sensibilização do corpo técnico local em cada uma das UFs onde o Programa foi implantado (ver quadro 8). No Distrito Federal, segundo os dados disponíveis, a SEDEST e o SETRAB passaram por oficinas realizadas com o objetivo de introduzir noções de gênero e outras correlatas.

A respeito do posicionamento do IBAM quanto às desigualdades entre homens e mulheres, no mundo trabalho, e suas consequências para o desenvolvimento econômico, as declarações oficiais do instituto consistem em explicações que alinham o nível econômico e o cultural. Ou seja, o discurso apresentado pelas representantes da instituição mantém-se em *unísono* com o da própria SPM. É o caso do hiato verificado entre a inserção feminina no

³⁰Apresentação institucional <http://www.ibam.org.br/info/institucional/16>.

mercado de trabalho e os menores salários das mulheres em relação aos dos homens. O ponto de vista do IBAM toca os *impedimentos* historicamente estabelecidos ou, segundo palavras da coordenadora do Programa no período de 2007 - 2009, “razões extra-econômicas”.

“Somos, nós mulheres, tradicionalmente responsáveis pelas ações de reprodução da vida no espaço doméstico (...) e a partir da última metade do século passado estamos cada vez mais inseridas diretamente na produção, vale dizer no mundo do trabalho. Entretanto, como a sociedade não assumiu o compartilhamento das tarefas domésticas entre homens e mulheres, quando saímos para o mercado de trabalho, formal ou informal, temos que ter uma outra mulher nos substituindo para a realização das tarefas domésticas, o que significa que ocorre uma transferência em cadeia do que é considerado o “papel da mulher”. Quando consideramos esta realidade e o contexto de deficiência na prestação de serviços públicos é possível compreender porque as mulheres são as mais pobres entre os pobres, embora apresentem uma taxa de escolaridade superior à masculina.

(...)

No aspecto das políticas públicas fica a proposta de que os governos municipais também visualizem por meio de seus núcleos de inclusão produtiva, relacionados às secretarias de assistência social, trabalho ou desenvolvimento econômico, conforme a realidade local, as possibilidades de seu próprio desenvolvimento em suas dimensões humana, ambiental, econômica e social”. **Coordenadora PTEM.**³¹

A atuação do IBAM junto aos municípios, visando à capacitação destes para a formulação de agendas direcionadas à sustentabilidade e inclusão social, perpassa as *multifacetadas* com que o desenvolvimento pode operar os processos sociais (HETTNE, 1992; PIETERSE, 2000; BARRETO FILHO, 2006; LAUTIER, 2009). Ou seja, o IBAM lança mão do termo “desenvolvimento” como conceito na metodologia utilizada em programas como o PTEM. Ao mesmo tempo, o “desenvolvimento local/ sustentável/ inclusivo”, referido no discurso dessa instituição, reflete uma ideologia que valida os esforços em prol da conexão dos contextos locais às dinâmicas econômicas internacionais-globais.

Diante da polissemia que envolve o conceito de desenvolvimento, a capacitação para o empreendedorismo, a qualificação para o mundo do trabalho e mesmo o enfoque de gênero, propostos pelo IBAM, podem ser interpretados, por um lado, como iniciativas que visam à autonomia das mulheres na sociedade, tornando-as (co)operadoras na proporção em que passam a multiplicar conhecimento e experiência na sua comunidade. Por outro, podem ser apenas parte de uma estratégia de *ajustamento* (macro)econômico³², tendo, como

³¹ Entrevista disponível em: <http://www.pntem.org.br/docs/destaque2.pdf>

³² O sentido do termo, nesta análise, escapa a uma relação direta com o contexto neoliberal, suas recomendações e ajustamentos (“redução de gastos nas políticas sociais do Estado, abertura dos mercados ao comércio internacional e ao fluxo de capitais e privatização de empresas estatais”). O uso remete aos esforços do Estados nacionais em se estabelecer como interlocutores no espaço globalizado de articulações econômicas e políticas. A esse respeito, busco aproximar-me da perspectiva da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB (AMB/CFEMEA, 2011) acerca dos encaminhamentos políticos desde o primeiro mandato do Presidente Lula a partir de

consequência, um alcance limitado da realidade das beneficiárias das ações. Nesse caso, dimensões da vida das mulheres, como a organização das relações familiares, permaneceriam em segundo plano, dificultando a efetivação de sua autonomia.

2003. A eleição daquele presidente e o lançamento da Plataforma Política Feminista, no mesmo período, teriam sido um forte indício da insatisfação da sociedade como um todo e, especialmente dos movimentos de mulheres, com as injustiças e desigualdades estimuladas, ou simplesmente ignoradas, pelas diretrizes neoliberais incorporadas na política nacional.

Não obstante, a AMB, em sua avaliação mais recente (AMB/ CFEMEA, *ibid.*), declarou ter percebido uma forte limitação na gestão de Lula em seu direcionamento para a promoção da justiça social. O governo federal teria feito importantes concessões ao liberalismo, priorizando o crescimento econômico em detrimento dos direitos sociais.

Capítulo 5 – Perspectivas das beneficiárias do PTEM e do *Com Licença* e o caso do Projeto Mulher Artesã

“Estive revendo os aborrecimentos que tive esses dias (...) Suporto as contingências da vida resoluto. Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência.” Carolina Maria de Jesus¹.

No capítulo anterior e no final do capítulo 2 (a perspectiva da SPM), a análise dos discursos das/os agentes tentou estabelecer conexão entre a realidade observada, mediante informações documentadas e entrevistas em profundidade, e a reflexão proposta por estudos anteriores. Dito de outro modo, na instância do governo federal, do GDF e das parcerias com a sociedade civil, houve o esforço de compreender quais seriam os interesses *em jogo*, no contexto dos Programas, e qual seria a lógica das ações de cada agente institucional envolvido.

Permito-me, nesta passagem, a retomada da metáfora do bordado como representação do objeto aqui investigado. Utilizo a imagem das *filigranas*, que são os traços mais finos em uma trama bordada, para ilustrar o significado dos elementos discursivos referentes às beneficiárias do PTEM e do *Com Licença*. A espessura desse *ponto* torna-o quase imperceptível, isoladamente, porém são as filigranas que fazem a trama mais complexa, conectam imagens distintas, preenchem as formas com minúcias e, quando elaboradas nas bordas, as deixam nítidas. Essas foram algumas informações transmitidas pelas entrevistadas.

Foi possível acessar informações acerca das beneficiárias dos programas de trabalho desde os documentos operacionais, passando pelos registros de monitoramento até os relatos fornecidos pelas entidades, seja mediante entrevistas diretamente concedidas a esta pesquisadora, seja por meio de outras mídias. A respeito delas, tratou-se desde o planejamento até a execução das ações. Houve referências as suas características, as suas necessidades e aos seus interesses. Conforme descrito nos capítulos 2 e 3, os parceiros institucionais responsáveis pelo PTEM recorreram a indicadores oficiais, na forma de dados estatísticos, a fim de alcançar o perfil das futuras participantes do Programa. Ademais, alguns procedimentos foram mantidos, durante a implementação, de maneira que as beneficiárias pudessem manifestar as suas opiniões sobre o Programa.

Restava encontrá-las e verificar se as suas percepções seriam semelhantes, ou não, às dos agentes parceiros. Após obter a primeira lista de participantes, veio a constatação

¹ JESUS, Maria Carolina de. Quarto de despejo. 9.ed. São Paulo: Ática, 2007. P. 15

frustrante de que dados referentes a números de telefone e endereços estavam desatualizados. Algo a que as quatro técnicas do CRAS atentaram: as frequentes trocas de número de telefone celular e os aluguéis.

O contato com os dois grupos, quais sejam participantes e não-participantes dos Programas de trabalho, revelou-se uma oportunidade de comparar as articulações de família e trabalho. Em contraste, tentei identificar as características das mulheres capacitadas pelos Programas e características que se referissem às mulheres que não passaram por essa experiência.

As próximas seções atinem, inicialmente, às circunstâncias anteriores à dedicação delas a atividades remuneradas e às atuais condições vividas com o exercício do trabalho. Em seguida, no caso das *participantes* (do PTEM e do *Com Licença*), a vivência da capacitação é enfatizada de maneira a verificar-se percepção que o público-alvo teria de programas de trabalho oriundos das articulações de gênero e desenvolvimento. Quanto às/aos *não-participantes*, é realçada a sua avaliação sobre a não participação do Estado nas suas iniciativas. Por fim, os efeitos do desempenho de atividades remuneradas observados (ou não) por elas, na família, também se constitui em uma questão importante.

5.1 - Participantes do PTEM e do *Com Licença* e as implicações na vida familiar e profissional

Quando considerados os processos de elaboração e desenvolvimento dos programas de trabalho para mulheres, o espaço doméstico destaca-se como alvo. As iniciativas empreendedoras, que ambos os programas selecionados tinham como propósito estimular, seriam concretizadas por mulheres *donas de casa*, mulheres que, antes da capacitação oferecida a elas, não disporiam de meios de ingressar e permanecer no mundo dos negócios. As outras mulheres, que os programas pretendiam inserir no mercado de trabalho, também seriam pouco habituadas com as relações do mundo do trabalho entendido como espaço com características diferenciadas daquelas do lar.

Tanto o PTEM quanto o *Com Licença*, conforme se verifica no registro de suas atividades, tiveram a família como parâmetro, haja vista as menções à intenção de promover mudanças *positivas* no relacionamento entre “pais e filhos”, “autoestima feminina” (enfatizando a utilidade das atividades das donas de casa para toda a família), economia doméstica e à explícita alusão ao “não afastamento (das trabalhadoras/empreendedoras) do convívio com os filhos”. O espaço doméstico foi utilizado como referencial para os módulos

de capacitação, de maneira a provocar o questionamento das mulheres aspirantes ao mundo dos negócios e do trabalho acerca de si mesmas e de sua relação com a família.

Todas as participantes com quem pude conversar enfatizaram as informações com que tiveram contato nos cursos como a principal vantagem de sua experiência nos programas. Esse registro comum também coincide com o discurso oficial, considerando-se as instituições SPM, IBAM, BPW, SEBRAE. Quanto a esse aspecto do conhecimento, a SEDEST dirigiu críticas contundentes aos programas (veja-se que, a despeito dos comentários tecidos pelas representantes entrevistadas, a própria SEDEST foi a responsável pela formulação do *Com Licença*). Na ótica da Secretaria (ao menos das técnicas ouvidas), as entidades encarregadas de promover a capacitação das beneficiárias não teriam abarcado a dimensão da pobreza, situação vivida pelas mulheres selecionadas para os Programas. As unidades do CRAS, como tratado na seção anterior, teriam ocupado uma posição *móvel*, ora mais próxima dos demais agentes institucionais, ora mais próxima das beneficiárias. A SETRAB permanece, nesta análise, como o agente com participação atrelada a um discurso *universal*, isto é, acachapante das diferenças decorrentes do gênero dos/as profissionais do artesanato, segmento a que as ações do órgão se dirigiram naquele período.

As beneficiárias e as não-beneficiárias identificaram-se como *donas de casa*. As suas responsabilidades com a família, dentro daquele ambiente íntimo/ o lar, permearam as suas considerações acerca das atividades remuneradas que já desempenhavam ou que planejavam exercer.

No grupo das dez participantes dos Programas, com faixa-etária entre 38 e 64 anos, apenas uma não tinha filhas/os. Cinco moravam com companheiro estável e cinco declararam-se solteiras ou separadas/divorciadas (uma delas referiu-se a um namoro de anos, “é ele lá e eu aqui”). Por uma questão prática, passo a tratá-las como casadas e solteiras. Eram, portanto, cinco casadas e cinco solteiras (incluindo-se a participante sem filha/o). Para as casadas, o trabalho remunerado, aparentemente, caracterizava-se como algo a se dedicar diante de *circunstâncias favoráveis* decorrentes da possibilidade de conciliação com as demandas de sua presença no lar. Enquanto isso, as solteiras lidavam com a conciliação das responsabilidades familiares com o trabalho remunerado em termos de uma *necessidade premente*, tendo em vista o encargo inescusável de prover sustento (a única que recebia pensão alimentícia do ex-marido disse considerá-la insuficiente).

“Eu nunca vendi meus fuxicos, eu fazia uns forros pra sofá (...) aí, era aquela hora de bobeira, inventava colcha de cama, aí, um dia, naquela televisão bem ali, eu vi a

Ana Maria Braga fazendo umas coisas... (pausa) umas gargantilhas, brinco, aquelas coisas todas, né. Aí, eu comecei a fazer lacinho, maria-chiquinha. Aí, eu comecei a pensar em vender, em abrir um negócio e vender essas coisas.” **Leila² 64 anos - participante PTEM em Taguatinga - moradora de Ceilândia – casada – 3 filhas/os.** *Grifos meus.*

“Des’ que eu vim do Ceará com 17 anos, o meu filho mais velho eu deixei com a minha mãe lá (...). O meu irmão morava aqui em Santa Maria, aí eu vim trabalhar de doméstica (...) Antes, eu trabalhava como diarista, já trabalhei com reciclagem e eu sou muito velha lá no CRAS. Então a ‘técnica responsável pelos programas’ (cita o nome da técnica) já acompanha faz muito tempo os meus meninos (...) Quando eu vou pras reuniões (no CRAS) ou pra feira, eu deixo os meus meninos com a crecheira (...) As diárias, eu deixo eles lá também (com a crecheira) ou então o mais velho fica, né. **Joana – 38 anos – participante Com Licença no Gama – solteira - 4 filhos.** *Grifos meus.*

Com respeito à seleção para os dois Programas, todas as entrevistadas referiram-se ao fato de terem sido selecionadas como uma surpresa, não conseguindo explicar como o processo havia ocorrido, quais teriam sido os critérios adotados. Diferentemente do disposto na apresentação oficial de ambos os Programas, mas de acordo com a afirmação das representantes da SEDEST e do CRAS, não havia um cadastro organizado de potenciais candidatas às vagas do PTEM e do *Com Licença*. A divulgação do início das atividades de um e outro teria acontecido de maneira um tanto improvisada por meio das visitas domiciliares de praxe das técnicas do CRAS e entre as próprias beneficiárias e suas familiares, vizinhas e amigas. Isto posto, a questão do controle do perfil das participantes, conforme as diretrizes do PTEM principalmente³, caracterizou-se como uma dificuldade para as entidades responsáveis pela execução das ações. Na perspectiva das participantes entrevistadas, a seleção teria acontecido aleatoriamente, algo que as confundiu quanto aos objetivos dos Programas.

“Pra gente, não explicaram nada disso, não. Não teve nenhuma justificativa pra nós. O que aconteceu foi que as meninas lá do CRAS separaram o nosso grupão, aí uma parte foi prum lado e as outras ficaram com o SEBRAE. A gente mesmo ficou com o SEBRAE (...)

A gente é que é observadora e via diferença, até a mochila era diferente (risos).”

Ivone – Samambaia – 45 anos – casada- 2 filhas/os.

“Tem uma menina que trabalha no aqui no CRAS e ela mora aqui na rua. Aí, foi ela, um dia, que me disse que ia ter, em Taguatinga, essa reunião pras mulheres que quisessem ser empreendedoras. Que ia ter um transporte saindo aqui do CRAS de Ceilândia e ia levar, pra Taguatinga, essas mulheres. Aí, eu fui saber o que era (...)

Aí, quando a gente voltou da palestra lá de Taguatinga, elas explicaram, né. A gente ganhou camiseta direitinho. Aí, depois, quando elas ligaram, eu falei ‘ah, eu vou ver o que é esse negócio de empreendimento, de empreendedorismo da mulher, o que

² Justifico, no início do capítulo 5, o uso de pseudônimos quando cito as entrevistadas.

³ Trato dos dois eixos estratégicos do PTEM - a) incentivo às iniciativas empreendedoras; b) promoção da inclusão social por meio de inserção no mundo do trabalho – no capítulo 4.

que faz, o que que é, né.” **Leila 64 anos - participante PTEM em Taguatinga - moradora de Ceilândia – casada – 3 filhas/os.**

“A ‘técnica’ (cita o nome) veio visitar a minha nora que tinha ido no CRAS e minha nora mora aqui. A ‘técnica’ ficou esperando minha nora lá fora e eu ‘tava aqui na sala, fazendo crochê nessa cadeira de balanço e a mesa ‘tava cheia de coisa, nossa, ‘tava muito bagunçado isso aqui! Aí, quando ela entrou, eu disse ‘não repare a bagunça’ e ela ficou me observando. Depois, ela perguntou pra minha nora quem era a dona da casa e minha nora disse que era eu. Aí, que ela me perguntou ‘o que é isso que você faz?’ e eu disse: ‘ah, são os meus trabalhos manuais que eu faço pra vender. Foi aí que ela fez o meu prontuário e, um tempo depois, eu fui chamada lá no CRAS”. **Simone - Gama – 50 anos – divorciada - 3 filhos**

“Eu fui selecionada pro curso do ‘Mulheres Empreendedoras’, depois, foi que eu comecei a receber a bolsa do Com Licença, Eu Vou à Luta (...) Eu não sei como foi essa mudança, eu sei é que eles me telefonaram pra falar da bolsa.

Pras ‘Mulheres Empreendedoras’, teve a seleção, eles que fizeram lá (refere-se ao CRAS) (...)

Aí quando eu fui na primeira reunião, eu encontrei a ‘Clara’ na parada. Aí, eu convidei ela: ‘eu tô indo numa reunião, você quer ir?’

E ela: ‘que reunião?’

E eu: ‘é um curso que vai ter pras mulheres empreendedoras.’

E ela: ‘não, eu vou lá na casa da minha prima. Eu não vou, não.’

Aí, eu comecei: ‘vamos, mulher, de repente, você consegue alguma coisa.’

Aí, nós fomos e nós duas acabamos ficando.” **Bárbara - Taguatinga – 57 anos – casada – 3 filhos.**

Três entrevistadas trabalhavam como empregadas domésticas antes de ingressarem nos Programas. Uma delas permaneceu prestando serviços como diarista, concomitantemente com as atividades na feira de artesanato do Gama. As outras duas referiram-se à participação nos Programas e, mais especificamente, ao recebimento da bolsa do *Com Licença* como a oportunidade para tentar outras ocupações. A bolsa lhes garantia alguma estabilidade financeira tanto para investir no pequeno negócio, no caso de ‘Bárbara’, quanto para o custeio das despesas da casa, como revelou ‘Rosa’. A primeira mencionou que já trabalhava com artesanato e que a sua intenção, há muito tempo, era dedicar-se à produção das suas peças, porém, não dispunha dos meios. A outra não havia descoberto uma atividade remunerada que preferisse até então, mas a possibilidade de participar dos cursos de capacitação e de não mais precisar trabalhar em “casa de família” já lhe parecia uma condição mais vantajosa que a anterior, pois tinha tempo livre para pensar em encaminhamentos para a sua vida como a retomada dos estudos. Tais casos reiteram a perspectiva de que a seleção das participantes dos Programas não correspondeu exatamente ao que previam as normas. Desse modo, o “perfil empreendedor” que deveria ser identificado nas candidatas às vagas do PTEM e do *Com Licença*, antes da seleção, surgiu como orientação, por parte das entidades executoras, às mulheres que ingressaram nos Programas.

“Eu trabalhava em casa de família em 2009, aí eu comecei o ensino médio numa escola, ali em cima, aí que eu fiquei sabendo com o pessoal ‘ah, Rosa, lá no CRAS tá tendo uns cursos’(...)

Depois do curso, eu até consegui trabalhar num mercado, quatro dias, com abordagem. Agora, quero outras oportunidades, né, trabalhar em outra área que não seja de doméstica, porque trabalhar em casa de família é aquela coisa, né, todo dia, você fazendo a mesma coisa. Lá no mercado mesmo foi diferente, você conhece gente diferente, você se comunica melhor. No outro emprego (casa de família), com quem eu me comunicava, né? Com o patrão, a patroa, o filho do patrão. Então, eu me senti muito bem no mercado nesses 4 dias, o pessoal até, ‘é, Rosa, quem sabe Deus não ajuda?’” **Rosa - Gama – Baiana - 40 anos - solteira.**

“Quando eu comecei o curso no SEBRAE, eu tava trabalhando de diarista... (pausa) Eu tava trabalhando de diarista, ganhando 30 reais por cada diária e comecei o curso e fui levando. Aí, eu tinha uma banquinha que era um tripé, todo dia eu desmontava, levava e trazia.

Aí, eu consegui crescer. Antes, eu vendia de porta em porta. Eu fazia os arranjos de flores, fazia o meu artesanato, aí eu botava tudo numa sacola e ia, e era assim que eu vendia o meu produto. Nunca tive vergonha porque era eu que criava, era minha criação e eu queria crescer em cima de mim mesma (...) O que eu ganhava, eu investia de novo e corria pra comprar material. Tinha vez que eu ia a pé pra comprar no Centro de Taguatinga, aí, pra voltar, eu pensava ‘Meu Deus! E agora? E esse tanto de sacola?’ Eu pensava assim, que era uma penitência que Deus tava me dando, pra eu crescer em cima do meu sofrimento e eu pensava ‘eu vou crescer. Eu vou conseguir’. E eu moro na M Norte, né, eu botava a sacola nas costas e ia andando.” **Bárbara - Taguatinga – 57 anos – casada – 3 filhos.**

Ante a indagação sobre o que teriam *achado* da sua experiência nos Programas, se teriam percebido *diferenças em alguma parte da rotina*, quando comparavam o antes e o depois da participação nos cursos e nos demais eventos, a temática de gênero foi relatada por todas. Para além dos aspectos focalizados nos módulos dos cursos, nas palestras e reuniões do CRAS, elas salientaram as conversas informais entre si. O momento do lanche, o trajeto do ônibus, os cochichos durante os eventos teriam sido formas de aproximação importantes, de partilhar vivências, de demonstrar solidariedade, de expor problemas enfrentados e de aconselhar a quem precisasse de ajuda. Conforme asseguraram, essas interações informais mantinham-nas motivadas a frequentar os cursos e reuniões e, também, a pensar sobre a própria condição (a posição assumida no relacionamento com o companheiro e/ou filhas/os) e nos “sonhos” que haviam esquecido e que ressurgiram ou que haviam nascido ali naquele meio.

“Minha vida mudou totalmente (depois do PTEM), porque eu sempre fui meio pai e mãe, né. O pai sempre meio ausente e eu tenho 6 filhos. Agora, tá todo mundo casado, mas mesmo assim, eles comentam ‘mãe, a senhora tá diferente’. E foi muito bom pra mim, eu tiro proveito a todo momento. Ele ajudou no geral, a mulher passa a entender melhor as coisas, que não precisa abaixar a cabeça pra ninguém, sabe. Falavam bastante de autoestima nas palestras, sobre não deixar ninguém humilhar a gente (pausa) a violência doméstica, teve um dia que falaram só sobre a Lei Maria da Penha (pausa) Eu mesma não sabia que alguém xingar a gente já é uma violência.

Foi uma grande ajuda essas palestras, sabe.” **Clara – Taguatinga – 52 anos – 6 filhas/os – divorciada.**

“Só o fato da gente sair, oxe, era bom demais, parece que os problemas acabava tudinho, sabe, era uma terapia, era uma festa aquela ruma de mulher dentro do ônibus, aquela focada toda. Tinha umas que não faltavam de jeito nenhum. Mesmo nas duas vezes que a gente teve problema com o ônibus, elas iam com o seu dinheiro, mas iam”. **Leila 64 anos - participante PTEM em Taguatinga - moradora de Ceilândia – casada – 3 filhas/os.**

“É uma ajudando a outra lá. Nesse mês, uma colega empreendedora me emprestou o cartão dela. Ela disse ‘Simone’, eu tô indo lá em Taguatinga comprar linha, bora, mês que vem, você me paga.” **Simone - Gama – 50 anos – divorciada - 3 filhos**

“Um dia falaram ‘hoje, nós vamos aprender a fazer planilha’(risos) e eu nem sabia o que era. Ainda bem que a ‘fulana’(cita o nome da colega) tava sentada perto de mim. Ela fez logo o e-mail dela, né, e eu ali do lado, fiquei séria, mas era porque eu tava com vergonha (risos) eu não queria passar vergonha, porque eu não ia saber fazer o e-mail (risos). Aí, ela foi me ajudando com jeitinho, sem ninguém notar, e eu fiz, aí depois a gente danou a ver as coisas da internet (levanta e liga o computador) Olha aqui, o cartão do salão, né, foi lá que eu aprendi. Qual é o teu e-mail? Aqui, o Orkut (...) o Orkut é bom, mas tem os chato (risos) ó esse aqui escreve todo dia (...) Olha, eu já passei por um pedaço da vida difícil, sem pai, nem mãe (pausa), aí ainda fui me casar com alguém que não valia a pena. Teve dia de eu pensar ‘a vida passou pra mim’ (pausa, se emociona), olha, eu me sentia inferior (pausa) mas lá eu via mulher de 50, 60, 70 anos querendo aprender nos cursos, querendo o diploma (pausa). Aí, eu me animei.” **Bethânia – Taguatinga – divorciada - 4 filhos – 47 anos. Grifos meus.**

Ao mencionarem a forma como os companheiros lidavam com o seu envolvimento com os Programas e as atividades remuneradas, a dúvida manifestada por eles, quanto ao êxito delas com os trabalhos exercidos *fora de casa*, foi citada como uma dificuldade, até então, não superada por elas.

“Eu ficava dentro de casa e nunca tive apoio dele (refere-se ao companheiro) e olha, todo mundo precisa de apoio, uma base. Ele sempre me dava aquele negócio assim de negatividade. A negatividade, até hoje, ele tem. E eu falei ‘eu vou lutar!’ Hoje, eu me sinto... (pausa) é como eu digo pro meu marido: entre você, minha e meu trabalho, eu prefiro minha saúde, meu trabalho e você. Ele fica zangado, mas é a verdade. A gente tem que ser realista.” **Bárbara - Taguatinga – 57 anos – casada – 3 filhos.**

Retomando o aspecto da conciliação das atividades não-remuneradas com as remuneradas, as participantes do PTEM, em Samambaia, ‘Jovelina’ e ‘Ivone’ enfatizaram que, apesar de terem conseguido organizar uma confecção chamada D’Boche, o compromisso com a família acabava se sobrepondo as suas responsabilidades com o pequeno negócio. Uma delas cuidava do marido acidentado em tempo integral, pois nenhuma outra pessoa da família se dispunha a dividir esse trabalho. Em vista da situação, ela havia interrompido seu curso superior e diminuído a carga de trabalho na confecção. A outra não era casada, mas cuidava

da mãe já idosa e enferma, sendo também responsável pelas/os netas/os enquanto as filha trabalhava.

“A gente só parou porque apareceu uma tribulação grandona. A mãe da ‘Jovelina’ se acidentou e teve de ficar com ela e o meu marido só come com sonda, depende de mim pra tudo. É tanto que eu vou mudar meu curso de técnica e gestão hospitalar pra enfermagem (...) ah, eu quero voltar pra faculdade (...)

O problema foi que a gente ficou enrolado com esse negócio aqui das doenças. A ‘fulana’ (outra colega) também teve problema com o marido e com os filhos. Quando o meu marido ainda tava internado, eu vinha do hospital correndo e perguntava e aí o que tem pra fazer?” **Ivone – Samambaia – 45 anos – casada- 2 filhas/os.**

5.2 - Percepção das participantes sobre capacitação e concessão de crédito como experiências distintas e independentes no contexto do PTEM e do *Com Licença*

Foram as duas empreendedoras da confecção D’Boche de Samambaia, ‘Jovelina’ e ‘Ivone’, que formularam as críticas mais contundentes ao PTEM e à atuação do Estado, no geral, e de seus parceiros institucionais em se tratando dos interesses das trabalhadoras. Os cursos de capacitação, no ponto de vista dessas duas participantes, por um lado, haviam sido satisfatórios em sua proposta de oferecer insumos teóricos atinentes ao mundo do trabalho, às organizações e, especificamente, aos microempreendimentos. Por outro, as participantes dispostas a criar um negócio teriam esbarrado em questões que, segundo mencionaram, não foram esclarecidas durante os cursos. Depois de formalizar a confecção, elas procuraram a SETRAB em busca de orientações sobre a concessão de crédito e disseram ter se sentido frustradas diante da série de exigências apresentadas pelo GDF, a começar pelos bens que deveriam ser apresentados como garantia para o empréstimo.

“Eles propõem muito e não fazem nada, vieram do SEBRAE, da Secretaria do Trabalho e falaram tanta coisa, sabe, tantas possibilidades. Fizeram a gente sonhar com tantas possibilidades, com crédito, pra quê? Porque se você quer fazer o crédito e aí você pede um patrimônio, então por que você diz que tá facilitando? Se a gente queria fazer um empréstimo, ué, era porque ninguém tinha patrimônio, senão a gente não esquentar a cabeça com isso (...)

Não abriram espaço pra gente entrar. A gente tem que lutar muito pra ir pra um lugar aparente, porque essas *reuniãozinha*, que faz por aqui, pra gente não faz diferença (...)

Ficou só em conversa, lá em cima, eles tem muita conversa(...) Nos cursos, eles disseram que se, depois, a gente apresentasse projeto e fizesse o CNJPJ, ia ser tudo facilitado, hum (suspira), cadê, minha filha? Não teve nada de facilidade. A gente não tem nome, a gente chega lá e eles perguntam ‘quem é?’, não querem saber se a gente quer crescer. Aí eles perguntam ‘quem vocês já beneficiaram?’ Como é que a gente vai beneficiar alguém, se a gente não tá conseguindo beneficiar nem nós mesmas? O CRAS ainda ficou um tempo fazendo a nossa assistência. Elas faziam reunião pra saber como a gente tava depois dos cursos, se tinha dificuldade.

Mas o SEBRAE? O SEBRAE tem conversa demais. Você olha assim as propagandas na televisão e acha que é só chegar lá dentro. Tem muito empecilho,

você se passa por invisível porque você não tem nome. ‘Ah, que vocês tem que esperar, que o ano que vem vai ter isso, que o ano que vem vai ter isso’. Pra ser sincera, foi só um curso. E foi bom que abriu a mente da gente. É tipo uma bagagem, né, tá tudo guardado na mala, uma mala trancada e a gente não tem a chave. E a gente tava esperando muito dessas promessas”. ‘Jovelina’ – Samambaia – 48 anos – solteira – 1 filha. Grifos meus.

“Qual o nome daquela grandona lá da SEDEST? (fala o nome da secretária na época do PTEM) Ela vinha, dava pinturinha pra gente, dava batom (risos e simula que está se maquiando), mas o que a gente precisava mesmo, né? Elas tinham que saber o que a gente tava achando do que aconteceu dentro daquele espetáculo que elas tavam fazendo.” ‘Ivone’ – Samambaia – 45 anos – casada- 2 filhas/os. Grifos meus.

“Na realidade aquilo lá, e eu falei isso pra elas, isso é promoção de governo, não é da gente. É pra dizer que fez alguma coisa (pausa) pra quem? Pra ele mesmo (...) Mas aí, você que tá vendo as coisas um pouquinho assim na frente da gente, você sabe que quando alguém tem uma atitude assim, alguém atrás dela tem outra ainda maior, né?” ‘Jovelina’ – Samambaia – 48 anos – solteira – 1 filha. Grifos meus.

A narrativa das participantes acerca dos seus esforços pela aproximação com as instituições encarregadas de conceder crédito apontam para um problema, no caso do PTEM, caracterizado desde a implementação do *Programa Rio*⁴. A não continuidade entre as ações de capacitação do PTEM (e, posteriormente, do *Com Licença*) e os trâmites de concessão de crédito, no âmbito do Distrito Federal, explicaria a interlocução suscetível a interrupções entre os agentes institucionais, envolvidos tanto com os Programas quanto com o crédito, e as participantes. Esta é uma análise que se apoia nas reflexões de Fraser (1992; 2002) sobre o acesso ao espaço público proporcional ao grau de prestígio das coletividades. Na próxima seção, serão apresentadas algumas considerações acerca da questão do reconhecimento dos grupos de trabalhadoras, comparando-se o caso das beneficiárias dos PTEM e do *Com Licença* com um grupo de artesãs de Planaltina que não participaram de nenhum Programa.

Com base no que expressaram as duas participantes de Samambaia, os papéis desempenhados pelas beneficiárias dos Programas e as entidades executoras dos Programas limitaram-se aos de aprendizes de treinadores/as. Desta maneira, recuperando-se o objetivo de ambas as iniciativas de promover a autonomia econômica das mulheres por via do fomento ao empreendedorismo, esse não realizou por completo na perspectiva das entrevistadas. A razão apontada por elas para a *incompletude* dos Programas, bem como a ineficiência de modo geral

⁴ No capítulo 4, são enfocados os pontos de vista dos/as agentes envolvidos/as com o *Programa Rio*. A ausência de encaminhamento formal para a concessão de crédito já havia sido indicada como uma fragilidade do Programa que, desde aquele período, restringia-se à somente capacitar as participantes mediante cursos do SEBRAE e da BPW.

das políticas públicas dirigidas às trabalhadoras dizia respeito à *interdição* do espaço de negociação dos empréstimos a elas que disseram se sentir *invisíveis e anônimas*.

Há que se ressaltar que as entrevistadas que avaliaram positivamente os Programas em sua totalidade, diferentemente de ‘Ivone’ e ‘Jovelina’ em Samambaia, restringiram-se à instância do CRAS. O atendimento considerado satisfatório por elas, a sensação de acolhimento e a oportunidade de compartilhar experiências com outras mulheres foram citados no contexto das reuniões do Paif e das conversas com as técnicas do CRAS. Além disso, exceto as empreendedoras da confecção D’Boche, as demais entrevistadas revelaram não sentir interesse em solicitar crédito. O principal motivo alegado, por elas, para não pedir empréstimo oficial foi o medo de endividar-se, algo que se relaciona com as dificuldades relatadas pelas entrevistadas de Samambaia, isto é, a ausência de bens que lhes servissem de garantia ou o receio de empenhar os poucos que tinham.

“O crédito era assim, as artesãs tinham que fazer a carteirinha de artesã no GDF, aí tinha o encaminhamento e não era na BPW, não (pausa). Eu não quis, eu achei melhor não, viu, a gente nunca sabe o que pode acontecer e eu não podia dar a minha casa como garantia. Aí, como o CRAS me chamou pra fazer mais cursos, só que nesse Com Licença, Eu Vou à Luta, aí ficou bom porque eu comecei a usar os R\$ 400 pra comprar as coisas do salão.” **Bethânia - Taguatinga – 47 anos divorciada – 4 filhos.**

“Eles falaram de crédito pra gente. Era um curso assim que entrou na área das leis, né. Como a gente crescer e ser uma pequena e ‘mini-empresária’. Foi muito bom porque a gente aprendeu muito, aprendeu como atender um cliente. Aí, teve advogado que foi dar aula pra gente, teve psicólogo, era uns cursos de determinação(...) Mas na hora de ir no banco pra ver se eles davam o crédito, eu não quis, não. Eu sou uma pessoa assim, eu tenho muito medo, sabe. Aí, eu preferi o que eu arrecadar, hoje, eu compro de mercadoria e vou assim.” **Bárbara - Taguatinga – 57 anos – casada – 3 filhos.**

“Eu acho assim que pegar dinheiro no banco, aí já é uma coisa complicada pra nós, né, porque a gente não tem condições boas. Se o CRAS vai fazer isso pra nós, aí, é com eles. Eu tentei pegar um empréstimo uma vez, mas sabe, é o medo dos juros, entrar com gosto de gás naquilo.” **Simone - Gama – 50 anos – divorciada - 3 filhos.**

Ao articular os vários elementos que compõem a perspectiva das participantes do PTEM e do *Com Licença* sobre o seu contato com o conhecimento nos cursos de capacitação e a experiência como trabalhadoras remuneradas, o conceito de gênero salta como uma categoria bastante elucidativa. Desde o estranhamento manifestado pelos companheiros e/ou filhas/os das trabalhadoras, com relação as suas atividades, até as dificuldades de estabelecer uma comunicação direta com as instituições responsáveis pelo crédito, a condição de

subalternidade atrelada às posições/papéis sociais designados como femininos indica a *fonte* primordial das dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras.

O gênero, segundo a concepção proposta por Scott (1990), vigora como uma maneira de ordenamento da vida social, de distribuição de poder entre indivíduos enquadrados em papéis sociais (sexuais/generificados) antagônicos. Segundo essa argumentação, a ideia de gênero teria se erigido sobre um esquema classificatório binário que, simultaneamente, moldaria e contraporaria as representações de feminino e masculino, resvalando na desigualdade entre mulheres e homens. Tal *ordenamento/esquema* social emanaria de valores culturais vigentes em determinado contexto (espaço-tempo), sendo, portanto, passível de transformações quanto aos significados inerentes às categorias mulher e homem.

Isto posto, é necessário compreender que, tanto dentro de seus lares quanto no mundo do trabalho, dos negócios e da negociação política do crédito, as participantes dos Programas partiam para a interlocução como mulheres, isto em indivíduos cujas atribuições e posições seriam secundárias. Quanto às desigualdades de gênero, o PTEM, principalmente, surgiu como ação esclarecedora do caráter cultural das classificações do masculino e do feminino e de sua hierarquização. Os cursos de capacitação do PTEM e, posteriormente, as reuniões promovidas pelas unidades do CRAS, segundo a apresentação oficial dos Programas e de acordo com os relatos das beneficiárias, problematizaram a ideia de relação de dominação/subordinação entre homens e mulheres, incentivando as participantes a questionar a própria condição vivida nas suas relações íntimas/familiares e na implicação dessas relações nas suas aspirações profissionais.

Ante o que expressaram as entrevistadas, a sensibilização para o gênero, todavia, não se mostrou um fator suficiente para ocasionar a mudança nas relações de desigualdades vividas pelas trabalhadoras. Nesse ponto, caracteriza-se um paradoxo que diz respeito a atuação do Estado, pois, se de um lado, o PTEM e o *Com Licença* foram idealizados e conduzidos como iniciativas políticas públicas, de outro, o grande entrave à consolidação das participantes dos dois Programas, no mundo público do trabalho, referia-se à dificuldade dessas mulheres em se estabelecer como interlocutoras do Estado e de seus parceiros gestores da questão do crédito e do financiamento. Logo, o gênero, aparentemente, foi incorporado pelo Estado parcialmente: como categoria válida nos cursos de capacitação dos seus programas, como o PTEM e o *Com Licença*, todavia, não adequadamente contemplada no momento em que as beneficiárias, até pouco tempo dedicadas exclusivamente aos cuidados da

família e do lar, com poucas experiências profissionais anteriores e instrução formal precária, tentavam acessar o fomento financeiro do Estado.

5.3 - O caso do Projeto Mulher Artesã como espaço público informal

No Projeto Mulher Artesã de Planaltina, formado por não-participantes dos dois programas que servem como referência para este trabalho, a faixa etária das cinco entrevistadas variava entre 19 e 60 anos em novembro de 2011; os dois homens tinham 59 e 65 anos, ambos casados e com filhas/os. Entre as mulheres, havia uma solteira (única sem filha/o); duas casadas; duas viúvas. Diferentemente das beneficiárias dos Programas, em Planaltina, todas exerciam um trabalho remunerado, mas, assim como aquelas primeiras, essas artesãs referiram-se à conciliação de sua atividade rentável com a rotina do lar. O grupo composto por trinta e cinco mulheres e cinco homens (de acordo com a coordenadora, participavam de modo menos regular do que as mulheres) tinha como atividade de maior destaque, em novembro de 2011, a promoção de uma feira, aos sábados, ao lado da sede da Administração Regional daquela cidade-satélite.

**Figura nº 8 – Projeto Mulher Artesã em Planaltina – DF
(Reprodução do original)**



Fonte: Blog do Projeto Mulher Artesã (disponível em <http://blogsjetomulherartesa.blogspot.com.br>)

‘Dolores’, a idealizadora do Projeto Mulher Artesã, contou que começou a “trabalhar fora” antes do seu casamento. Na juventude, envolveu-se com a política local e, a partir de então, ocupou alguns cargos de confiança. A sua atuação político-profissional, todavia, segundo disse, não a impediu de ser uma dona de casa empenhada e mãe presente, executando parcialmente e monitorando serviços relativos à limpeza da casa, alimentação da família e vida escolar dos filhos (rapazes). Aliás, mesmo quando solteira, frisou não ter negligenciado sua responsabilidade de auxiliar à mãe em casa. Apenas, em 2006, com o resultado das eleições desfavorável as suas alianças políticas, ‘Dolores’, após ser destituída do cargo comissionado, ocupou-se integralmente com a rotina doméstica. Nesse período, segundo relatou, participou de um curso de capacitação oferecido pelo PAB – Programa do Artesanato Brasileiro⁵ e, na ocasião, conheceu aquelas que viriam a ser as companheiras do Projeto. Desde então, passaram a se reunir semanalmente na garagem de sua casa, discutindo os rumos da futura associação de artesãs.

“A gente se reunia pra decidir sobre o estatuto da associação, que a gente quer conseguir o certificado de OSCIP⁶, e onde que a gente ia fazer a feira e com quem a gente precisava falar pra pedir apoio, mas muitas começaram a faltar porque muitas delas eram domésticas, faziam as diárias, durante a semana, e só no fim de semana que elas eram artesãs(...) Todo mundo decidiu que era melhor a reunião, no sábado de tarde, porque dava pra fazer as coisas em casa e participar da reunião com calma (...) Nós não tivemos o apoio da administração e nem de ninguém. A gente ia na Administração e o administrador é aliado de um deputado pra quem eu sempre fiz oposição, então ele achava que o nosso grupo era oposição (...). Aí, nós marcamos uma data pra começar a feira sem que o administrador desse uma autorização pra

⁵ Os detalhes sobre o PAB - Programa do Artesanato Brasileiro podem ser recuperados na seção 5.8 em que a atuação da Secretaria de Trabalho/GDF foi analisada.

⁶ OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

A respeito de sua definição, examinar a Lei do Terceiro Setor (Lei nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999) que estabelece: Qualificam-se como OSCIPs “as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos”.

De acordo com a Lei, “sem fins lucrativos” implica não distribuição, entre os associados ou equivalentes a isso, de “eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio.”

Quanto aos objetivos das OSCIPs, segundo a Lei, estes devem ter “pelo menos uma das seguintes finalidades: I - promoção da assistência social; II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei; V - promoção da segurança alimentar e nutricional; VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII - promoção do voluntariado; VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.”

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm

gente (risos), nós marcamos a data de 7 e 8 de maio (2011), nós já tínhamos conseguido camisetas, as toalhas, que as nossas toalhas são lilás com branca, nós já tínhamos conseguido, já tínhamos conseguido tudo e avisando pra todo mundo que a feira ia começar (risos), mas sem a autorização da administração. Aí, eu enlouqueci, meu Deus, como é que eu incentivo essas mulheres, aí chega lá na hora e não tem a feira? E isso era uma quinta-feira e o administrador nunca me recebia(...) a gente corria no CRAS e não tinha nada pra gente até que eu disse ‘quer saber? esse homem vai ter que me escutar, eu vou montar plantão lá na sala dele’. Peguei as minhas coisas, os meus retalhos, peguei uma garrafa de água e me mandei lá pra administração (risos). Cheguei lá pra ficar de plantão, minha filha, isso era 8 horas da manhã(...) Aí, eles, de vez em quando, eles falavam ‘o administrador não vai poder atender a senhora porque hoje ele tem reunião com nem sei quem’. E eu: ‘não tem problema não. Eu vim preparada pra esperar por ele. Se eu tiver que ficar plantada aqui até a hora que ele vai embora, eu espero, sem problema. Aí, continuava fazendo as bonecas (risos). Nisso, deu dez, dez e meia, onze, quando deu quinze pro meio-dia, ele me recebeu. Aí, ele colocou um monte de empecilho ‘aí, que não é viável, que não sei o que’. E eu ‘como que não é viável, administrador? Essa praça fica no centro, é ponto pras lotações todas, fica perto da rodoviária, é bem no centro de Planaltina’. Aí ele disse ‘ah, então eu vou cobrar uma taxa de vocês’. Aí, eles fizeram umas contas e disseram que a gente ia ter que pagar uma taxa de 32 reais e 88 centavos pra ocupar o espaço. Aí, a gente foi lá e pagamos e ele protocolou um ofício pra gente. Aí, no sábado, a gente começou a feira. Pense no sucesso que foi! No sábado, a gente tinha 32 pessoas (artesãs/artesãos) e, no domingo, aumentou pra 35. E de lá a feira só vem crescendo.” **Dolores’ – Projeto Mulher Artesã – Planaltina – 45 anos – casada – 2 filhos.**

As demais artesãs não demonstraram o mesmo entusiasmo de ‘Dolores’ para embates políticos como aquele na Administração Regional de Planaltina; ao menos, não aludiram a qualquer fato dessa ordem.

‘Aracy’, que se manteve ao lado da primeira entrevistada durante o seu depoimento, reforçou o quão frustrantes teriam sido as tentativas de firmar parcerias locais. Enquanto ouvia as considerações dessa entrevistada, também tive a impressão de que ela teria vislumbrado a oportunidade de tecer os seus comentários de modo similar, em alguma medida, a *denúncias*. As expressões “pode anotar aí!” e “pode dizer isso a eles!” foram repetidas algumas vezes ao longo de sua explanação, apontado para uma insatisfação com os serviços públicos disponíveis ao Projeto Mulher Artesã e à comunidade como um todo.

“Mexo com artesanato tem 20 anos, mas a coisa nunca ia pra frente. Uma, porque aqui em Planaltina os grupos são muito fechados e também porque a gente nunca teve qualificação. Nem etiqueta a gente fazia bem, usava era aquelas de mercado mesmo. Ia, comprava as etiquetas, colocava os preços com caneta mesmo, de qualquer jeito e pronto (...) Depois do curso (refere-se ao curso do PAB), que a gente já começou a ter essa ideia de desenvolver um produto com a cara de Planaltina (...) A capacitação veio pra unir a gente e fez a gente pensar no que a gente poderia fazer de melhor, como apresentar um produto e saber fazer economia. E, tanto é assim, que os nossos planos pra 2012 é criar nossos produtos sempre valorizando a tradição daqui, produtos que tenham a cara da cidade (...)

Se a gente continua com essa feira é só porque a gente é teimosa... (pausa), é insistência, porque, olha, não é fácil. Pode anotar aí, você vê que nem banheiro tem pra gente aqui. O que que custava o administrador trazer um banheiro químico pra

cá? A gente não tem água, a nossa cobertura (refere-se ao toldo) é da gente mesmo. O administrador sabe que a feira é todo sábado, faça chuva, faça sol, a gente tá aqui(...)" **Aracy – Projeto Mulher Artesã – Planaltina – 41 anos – casada – 2 filhas/os**

Diferentemente da companheira de trabalho, 'Aracy' tratou mais detalhadamente da repercussão da feira na sua vida íntima, lembrando as mudanças percebidas no seu relacionamento com a família e os/as amigos/as. A referência ao marido aconteceu, na hora do almoço, quando ele deveria levar a sua refeição. Perguntei-lhe se, em vista desse gesto do marido, ela notava o interesse dele por suas atividades com o artesanato, se seria aquela entrega da refeição uma demonstração de apoio ao seu trabalho, se haveria outras. A resposta merece transcrição:

"É ele que traz e é ele que cozinha (...) Antigamente, era assim ele não valorizava muito não, era tipo uma besteirinha que eu tava fazendo, sabe (...)

Eu sempre trabalhei como artesã, mas hoje, eu vejo que o meu marido me vê de uma forma diferente. Hoje, eu vejo que ele já compra a minha ideia. Essa tenda aqui mesmo, meu marido chegou aqui sábado e eu tava numa tenda emprestada. Aí, ele saiu e voltou com essa tenda pra mim. Então, eu vejo que não é mais aquela coisa, que, se alguém chegar lá em casa e perguntar por mim, ele vai dizer 'ah, ela foi pra uma feirinha'. Hoje, ele já me vê de um jeito...(pausa) ele me vê como uma profissional. Ele diz assim 'a minha mulher saiu pra trabalhar, ela é artesã.' É diferente e, pra gente, é gratificante. E eu sou mãe, além de ser artesã, eu sou mãe, eu tenho 2 filhos, eu tenho um casal de filhos, então, você sabe, né, a gente acaba sendo cama, mesa e banho. Então, o fato de, hoje, eu ver o meu marido, ó, eu passo o dia aqui e ele tá em casa, né, ele trabalha na Embrapa, então ele trabalha até sexta-feira. Então, hoje, ele tá em casa só, mas esse 'só' ele já entende porque eu tô ausente. Se ele tem que resolver alguma coisa, ele não liga, ele não fica ligando, perguntando nada não, ele fala 'hoje, sua mãe tá trabalhando'. Então, hoje, eu sinto que o meu marido já tá me vendo com outra visão (...)

E eu tenho 20 anos de estrada, né, eu não estudei muito, então, se já é difícil pra quem estuda, que dirá pra quem tem pouco estudo. Aí, ou fazia artesanato, ou eu ia trabalhar na cozinha dos outros (...) Eu mesma não levava a sério, tanto é que eu tinha a carteirainha,⁷ mas se aparecesse algum evento que me convidassem pra vender o meu artesanato e neguinho me chamasse pra um churrasco no dia, eu ia pro churrasco (risos). Hoje, os meus amigos falam 'Aracy, você tá sumida, ninguém mais consegue te achar' e eu digo 'gente, eu tô lá com o meu artesanato'. Então, hoje, eu tô comprometida com o artesanato, então, eu mudei." **Aracy – Projeto Mulher Artesã – Planaltina – 41 anos – casada – 2 filhas/os. Grifos meus.**

'Aurora' estava na mesma tenda em que as duas primeiras entrevistadas. Permaneceu aparentemente atenta, mas não fez nenhum comentário. Após algum tempo, foi para outra barraquinha. Quando lhe dirigi a palavra, ela disse preferir não falar, pois não teria nada de muito importante a dizer. Conversamos um pouco sobre o crochê exposto na sua barraquinha, então, questões sobre *sua vida* foram surgindo. Em seu relato, 'Aurora' revelou que um acontecimento trágico a obrigou a sair de casa e começar uma atividade rentável. Em 1998,

⁷ Sobre a "Carteira do Artesão" emitida pela SETRAB, ver a seção 5.8.

seu marido e uma das filhas gêmeas morreram em um acidente de trânsito. ‘Aurora’ tinha 26 anos e disse que, até então, nunca tinha trabalhado fora. O marido vendia apostilas para concursos públicos, ela sabia do que se tratava, quais eram os locais de venda, mas nada além disso, pois a sua atenção sempre esteve voltada, exclusivamente, para as filhas e a casa. A sua justificativa para a decisão de assumir o negócio do falecido marido foi a maternidade⁸. Segundo disse, poderia ter voltado para a casa do pai e da mãe na Bahia, mas pensou que sua filha teria melhores condições de vida em Brasília. A decisão por assumir a responsabilidade da família e trabalhar, vendendo apostilas, com base no depoimento de ‘Aurora’, teria acarretado mudanças em sua forma de agir que não se restringiram à profissão. Enquanto ela narrava passagens tão marcantes, quiçá dramáticas, de seu passado, outras artesãs aproximaram-se, de modo que, em determinado momento, formou-se uma pequena roda com cinco mulheres. Duas delas, bastante emocionadas, disseram ter encontrado no *seu trabalho* (a produção e comercialização do artesanato) um meio de enfrentar dificuldades relativas a sentimentos. Uma artesã lembrou um quadro de depressão, contou que recebia tratamento psicoterápico há cinco anos. A outra não utilizou o termo depressão, mas referiu-se à tristeza que, conforme disse, a deixava “encostada dentro de casa”. Elas afirmaram não saber que ‘Aurora’ perdido uma filha e o marido, pois esta sempre se manteve discreta.

‘Aurora’, depois de anos lidando com o comércio de apostilas, retomou a prática do crochê, que sabia fazer desde a juventude, e procurou a SETRAB para emitir a sua carteirinha de artesã. Naquele momento, ela relatou que expunha as suas peças na Casa do Artesão eventualmente, mas que não estaria satisfeita com os procedimentos adotados pela Casa para a escolha de quem utilizava o espaço.

“Tem um sorteio, mas a gente nunca sabe como acontece esse sorteio que são sempre as mesmas pessoas. Eu até fico pensando que quem consegue já devia até ter jogado na loto porque a sorte, pelo jeito, é grande.” ‘Aurora’

Em novembro de 2011, ‘Aurora’ estava casada, há dois anos, com o segundo marido e sua filha estava com 13 anos. Ela disse que o marido era comerciante, também, e que seus

⁸ A adoção do termo *maternidade*, além de manter a categoria utilizada pela entrevistada, tenta dar conta da responsabilidade exclusiva por prover o sustento material e o amparo afetivo assumida por ‘Aurora’ diante da viuvez. Nesse contexto específico, a abordagem deste trabalho optou por não problematizar as diferenciações conceituais entre *maternidade*, como capacidade biológica de reprodução, e *maternagem*, como o construto sociocultural do cuidado, proteção e amor abnegado direcionados às/aos filhos, atribuído primordialmente às mulheres. Sobre a discussão em torno do conceito de *maternagem* e suas consequências para a divisão sexual do trabalho, favorecendo a conservação do imaginário de onde emanariam os papéis tradicionalmente masculinos e femininos, ver Badinter (2011).

rendimentos seriam mais altos do que os dela. Por fim a entrevistada ressaltou que percebia diferenças, atinentes a própria conduta, quando comparava o primeiro e o segundo casamento. Perguntei-lhe se havia pensado nos motivos dessas “diferenças”, ao que sua resposta foi: “*ah, eu acho que foi tudo, né? (risos)*”.

“Eu enterrei o meu marido numa terça-feira, quando foi na quarta, eu já tive que ir com o dono das apostilas olhar os pontos de venda (...)

Era muito sofrimento, sabe, todo mundo me perguntava o que eu ia fazer com a minha filha, mas eu ainda não sabia direito se eu ia com ela lá pra casa dos meus pais, ele moram lá em Barreiras, ou se eu ficava sozinha mais ela aqui (...)

Aí, foi que eu vi que eu ia precisar de um carro, só que eu não sabia dirigir (risos) (...) Foi o primo do meu marido que me ajudou a escolher o carro, eu disse pra ele que queria um carro de até 5 mil e ele achou esse (...) Mulher, eu fiz as aulas, tirei a carteirinha (de motorista), mas cadê a coragem pra dirigir? Eu ficava com a carteira o tempo todo na bolsa e esse primo era que dirigia pra mim (...) Depois de 2 anos, eu tava tomando o meu café, aí eu pensei ‘mas, meu Deus, isso não é possível, que medo é esse? Será que eu vou ficar a vida toda esperando quem venha dirigir meu carro?’ Aí, eu até tremia, mas foi, eu peguei a chave e entrei no carro sozinha e isso era uma 7 da manhã. Pois eu fui sozinha lá pra banca (risos). Olha, eu tava morrendo de medo, né, mas ainda bem que era cedo ainda e não tinha trânsito, eu fui bem devagarzinho assim por trás (...) Foi umas duas semanas desse jeito, eu saindo 7 e meia de casa e voltando da banca quando dava 4 horas porque o trânsito era pouco. Aí, depois, eu me acostumei. Isso foi em, eu lembro que foi em setembro, aí, em julho do outro ano, eu botei minha filha e minha prima no carro e eu fui que dirigindo até Barreiras (risos). Todo mundo se admirou, tu tinha que ver (...)

Hoje, é diferente com meu marido em casa. Como assim, com o primeiro, se ele tomava um copo d’água, pois, ó, ele deixava o copo em qualquer lugar e hoje eu não aceito mais isso, eu que não vou ficar correndo atrás da outra pessoa (...) Eu, também, fiquei muito tempo sozinha, só eu e a minha menina, e o que pedia pra Deus era um companheiro, alguém que aparecesse pra me ajudar também. Eu ajudando ele e ele me ajudando. Aí foi, se você chegar na minha casa, você vai ver, tem dia, que quando eu chego, ele já fez a janta. Ou então, ele tá fazendo alguma coisa dentro de casa que já me ajuda (...) Eu não deixo o meu trabalho mais nunca. Eu e ele a gente conversa, tem vez que ele que me ajuda com o material, assim quando o meu dinheiro falta, ele me ajuda (...)” **‘Aurora’ - Planaltina – 39 anos – casada – 1 filha. Grifos meus.**

Os dois artesãos presentes mantiveram-se cada um no seu espaço durante todo o tempo em que estive por lá. Naquele dia, no período de nove a dezessete horas, pude observar que as mulheres circulavam mais entre as tendas e, enquanto esperava pela disponibilidade de alguém para ser entrevistada/o, uma ou outra se aproximava de mim para conversar sobre assuntos variados, diferentemente deles.

A feira surgiu como uma descoberta casual para um dos artesãos. Assim ‘Jorge’ iniciou o seu depoimento, registrando que sendo aquele sábado a sua segunda participação. Aos cinquenta e nove anos, casado e pai de um filho, o entrevistado esclareceu que considerava aquela atividade como uma fonte de rendimentos complementares, pois, além de benefício da previdência, mantinha uma pequena loja de biscoitos de soja.

“Eu já tinha passado por aqui umas duas vezes, aí eu falei com a menina aí (refere-se à coordenadora) e tô aqui, vendo se dá certo. Eu já tinha a carteira de artesanato, mas eu fiquei parado por muitos anos (...)

Antes, eu trabalhava de motorista de van, mas tem 2 anos que eu tô encostado. Mas, eu sou mesmo é eletricitista de profissão desde 72, mas eu quebrei e aí eu tive de me mudar com a minha esposa e meu filho pra um barraco do irmão dela, aí que eu comecei a trabalhar na lotação, mas eu não durei muito tempo nesse serviço. Eu tive que parar com a van, a lotação né, e fiquei em casa encostado só recebendo o dinheiro do INSS, mas eu fiquei ruim com isso, eu quase morri com essa situação e aí que eu comecei a fazer os biscoitos e vender nos colégios (...)” **‘Jorge’ – Planaltina – 59 anos – casado – 1 filho.**

‘Jorge’ relatou que a sua ocupação atual com os biscoitos e o artesanato não haviam provocado mudanças em casa, isto é, ele permanecia responsável pelo sustento e a sua mulher pelos afazeres do lar. O tempo que ele dedicava ao trabalho fora de casa seria a razão para esse modelo de divisão de responsabilidades adotado pelo casal e não, necessariamente, o tipo de tarefa.

“Pra mim, não tem tempo ruim. Eu sou daqueles que levanta é 5 horas da manhã de domingo a domingo. Nessa minha loja de biscoitos, eu faço de tudo, lavo louça, preparo as massas, asso os biscoitos, faço pão também, deixo tudo limpo igual a minha esposa faz lá em casa (...) Quando eu tô em casa, eu vou pesquisar as receitas na internet. Essa saia de latinha (a peça era confeccionada com o fundo de latas de alumínio) foi na internet que eu vi como fazer.” **‘Jorge’ – Planaltina – 59 anos – casado – 1 filho.**

‘Luiz’, comerciante aposentado, integrou-se no grupo desde o início. Revelou conhecer a coordenadora há muito tempo e que, além daquela feira, participava de outras três. Sabendo de sua presença ali desde o início da feira, indaguei-lhe sobre o que pensava acerca do nome do “Projeto Mulher Artesã”. Sua resposta veio acompanhada de uma gargalhada:

“Eu achei beleza! Eu não achei ruim não. Tem até uma camiseta com esse nome que tem dia que eu uso.” **‘Luiz’ – Planaltina -65 anos – casado – 3 filhas/os.**

Quando lhe pedi que falasse um pouco mais sobre a sua participação no projeto e explicasse por que considerava “beleza” o nome, o entrevistado informou que, tanto naquela quanto nas outras feiras, trabalhava em parceria com a mulher que era a principal responsável pela produção das peças (tapetes de retalho). Tempos atrás, quando comercializava produtos variados no Setor Comercial Sul, no Plano Piloto, ele havia se inteirado sobre a realização de cursos de capacitação pela Casa do Artesão. Vislumbrando uma nova atividade, teria proposto à mulher que participasse de algum curso. Desde então, teriam definido as atribuições de cada um/a. Perguntei-lhe se a mulher, também, comparecia às feiras, ao que ele respondeu que os cuidados com a filha pequena com quatro anos seria um impedimento à participação frequente da mulher na etapa de vendas.

“Ela é que faz (os tapetes) e eu vendo (...) Ela, vem de vez em quando, tem uns 3 sábados que ela tava aqui, mas é melhor ela ficar em casa com o neném, é que nós tamos criando uma menina de 4 anos, aí fica mais fácil pra ela (...)

Eu sou aposentado e com dinheiro da aposentadoria eu compro os tecidos, mas é ela que escolhe (...)

Eu botei ela pra fazer o curso de costura que aquela Casa do Artesão tinha toda quarta-feira (...) Eu não fiz porque eu nunca levei jeito pra essas coisas (risos), mas ela até que já me ensinou umas coisas e, de vez em quando, eu até ajudo ela em alguma coisa, eu pego pra fazer um acabamento (...)

Nós começamos mesmo foi com o crochê. Um dia, ela me mostrou uma revista e aí eu comprei o material, mas eu não tava levando muita fé que aquilo ia dar certo. Eu disse pra ela que ela não ia conseguir (risos), mas ela aprendeu e aí eu comecei a vender os enfeites de cabelo que ela começou a fazer.” **‘Luiz’ – Planaltina -65 anos – casado – 3 filhas/os.**

As duas últimas entrevistadas, a mais jovem (solteira) e a mais velha (viúva) do grupo, referiram-se ao artesanato como atividade secundária em suas rotinas. ‘Emília’, a mais velha, esclareceu que era professora aposentada e que, também, recebia a pensão por morte do marido. Contou que produzia suas peças como forma de permanecer “ativa” e, com esse intuito, se inscrevia em diversos cursos, inclusive naquele promovido pelo PAB de que participaram as demais artesãs da feira. Sobre seu relacionamento com os filhos, ela afirmou que não eles não teriam aprovado a sua participação na feira.

“Pra te falar a verdade, eles não gostam muito não (...) Eu acho que eles querem chegar em casa e encontrar as coisas prontas pra eles, mas eu não vou abrir mão do artesanato e eu disse isso pra eles (...) Porque não é pelo dinheiro que eu venho pra cá, é pra sair de casa e me comunicar com as pessoas. E eu vou te dizer que, quando eu venho pra cá, eu fico bem igual a como se eu estivesse na missa. Então, eu acho que é melhor eu me manter fazendo algo que deixa bem do que só dentro de casa, né?” **Emília – Planaltina – 60 anos – viúva – 3 filhos.**

Marlene, que tinha dezenove anos, foi a única que hesitou em declarar a idade. Superado o constrangimento inicial, ela disse que se considerava “velha”, pois havia concluído o ensino médio aos dezessete anos e, “apenas” dois anos depois, conseguiu ingressar em uma faculdade. Perguntei-lhe sobre como havia iniciado suas atividades na feira. Ela contou que, ainda criança, aprendeu a bordar com a mãe e que participava de uma associação localizada em outro setor de Planaltina. Até aquele momento, não havia passado por nenhum curso de capacitação e ressaltou que não pretendia manter-se como artesã. Estaria lá provisoriamente, ajudando a mãe com o dinheiro da venda das peças e custeando as despesas de seu curso. Indaguei-lhe sobre a opinião da família acerca dos seus planos e sua resposta ocorreu nos seguintes termos:

“Minha mãe é a primeira a me dizer pra estudar (...) Lá em casa, é só eu, minha mãe e meus irmãos (uma irmã e um irmão) e todo mundo ajuda. A minha irmã mais nova tem 10 anos e ela já sabe fazer algumas coisas, tipo lavar a louça, aí já ajuda (...) No artesanato, ela fica mais olhando mesmo, mas quando é só pra separar semente (pra confeccionar colares e pulseiras), aí ela já faz também (...) O meu irmão, ele é mecânico, mas quando a minha mãe pede pra ele fazer alguma coisa, ele faz (...) Tipo assim, ele ajuda quando tem coisa pra levar da associação lá pra casa, mas ele tem os serviços dele, então ele fica mais por fora (...)

Eu passei no vestibular pra secretariado executivo, mas eu queria fazer mesmo era jornalismo, mas eu tô gostando e levando a sério (...) Foi pelo ENEM que eu fiz, né, e a minha bolsa é de 100%, mas tem as passagens, que pesam, porque todo dia eu vou e volto do Plano. Então assim, eu tenho que trabalhar até a hora que eu já possa começar o estágio, eu já vi que tem vaga de estágio, mas é pra quem já tá mais adiantado no curso (...)

A minha mãe sempre me incentivou a colocar os meus estudos em primeiro lugar, então ela sabe que não quero ficar trabalhando no artesanato toda a vida. Mas sabe o que eu queria fazer depois que me formar? Era ajudar a associação (de artesãs/aos de que participa com a mãe) com a minha profissão. Foi por isso que eu queria fazer jornalismo porque eu ia escrever umas reportagens sobre artesanato e divulgar a associação (...) O curso de secretariado pode ajudar também e eu, também, posso fazer jornalismo depois, né?” **‘Marlene’ – Planaltina – 19 anos – solteira.**

Desde as primeiras informações apresentadas pela coordenadora sobre a composição do grupo, os dados concernentes à participação dos homens foram abordados de maneira menos precisa quando comparados aos que diziam respeito às mulheres. Eles eram cinco, número sete vezes menor do que a quantidade de artesãs e, além disso, recuperando o relato de ‘Dolores’, a frequência à feira não seria uma certeza; as/os integrantes às vezes compareciam, outras vezes, não. Somada a essa indefinição haveria, com base nos depoimentos das/os entrevistadas/os, uma discordância, entre trabalhadoras e trabalhadores, no tocante aos *deveres tipicamente femininos e masculinos* dentro e fora de casa. Ou seja, enquanto as cinco entrevistadas mencionaram mudanças observadas no interior do lar, relacionando-as co a sua ocupação rentável (no caso da artesã mais jovem, a escolaridade *soou* mais fortemente como fator desencadeante das mudanças), para os artesãos, a distribuição das tarefas remuneradas e domésticas, em função do gênero, seria uma questão *menos problemática* do que para as suas colegas. Pelo menos, não teria instigado a curiosidade deles para as diferenças atinentes às relações familiares, antes e depois da feira, conforme expresso pelas entrevistadas.

Em face das distinções observadas entre *as* e *os* profissionais do grupo de Planaltina, o enfoque deste trabalho atém-se, como no caso das participantes do PTEM e do *Com Licença*, à explicação proposta por Scott (1990) para as relações de gênero como o sistema de distribuição desigual de poder ente homens e mulheres em sua experiência da realidade social. Além disso, nesta perspectiva, a articulação de gênero, poder e desigualdade, elaborada por

Scott (*ibid.*) alinha-se ao conceito de divisão sexual do trabalho na proporção em que esse, de acordo com Kergoat, D. (2009; 2010) e Hirata & Zarifian (2009), também, trata da *organização hierarquizada* dos significados de feminino e masculino.

Ao examinar a situação das trabalhadoras, no final da primeira década do século XXI, Kergoat, D. (2010) conclui que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, paradoxalmente, não refletiriam a reformulação da divisão sexual do trabalho. A afirmação da autora de que “tudo muda, mas tudo permanece igual” seria o resultado da confrontação das relações sociais de gênero em contextos diferentes, porém interrelacionados, isto é o domínio público (escolaridade, profissão) e o domínio privado (família). Em seu ponto de vista, se o aumento da presença de mulheres em postos de trabalho pago, bem como a ampliação de anos de estudo não haviam reconfigurado a distribuição de responsabilidades dentro da família, em um movimento recíproco, o imaginário vinculado às relações familiares operariam como fatores limitantes da equidade de gênero no mundo do trabalho.

Evocando os enunciados de Kergoat, D. (*ibid.*), no âmbito das interações *das* e *dos* colegas da feira em Planaltina, entre si e com a família, as atividades domésticas e as atividades remuneradas se constituiriam como domínios “entrecruzados”. Logo, a organização do grupo decorreria da influência mútua entre espaço doméstico e espaço público, seria o resultado de conflitos entre iniciativas políticas (formais e informais) sensíveis ao gênero e condutas que remontariam à dominação masculina. Somente à primeira vista, a organização daquele grupo pareceria mais favorável às artesãs por serem a maioria, por estarem na liderança e pela representação no nome *Projeto Mulher Artesã*. Considerados isoladamente, esses aspectos não esclarecem a ocorrência das tensões referentes à conciliação dos espaços - *casa* e *feira* – a partir da ótica das trabalhadoras e dos trabalhadores. A esse respeito, elas destacaram uma série de transformações atinentes à autopercepção e a como avaliavam a visão de outras pessoas acerca de si, ao passo que os artesãos elaboraram a sua fala, caracterizando a sua experiência na feira como mais uma modalidade de trabalho entre outras que já haviam exercido. Por exemplo, não obstante a companheira de ‘Luiz’ produzisse os tapetes, o acordo do casal seria que a prática do artesanato não implicasse o afastamento da mulher dos cuidados com a filha, enquanto ele seria o responsável pela negociação dos produtos no espaço público.

A sentença “tudo muda, mas tudo permanece igual” seria uma explicação plausível para o aparente posicionamento dicotômico produção/reprodução, entre os artesãos e suas

companheiras, evidenciado no depoimento dos entrevistados. ‘Luiz’ e ‘Jorge’ estariam situados no espaço público, se não exclusivamente, ao menos, de maneira predominante. Para esse último, tarefas como lavar vasilhas, varrer o chão e cozinhar assumiriam características distintas, dependendo do espaço em que ocorressem; na feira, fariam parte do seu trabalho, mas em casa, não. Ambos declararam-se genuinamente interessados em contribuir com o Projeto Mulher Artesã, solidarizando-se com o objetivo das suas colegas de se emanciparem. Contudo, a configuração das relações familiares caracterizaria a posição ocupada por aqueles dois profissionais como uma contradição ao intento de estabelecer interações equânimes com as artesãs. De imediato, “tudo muda, mas tudo permanece igual”, no sentido de manutenção da divisão sexual do trabalho, na medida em que as profissionais do artesanato, diferentemente dos colegas, não estariam liberadas das tarefas domésticas. A necessidade de conciliação do tempo gasto com os cuidados da família e com o artesanato, imposta a elas, limitaria a força política daquele grupo em sua intenção de promover a autonomia econômica das participantes. Consequentemente, por não conseguirem colaborar com rendimentos para o custeio das despesas familiares, elas teriam menores chances de negociar, em condições de igualdade/ poder, a distribuição das responsabilidades inerentes a cada gênero.

Conforme o entendimento de Scott (1990), as relações sociais de gênero seriam permeadas por disputas e conflitos, a tal ponto de garantir o potencial de transformação/subversão dos papéis feminino e masculino. Por esse viés teórico e partindo da observação do grupo de Planaltina, ousaria complementar a análise de Kergoat, D. (2010) quanto aos “entrecruzamentos de desigualdades” atinentes à inserção das mulheres no mundo do trabalho e à divisão sexual do trabalho, isto é, não obrigatoriamente “tudo muda, mas tudo permanece igual”. Teria havido algumas mudanças, ou sinalizações nessa direção, no domínio das relações familiares daquelas artesãs. Exceto a mais jovem, as demais trabalhadoras relataram alguma resistência dos companheiros e/ou filhos (houve uma ênfase a eles) a sua ocupação na feira. Até aquele momento, elas afirmaram enfrentar os *fatores limitantes* tratados no parágrafo anterior, porém, ao se manterem persistentes quanto ao desenvolvimento do seu trabalho com o artesanato, *novos hábitos* foram instaurados na rotina da família. O compromisso com o preparo das refeições e administração da casa, assumido pelos maridos de ‘Dolores’, ‘Aracy’ e ‘Aurora’, quando elas estivessem envolvidas com o grupo; a incumbência de arrumar os próprios quartos, aceita pelos filhos de ‘Emília’; e mesmo o incentivo da mãe de ‘Marlene’ para que ela priorizasse a formação acadêmica em detrimento

das tarefas domésticas poderiam ser interpretados como indícios da constituição dinâmica do gênero, ou seja, da ambivalência acompanhada da possibilidade de mudança presente nas relações entre mulheres e homens.

5.4 - Trabalhadoras do Projeto Mulher Artesã e suas interações com o Estado em comparação com as participantes do PTEM e do *Com Licença*

Embora as primeiras integrantes do Projeto Mulher Artesã tenham se aproximado enquanto participavam de um curso promovido pelo PAB, segundo disseram ‘Dolores’ e ‘Aracy’, o apoio do Estado disponível até então teria sido insuficiente para atender as necessidades do grupo. No tocante à capacitação do PAB, ainda conforme os depoimentos, aquela experiência serviu como oportunidade para que as trabalhadoras se conhecessem. Quanto ao objetivo da capacitação de incentivar o desenvolvimento local, por meio da autonomia econômica das participantes, este foi pouco ignorado por elas. Elas não se reconheceram como beneficiárias de políticas públicas, de maneira que, no seu ponto de vista, aquela foi uma dentre outras tentativas malsucedidas de aproximação com o Estado, visando a uma assistência contínua.

“Se foi uma política, olha, eu vou te contar que foi muito superficial, porque parece que eles, assim, é tudo muito focado dentro do seu gabinete e a vida real é muito diferente. Parece que eles vêm muito na ficção e não como é na vida real. Eu acho assim, que pro curso servir pra comunidade mesmo, eles tinham que conhecer a realidade da comunidade, ver o que a comunidade precisa porque, no fundo, se você parar pra pensar, o que a gente sente, o que a gente tá sentindo nesse momento, igual a gente fez cooperativismo, associativismo (refere-se aos módulos do curso), eles vem com uma visão diferente da nossa realidade. Porque quem faz um pós-doutorado, uma coisa, não conhece o que a gente tá passando, não conhece a nossa realidade, não sabe o que que é vir pra cá e ver a violência, ver a droga, você perdendo jovens, né, que, hoje, você tá perdendo jovens pro crack. Você coloca uma aula de futebol e você para de fazer uma aula porque você não tem uma bola. Então, são muitas dificuldades que a gente vê e quem dá o curso não percebe essa realidade (...) Parece que dão o curso por dar e daquilo ali você não vê... (pausa) ações. Agora assim, o curso é bom? É bom sim, a gente acaba aprendendo, a gente acaba vendo o nosso valor, desenvolve muita coisa, mas fica só com você, porque se você fica esperando que o governo venha lhe dar fortalecimento, esse fortalecimento não vem. Se você não se esforçar e você não se envolver mesmo, você morre naquilo que você fez (...) porque não adianta você trazer curso se a gente não ter capital de giro, tá. Os bancos continuam muito burocráticos porque se você vai pegar um negócio, você tem que ter um avalista, você tem que comprovar a renda (...) Igual a linha de crédito que eles oferecem, tipo o Banco do Brasil, esse BRB e os outros eles te pedem que, se você vai fazer um grupo de 5 pessoas pra você pegar crédito, além daquelas mulheres tarem com o nome limpo, você tem que ter uma pessoa que te avaliza. Então, se você precisar de mil reais pra você aplicar no seu produto, você não consegue porque, se você não tiver um avalista, você não consegue uma linha de crédito.” **‘Dolores’ – Projeto Mulher Artesã – Planaltina – 45 anos – casada – 2 filhos.**

‘Dolores’ e ‘Aracy’ identificaram-se como as responsáveis pela coordenação da feira, de forma que, por essa razão, ambas circulariam mais frequentemente pelo espaço político oficial do que as/os demais artesãs/ãos. Sendo conhecedoras do modo de funcionamento da Administração Regional e do CRAS, as duas entrevistadas criticaram a prestação de serviços sociais pelo GDF e também os órgãos promotores dos cursos de capacitação para o trabalho. Ainda assim, o estabelecimento de parceria com o Estado surgiu diversas vezes na sua fala como um anseio de todo o grupo. A partir do que relataram, o Projeto Mulher Artesã poderia ser compreendido como um meio de realização dos interesses individuais de suas/seus envolvidas/os e, também, de beneficiar a comunidade. A decisão de abrir o espaço da feira, para a participação dos homens, seria reflexo da finalidade, acalentada no planejamento do grupo, de promover o benefício coletivo. Na percepção das coordenadoras, a feira se caracterizaria como um potencial instrumento político cuja concretização seria dificultada, naquele momento, pelo Estado, em razão das divergências políticas locais e pelas diferenças de tratamento da Administração Regional com os setores da cidade-satélite.

“Eu fui muitas vezes lá no CRAS com a ‘Dolores’ e nunca disseram nada disso pra gente, não (refere-se ao PTEM e ao *Com Licença*). Se teve alguma coisa, ficou por lá porque na Vila Buritis não chegou nada.” ‘Aracy’ – **Projeto Mulher Artesã – Planaltina – 41 anos – casada – 2 filhos**

“Aqui em Planaltina sempre foi assim: vermelho e azul (...) Eu acho que a Vila Buritis é discriminada porque a comunidade não é vermelha. A gente virou o gueto, o pessoal pensa que lá (a feira ficava no centro de Planaltina, mas elas moravam na Vila Buritis) só mora bandido. Até a polícia quando vai lá, já chega na repressão, sabe. Se você tem um carro novo...(pausa) como o meu irmão que chegou lá na rua, foi na semana passada, com um carro novo, você precisava ver, o policial parou ele e só revirar o carro de cima a baixo(...)

Eu chamei o “Balanço Geral” porque a gente teve 12 assassinatos, nesses mês, hum, o posto policial não dá socorro e o comandante da polícia achou ruim na hora que a televisão chegou, mas o que a gente vai fazer?” **Dolores – Projeto Mulher Artesã – Planaltina – 47 anos – casada – 2 filhos**

Dadas as circunstâncias citadas pelas artesãs, o grupo teria desenvolvido alternativas com vistas a promover as melhorias sociais que julgava necessárias. Ao se aperceberem de sua capacidade de idealizar e conduzir pequenas iniciativas, como a reforma da quadra esportiva e a ministração de aulas de artesanato para outras mulheres, as coordenadoras revelaram o desejo de permanecer autônomas, não se submetendo a qualquer instituição. Quanto a essa aparente contradição, haja vista reivindicarem o apoio da Administração Regional, entendi que, embora considerassem necessária a ajuda do governo, a sua intenção

seria manter-se desvinculadas das vertentes partidárias da localidade (os “azuis” e os “vermelhos” a que ‘Dolores’ referiu-se).

“A gente viu que dá pra gente se empoderar sem a ajuda do governo e outra, eu mesma aprendi que hoje eu posso fazer alguma coisa que o governo não pode. (...) O que a gente quer é o governo seja nosso parceiro e que a gente seja parceiro também. Porque pode acontecer do governo querer assumir o seu projeto, aí ele cede água, cede banheiro químico, mas se o governo local for embora, o seu projeto morreu, você não tem base, você não tem futuro, você dependia em tudo do governo. E as coisas não podem ser assim. Você tem que ter a participação do governo, como seu parceiro, mas você tem que ser autossustentável, pra quando o governo for embora, você ficar, ter condição de andar com os seus pés.

(...)

Esses dias mesmo, a gente fez uma reunião e chamamos uma empresa pra fazer uma reforma na quadra. Não ficou como a gente queria, mas dá pra gente fazer um futebol aqui com as crianças. É pouco ainda, mas foi a gente que conseguiu tudo isso (...)

Já apareceram umas pessoas aqui que acham que a gente recebe dinheiro, que tem recursos pra dividir, vem que vem toda interessada. Só que quando descobre que não é assim, aí desaparece (...)

Eu te digo assim, olha, o que nós queremos é fortalecer as mulheres pra elas viverem do seu artesanato, só que a gente não tá conseguindo apoio pra isso, não (pausa). Eu não sei onde é que tão essas coisas aqui em Planaltina. ” **‘Dolores’ – Projeto Mulher Artesã – Planaltina – 45 anos – casada – 2 filhos. Grifos meus.**

“Quando a gente foi buscar alguma alternativa pras as meninas, lá no CRAS, a conversa que a gente ouviu foi tipo que a gente tinha que entrar com a cara e a coragem... (pausa) aí, assim a gente já vive, né. Então, não dava pra gente abraçar mais uma causa, como eles queriam lá, e sobrecarregar o nosso lado. E olha que, mesmo assim, nós continuamos ensinando o artesanato pras mulheres que passam pelo problema de violência (atendidas pelo CRAS). A gente não tem o dinheiro nem da passagem, a gente não tem nada. E toda quarta feira, a gente vai porque, é como eu digo pra ‘Dolores’, a gente tem que passar por isso mesmo e ajudar as outras que precisam(...)

Eu acho que a gente não conseguiu mostrar pra comunidade o nosso trabalho, muito pela falta de recurso, né. Não tem carro de som. Uma vez, a gente até chamou um rapaz pra cantar aqui e aí encheu essa praça.

Foi um tiro no pé porque quando as pessoas chegaram, chegaram uns políticos aqui, eles queriam era só saber quem tava por trás da gente. Chegou um político aqui de Planaltina e me disse ‘isso aqui é uma mina de ouro’(...)

Mas a gente sabia que só tinha conseguido fazer alguma coisa porque a ‘Dolores’ e eu tinha feito um bazar, por isso, a gente tinha um fundo de caixa. Aí que eu disse vamos chamar um cantor pra animar, pra atrair... (pausa) alguma coisa, né”. **‘Aracy’ – Projeto Mulher Artesã – Planaltina – 41 anos – casada – 2 filhos. Grifos meus.**

Em face das considerações das trabalhadoras de Planaltina sobre a sua relação com o Estado, o contexto vivenciado por essas artesãs *não beneficiárias de programas de governo* não se diferenciaria tanto daquele referente às participantes do PTEM e do *Com Licença*. No caso das participantes dos dois Programas de Trabalho, a interlocução entre elas e as instituições responsáveis pelas ações teria ocorrido mediante uma dinâmica ambivalente de articulação de seus interesses. Como expressão dessa realidade, os discursos mantidos pelas participantes e pelas entidades ora evidenciaram estar em sintonia, ora, em conflito. Isto é,

inicialmente, a promoção de conhecimento com a finalidade de viabilizar a autonomia econômica das mulheres, por meio do empreendedorismo e da inserção no mercado de trabalho, seria interesse comum de todas/os as/os agentes situadas no espaço interacional do PTEM e do *Com Licença*. Todavia, os discursos se tornaram divergentes à medida da confrontação das expectativas das mulheres capacitadas, para empreender e para trabalhar em ocupações diversas, com as pretensões dos agentes institucionais restritas à execução daqueles programas. Em outras palavras, elas teriam nutrido a aspiração de que houvesse encadeamento entre o conteúdo, voltado para as questões de gênero, apresentado nos cursos e o apoio político e financeiro para as suas iniciativas.

Com relação às trabalhadoras do Projeto Mulher Artesã⁹, por elas não se considerarem beneficiárias de programas de governo, não se poderia falar de um espaço interacional institucionalizado equivalente ao do PTEM e do *Com Licença*. No entanto, há que se levar em conta que teria sido por meio de sua passagem pela capacitação do PAB, cuja importância foi diminuída em suas declarações, que as idealizadoras da feira teriam conseguido identificar interesses semelhantes entre si, justificando a sua união. Sob esse aspecto, os objetivos do Estado e das artesãs de Planaltina são convergentes, pois o discurso de *universalidade* oficial do PAB¹⁰ previa, como resultado desejável, a concretização de iniciativas “dos artesãos” credenciados. Em contrapartida, o distanciamento e o conflito entre as perspectivas das trabalhadoras e do governo se acentuariam em razão de fatores alheios e sobrepostos às questões de gênero. Isto é, as desavenças partidárias locais, não imediatamente inscritas no debate sobre desigualdades de gênero, seriam um empecilho para o desenvolvimento das ações planejadas pelo grupo.

Ao depararem com dificuldades em sua interlocução com o Estado, o grupo de Planaltina posicionou-se como agente protagonista tanto no que tange a própria consolidação quanto na criação de alternativas que pudessem atenuar a carência de serviços públicos da comunidade a que pertence. As integrantes da feira estabeleceram um relacionamento de solidariedade que se manifestava no auxílio mútuo, no empréstimo das tendas de umas às outras e no investimento de recursos próprios para a realização de eventos. Naquele momento, elas buscavam pressionar o seu ingresso no espaço político institucional que lhes era

⁹ Sem esquecer a presença masculina no grupo de Planaltina, a feira Projeto Mulher Artesã foi concebida como uma ação encabeçada por mulheres nas *reuniões sabatinas* realizadas na garagem da casa da coordenadora.

¹⁰ Na seção 5.8., é possível verificar a composição do discurso da Secretaria de Trabalho do GDF, a SETRAB, acerca do credenciamento e capacitação das/os profissionais do artesanato.

inacessível até então, chamando atenção para a sua presença na praça mediante sua estratégia de autogestão.

Quanto à interação das participantes do PTEM e do *Com Licença* com o Estado e seus parceiros institucionais, devem ser diferenciados dois segmentos:

- a) Aquelas que se efetivaram como empreendedoras informais: Gama - ‘Simone’ e ‘Joana’/Feira das Mulheres Empreendedoras do Gama; Samambaia - ‘Jovelina’ e ‘Ivone’/confeção D’Boche; ‘Nara’/banca na Feira da Praça do Relógio; Taguatinga - ‘Bárbara’/banca na Feira dos Goianos; Bethânia/ salão de cabeleireira.
- b) As que não estavam à frente de nenhum empreendimento nem exercendo trabalho remunerado: Ceilândia – ‘Leila’; Gama – ‘Rosa’; Taguatinga – ‘Clara’.

Na primeira categoria, as trabalhadoras avaliaram de maneira *compartimentada* a experiência nos Programas: demonstraram apreço pelo conhecimento adquirido nos cursos BPW, SEBRAE (PTEM) e entidades parceiras da SEDEST (*Com Licença*), mas expressaram críticas severas em relação à ausência de continuidade das ações do governo para além dos cursos de capacitação e demais eventos (oficinas e palestras). Já as mulheres que, naquele momento trabalhavam apenas em casa, também elogiaram o conhecimento dos cursos e registraram a sua vontade de que mais cursos lhes fossem oferecidos.

As empreendedoras declararam ter começado a interpelar o Estado, de modo que suas queixas fossem contempladas como questões políticas. Pensando nas atividades dessas mulheres nos moldes de (micro)espaços interacionais com vistas a promover a emancipação de suas integrantes, foram observados os seguintes encaminhamentos:

- i) Gama – o grupo discutia seus planos em reuniões realizadas no CRAS, contando com o apoio regulamentar e extra-regulamentar da técnica designada para acompanhar as “mulheres empreendedoras”. A formalização da Associação das Mulheres Empreendedoras do Gama era a principal meta das trabalhadoras que, enquanto se esforçavam nesse sentido, promoviam feiras mensais ou bimestrais nas imediações do CRAS.
- ii) Samambaia – o grupo tinha como sede o ateliê montado na casa de uma das integrantes. Na confeção D’Boche, trabalhavam 5 mulheres e 1 homem. Em dezembro de 2011, já haviam registrado a sua inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e tentavam agendar reunião com alguém que respondesse pelo SEBRAE e que as instrísse sobre acesso ao crédito.

Também moradora de Samambaia, ‘Nara’ administrava a sua banca de artesanato na feira mensal realizada na Praça do Relógio. Embora não participasse de nenhum grupo, naquele período, disse ter interesse em provocar as colegas da feira a buscarem juntas melhores condições de trabalho (ampliar a frequência para semanal).

iii) Taguatinga – ‘Bárbara’ mantinha a sua banca na Feira dos Goianos e participava assiduamente das reuniões do Paif¹¹ realizadas no CRAS, local a que se referia como sua principal fonte de apoio.

‘Bethânia’ trabalhava como cabeleireira, no salão que montou em casa, e também participava das reuniões no CRAS. Considerava as políticas dirigidas às mulheres empreendedoras um reflexo da preocupação do Estado com a qualificação dos/as possíveis prestadores/as de serviços durante a realização da Copa do Mundo, no Brasil, em 2014. Seriam ações de governo pontuais e, segundo afirmou, não acreditava que as mulheres da comunidade conseguiriam modificar essa realidade. Ela relatou que frequentava as reuniões para justificar a concessão da bolsa do *Com Licença*, mas reconhecia que, ao encontrar-se com as demais beneficiárias do Projeto, tinha a oportunidade de conversar sobre os próprios problemas e de aconselhar as companheiras. Ou seja, em sua perspectiva, havia uma relação de solidariedade entre as beneficiárias que não instigada pelas ações do *Com Licença*, mas sim pelas afinidades partilhadas entre as participantes mediante sua comunicação informal.

As trabalhadoras do Projeto Mulher Artesã de Planaltina, todas empreendedoras responsáveis cada uma por sua banca e pelo êxito da feira como um todo, representadas pelas coordenadoras, seguiam criando estratégias de aproximação com o governo local. Suas ações consistiam de iniciativas planejadas, a exemplo do ensino do artesanato às mulheres em situação de violência atendidas pelo CRAS e da reforma da quadra esportiva do setor onde moravam, e de ações circunstanciais mais imediatas como a *ocupação* da Administração Regional em prol da permissão para o uso da praça.

Há que se registrar que duas participantes do PTEM e do *Com Licença*, dentre as *não-empreendedoras*, nas entrevistas, enfatizaram prioridades de outras ordens que não a profissional, e disseram que pretendiam permanecer ocupadas com a família naquele momento. A terceira *não-empreendedora* não havia encontrado nenhum emprego depois de

¹¹ Trato dos objetivos do Paif - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família no capítulo 4.

participar dos cursos de capacitação. As três consideraram-se satisfeitas no que dizia respeito à prestação de serviços públicos.

Diante desse quadro social analisado, evoco as considerações de Paoli e Telles (2000) sobre as estratégias engendradas pela sociedade civil com a finalidade de alardear suas reivindicações e de impulsionar o diálogo com o Estado e outros agentes detentores de poder, a exemplo do mercado. Para as autoras, tal dinâmica dariam forma ao “espaço público informal”. Marcada pela “descontinuidade” e pela “pluralidade”, a noção de espaço público informal, a meu ver, assemelha-se com a definição de “contrapúblicos” de Fraser (1999). Em ambos os conceitos, a diversidade é assinalada como valor que permearia as ações dos segmentos sociais interessados em se estabelecer na esfera pública/espaço político oficial. No bojo dos “contrapúblicos”, a condição de subalternidade experimentada pelas/os suas/seus componentes seria o *elemento deflagrante* da formulação e circulação de discursos contestatórios da ordem estabelecida, ou seja, da lógica da dominação.

Paoli e Telles (*ibid.*) entendem, ainda, que, no espaço público informal, os/as agentes em interação, antes de atrair visibilidade para as suas demandas, elaborariam uma consciência própria acerca do seu *status* de cidadania. Portanto, a exigência desses/as agentes por inserção nas instâncias de poder oficial estaria arraigada no discernimento de “direito a ter direito” que os/as alçaria à posição de iniciar conflitos, de contrapor seus interesses àqueles em consonância com a “cultura política dominante”.

Tanto as artesãs de Planaltina quanto as participantes do PTEM e do *Com Licença* (as que se efetivaram como empreendedoras) referiram-se às ações do Estado, intercalando descontentamento com o alcance e eficácia das políticas públicas e expectativa de que a sua realidade se transformasse positivamente mediante aquelas mesmas políticas. Aparentemente contraditório, o ponto de vista expresso pelas entrevistadas, naquele momento, apontava para a ambivalência que, a meu ver, permeava a dinâmica entre o seu espaço de socialização (os grupos formados oficializados ou não), de um lado, e o Estado e seus parceiros institucionais de outro. Isto é, uma articulação de interesses nos moldes da relação entre espaços públicos formais e informais concebida por Paoli e Telles (*ibid.*). A interação dessas trabalhadoras, seja nos grupos que buscavam formalizar-se como associação, seja na socialização das reuniões promovidas pelas unidades do CRAS, também poderia ser compreendida como a reunião de sujeitos sociais circunstancialmente desfavorecidos com vistas a sua autoafirmação, fortalecimento e promoção de mudanças. Aqueles espaços de compartilhamento de

experiências íntimas/familiares e/ou de trabalho se constituiriam como espaços destinados ao questionamento da violência doméstica, das aspirações frustradas, das desigualdades de gênero, da condição de subalternidade de suas participantes. Nesse sentido, os depoimentos ora amargurados ora esperançosos, colhidos nesta pesquisa, seriam fragmentos de “contradiscursos” segundo o conceito de Fraser (1992) e as suas atividades seriam a corporificação de embates (ou de intenções de iniciá-los) em prol do seu reconhecimento e inscrição no espaço público (FRASER, 1992; 2002).

6 - Considerações Finais

Antes de sintetizar os resultados deste trabalho, devo reiterar que a sua finalidade não foi apresentar um esquema explicativo com generalizações totalizantes sobre a realidade das trabalhadoras assistidas por políticas públicas. A pesquisa debruçou-se sobre as aspirações *significantes* que motivaram e sustentaram as interações no âmbito do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher e do Projeto Com Licença, Eu vou à Luta: quais seriam os sentidos das categorias gênero, desenvolvimento, autonomia das mulheres, papel da mulher e outras nas discursividades articuladas nos diversos espaços de interação. Com esse propósito, mantive a ideia de “articulação” como referência às dinâmicas partilhadas por grupos de mulheres, Estado e outros atores no contexto em que os direitos sociais tornaram-se, oficialmente, a prioridade na agenda política do governo federal. Ou seja, interações entre agentes diversos/as no momento e no espaço político em que noções de cidadania (relacionada com participação democrática), inclusão social, justiça social, equidade, política social, entre outras, tornaram-se (ou fortaleceram-se como) princípios do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil expresso como desenvolvimento socioeconômico ou como desenvolvimento sustentável.

A minha pretensão como pesquisadora situada numa área de interseção teórica (desenvolvimento e gênero) foi captar, o mais profundamente, e compreender elementos constituintes do fenômeno analisado (interações decorrentes de dois programas de trabalho implementados no DF). As explicações aqui propostas devem ser julgadas como esforço analítico que visa à introdução entrecruzada de elementos atinentes a campos distintos entre eles. Isto posto, novamente, a noção de “articulação” serve como referência à interface entre os campos teóricos feminista e do desenvolvimento. Este trabalho buscou estabelecer o diálogo e/ou de identificar relações dialógicas já firmadas entre o referencial teórico e metodológico de pesquisas, de um lado, sobre o desenvolvimento entendido como processos sociais, ideologia, estratégias políticas de intervenção no cotidiano de determinados grupos e, de outro, acerca das desigualdades entre os gêneros, da condição de subordinação feminina (ainda) vigente nos mais variados setores da sociedade, dos valores culturais na base (ou por trás) do fenômeno da disparidade entre mulheres e homens também no mundo do trabalho.

Nos estudos sobre desenvolvimento, a questão da participação (democrática) diz respeito, basicamente, à sociedade civil a partir de uma abordagem mais ampla dos interesses públicos/coletivos. É uma teorização que, geralmente, focaliza o embate dos interesses dos

segmentos sociais com os do Estado, do mercado e/ou de outros possíveis agentes, mas sem, necessariamente, aprofundar-se no “imaginário” que situa as posições, as funções, as ocupações adequadas a cada um dos gêneros.

O pensamento feminista, por sua vez, “força” sua entrada e sua presença na produção de conhecimento sobre os processos/estratégias/ideologias do desenvolvimento, defendendo como questão primordial a distribuição e o acesso ao poder mediante a perspectiva das relações sociais de gênero que se dão, tradicionalmente, de maneira hierarquizada.

Em se tratando do alinhamento teórico, o termo “articulação” compreende, portanto, a interrelação tensa entre gênero (feminismo) e desenvolvimento (concepção canônica das ciências sociais). Sob esse aspecto, uma grande dificuldade (talvez, a maior) na realização desta pesquisa e na elaboração desta dissertação foi alcançar aquilo que seria um ponto de equilíbrio, de modo que as habituais considerações depreciativas (acusações) sobre os estudos feministas como, apenas, ativismo/militância fossem evitadas e, na outra ponta, a reflexão sobre o gênero se estendesse para além de modelos explicativos baseados em dicotomias (natureza/cultura; produção/reprodução; privado/público).

6.1 - Espaços interacionais constituídos pelo PTEM e pelo *Com Licença* e sua dinâmica de enclave

A partir da análise das ações das instituições responsáveis pela implementação do PTEM e do *Com Licença*, constatou-se que, desde o nível de idealização inicial dos programas até o nível do acompanhamento presencial das beneficiárias, ambas as iniciativas constituíram espaços de interação mantidos em uma *dinâmica de enclave*. Novamente, de volta à ilustração do bordado, do mesmo modo como funciona aquela peça denominada bastidor, as instâncias do governo federal, das organizações parceiras, do CRAS e das mulheres participantes, embora distintas entre si, apresentam elementos que se *interpenetram*.

No primeiro momento, o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (ou, simplesmente, PTEM) materializou o objeto de investigação porque reunia os elementos atinentes às interações entre as agentes trabalhadoras/empreendedoras/beneficiárias de serviços sociais (mulheres), o Estado e entidades da sociedade civil que se mantêm em interlocução com o(s) discurso(s) internacional de desenvolvimento sensível à questão da igualdade social. O PTEM oferecia, portanto, o espaço político institucionalizado de iniciativas e da relação de interesses diversificados referentes ao incentivo à autonomia das mulheres e de geração de renda/ promoção de desenvolvimento local mediante a inserção das

beneficiárias do programa na economia, isto é, incentivando suas atividades remuneradas. A delimitação do programa no Distrito Federal justifica-se pelo tempo de duração do mestrado. Uma pesquisa que abrangesse mais localidades (os outros 4 estados e suas dezenas de municípios) onde o programa foi implementado demandaria mais tempo do que dispunha para mapear, contatar e ir ao encontro das/os entrevistadas/os.

O Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta veio à tona com os depoimentos coletados no trabalho de campo. No ponto de vista das beneficiárias atendidas pelo CRAS, o Com Licença dava continuidade às ações do PTEM, que foi encerrado em 2010, e apresentava a novidade/vantagem da bolsa de R\$ 415. Para as agentes públicas (SEDEST e CRAS), haveria uma distinção “radical” entre as duas iniciativas referente a sua origem (SPM no primeiro caso, GDF no segundo), implicando em valores e condutas, também, diferentes.

O Projeto Mulher Artesã foi incluído como parte do objeto de análise em razão das interações comunitárias. Isto é, por meio das considerações das trabalhadoras daquele grupo a respeito das dimensões da sua realidade (profissão e família), a pesquisa poderia alcançar de forma mais nítida o(s) significado(s) de um espaço político informal constituído por mulheres trabalhadoras/empendedoras (e homens).

Figura nº 9 - Bordado de Labirinto¹



Fonte: Blog <http://clariceveras.files.wordpress.com/2008/12/labirinto.jpg> (reprodução do original)

¹ A figura acima retrata um tipo de bordado denominado Labirinto. Na página da internet “olhar de aprendiz”, a arte é descrita como “sofisticada e de tramas complicadas”. Os meandros que compõem as imagens, nesse modo de bordar, assumem formas que intercalam preenchimento e vazio, presença e ausência de tecido, estando aí a autoexplicação de seu nome. Tanto o aspecto quanto a descrição do bordado labirinto poderiam ilustrar, metaforicamente, as interações atinentes ao Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher - PTEM e do Projeto Com Licença, Eu Vou à Luta no tocante às diferentes condições de atuação das/os agentes envolvidas/os. Endereço da página eletrônica “olhar de aprendiz”: <http://olharaprendiz.com.br/projeto/2010/01/de-onde-vem-o-tradicional-o-labirinto-cearense>.

O problema referente à realidade social circunscrita aos dois programas desdobrava-se em:

- i) examinar a constituição do espaço político oficial, a sua origem, suas bases e seus direcionamentos; e
- ii) verificar se a interlocução entre os/as agentes envolvidos/as com os Programas se manteria preservada em todos os níveis de interação.

Ambas as questões foram encaminhadas, em alinhamento com a perspectiva dos estudos de gênero, de modo a incidir nas desigualdades entre mulheres e homens assentadas na lógica da dominação masculina. Portanto, compreender a realidade atinente às duas iniciativas selecionadas, necessariamente, perpassaria as posições hierarquizadas de gênero tanto no mundo público do trabalho quanto no espaço privado das relações familiares. Isto é, quais seriam as influências mútuas exercidas entre esses dois domínios? Teria havido empecilhos à consolidação das participantes dos Programas como mulheres de negócios, como trabalhadoras?

Quanto às instituições, elas teriam conseguido receber e dispensar um tratamento uniforme às participantes dos Programas? E, para além disso, a experiência teria sido avaliada como suficiente para inserir as participantes no mundo do trabalho/ negócios de modo que alcançassem a condição de autonomia?

Para responder as questões acima, os procedimentos consistiram em levantamento e análise de documentos, inicialmente, e entrevistas orientadas por um roteiro semi-estruturado em assuntos atinentes a cada segmento de agentes².

Vimos que, na avaliação dos parceiros institucionais, não se detectou consenso quanto aos Programas. Nesse aspecto, refiro-me a *diferentes graus de envolvimento* com as ações do PTEM e do Com Licença verificados junto às entidades responsáveis por sua execução. Esses graus de envolvimento explicam as diferenças entre os acordos travados oficialmente e as divergências preservadas fora das dinâmicas das reuniões e demais eventos públicos.

² Conforme descrito na introdução, os direcionamentos do roteiro apontavam para

i) beneficiárias: rotina anterior, durante e posterior à participação nos programas (organização do tempo e tarefas, convívio familiar); autopercepção anterior, durante e posterior à participação nos programas; perspectivas e desejos (motivaram a participação nos programas ou surgiram como resultado da experiência); avaliação dos programas: atuação dos parceiros institucionais e de sua própria atuação como agente.

ii) instituições: contextualização da interlocução com a SPM e demais entidades; incorporação da perspectiva de gênero; condições de atuação (autoavaliação das dificuldades, êxitos e desafios); avaliação dos programas e da atuação dos parceiros.

Segundo o discurso oficial, tanto do PTEM quanto do Com Licença surgiram como ações com o objetivo claro de contribuir com a promoção da autonomia das mulheres mediante ações de capacitação. Ao entrar em contato com o conhecimento oferecido nos cursos, elas, pressupostamente, estariam aptas a ingressar no mundo do trabalho, gerando a própria emancipação e contribuindo com o desenvolvimento local. Porém, no espaço das interações institucionais, as concepções referentes aos interesses e capacidades das beneficiárias e o tratamento oferecido a elas variou conforme a sensibilidade de cada instituição com as temáticas de gênero.

Isto posto, a SPM (governo federal) justifica as diretrizes das suas iniciativas voltadas para o mundo do trabalho, sendo o PTEM uma delas, nas lutas do movimento feminista e outros movimentos de mulheres no Brasil em prol da institucionalização de suas demandas. O compromisso do corpo técnico da secretaria demonstrado nas etapas de elaboração e execução do PTEM refletiria a consolidação do feminismo como movimento social e campo teórico, fomentando a reflexão a respeito das relações de gênero na sociedade (no mundo do trabalho e na organização da família) e ensejando práticas políticas sensíveis à questão das desigualdades entre mulheres e homens trabalhadoras/es. A SPM mantém-se como órgão governamental constituído por (ex)integrantes de movimentos sociais e estudiosas de temáticas perpassadas pelo gênero, contando com a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que é composto pela sociedade civil.

Quanto ao entrecruzamento de gênero e desenvolvimento, o discurso atinente à promoção da autonomia das mulheres, que assumiu a dimensão de tema da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, norteando também as discussões sobre gênero na Rio +20, fundamentou a efetivação do subcomitê dos assuntos de gênero no âmbito da Agenda Nacional de Trabalho Decente em 2011. A partir de 2012, a Organização Internacional do Trabalho - OIT torna-se uma forte interlocutora internacional da SPM na formulação de discursos, expandindo a sua parceira para a implementação de ações que visam ao apoio das (micro)empreendedoras, de maneira que elas possam efetivamente contribuir com o desenvolvimento local.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres contribui para que espaço político brasileiro se consolide como espaço de emancipação (PINTO, 2010) de coletividades outrora subordinadas e excluídas conforme (FRASER, 1999, 2002). O espaço político deve ser concebido no plural, pois existem diferentes níveis e setores. A distinção entre as perspectivas

da SPM e do MTE quanto ao conteúdo de gênero, nos programas sob sua responsabilidade, exemplificam essa multiplicidade/segmentação de instâncias.

Entre as instituições parceiras da SPM, na implementação do PTEM, as noções de gênero variam, bem como a capacitação para intervir na realidade de subordinação vivenciada especificamente pelas mulheres. As suas considerações revelaram um posicionamento *flutuante* diante do objetivo de promover a emancipação das beneficiárias. Oficialmente, todos confirmaram-se como colaboradores, todavia, divergências foram preservadas na perspectiva de cada um.

A SETRAB foi identificada como o caso mais drástico, no sentido de manter uma conduta distinta do discurso do Programa. O órgão quase não produziu registros sobre a sua participação no PTEM e, internamente, pouco divulgou as ações do Programa haja vista a dificuldade com que a sua representante tratou do assunto durante a entrevista. Além disso, em vez de conferir visibilidade aos aspectos específicos da realidade das beneficiárias, a Secretaria de Trabalho reforçou o seu discurso de atendimento *universalizado* dos artesãos, encobrendo dessa forma dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras no tocante a sua condição de gênero.

A conduta da SETRAB de sustentar a qualquer custo o pressuposto de que, obrigatoriamente, as mulheres participaria da ideia de universal, consiste em um reducionismo da realidade em que os direitos não são se efetivam igualmente para todos os indivíduos. O que se considera padrão e norma contempla prioritariamente as necessidades e interesses de um conjunto de indivíduos em detrimento de outros. Nada mais seria do que uma confusão das particularidades concernentes aos grupos mais fortes com a generalidade coletiva, uma distorção do interesse comum. Em vista disso, minha *aposta* analítica, neste caso, consiste apontar o alinhamento da SETRAB com um ponto de vista, segundo o qual, o mundo do trabalho opera como espaço primordialmente masculino, uma ideia próxima a descaracterização das atividades desempenhadas por mulheres (não-trabalho) proposta por Strathern (2006).

A SEDEST, parceira da SPM na execução do PTEM e responsável exclusiva pelo *Com Licença*, conduziu as ações de ambas as iniciativas sem um discernimento muito claro de quem eram as mulheres selecionadas para participar. Não havia um controle dos dados, conforme registraram suas representantes, e, também, as decisões na secretaria eram tomadas

de maneira centralizada na figura da responsável pela pasta. Os interesses políticos, com vistas à manutenção do poder, teriam sobressaído ao objetivo de prover capacitação profissional às beneficiárias conforme a perspectiva das técnicas entrevistadas. Um outro aspecto diz respeito à sobrevalorização da noção de pobreza, pelo órgão, quando comparada à questão da desigualdade de gênero. A consequência desse fato se expressa, nos termos da portaria de instituição do *Com Licença*, em que as atividades empreendedoras que o projeto objetivava fomentar prioritariamente seriam aquelas que não *prejudicassem o papel de mãe*, isto é, trabalhos que não exigissem o afastamento das mulheres do espaço doméstico. Tratava-se, portanto, de uma perspectiva segundo a qual bastaria a constatação de que a pobreza estende-se a todos/as e, nesses termos, o gênero seria uma questão acessória.

BPW e SEBRAE, por vezes, pareceram manter-se contrapostos. A primeira, ao estabelecer o formato dos cursos, enfatizou assuntos pertinentes à rotina doméstica das beneficiárias, aludindo a como elas poderiam conciliar a sua presença em casa com o desenvolvimento de trabalhos remunerados. Também, sob a condução da BPW, assuntos atinentes à condição de subordinação feminina, como violência doméstica e baixa auto-estima devido à pouca escolaridade, por exemplo, foram incluídos no módulos de capacitação. No entanto, o estímulo à solicitação de financiamento para a concretização das atividades empreendedoras das beneficiárias foi, deliberadamente, um assunto pouco abordado sob a justificativa de receio da entidade de que as participantes se expusessem ao risco de não conseguir honrar a dívida.

O SEBRAE manteve o foco na capacitação para o empreendedorismo, incluindo a questão do crédito. Contudo, na base de sua conduta há uma tipologia, por gênero, das atividades empreendedoras. Os empreendimentos administrados por mulheres se caracterizariam pela feminilidade de suas responsáveis, diminuindo o seu potencial de rentabilidade. A atuação do SEBRAE focalizou o compartilhamento de experiências bem sucedidas entre mulheres, de maneira a atenuar as desigualdades entre elas e os empreendedores no que tange à quantidade de iniciativas e ao caráter empreendimento por necessidade (subsistência, menos rentável), habitualmente a cargo das mulheres, e empreendimento por oportunidade (maior grau de planejamento e estabilidade), mais comum entre os homens.

O seu discurso centralizava o empreendedorismo como sustentáculo de seu desenvolvimento. Todavia, diferentemente, da BPW, o SEBRAE pouco tocou nas

especificidades da dimensão da vida cotidiana das mulheres que, no caso das beneficiárias, diziam respeito à situação de pobreza e de poucos anos de estudos. Desta maneira, entre o aparato teórico referente com a qualificação para o empreendedorismo e as condições efetivas de amparar o público atendido pelo SEBRAE, havia um *gap*, um hiato entre a capacitação de monta para o mundo dos negócios e a abertura restrita da instituição às mulheres capacitadas.

Mais uma crítica que se pode fazer ao SEBRAE refere-se a sua concepção de qualidades exclusivamente femininas não acaba reproduzindo a lógica de *dicotomização* dos gêneros. Quando afirma que os empreendimentos gerenciados por mulheres são “pequenos negócios e empresas familiares”, qual a correspondência desse fato com o estilo visto como *homogêneo* das empreendedoras (sensibilidade, conciliação, gerenciamento participativo, preocupação com a comunidade)? Se o ponto de vista consistir em que os negócios tendem a ser pequenos e familiares porque as mulheres, necessariamente, seriam sensíveis, conciliadoras e solidárias, resvala-se na restrição das empreendedoras a determinados tipos de negócios, neste caso, obrigatoriamente menores e familiares. Em última instância, assim como na tradicional divisão público/ privado, a organização hierarquizada do mundo dos negócios confirmaria as diferentes aptidões de homens e mulheres decorrentes do *sexo*, isto é, de sua constituição biológica antes de qualquer conformação cultural.

Comparando os casos do *Programa Rio* e do PTEM no DF, o IBAM não conseguiu consolidar no Distrito Federal, assim como ocorreu no Rio de Janeiro, um contexto de operação compartilhada do Programa entre as instituições e as próprias beneficiárias. Com base no levantamento de documentação e a partir do que expressaram as técnicas do CRAS e as mulheres participantes nas cidades-satélites, no DF, não se constituíram grupos na quantidade e com a consistência daqueles que surgiram no Rio de Janeiro. Mesmo a confecção D’Boche que, entre as entrevistadas, surgiu como uma iniciativa empreendedora conjunta, era anterior ao Programa e enfrentava a total ausência de apoio às atividades *pós-PTEM*.

As unidades do CRAS se caracterizaram como um espaço intermediário entre os demais agentes institucionais e as beneficiárias dos Programas. Na sua instância de atuação, o fator mais decisivo sobre a forma de acompanhamento das trabalhadoras/ empreendedoras, para além das designações oficiais, consistiu na determinação pessoal de cada técnica. No caso do Gama, a técnica responsável, declaradamente entusiasta das causas das mulheres, liderava extra-oficialmente a formalização de uma associação de artesãs composta pelas

beneficiárias dos Programas. Também, por sua iniciativa, realizavam uma feira mensal não prevista nas diretrizes do PTEM ou do *Com Licença*. Nas outras unidades, o grau de envolvimento entre técnicas e participantes variava, contudo todas as entrevistadas referiram-se ao CRAS como um espaço de acolhimento e de estabelecimento de relações de amizade e solidariedade.

As variadas experiências e percepções declaradas nas unidades do CRAS reforçaram os depoimentos da SEDEST. Deparei, nas cidades-satélites, com unidades relativamente autônomas no tocante ao direcionamento das ações do PTEM e do Com Licença e aos significados atrelados a ambas as iniciativas. No Gama, a sensibilidade para as desigualdades de gênero da técnica responsável pelo acompanhamento das “mulheres empreendedoras” contribuiu para o diferencial dessa cidade-satélite em relação às demais (realização da feira mensal e mobilização para a formalização da cooperativa). Nas demais unidades, observadas as variações entre elas, prevalecia a conduta conforme a política social em voga, isto é de ouvir e de intervir dentro dos limites do regimento, o que ocasionou alguns relatos de frustração das técnicas em Samambaia, Taguatinga e Planaltina.

Em seus relatos, as beneficiárias dos programas, destacaram família e trabalho remunerado, relações conjugais, cuidados com as/os filhas/os, religiosidade, possibilidade de superação de traumas, afetos e perspectiva de lucros foram elementos abordados sem fronteiras muito nítidas entre eles. Os programas surgiram de maneiras as mais diversificadas entre as entrevistadas (por acaso, iniciativa de algumas delas, mediante o convite de outras, por meio da divulgação das técnicas do CRAS).

A experiência da participação também ocasionou percepções próximas, em alguns aspectos, isto é, na valorização de todas a respeito da oportunidade de aprender sobre informática, planejamento estratégico, sobre como lidar com eventuais situações de violência doméstica, além de poder interagir (e confraternizar) com outras mulheres com histórias diferentes (ou não) e perspectivas semelhantes (ou não).

Quanto à avaliação da incidência dos programas na sua realidade, as dicotomias referentes aos espaços público e privado, à divisão sexual do trabalho vieram à tona em minha análise como possíveis explicações para o descontentamento manifestado pelas entrevistadas com a mudança provocada pelos programas na sua vida profissional aquém de suas expectativas.

O discurso de emancipação das mulheres vinculado aos programas restringiu-se a abordagens de motivação para o mundo público do trabalho e do empreendedorismo que, efetivamente, segundo a perspectiva das beneficiárias não se abriu para elas (com a concessão de crédito ou com a assessoria técnica). A elas coube persistir, intuitivamente, na conciliação das atividades domésticas e remuneradas na garagem de alguém e/ou nas reuniões do CRAS.

Na perspectiva das trabalhadoras do Projeto Mulher Artesã (as não-beneficiárias), o trabalho surge como estratégia de ocupação produtiva improvisada diante da ausência de apoio político institucional. Além disso, a atuação delas vinha contribuindo para atenuar a ausência de serviços sociais na localidade. Se o CRAS não promovia atividades direcionadas para as mulheres atendidas depois de passar por situação de violência doméstica, as integrantes do projeto estavam lá às quartas-feiras, ensinando técnicas de artesanato e, também, buscando apoio na iniciativa privada para reformar a quadra esportiva do bairro e para a compra de computadores para a sala de uso comunitário.

Nas interações desse grupo de trabalhadoras, em sua maioria, e de poucos trabalhadores entre si e com o governo local e outras entidades, aspectos que dizem respeito à ressignificação dos espaços público e privado, no sentido da superação das dicotomias público/masculino e privado/feminino, bem como da divisão sexual do trabalho, nos termos de funções reprodutivas/não-remuneradas/domésticas/cuidado/femininas e produtivas/públicas/remuneradas/masculinas foram evidenciadas de forma mais contundente do que entre as participantes do PTEM e do Com Licença.

6.2 - Perspectivas e desafios decorrentes da articulação de gênero e desenvolvimento

Ao tentar conjugar gênero e desenvolvimento, no sentido de produzir contribuições mútuas, esta análise dos aspectos concernentes ao PTEM e do Com Licença buscou destacar a questão do acesso ao poder, na forma das posições assumidas pelas beneficiárias no espaço doméstico, e também na sua interlocução com as instituições responsáveis pelos Programas. Por este viés, a divisão sexual do trabalho se constituiria em categoria fundamental tanto para entender a hierarquização das relações de gênero quanto para compreender o reconhecimento desigual vivenciado pelas coletividades (neste caso, as aspirantes a empreendedoras/trabalhadoras) no espaço público.

Isto posto, ante a confrontação do contexto do PTEM e do Com Licença com a perspectiva de como as mulheres se inscrevem no desenvolvimento, temos um quadro em que a distinção entre as noções WID e GAD não poderia ser considerada como totalmente resolvida. Vimos que até os anos 1980, conforme aventado por autoras/es como Rathgeber (1990); Escobar (1995); Machado, L.M.V. (1997), Simião (1999), Ferreira (2004) e Parpart (2008), ao se pensar na *presença feminina*, no planejamento do desenvolvimento, descortinavam-se práticas políticas permeadas pela lógica dicotômica e hierarquizante de ordenamento dos papéis sociais atribuídos a mulheres e homens. A partir da década seguinte, com a maturação da perspectiva das relações sociais de gênero, as mulheres seriam sujeitos de ação, agentes de transformação da realidade no contexto das políticas que visassem ao crescimento econômico. A realidade nos espaços de interação dos dois Programas de Trabalho investigados evidencia que coexistem, até o presente momento, as duas orientações (WID e GAD) concernentes a como o desenvolvimento se incorpora os interesses e necessidades das mulheres. Em vista desse fato, competiria problematizar-se a possibilidade de que tal combinação de tendências sinalize uma terceira ou mais do que uma nova forma de conceber a incorporação do gênero no desenvolvimento.

De toda maneira, assim como nos estudos anteriores em que este trabalho se apoia, pensar na articulação dos dois conceitos implica em realçar o caráter ambivalente das relações sociais de modo geral. Logo, no que tange à perspectiva feminista, a divisão sexual do trabalho, inerente à conciliação do tempo entre atividades remuneradas e domésticas/ não-remuneradas das beneficiárias do PTEM e do *Com Licença*, segue como realidade vivenciada, todavia submetendo-se à incidência de questionamentos acarretados pelo contato dessas

mulheres com os conteúdos de gênero e pelo compartilhamento de experiências entre elas mesmas.

Quanto à interlocução travada entre as entidades responsáveis pelos Programas de Trabalho e as beneficiárias, verifica-se uma tendência de ressignificação do espaço político formal mediante o reconhecimento dos interesses das trabalhadoras/ empreendedoras. Essa realidade, todavia, foi constatada em graus de consolidação diferenciados. Isto é, a interlocução mais fluida/fácil entre as mulheres e as instituições é condicionada, em parte, pela sensibilização ao gênero dessas últimas. As iniciativas orquestradas pelas trabalhadoras/empreendedoras, tanto pelas participantes dos programas de governo quanto pelas não-participantes, também tem desempenhado alguma influência (limitada, porém significativa) na forma como as instituições recebem as suas demandas.

Utilizei a ilustração do “bordado labirinto” como referência à formação e ao funcionamento dos espaços constituídos pelos programas PTEM e Com Licença e, também, pelas dinâmicas do grupo de Planaltina com seus interlocutores. Com essa ilustração, quis realçar a compreensão das iniciativas analisadas (formais - PTEM; e Com Licença e informal - Projeto Mulher Artesã) como espaços constituídos mediante condutas, apesar de claramente orientadas a partir e para o valor da igualdade de gênero, ambivalentes e contraditórias. Isto é, oficialmente, é desejável e até considera-se como realidade concreta a superação da dominação masculina, da organização social em conformidade com princípios patriarcais, todavia, quando se lança o olhar sobre casos como o PTEM, Com Licença, Projeto Mulher Artesã, as condições desvantajosas enfrentadas pelas trabalhadoras, quando comparadas às dos homens, ainda são facilmente perceptíveis.

A realidade das garagens utilizadas como salões de reunião e oficina de costura, das madrugadas pós-jantar-servido-e-louças-devidamente-arrumadas, das bonecas confeccionadas na ante-sala da sede das administrações regionais indicam que há um descompasso entre o discurso mantido no nível da SPM, numa ponta, no que tange à inserção das mulheres no mundo do trabalho e a sua autonomia, e a efetivação das ações desde a instância de suas parcerias com diferenciados graus de familiaridade com a temática de gênero até a base que é a experiência das trabalhadoras participantes (e das não-participantes) das iniciativas políticas.

A respeito do entrecruzamento dos discursos, com base naquilo que observei, a articulação entre gênero e desenvolvimento pode referir-se a uma idealização, no sentido de uma utopia mesmo, de análise da realidade e de crítica dirigida aos fatos observados, pode ter

um teor prescritivo, isto é, ser uma diretriz de como o planejamento político deve(ria) ocorrer, ou ainda ser usada de forma meramente pragmática entre outras possíveis elaborações e funções.

No caso do PTEM e do Com Licença, o caráter da interrelação entre gênero e desenvolvimento dependia do/a agente narrador/a e de seus/suas interlocutores/as circunstanciais. A SPM, quando interagia com seus parceiros institucionais, narrava gênero e desenvolvimento (autonomia das mulheres) como diretriz/prescrição, mas quando a secretaria se refere às diferenças entre suas ações e às do MTE, gênero e desenvolvimento assume a função de crítica.

Os agentes institucionais IBAM, SEBRAE e BPW já reconheciam a validade do discurso gênero e desenvolvimento antes da participação no PTEM devido as suas interlocuções internacionais ou mesmo com a SPM anteriores ao programa. Diante das críticas feitas pelas participantes, a narrativa dessas entidades sobre o tema teria mais um valor pragmático. O discurso gênero e desenvolvimento seria o meio dos agentes institucionais preservarem a sua influência no espaço da política institucional.

A atuação do governo local evidenciou, a meu ver, usos também relacionais dessa narrativa, pois, se por um lado, a oficialização da parceria das duas secretarias do GDF com o PTEM foi imprescindível para garantir a visibilidade e repercussão das ações do programa no DF, por outro, pode ter sido conveniente para a gestão política da ocasião vincular sua imagem à proposta de melhores condições de trabalho para as mulheres do PTEM e do Com Licença como foi possível verificar nas páginas pessoais de determinadas figuras políticas. Quanto às participantes e às não-participantes do PTEM e do Com Licença, gênero e desenvolvimento surge como utopia, mas também e mais frequentemente, como denúncia das desigualdades, como crítica àquilo que elas consideraram imposturas e/ou contradições nas iniciativas políticas e como demanda em prol dos seus interesses.

6.3 - Apontamentos para futuras agendas de pesquisa a partir deste trabalho

Repetidas vezes, aludi às dificuldades de empreender um estudo que se pretendia (pretende) como um enfoque de interface de duas perspectivas, a saber gênero e desenvolvimento. Um exemplo inspirador observado, durante este *percurso analítico*, foi o de Maria Luisa Heilborn (2003) e sua tentativa de articulação do saber antropológico e, mais especificamente feminista, com as ciências da saúde na abordagem da sexualidade. Guardadas

as distinções entre o intuito daquela e o deste trabalho, ambas as propostas teóricas de compreensão da realidade depararam com dificuldades de situar o seu objeto num local de interseção entre dois campos.

Pensar na tentativa de articulação de gênero e desenvolvimento, em que consistiu a análise dos aspectos pertinentes aos programas de trabalho PTEM e Com Licença, Eu Vou à Luta, poderia ser traduzido pela expressão de Heilborn (*ibid.*) de “estranha no ninho”. Isto é, quando uma linha de reflexão não é totalmente familiarizada com os elementos que atinem à outra.

Postas as dificuldades analíticas de como lidar com as relações de gênero, no contexto de programas de trabalho circunscritos no discurso de promoção do desenvolvimento, reitero que este trabalho, desde as primeiras inquietações mais gerais até a construção do objeto de pesquisa e incursão no campo empírico, constituiu-se uma proposta de introdução. Isto é, a sua finalidade era que, de um lado, em vista dos resultados alcançados, aspectos intrínsecos à ordem política e econômica dos processos de desenvolvimento passassem a ter, na ótica feminista, um ponto de partida definido no tocante às relações de gênero no mundo do trabalho. De outro, que a dimensão cultural acoplada à lógica da dominação masculina se tornasse um elemento mais nítido, no desenho dos programas de trabalho, no ponto de vista dos estudos sobre desenvolvimento.

Considerando os esclarecimentos obtidos referentes ao contexto delimitado do PTEM e do *Com Licença*, há que se assinalar que os elementos que vieram à tona não equivalem à totalidade de aspectos que poderiam e deveriam ser alcançados. Retomando, novamente, a ilustração tomada de empréstimo do universo das artesãs, o bordado, os pontos e a trama dizem respeito a esse desvelamento apenas parcial que uma análise da estatura deste trabalho seria capaz de realizar. Reconheço, portanto, diante da constatação de *inacabamento*, próprio do fazer científico, a necessidade de as políticas formuladas para o público-alvo composto pelas mulheres trabalhadoras/empreendedoras seja explorada a partir de outros pontos de vista e aprofundada nos aspectos aqui tratados.

Novas inserções no espaço interacional dos programas direcionados às trabalhadoras/empreendedoras poderiam *esgarçar*, ainda mais, o *tecido preso ao bastidor*. Ou seja, poderiam ser investigadas as interações entre as instituições promotoras dos cursos de capacitação e o GDF, enfatizando-se as “negociações de gabinete”, conforme referiram-se as representantes da SEDEST. Desta maneira, talvez, a forma de incorporação da perspectiva

de gênero, pelo governo local, torne-se mais clara no tocante aos conflitos ideológicos e políticos que suscita e de onde emana.

Outra questão que merece uma abordagem específica são os desdobramentos, no nível da interlocução do governo federal/SPM com a OIT, a partir da oficialização, em 2011, e efetivação, em 2012, do Subcomitê de Igualdade de Gênero do Trabalho Decente. Cumpre verificar como ocorrerá a articulação da *expertise* em trabalho daquela agência de cooperação com os espaços de interação amplo, médio e pequeno, conforme os *aros de bastidor* apresentados neste estudo.

Por fim, a questão dos espaços de interação das trabalhadoras/empreendedoras entre si e a sua consolidação como espaços políticos informais ou como contrapúblicos que lutam por reconhecimento, também, poderia ser acompanhada no tocante aos desdobramentos das estratégias formuladas pelas trabalhadoras.

Referências

Referencias teóricas e acadêmicas

ABRAMO, Laís. **Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária?** In: HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p. 21 – 41.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: _____ (Orgs). **Cultura e política nos movimentos latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. cap. 1.

ALVAREZ, Sonia. A ‘globalização’ dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs). **Cultura e política nos movimentos latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. cap. 10.

_____. et al. **Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos**. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BANDEIRA, Lourdes. Divisão Sexual do Trabalho – práticas simbólicas e práticas sociais. In: SIQUEIRA, Deis *et al.* **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. p. 155 – 176.

BARRETT, Michèle. **As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea**. Rev. Estud. Fem., 1999, vol.07, no.01-02, p.109-126

BARRETO FILHO, H.Trindade. **Os Predicados do Desenvolvimento e a Noção de Autoctonia**. Campo Grande: Tellus, 2006.

BECKER, Howard S. **Segredos e truques de pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d’Água, 2003. cap. 1, 4 e 5.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho das Mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995**. São Paulo : FCC/DPE, 1998.

CAPPELLIN, Paola. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise de emprego: territórios e fronteiras entre público e privado. In: ARAUJO, Clara & SCALON, Celi (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. cap. 9.

_____. Política de igualdade de oportunidades: grandes empresas no Brasil e na Europa (1996-2006). In: COSTA, Albertina de Oliveira et al (Orgs.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008. p.125-140.

CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “A Categoria de ‘desordem’ e a pós-modernidade na antropologia”. **Sobre o Pensamento Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

_____. **O lugar (e em lugar) do método**. Série Antropologia. 190. Brasília, 1995. 14 p.

CORRÊA, Mariza. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal**. In: *Cadernos Pagu*. n.16; 2001. p. 13-29.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero, Nitéroí*, v. 5, n. 2, p. 09-35, 2005.

_____. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana et al (Orgs.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. p. 51-82.

COUTINHO, Renata Buarque Goulart; MACEDO-SOARES, Teresia Diana L. v. A. de; SILVA, José Roberto Gomes da. Projetos sociais de empresas no Brasil: arcabouço conceitual para pesquisas empíricas e análises gerenciais. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, Oct. 2006 .

CRUZ, Sebastião Velasco. Parte 3: Processos nacionais e sistema-mundo. In: _____. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Ed. Unesp, 2007

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. . In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 39-53.

DURHAM, Eunice. Família e Reprodução Humana. In: DURHAM, Eunice et al. **Perspectivas Antropológicas da Mulher 3**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A. , 1983. p.13-44.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering Development : the making and unmaking of the third world**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1995.

_____. Anthropology and Development. **International Social Science Journal**. 49. 1997, p.497-515.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.) **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig. **Habermas and the public sphere**. Cambridge, Massachussets, and London, England: The MIT Press, 1992. p.109-142

_____. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra. (Orgs.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC. 2002. cap. 2.

GEERTZ, Clifford: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989 .

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRÖNROOS, C. **Marketing, gerenciamento e serviços: a competição por serviços hora da verdade**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila Estudos de gênero no Brasil. In MICELI, Sérgio (org). **O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)**. **Sociologia**. São Paulo: Ed. Sumaré/ANPOCS/CAPES. 1999, vol. II, pag. 183-222.

HEILBORN, Maria Luiza. **Estranha no ninho: geração, tempo e sexualidade**. In: VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (orgs.), Pesquisa Urbana: desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2003.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos Pagu**. n.17, -18 Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. p. 139-156.

_____. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena & SEGNINI, Liliana (Orgs.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p. 89-108.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de Trabalho. In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. pp. 251 – 255.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. In: **Novos Estudos - CEBRAP** nº. 86. São Paulo, Mar. 2010. pp. 93 – 103.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de gênero. In: HIRATA, Helena *et al.*(Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 67 – 75.

KERGOAT, Prisca; PICOT, Geneviève; LADA, Emmanuelle. Ofício, Profissão, “bico”. In: HIRATA, Helena *et al.*(Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 159 – 166.

LAUTIER, Bruno. Desenvolvimento. In: HIRATA, Helena *et al.*(Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp.53 – 58.

MACHADO, Hairam. **PSEG, substantivo comum de dois gêneros**: uma análise da implementação do Programa de Equidade de Gênero do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO. Monografia de Graduação. Brasília. Departamento de Antropologia/ Instituto de Ciências Sociais/ Universidade de Brasília – UnB. 2011.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 24-38.

_____. **Campo Intelectual e Feminismo**: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero. Brasília, Série Antropologia, 1994, p.1-28.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **Setor Informal e Gênero: uma discussão conceitual e o caso da região metropolitana de São Paulo**. Relatório de Pesquisa nº 31. São Paulo: EAESP/FGV/NPP - NÚCLEO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES. 1997.

MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p.13-46.

MANNHEIM, Karl. “Ideologia e Utopia”. In: _____. **Ideologia e Utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. cap. 2.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. **Em defesa da política**. Sao Paulo: Ed. Senac, 2001.

PARPART, Jane L. et al (Orgs.) **Perspectives on Gender and Development**. Ottawa, ON, Canada: The International Development Research Centre, 2000.

_____. Who is the ‘Other’? A Postmodern Feminist Critique of Women and Development Theory and Practice. In: **Development and Change**. Volume 24, Issue 3, July 1993, Pages: 439–464.

PIETERSE, Jan N. My paradigm or yours? Alternative development, post-development, and reflexive development. In: **Development and Change**, 29. 1998. p. 343 – 373.

_____. Participatory democratization reconceived. Futures. Institute of Social Studies. Netherlands. 2001.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. São Paulo. Ed. Perseu Abramo, 2003

_____. **Feminismo, História e Poder**. In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010

RATHGEBER, Eva M. Mujer en el Desarrollo, Mujer y Desarrollo y Género y Desarrollo: Tendencias en La Investigación y la Práctica. In: **The Journal of Developing Areas**, 1990.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. In: **Série Antropologia 123**. Brasília: UnB/DAN. 1992.

SAFFIOTTI, Heleieth. A ontogênese do gênero. In: STEVENS, Cristina & SWAIN, Tânia (Orgs.). **A Construção dos Corpos**. Perspectivas Feministas. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2008. p.149 – 182.

SANTOS, Myriam Sepúlvida. *Integração e diferença em encontros disciplinares*. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** Vol. 2 ° 65. Outubro de 2007.

SARTI, Cynthia. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil**: o que ficou escondido. In: XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), Chicago, Illinois, 1998.

_____. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre. v.16 n.2, p. 5 – 22, jul/dez. 1990.

SIMIÃO, Daniel. **Um conceito itinerante: os usos do gênero no universo das Organizações Não-Governamentais**. Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 1999.

SOARES, Vera. A construção da cidadania fragilizada da mulher. In: SÃO PAULO. Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher. EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria.Especial da Mulher, 2003.

_____. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

STOLCKE, Verena WOLFSON, Leandro. La "naturaleza" de La nacionalidad. In: **Desarrollo Económico**, Vol. 40, No. 157 (Apr. - Jun., 2000). p. 23-43

_____. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. In **Estudos Feministas**, UFSC, 14(1). 2006. p.15 – 42.

STRATHERN, Marilyn. **O Gênero da Dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

TEDLOCK, Dennis. **A tradição analógica e o surgimento de uma antropologia dialógica**. Anuário Antropológico 85. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

WEBER, Max. A ‘objetividade’ do conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: **Metodologia das Ciências Sociais**, Parte 1. 4ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001

_____. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da Sociologia Compreensiva, Vol. 1. Brasília: Editora da UnB, 2004

VARIKAS, Eleni. Universalismo e Particularismo. In: In: HIRATA, Helena *et al.*(Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 266 – 270.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Gender and Nation**. London: Sage Publications, 1997.

Referências institucionais do campo pesquisado

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa Pró-Eqüidade de Gênero: Oportunidades iguais. Respeito às diferenças.** Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **2º Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Com todas as mulheres, por todos os seus direitos.** Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS – AMB. **Políticas Públicas para a igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente.** Secretaria Executiva da AMB – Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – Brasília: CFEMEA, 2011.

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Os direitos das mulheres na legislação brasileira pós-constituente.** Brasília: LetrasLivres, 2006.

FERREIRA, Virgínia. A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da Silveira (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero.** São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM/ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM. **Guia para a implementação do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher.** Rio de Janeiro: IBAM; Brasília: SPM, 2008.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. **Relatório de Atividades 2007.** Rio de Janeiro: IBAM, 2008.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. **Relatório de Atividades 2008.** Rio de Janeiro: IBAM, 2009.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. **Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher: Relatório Oficina para Gestores 2009**. Rio de Janeiro: IBAM, 2009a.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. **Seminário Trabalho e Empreendedorismo da Mulher: resultados e desafios**. Rio de Janeiro: IBAM, 2009b. Disponível em http://www.pntem.org.br/docs/angela%20seminario_08_06_09.pdf

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. **Relatório de Atividades 2009**. Rio de Janeiro: IBAM, 2010.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. **Relatório de Atividades 2010**. Rio de Janeiro: IBAM, 2011.

Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade - IBQP. **Relatório Empreendedorismo no Brasil 2007**. Curitiba : IBQP, 2008.

Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade - IBQP. **Relatório Empreendedorismo no Brasil 2008**. Curitiba : IBQP, 2009.

Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade - IBQP. **Relatório Empreendedorismo no Brasil 2009**. Curitiba : IBQP, 2010a.

Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade - IBQP. **Relatório Empreendedorismo no Brasil 2010**. Curitiba : IBQP, 2010b.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento** – Brasília: Ipea, 2010.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - MP. **Plano Plurianual 2008-2011**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - Brasília: MP, 2007.

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE. Departamento de Qualificação - DEQ. **Metodologia de diagnóstico de mercado de trabalho e levantamento de demandas de qualificação social e profissional em cadeias produtivas e em arranjos produtivos locais**. Brasília: MTE, 2005.

OIT. **Agenda Nacional do Trabalho Decente**. Brasília: OIT, 2006a.

OIT. **Agenda Hemisférica do Trabalho Decente**. Brasília: OIT, 2006b.

OIT. **Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios**. Brasília:OIT, 2010.

PITANGUY, Jacqueline. **Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil**. Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil, Santiago de Chile,CEPAL, Unidad Mujer y Desarrollo. 2002.

_____. Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil. In: MONTAÑO, Sonia; PITANGUY, Jacqueline; LOBO, Thereza. **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar**. O caso do Brasil. *Serie Mujer y Desarrollo*, 45. Santiago de Chile, junho de 2003.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.**Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008**. Coimbra/Portugal: Edições Almedina, AS, 2007.

Anexos

Quadro 7 - Estrutura temática das edições I e II do PNPM

PNPM I – 2004/2007 – 199 ações	PNPM II – 2008/2011 – 388 ações
Capítulo 1 – Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania	Capítulo 1 - Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social
Capítulo 2 – Educação inclusiva e não sexista	Capítulo 2 - Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não homofóbica e não-lesbofóbica
Capítulo 3 – Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos	Capítulo 3 - Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos
Capítulo 4 – Enfrentamento à violência contra as mulheres	Capítulo 4 - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres
Capítulo 5 – Gestão e monitoramento do Plano	Capítulo 5 - Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão
	Capítulo 6 - Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar
	Capítulo 7 - Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais
	Capítulo 8 - Cultura, Comunicação e Mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias
	Capítulo 9 - Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia
	Capítulo 10 - Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas
	Capítulo 11 - Gestão e monitoramento do Plano
	Capítulo 12 – Previsão orçamentária 2008-2011

Fonte: (Adaptado) Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Relatório Final de Implementação: I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2005 - 2007. Brasília: SPM, 2009. p. 104.

Anexo – II

Quadros referentes ao *Programa Rio*

Quadro 8- Distribuição de responsabilidades no âmbito do *Programa Rio*

Agentes institucionais	Atribuições
SPM	Coordenação “ampla” (iniciativa, oficialização das parcerias), investimento de recursos financeiros, monitoramento e avaliação.
SEBRAE	Promoção de cursos de capacitação, visando à <u>criação de negócios e/ou gerenciamento dos já existentes</u> .
BPW	Promoção de cursos de capacitação, visando à <u>inserção no mercado de trabalho</u> .
IBAM	Coordenação “estrita”, “terra-a-terra” (contato direto e rotina criada com as/os participantes do Programa: agentes institucionais operadores e agentes beneficiárias vistas como potenciais ‘co’operadoras nas redes locais); Capacitação das/os gestoras/es públicas/os locais para lidarem com a questão do gênero no mundo do trabalho.
SEASDH/RJ	Inserção da perspectiva de gênero (e raça) e de “inclusão produtiva com geração de negócios” nas políticas assistenciais disponibilizadas no CRAS. Identificação dos perfis das beneficiárias do Programa, conforme os dois eixos de ação, e encaminhamento destas para o SEBRAE e a BPW.
Banco da Mulher	“Disseminação da adoção de práticas de <u>desenvolvimento local</u> ”: promoção de oficinas acerca do tema <u>microcrédito</u> e sua relação com a <u>inclusão produtiva das mulheres</u> nos municípios onde o Programa foi implementado.

Fonte: Seminário Trabalho e Empreendedorismo da Mulher: resultados e desafios. Rio de Janeiro: IBAM, 2009.

Quadro – 9 - Plano de Atividades *Programa Rio*

Etapa	Atividades
Fase I –Reconhecimento do Universo do Programa	Estudos e levantamentos; Oficinas com gestoras/es públicas/os estaduais; Planejamento das atividades (formulação de material de divulgação; definição de base territorial; identificação de parceiros locais).
Fase II –Ações de mobilização, sensibilização, capacitação e assistência técnica nos dois eixos de atuação	Oficinas com gestoras/es públicas/os municipais; Reuniões de sensibilização; Seminários; Cursos; Oficinas de direcionamento estratégico; Formação de grupos produtivos de mulheres; Formação de empreendimentos; Influir na dinâmica do mercado local; Influir na dinâmica da política local.
Fase III –Consolidação, sustentabilidade e replicação	Reuniões semestrais de avaliação; Reuniões mensais de monitoramento; Acompanhamento dos indicadores do programa.

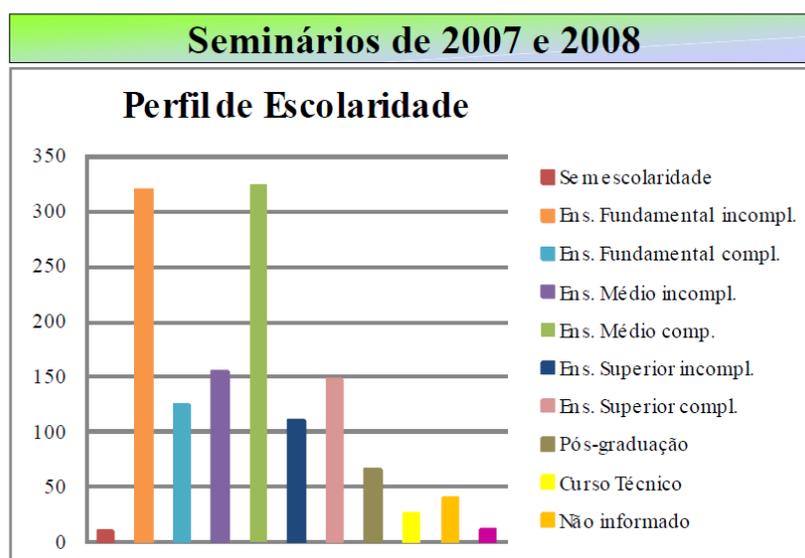
Fonte: Seminário Trabalho e Empreendedorismo da Mulher: resultados e desafios. Rio de Janeiro: IBAM, 2009.

Quadro -10- Perfil das participantes do Programa Rio – dados referentes aos seminários realizados em 2008: 6 seminários/ 941 participantes

Faixa Etária 576 questionários	Menos de 20 anos	20 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Mais de 60 anos	Não informada
	22 3,81%	93 16,14%	224 38,88%	54 9,37%	121 21%	53 9,20%	9 1,56%
Número de filhas/os 801 questionários	0 Sem filhas/os	1 Filha/o	2 Filhas/os	3 Filhas/os	4 Filhas/os	5 a 10 Filhas/os	Não informado
	150 18,72%	134 16,72%	234 29,21%	159 19,85%	48 5,99%	48 5,99%	8 0,99%
Rendimentos 801 questionários	Até 1 salário mínimo	1 a 2 salários	2 a 3 salários	3 a 5 salários	5 a 10 salários	Mais de 10 salários	Não informado
	319 39,82%	129 16,10%	64 7,99%	48 5,99%	42 5,24%	5 0,62%	194 24,21%
Raça/Cor/Etnia 801 questionários	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Não informada	
	8 0,99%	261 32,58%	56 6,99%	325 40,57%	112 13,98%	39 4,86%	

Fonte: Seminário Trabalho e Empreendedorismo da Mulher: resultados e desafios. Rio de Janeiro. IBAM, 2009.

Figura 10 - Perfil das participantes do Programa Rio – dados referentes aos seminários realizados em 2007 2008: 11 Seminários / 1.476 participantes



Fonte: Seminário Trabalho e Empreendedorismo da Mulher: resultados e desafios. Rio de Janeiro. IBAM, 2009. p. 16 (Reprodução do gráfico original).

Quadro -11 – Programa Rio - Resultados alcançados pelas beneficiárias na percepção dos agentes institucionais

Participantes	Destaques
Barra Mansa	<ul style="list-style-type: none"> - Caso individual: participante ampliou sua loja de peças para caminhões. - Caso individual: participante criou empresa familiar, no ramo paisagista. - Grupo constituído: parceria entre a Universidade de Barra Mansa e Associação de Mulheres Empreendedoras de Barra Mansa: treinamento em informática, equipamento e serviço contábil para legalização da Associação.
Campos de Goytacazes	<ul style="list-style-type: none"> Grupo constituído: - compartilhamento de técnicas e formação de monitoras. - início de projeto com reciclagem de bagaço da cana de açúcar: articulação dos discursos de responsabilidade social e preservação ambiental. - parceria com a Universidade Estadual do Norte Fluminense, com vistas a garantir a participação do grupo em evento relacionado com o tema da responsabilidade empresarial.
Itaguaí	Grupo constituído: formação de cooperativa e criação de espaço para exposição dos produtos.
Nova Iguaçu	<ul style="list-style-type: none"> Grupo Constituído: - planejamento para exportação de roupas e jóias produzidas por duas participantes. - organização de evento – Femini – com repercussão no município.
São Gonçalo	<ul style="list-style-type: none"> Caso individual e Grupo constituído: - iniciativa de participante do Programa, catadora de material reciclável no lixão do município. - organização de grupo de catadoras para a produção de bolsas feitas com lixo. - convite para exposição de produtos na Semana de Moda de Londres. Grupo Constituído: - formação da Associação de Mulheres Empreendedoras de São Gonçalo que participa de caminhadas contra violência à mulher no município.
São João da Barra	Grupo constituído: foi o último formado pelo Programa. Até 2009, as ações consistiam na busca de conhecimento e troca de experiências com os mais antigos.
Saquarema	<ul style="list-style-type: none"> Grupo Constituído: - formalização da AMEAS –Associação de Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema. - promoção de palestra, organizada pela AMEAS em parceria com o SEBRAE/RJ e Receita Federal, dirigida aos/às empresários/as locais. Caso individual: - participante do Programa, até então costureira,

	assumiu a administração da loja de confecções da família. Tornou-se secretária de uma cooperativa de mulheres e membro dos conselhos de Saúde e Segurança do município.
--	---

Fonte: **Seminário Trabalho e Empreendedorismo da Mulher: resultados e desafios**. Rio de Janeiro. IBAM, 2009.

Quadro - 12 - Autopercepção das beneficiárias do Programa Rio sobre os resultados de sua experiência

Grupos	Considerações
Grupo Bordando Sonhos/ Campos de Goytacazes	<p>- Resultados obtidos: Elevação da autoestima das participantes; Mudanças ocorridas nas relações familiares; Estímulo ao retorno das participantes à escola; Facilitação do acesso a novas informações, conceitos e valores; Inclusão social através da capacitação para inserção no mercado e trabalho.</p> <p>- Desafios: Manter a coesão do Grupo; Estimular a formação e organização de novos grupos produtivos; Incentivar a formação de uma Cooperativa e conquistar novos mercados.</p>
AME – Associação de Mulheres Empreendedoras da Baixada Fluminense	<p>- Resultados: Identificação de necessidades comuns; União do grupo mediante a realização de “atividades de entretenimento” (bailes, trocas de presentes e outras comemorações – dia das mães, festas juninas etc); Exposição dos produtos em espaços públicos.</p> <p>- Desafios: Solucionar a distância entre as participantes (moram longe umas das outras); Aumentar o nível de comprometimento das participantes; Impedir que divergência de opiniões atrapalhe a concretização dos planos; Sanar a falta de recursos; Superar a resistência às mudanças.</p>
AMESG – Associação de Mulheres Empreendedoras de São Gonçalo	<p>- Resultados: Realização da “Feira de Mulheres Empreendedoras”; Parceria com a Universidade Estácio de Sá de São Gonçalo.</p> <p>- Desafio: Concluir o processo de formalização jurídica da associação.</p>
AMEAS – Associação de Mulheres Acontecendo em Saquarema	<p>- Resultados: Fortalecimento crescente do grupo desde a sua criação em 2005. Reconhecimento, junto à comunidade local, da importância das atividades da AMEAS. Reconhecimento, junto à SPM e seus parceiros, como caso exemplar para a formação de outros grupos e implementação do Programa em outras cidades. Formalização jurídica da Associação e inauguração da sede em shopping de Saquarema.</p> <p>- Desafios: Destaque para o Planejamento Estratégico da Associação e busca de “novos caminhos”.</p>

Fonte: **Apresentação Associação de Mulheres Empreendedoras - AME da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, 2009;

Apresentação Associação de Mulheres Empreendedoras – AME/ Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro, 2009;

Apresentação Associação de Mulheres Empreendedoras de São Gonçalo - AMESG. Rio de Janeiro, 2009;

Apresentação Associação de Mulheres Empreendedoras Acontecendo em Saquarema – AMEAS. Rio de Janeiro, 2009.

Quadro -13- Síntese Procedimentos e Resultados no âmbito do Programa Rio (Municípios conveniados: Angra dos Reis, Barra Mansa, Cabo Frio, Campos de Goytacazes, Itaguaí, Itaperuna, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João da Barra, Saquarema e Três Rios) – Total de 1.800 participantes.

Agente	Discurso	Procedimentos	Resultados
SPM	Consolidar como “área estratégica de atuação no combate à discriminação contra a Mulher”: o trabalho e a autonomia econômica.	Garantir recursos financeiros. Firmar convênios com entidades executoras das ações e com governos dos estados e municípios. Monitorar todo o processo de implementação do Programa.	Dotação orçamentária no Plano Plurianual 2008 – 2011 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres/ Ação 8834 - Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres R\$ 2.008.104,00
IBAM	<u>Formar redes de desenvolvimento locais sensíveis às relações de gênero, tornando-as capazes de interferir na dinâmica econômica do município.</u>	i) Levantamento de dados locais referentes às condições femininas: inserção no mundo do trabalho e mapeamento de iniciativas empreendedoras (entrevistas e questionários). ii) Fóruns e oficinas para gestoras/es estaduais e municipais.	i) Banco de dados (desagregados por município); 35 entrevistas realizadas; 35 questionários respondidos. ii) 1 fórum com participação de 36 gestoras/es estaduais; 3 oficinas com participação de 26 gestoras/es públicas estaduais; 10 oficinas com participação de 251 gestoras/es municipais. Ações em conjunto com BM-Rio, SEBRAE e BPW (ver informações dessa última).
SEASDH/RJ (colaboração da SUDIM ¹²⁶)	Incorporar a promoção da “autonomia e a melhoria da condição feminina, em especial das <u>mulheres pobres e extremamente pobres</u> dos municípios do Estado do Rio de Janeiro” como <u>objetivo transversal no conjunto de políticas de assistência social</u> . (IBAM, 2008).	<u>Sistematização das Informações referentes aos programas, projetos e ações voltados para a geração de emprego, trabalho e renda:</u> Fase I: Identificação do corpo técnico; Identificação das iniciativas; Caracterização das iniciativas; Caracterização do público-alvo. Fase II: Atividades de “implementação das ações de	Atuação da Secretaria concentrou-se no Eixo Trabalho e Ocupação do Programa Rio. Fase I: Construção do instrumento de coleta de dados e mapeamento das iniciativas em todas as subsecretarias e superintendências da SEASDH. Fase II: Fórum de debates, com carga horária de 6 horas, para

¹²⁶ SUDIM – Superintendência dos Direitos da Mulher.

		<p>mobilização, sensibilização, capacitação e assistência técnica”.</p>	<p>gestores/as da SEASDH/SETRAB¹²⁷ e demais parceiros/as do Programa.</p> <p>Oficina de Trabalho, com carga horária de 18 horas, para gestores/as da SEASDH/SETRAB, voltada para a incorporação das perspectivas de gênero e raça nos programas, projetos e ações capitaneados secretarias.</p> <p>10 Oficinas de Trabalho, com carga horária de 18 horas, para Coordenadores/as do CRAS e CREAS, integrantes das Secretarias Municipais de Assistência Social, de organismos institucionais de políticas para as mulheres e entidades similares.</p>
SEBRAE	<p>Desenvolver “<u>soluções educacionais</u>” que proporcionem, <u>às mulheres com perfil empreendedor</u>, “<u>instrumentos para criarem e gerirem</u> de modo adequado seus próprios negócios”.</p>	<p>“Acompanhamento e matricialidade dos projetos e produtos” iniciados e/ou já existentes das beneficiárias do Programa.</p> <p>Cursos de capacitação direcionados para práticas de gestão nos municípios alcançados pelo Programa.</p> <p>“Oficinas de Direcionamento Estratégico, monitoramento e acompanhamento” nos núcleos municipais.</p>	<p>55 Cursos no Eixo Fomento ao Empreendedorismo com participação de 648 beneficiárias do Programa.</p> <p>10 Oficinas de Direcionamento Estratégico para o Negócio com formação de grupos locais (associações, cooperativas, núcleos e comitês de mulheres de negócios nos municípios alcançados pelo Programa).</p> <p>Ações em conjunto com BM-Rio, IBAM e BPW (ver informações dessa última).</p>
BPW	<p>Incluir a “<u>discussão de gênero na formação</u> para o mundo do trabalho e do empreendedorismo”. <u>Promover o empreendedorismo feminino e orientar mulheres pobres para oportunidades de emprego e trabalho.</u></p>	<p>“Reuniões para estudos e construção do conhecimento”;</p> <p>Contratação de especialistas reconhecidas¹²⁸ para formulação do conteúdo de quatro cursos “adaptados à questão de gênero” em parceria com IBAM, SEBRAE e BM-Rio.</p> <p>Capacitação das/os</p>	<p>Elaboração do “Guia das Educadoras” dirigido às equipes de instrutoras/es dos cursos SEBRAE Mulher Empreendedora, Determinação Empreendedora, Juntas somos Fortes e Aprender a Empreender.</p> <p>10 Reuniões de sensibilização, em 223 instituições locais, nos</p>

¹²⁷ SETRAB – Secretaria de Estado de Trabalho e Renda responsável pelo Programa de Microcrédito Produtivo do Estado do Rio de Janeiro.

¹²⁸ Contratação da Profª. Hildete Pereira de Melo/ UFF, que também contribuiu com a implementação do Programa Pró-Equidade de Gênero, para orientar a abordagem dos cursos de capacitação nos municípios fluminenses.

		educadoras/es e multiplicadoras/es dos Cursos (técnicas/os das entidades parceiras) “Sensibilização e mobilização das/os Multiplicadoras/es locais” e das beneficiárias do Programa.	municípios alcançados pelo Programa (ação em parceria com IBAM, SEBRAE e BM-Rio). 11 Seminários com o registro de 1.476 participantes (ação em parceria com IBAM, SEBRAE e BM-Rio).
Banco da Mulher-Rio	“Contribuir com o processo de <u>inserção econômica e social de mulheres fluminenses</u> ”. As <u>ações na área do trabalho incidem na “agudização e feminização da pobreza”</u> , bem como na <u>hierarquização de funções</u> resultante da <u>discriminação de gênero</u> .	Cursos de capacitação e de oficinas de sensibilização dirigidos às mulheres situadas nos eixos I e II e a Agentes ¹²⁹ de desenvolvimento Sustentável e de Crédito. Cursos com 20 horas de carga horária e oficinas com 4 horas.	Formulação e execução do Projeto “Fortalecimento e empoderamento de mulheres. Autonomia econômica e acesso ao microcrédito”: i) 240 Agentes multiplicadoras/es sensibilizadas/os na perspectiva de gênero – inclusão produtiva e desenvolvimento local; ii) 142 Beneficiárias do Programa (eixo II) sensibilizadas em relação ao microcrédito produtivo; iii) 259 Beneficiárias do Programa (eixo II) capacitadas na perspectiva de desenvolvimento pessoal e da autonomia econômica.

Fontes:

Primeira Avaliação Semestral: Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – RJ. Rio de Janeiro. SEBRAE, 2008;

Projeto Desenvolvimento Local e Autonomia da Mulher no estado do Rio de Janeiro: mapeamento das iniciativas implementadas pelas SEASDH. Rio de Janeiro. IBAM, 2008.

Relatório Final - Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais/ BPW: Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – RJ. Rio de Janeiro. BPW, 2009;

Relatório Final - Associação para o Desenvolvimento da Mulher do Rio de Janeiro/ Banco da Mulher (BM-Rio): Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – RJ. Rio de Janeiro. BM-Rio, 2009;

Seminário Trabalho e Empreendedorismo da Mulher: resultados e desafios. Rio de Janeiro. IBAM, 2009;

Anexo I – PPA 2008/2011. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, 2007.

¹²⁹ “equipes técnicas dos CRAS, secretarias municipais de assistência, órgãos de políticas para as mulheres, representantes de ONGs, grupos e organizações locais”. BM-Rio, 2009

Anexo III

Figura nº 11 Organograma PTEM – Estrutura Nacional



Fonte: Guia para a Implementação do Programa Nacional Trabalho e Empreendedorismo da Mulher. IBAM, 2008;
<http://www.sedest.df.gov.br> ; <https://profiles.google.com/pntem.ibam/photos>

Anexo IV

Quadro nº 14 - Dados do Distrito Federal considerados na implementação do PTEM (PNAD 2006) e Síntese de Indicadores Sociais 2006

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	DF 0,874		Brasil 0,800	
Divisão da população por sexo População total: 2.337.078	Mulheres 52,67%		Homens 47,33%	
Distribuição percentual, por cor ou raça	Amarela ou Indígena 0,9%	Branca 44,0%	Parda 48,5%	Preta 6,6%
Taxa de fecundidade	1991 2,34 filhas/os		2000 1,87 filha/o	
Média de horas semanais gastas em afazeres domésticos, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo	Mulheres 24,2 horas		Homens 9,5 horas	
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, que cuidam de afazeres domésticos, por sexo	Mulheres 87,3%		Homens 59,6%	
Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio e sexo	Mulheres 8,7 anos		Homens 8,5 anos	
Distribuição Percentual da Perspectiva de Anos de Estudo por Sexo	Pessoas com 12 anos ou mais de estudo		Pessoas que requeiram o ensino superior	
	Mulheres 53,6%	Homens 46,4%	Mulheres 55%	Homens 45%
Taxa de Analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais, por sexo	Mulheres 4,7%		Homens 4,6%	
População Economicamente Ativa Distrito Federal	Mulheres 47,49%		Homens 52,51%	
Taxa de Desocupação por Sexo Distrito Federal	Mulheres 15,6%		Homens 11,2%	
Rendimento Médio Mensal por Sexo Distrito Federal	Mulheres R\$ 1.267,50		Homens R\$ 1.727,90	

Fontes:

Síntese de Indicadores Sociais 2006. IBGE.

Seminário Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – PTEM/DF. Brasília, 2008¹³⁰.

¹³⁰ Disponíveis em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2006/Tabelas/ e <http://www.pntem.org.br/docs/material%20df1.pdf>

ANEXO V

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

PORTARIA N° 124, DE 17 DE AGOSTO DE 2009. (*)

Disciplina os procedimentos operacionais para implantação do Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva - Com Licença, Eu Vou à Luta, instituído no inciso XIII, do artigo 2º, do Decreto n° 29.970, de 22 de janeiro de 2009.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no artigo 5º do Decreto n° 29.970, de 22 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º O Serviço de Educação Socioprofissional e Promoção da Inclusão Produtiva, denominado “Com Licença, Eu Vou à Luta”, instituído no inciso XIII, do artigo 2º, do Decreto n° 29.970, de 22 de janeiro de 2009, será operacionalizado com vista a desenvolver uma ação de resgate e inclusão social das mulheres, possibilitando deste modo, o aumento da renda familiar e valorização do papel da mulher na sociedade e na família.

Art. 2º O Serviço “Com Licença, Eu Vou à Luta” tem como critérios: usuária mulher, com idade entre 35 e 60 anos, com renda familiar mensal de até um salário mínimo, que esteja fora do mercado de trabalho formal.

§ 1º A mulher integrante do serviço receberá uma bolsa mensal, a título de benefício social, no valor de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) pela participação em oficinas de talento e convivência.

§ 2º O recebimento da bolsa mensal não inviabiliza o recebimento de outros benefícios do Programa Vida Melhor e o seu valor, por não ser de natureza continuada, não conta para fins de apuração da renda familiar per capita das ações de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal.

Art. 3º São objetivos do Serviço “Com Licença, Eu Vou à Luta”.

I. promover o desenvolvimento de capacidades, habilidades e talentos visando ao aumento do potencial de geração de renda da mulher e sua família, principalmente em atividades que não a afastem do convívio com os filhos;

- II. a identificação de alternativas que possibilitem o seu crescimento e o exercício de sua cidadania;
- III. a inclusão social e produtiva, estimulando o trabalho inclusivo, cooperativo e colaborativo, agregando valores da cultura local;
- IV. qualificar mulheres por meio de oficinas, para viabilizar a emancipação de suas famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;
- V. fomentar a participação das mulheres e suas famílias no desenvolvimento comunitário, apoiado nos princípios do empreendedorismo, economia solidária e geração de renda;
- VI. mediar a formação de redes de comercialização para propiciar a qualificação e diversificação dos produtos, a multiplicação dos espaços de comercialização e das campanhas de divulgação e estímulo ao consumo responsável e solidário;
- VII. assegurar a utilização de formas de produção ecologicamente sustentáveis;
- VIII. supervisionar, monitorar e avaliar as ações desenvolvidas pelas mulheres participantes do Serviço, bem como sistematizar o conhecimento acumulado.

Art. 4º São estratégias do Serviço “Com Licença, Eu Vou à Luta”.

- I. oferta de ações de educação socioprofissional;
- II. melhoria de autoestima;
- III. convivência comunitária e troca de experiências;
- IV. aplicação prática de conteúdos referentes ao desenvolvimento pessoal das participantes, bem como a experimentação da comercialização de produtos, visando ao desenvolvimento de habilidades para atendimento ao público, controle de estoques e de almoxarifado, análise da qualidade dos produtos, gerenciamento de vendas, noções de informática como ferramenta de controle, organização do espaço físico e vitrinismo, dentre outros;
- V. participação das mulheres das oficinas na área de eventos, tais como feiras, bazares, feiras de troca solidária e outras, visando incluí-las em diferentes contextos para a prática da comercialização, estabelecendo relações com a comunidade, ampliando a sua visibilidade, aumentando as possibilidades de vendas e, principalmente, criando novas oportunidades para as usuárias exercitarem seu processo de participação social;
- VI. incentivo à identificação de espaços que venham garantir a identidade do serviço “Com Licença, Eu Vou à Luta”, o conhecimento do público consumidor, bem como as alternativas para efetivação de futuros negócios.

Art. 5º O horizonte temporal do Serviço de que trata esta Portaria é de natureza continuada e integra as ações de Assistência Social no Distrito Federal.

Art. 6º Para o efetivo cumprimento dos objetivos desta Portaria, poderão ser estabelecidas parcerias por meio de convênios ou contratos com diversos setores da sociedade.

Art. 7º As fases da seleção e etapas para escolha das mulheres se darão da seguinte forma:

I. pré-seleção: análise da ficha de inscrição, considerando os critérios estabelecidos;

II. seleção: entrevista com mulheres pré-selecionadas que será executada por uma comissão composta por 03 (três) técnicos designados pelo titular da SEDEST;

Parágrafo único - Todas as etapas e fases da seleção terão caráter eliminatório, sendo que, em caso de empate, será selecionada a mulher com menor nível de capacitação, seguido de menor renda familiar.

Art. 8º O desligamento da mulher do Serviço de que trata esta Portaria poderá ocorrer:

I. a pedido;

II. pelo não cumprimento da programação do curso e estágio;

III. por falecimento;

IV. por mudança de residência para outro ente federado;

V. por interesse de ambas as partes.

Art. 9º As despesas com a execução do Serviço correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da SEDEST.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELIANA PEDROSA

(*) Republicado por haver saído com incorreções do original publicado no DODF nº. 160, de 19 de agosto de 2009. **Disponível em:** http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2009/09_Setembro/DODF%20169%2001-09-09/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20169.pdf